



Editora  
UFPel

# Anais da V Conferência da Sociedade Brasileira de Filosofia Analítica

Felipe Rocha L. Santos  
José Leonardo Ruivo  
Waldomiro José da Silva Filho  
(Organizadores)

DISSERTATIO  
FILOSOFIA

**ANAIS DA V CONFERÊNCIA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE  
FILOSOFIA ANALÍTICA**

Série Dissertatio Filosofia

**ANAIS DA V CONFERÊNCIA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE  
FILOSOFIA ANALÍTICA**

Felipe Rocha L. Santos  
José Leonardo Ruivo  
Waldomiro José da Silva Filho  
(Organizadores)

**DISSERTATIO**  
**FILOSOFIA**  
Pelotas, 2018

## **REITORIA**

Reitor: Pedro Rodrigues Curi Hallal

Vice-Reitor: Luís Isaías Centeno do Amaral

Chefe de Gabinete: Taís Ullrich Fonseca

Pró-Reitor de Graduação: Maria de Fátima Cóssio

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Flávio Fernando Demarco

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Francisca Ferreira Michelin

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Otávio Martins Peres

Pró-Reitor Administrativo: Ricardo Hartlebem Peter

Pró-Reitor de Infraestrutura: Julio Carlos Balzano de Mattos

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis: Mário Renato de Azevedo Jr.

Pró-Reitor de Gestão Pessoas: Sérgio Batista Christino

## **CONSELHO EDITORIAL DA EDITORA DA UFPEL**

Presidente do Conselho Editorial: João Luis Pereira Ourique

Representantes das Ciências Agrônômicas: Guilherme Albuquerque de Oliveira Cavalcanti

Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra: Adelir José Strieder

Representantes da Área das Ciências Biológicas: Marla Piumbini Rocha

Representante da Área das Engenharias e Computação: Darci Alberto Gatto

Representantes da Área das Ciências da Saúde: Claiton Leoneti Lencina

Representante da Área das Ciências Sociais Aplicadas: Célia Helena Castro Gonsales

Representante da Área das Ciências Humanas: Charles Pereira Pennaforte

Representantes da Área das Linguagens e Artes: Josias Pereira da Silva

## **EDITORIA DA UFPEL**

Chefia: João Luis Pereira Ourique (Editor-chefe)

Seção de Pré-produção: Isabel Cochrane (Administrativo)

Seção de Produção: Gustavo Andrade (Administrativo)

Anelise Heidrich (Revisão)

Ingrid Fabiola Gonçalves (Diagramação)

Seção de Pós-produção: Madelon Schimmelpfennig Lopes (Administrativo)

Morgana Riva (Assessoria)

### **CONSELHO EDITORIAL**

Prof. Dr. João Hobuss (Editor-Chefe)  
Prof. Dr. Juliano Santos do Carmo (Editor-Chefe)  
Prof. Dr. Alexandre Meyer Luz (UFSC)  
Prof. Dr. Rogério Saucedo (UFSM)  
Prof. Dr. Renato Duarte Fonseca (UFSM)  
Prof. Dr. Arturo Fatturi (UFFS)  
Prof. Dr. Jonadas Techio (UFRGS)  
Profa. Dra. Sofia Alborno Stein (UNISINOS)  
Prof. Dr. Alfredo Santiago Culleton (UNISINOS)  
Prof. Dr. Roberto Hofmeister Pich (PUCRS)  
Prof. Dr. Manoel Vasconcellos (UFPEL)  
Prof. Dr. Marco Antônio Caron Ruffino (UNICAMP)  
Prof. Dr. Evandro Barbosa (UFPEL)  
Prof. Dr. Ramón del Castillo (UNED/Espanha)  
Prof. Dr. Ricardo Navia (UDELAR/Uruguai)  
Profa. Dra. Mónica Herrera Noguera (UDELAR/Uruguai)  
Profa. Dra. Mirian Donat (UEL)  
Prof. Dr. Giuseppe Lorini (UNICA/Itália)  
Prof. Dr. Massimo Dell'Utri (UNISA/Itália)

### **COMISSÃO TÉCNICA (EDITORIAÇÃO)**

Prof. Dr. Lucas Duarte Silva (Diagramador)  
Profa. Luana Francine Nyland (Assessoria)  
Acad. Vinicius Berman (Webmaster)

### **DIREÇÃO DO IFISP**

Prof. Dr. João Hobuss

### **CHEFE DO DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA**

Prof. Dr. Juliano Santos do Carmo

## **Série Dissertatio Filosofia**

A Série Dissertatio Filosofia, uma iniciativa do Núcleo de Ensino e Pesquisa em Filosofia (sob o selo editorial NEPFIL online) em parceria com a Editora da Universidade Federal de Pelotas, tem por objetivo precípua a publicação de estudos filosóficos relevantes que possam contribuir para o desenvolvimento da Filosofia no Brasil nas mais diversas áreas de investigação. Todo o acervo é disponibilizado para download gratuitamente. Conheça alguns de nossos mais recentes lançamentos.

### **A Mediação Imperfeita em Paul Ricoeur**

Adriane da Silva Machado Möbbs

### **Do Romantismo a Nietzsche: Rupturas e Transformações na Filosofia do Século XIX**

Clademir Luís Araldi

### **Didática e o Ensino de Filosofia**

Tatielle Souza da Silva

### **Michel Foucault: As Palavras e as Coisas**

Kelin Valeirão e Sônia Schio (Orgs.)

### **Sobre Normatividade e Racionalidade Prática**

Juliano do Carmo e João Hobuss (Orgs.)

### **A Companion to Naturalism**

Juliano do Carmo (Organizador)

### **Ciência Empírica e Justificação**

Rejane Xavier

### **A Filosofia Política na Idade Média**

Sérgio Ricardo Strefling

### **Pensamento e Objeto: A Conexão entre Linguagem e Realidade**

Breno Hax

**Acesse o acervo completo em:**

[www.nepfil.ufpel.edu.br](http://www.nepfil.ufpel.edu.br)

© **Série Dissertatio de Filosofia, 2018**

Universidade Federal de Pelotas  
Departamento de Filosofia  
Núcleo de Ensino e Pesquisa em Filosofia  
Editora da Universidade Federal de Pelotas

**NEPFil online**

Rua Alberto Rosa, 154 – CEP 96010-770 – Pelotas/RS

Os direitos autorais dos colaboradores estão de acordo com a Política Editorial do NEPFil online. A revisão ortográfica e gramatical foi realizada pelos organizadores.

**Primeira publicação em 2018 por NEPFil online e Editora da UFPel.**

Dados Internacionais de Catalogação

---

N123 Anais da V Conferência da Sociedade Brasileira de Filosofia Analítica.  
[recurso eletrônico] Organização: Felipe Rocha L. Santos, José Leonardo  
Ruivo, Waldomiro José da Silva Filho – Pelotas: NEPFIL Online, 2018.  
435p. - (Série Dissertatio Filosofia).

Modo de acesso: Internet

<<http://nepfil.ufpel.edu.br>>

ISBN: 978-85-67332-55-0

1. Filosofia Analítica. 2. Conferência. 3. Filosofia Contemporânea. I.  
Santos, Felipe Rocha L. II. Ruivo, José Leonardo III. Filho, Waldomiro  
José da Silva

COD 170

---



Para maiores informações, por favor visite nosso site [wp.ufpel.edu.br/nepfil](http://wp.ufpel.edu.br/nepfil)

SOCIEDADE BRASILEIRA DE FILOSOFIA ANALÍTICA – SBFA  
www.sbpha.org.br | sbpha.org.br



SOCIEDADE BRASILEIRA DE FILOSOFIA ANALÍTICA  
BRAZILIAN SOCIETY FOR ANALYTIC PHILOSOPHY

**Presidente**

Waldomiro José da Silva Filho (UFBA)

**Vice-presidente**

Breno Hax Junior (UFPR)

**Tesoureiro**

Marcos Aurelio Oliveira da Silva (UFBA)

**1º Secretário**

Ludovic Soutif (PUC-Rio)

**2º Secretário**

Marcos Silva (UFAL)

**Conselho Fiscal**

Marco Ruffino (UNICAMP)

Andre Abath (UFMG)

Darlei Dall Agnol (UFSC)

**Apoio:**





## **ORGANIZADORES**

Felipe Rocha L. Santos (UFBA)  
José Leonardo Ruivo (UEMA)  
Waldomiro José da Silva Filho (UFBA)

## **COMITÊ CIENTÍFICO – V SBFA**

Abilio Rodrigues (UFMG)  
Adriano Brito (UNISINOS)  
Alexandre Meyer Luz (UFSC)  
Analisa Coliva (UC, Irvine)  
André Abath (UFMG)  
Andre Leclerc (UnB)  
Beatriz Sorrentino (UFMT)  
César Schirmer dos Santos (UFSM)  
Eleonora Orlando (UBA, Argentina)  
Eros de Carvalho (UFRGS)  
Felipe Rocha (UFBA)  
Flávio Williges (UFSM)  
Gisele Secco (UFRGS)  
Glenda Satne (UOW, Austrália)  
Guadalupe Reinoso (UNC, Argentina)  
Maite Ezcurdia (UNAM, México)  
Marcelo Carvalho (UNIFESP)  
Marco Ruffino (UNICAMP)  
Ophelia Derooy (UNIVERSITY OF LONDON)  
Maxwell Moraes (UFAL)  
Otávio Bueno (UNIVERSITY OF MIAMI, EUA)  
Plínio Smith (UNIFESP)  
Sofia Stein (UNISINOS)  
Tiegue Vieira Rodrigues (UFSM)

## **COMITÊ DE ORGANIZAÇÃO - V SBFA**

Abel Lassale Casanave (UFBA)  
Ana Margarete Barbosa de Freitas (UFBA)  
Breno Hax Junior (UFPR)  
Felipe Rocha L. Santos (UFBA)  
Ivana Marins (UFBA)  
Ludovic Soutif (PUC-Rio)  
Marco Aurelio Oliveira da Silva (UFBA)  
Marcos Silva (UFAL)  
Waldomiro José da Silva Filho (UFBA)

## **EQUIPE DE APOIO TÉCNICO-CIENTÍFICO**

Adriano Lucas Conceição Nunes  
Alexsandro Lima Miranda  
Ana Margarete Barbosa de Freitas  
Ivana Marins  
João Victor Aragão  
Juliomar Marques Silva  
Oto Juan Resende  
Rodrigo Gottschalk Sukerman Barreto  
Virginia Dazzani

## Apresentação

Esta compilação reúne os resumos dos trabalhos aprovados para a V Conferência da Sociedade Brasileira de Filosofia Analítica, realizada em Salvador, Bahia, entre os dias 10 e 14 de setembro de 2018 com apoio da CAPES (proc. n. 88887.193681/2018-00). Com esta publicação, celebramos não apenas uma reunião de filósofos, mas um modo de fazer filosofia.

Em um texto de 1992, intitulado “Philosophy of Language and Mind: 1950-1990”, Tyler Burge escreve que

Philosophy is not primarily a body of doctrine, a series of conclusions or systems or movements. Philosophy, both as product and as activity, lies in the detailed posing of questions, the clarification of meaning, the development and criticism of argument, the working out of ideas and points of view. It resides in the angles, nuances, styles, struggles, and revisions of individual authors. In an overview of this sort, almost all the real philosophy must be omitted. For those not initiated into these issues, the foregoing is an invitation. For those who are initiated, it is a reminder—a reminder of the grandeur, richness, and intellectual substance of our subject.

A avaliação que Burge faz da filosofia analítica toca diretamente no espírito que vem movendo a comunidade de filósofos analíticos no Brasil e que serve de inspiração para a SBFA. E a presente compilação expressa esse espírito, tanto na ampla variedade de temas – da filosofia da matemática à filosofia da religião – quanto no sotaque comum a todos os *papers*: uma preocupação obsessiva com problemas e com a busca de melhores argumentos, um esforço para esclarecer a trama conceitual e o significados nas nossas práticas na ciência na política, na vida civil, na religião, sem descuidar da atenção e crítica à tradição intelectual; mas sobretudo, uma identificação com a ideia de que o trabalho de um filósofo individual espelha a cooperação com vários colegas de diferentes lugares ao largo de seminários, colóquios e conversas.

Como você perceberá, não fizemos uma discriminação entre trabalhos de filósofos experientes e reconhecidos pela comunidade internacional e os trabalhos de jovens filósofos e de estudantes. Isto expressa uma inclinação peculiar à filosofia analítica de valorizar o espaço de um diálogo aberto e franco entre pares em torno de argumentos e ideias, sem recurso à autoridade.

Se falamos de diálogo, utilizamos em um sentido específico: a filosofia nasceu na forma do diálogo e é no interior dessa maneira de agir, pensar, falar e disputar que nossa comunidade insiste em prosseguir. O diálogo, concebido com a presença do filósofo, captura nossas palavras e conceitos mais familiares, tais como “conhecimento”, “santidade”, “número”, “realidade”, “tempo”, “verdade”, “pessoas”, lembra-nos do quanto elas indicam para nossas crenças e valores mais fundamentais e, durante a argumentação, renova nosso entendimento. E isso deve ter uma consequência humana relevante: quem ingressa nessa forma de pensar e falar parece estar afetado por um interesse na opinião alheia, parece imaginar que manter a mente aberta é melhor do que ter firmes convicções, parece estar sensível à fragilidade e riqueza da própria necessidade de preservar o espaço da investigação e da diversidade de opiniões.

Estamos seguros que este é um rico painel da filosofia analítica praticada no Brasil hoje. Para nossa felicidade, e uma que recebemos um elevado número de trabalhos de filósofos estrangeiros, esta compilação também é um testemunho eloquente do intercâmbio que temos mantido com filósofos das Américas, Europa e Oceania – lamentavelmente nesta edição não contamos com a presença de filósofos da África e Ásia. (Se boa parte dos *papers* estão em inglês, isso não significa um certo pedantismo, mas o simples interesse pela ampliação dos interlocutores que esse idioma permite.)

Acima de tudo, isto aqui é *um lembrete da grandeza, riqueza e relevância intelectual do nosso ofício.*

Salvador, agosto de 2018.

Waldomiro José da Silva Filho,  
Felipe Rocha L. Santos,  
José Leonardo Ruivo

## Nota sobre os Conferencistas

**AGUSTIN RAYO** é professor de filosofia no MIT e também é Reitor da *School of Humanities, Arts and Social Sciences* do MIT. Sua pesquisa gira em torno da interseção entre a filosofia da lógica e a filosofia da linguagem, tendo realizado trabalho no entendimento da relação entre nossa linguagem e o mundo que ela representa, nas conexões entre lógica e matemática e na investigação sobre os limites do pensamento que pode ser comunicável. Seu livro mais recente é o *The Construction of Logical Space*, publicado pela *Oxford University Press*.

**DUNCAN PRITCHARD** é professor de filosofia na Universidade da Califórnia, Irvine e professor de filosofia na Universidade de Edinburgh. Com um trabalho concentrado em epistemologia, tem publicado muitos livros altamente influentes, como *Epistemic Luck* (Oxford University Press), *The Nature and Value of Knowledge: Three Investigations* (Oxford University Press), *Epistemological Disjunctivism* (Oxford University Press) e o mais recente, *Epistemic Angst: Radical Skepticism and the Groundlessness of Our Believing* (Princeton University Press). Além destes livros, ele também tem publicado diversos artigos em áreas aplicadas da epistemologia, como por exemplo, epistemologia da educação, epistemologia das leis, epistemologia da religião e implicações epistêmicas das teses de cognição estendida.

**ERNESTO PERINI** é Professor Associado do Departamento de Filosofia da UFMG e Pesquisador do CNPq. Doutorou-se em 2001, pela Universidade François Rabelais, Tours, França. Sua pesquisa se desenvolve tanto em História da Filosofia Medieval, com foco na filosofia da linguagem e na epistemologia no século XIV, quanto em temas Filosofia da Linguagem e Epistemologia. Seu foco principal de pesquisa hoje é a relação entre o aparato conceitual e linguístico de

ajuste mutuo de perspectivas e uma posição contextualista em Filosofia da Linguagem.

**JOÃO CARLOS SALLES PIRES DA SILVA** é Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas e é atualmente professor titular do Departamento de Filosofia da UFBA. Foi Chefe do Departamento de Filosofia (1999-2001), Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Filosofia (2001-2006 e 2008-2009), Coordenador de Pesquisa da UFBA (2006-2008) e Diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (2009-2014). Desde agosto de 2014, exerce o cargo de Reitor da Universidade Federal da Bahia. Entre seus livros mais recentes encontram-se *A Cláusula Zero do Conhecimento: Estudos sobre Wittgenstein e Ernest Sosa* (2017) e *Análise & Gramática: Mais estudos sobre Ernest Sosa e Wittgenstein* (2018). Sua experiência na área de filosofia volta-se, sobretudo, na perspectiva da epistemologia e da filosofia da linguagem, para a história da filosofia moderna e contemporânea, com ênfase no empirismo clássico e na obra de Ludwig Wittgenstein, bem como na obra de Ernest Sosa. Também foi, por dois mandatos, presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF), e preside desde 2013 a Sociedade Interamericana de Filosofia (SIF).

**MARCO RUFFINO** é Doutor em Filosofia pela Universidade da Califórnia em Los Angeles, tendo sido orientado por Tyler Burge. Realizou pós-doutorado na Universidade de Konstanz (1997, 1999) e na Universidade de Harvard (2000-2001). Atualmente é Professor Livre-Docente da UNICAMP. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Filosofia da Lógica e da Linguagem, atuando principalmente nos seguintes temas: Frege, princípio do contexto, ontologia, ontologia da lógica e da matemática, indexicais e referência direta. É desde 2003 Editor-Chefe da revista MANUSCRITO, e desde 2007 membro do Centro de Lógica e Epistemologia (CLE) da UNICAMP. Desde 2009 é membro do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. Foi presidente da Asociación Latino-Americana de

Filosofia Analítica (ALFAn, 2012-2014) e da Sociedade Brasileira de Filosofia Analítica (SBFA, 2014-2016).

**OPHELIA DEROY** é professora de Filosofia da Mente na Ludwig-Maximilians University (LMU Munich) e é membra da Pós-Graduação em Neurociência Sistêmica (GSN) em Munich. Foi diretora do Instituto de Filosofia da Universidade de Londres, onde ela também trabalhou como pesquisadora. Sua especialidade é em Filosofia da Mente e Neurociências Cognitiva, com diversas publicações, tanto em revistas filosóficas como científicas, em temas relacionados a percepção multi-sensorial e interações sociais. Sua pesquisa se concentra mais particularmente em aspectos da experiência e pensamento que desafiam a capacidade dos indivíduos para justificação racional ou mesmo consciência reflexiva – como vieses cognitivos.

**PLÍNIO JUNQUEIRA SMITH** é Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo, realizando posteriormente seu pós-doutorado na Universidade de Oxford. Livre-Docente em Teoria do Conhecimento pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) (2013). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). É editor-responsável da revista Sképsis. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em História da Filosofia Moderna e Epistemologia, atuando principalmente nos seguintes temas: ceticismo, epistemologia analítica e filosofia da mente.

**STEPHAN HARTMANN** é professor de Filosofia das Ciências na Faculdade de Filosofia, Filosofia das Ciências e Estudo de Religião da LMU Munich. Também é professor Alexander von Humboldt, e Co-Diretor do Centro para a Filosofia da Matemática de Munich (MCMP). Seu trabalho primário se concentra nas áreas de filosofia das ciências, filosofia da física, epistemologia formal e epistemologia social. Seu interesse atual inclui a filosofia e psicologia do raciocínio e argumentação, filosofia da física e epistemologia social formal. Ele também está

trabalhando no livro *Bayesian Philosophy of Science*, que será publicado pela Oxford University Press.

**SVEN BERNECKER** é professor na Universidade da Califórnia, Irvine (UCI), EUA. Ele realizou o doutorado na Universidade de Stanford, EUA, e completou sua graduação na Alemanha, na LMU Munich. De 2011 a 2013, Bernecker também trabalhou como professor na Universidade de Vienna, além de estar na UC Irvine. Ele recebeu diversos prêmios, como a DFG's Heisenberg Fellowship e o prêmio Humboldt Research Award em 2011. Em julho de 2016 ele iniciou como professor Humboldt na Universidade de Cologne. Dentre suas publicações, encontra-se o livro *Memory: A Philosophical Study* (Oxford University Press) e *The Routledge Handbook of Philosophy of Memory*, editado em conjunto com Kourken Michaelian. Atualmente é Diretor do *CONCEPT - Cologne Center for Contemporary Epistemology and the Kantian Tradition*, da Universidade de Colônia (Alemanha).

## Sumário

Apresentação .....	VI
Nota sobre os Conferencistas .....	VIII
Workshops.....	14
<i>Book Symposium: Michael Veber's Tell me something I don't know</i> .....	15
<i>Christopher Kelp's Knowledge First Virtue Epistemology</i> .....	18
<i>Color Realism</i> .....	29
<i>Duncan Pritchard's Epistemic Angst</i> .....	37
<i>Filosofia Analítica da Religião</i> .....	40
<i>Leibniz, Hilbert, Wittgenstein: Variações sobre o conhecimento simbólico</i> .....	47
<i>Philosophical issues in laws of nature: Metaphysics And Epistemology</i> .....	49
<i>Wittgenstein and Pyrrhonism</i> .....	57
Trabalhos Individuais.....	61
<i>Epistemologia</i> .....	62
<i>Estética e Filosofia da Arte</i> .....	111
<i>Filosofia das Ciências</i> .....	116
<i>Filosofia da Linguagem</i> .....	120
<i>Filosofia da Mente e da Cognição</i> .....	172
<i>Filosofia da Moral e Política</i> .....	214



<i>História da Filosofia Analítica</i> .....	258
<i>Lógica e Filosofia da Matemática</i> .....	272
<i>Metafísica</i> .....	320
Lista de Autores/Títulos .....	347

# **Workshops**

## Book Symposium: Michael Veber's Tell me something I don't know

### **Book Symposium on Michael Veber's "Tell me Something I Don't Know"**

*Rodrigo Borges*

Tell Me Something I Don't Know is a collection of original dialogues in epistemology. This symposium will consist of a brief overview of the book by me followed by criticism from the panelists and then my reply. Time will also be allowed for questions from the audience.

If there is an overall theme that runs throughout these dialogues, it is what I call epistemic self-assessment, i.e., the practice of assessing one's own epistemic states from the first person point of view. Each dialogue involves an interlocutor who holds some prominent view in epistemology and uses it to assess his own epistemic states. The point is of course to get clear on what we know and how we know it but also to use epistemic self-assessment as a way of exploring and testing familiar theories in epistemology. Usually, the consequences of a given epistemological theory are shown and discussed as they apply to a third party. But when one applies certain epistemic theories to oneself, interesting and often problematic consequences are found.

The book opens and closes with a defense of the dialogue as a form of philosophical writing—in dialogue form of course. An argument is presented for the claim that the form has certain philosophical advantages over what is now the more normal way of writing philosophy. Properly done, the dialogue form affords the author more freedom to explore contradictory points of view and leave things open. There is less pressure to pretend that one has proven something. So, in that sense, it also more honest.

The first main chapter addresses “environmental externalism”—specifically

the widely held view that one cannot know he's looking at a barn unless he is in environment unpopulated by fake barns. Barney and Arnie ride through the countryside identifying barns. It is argued that, in spite of what one might think, environmental externalism presents no real obstacle to second-order knowledge. There is also a discussion of the value of knowledge where it is argued that knowledge has no value (practical or otherwise) over mere true belief. The second chapter concerns closure denial. Freddy and Betty are at the zoo debating over whether they can know that the animal in front of them is not a cleverly painted mule. New variations on the "abominable conjunction" objection are raised and explored. An argument that Dretske's own definition of knowledge does not entail closure denial is also raised. Chapter three concerns the preface paradox. A philosopher who endorses the orthodox view—that one should believe each statement in the book but disbelieve the conjunction of them—is on the witness stand in a court case and refuses to swear that everything he will say is true (though he is happy to swear to the truth of each particular thing he says). He is then grilled by the prosecution who argues, among other things, that the kind of closure denial one finds here is even worse than what one finds in Dretske. The fourth chapter concerns epistemological skepticism. Several subjects who are convinced they are in fact brains in vats whose perceptions are all hallucinations are confronted by a "skeptic" who suggests their experiences might be veridical. Familiar responses to skepticism are introduced and employed to show that the subjects know they do not have hands. The debate is framed by a discussion of the philosophical import of this looking-glass approach to skepticism. The fifth chapter concerns peer disagreement. Two subjects who hold competing views on the problem disagree about how to split up the check and what to do about that disagreement. There is also a discussion on the epistemological implications of Searle's Chinese Room argument. The sixth chapter concerns pragmatic encroachment. It is a variation on the much discussed "bank cases". In this case, two subjects who had planned to rob the bank on Friday the bank debate whether they should just come back and rob it tomorrow. In the course of discussion, the stakes vacillate from high to low and back again while the interlocutors debate how to assess their own epistemic positions. The seventh chapter attempts to develop

the mother of all Gettier cases. A subject gets good reason to believe that Smith is gettiered and so draws the conclusion that someone who works in his office is gettiered. It turns out that Smith is not gettiered which means the subject's conclusion is true because he is thereby gettiered—a self-fulfilling gettier inference. Arguments are presented to the effect that, although this situation has the structure of a classic gettier case, prominent and influential epistemological theories must count it as a case of knowledge. The book also contains an appendix on the purpose and limits of philosophical inquiry.

If feasible, I may make an animated video of a portion of one of the dialogues in the book and introduce the book by showing the video to the audience.

## Christopher Kelp's Knowledge First Virtue Epistemology

### **Knowledge First Virtue Epistemology and The Aim of Inquiry**

*Alexandre Meyer Luz*

This round table will be discussing the work of the epistemologist Christoph Kelp, especially in these two main topics: Knowledge First Virtue Epistemology and The Aim of Inquiry. Kelp is the author of the forthcoming book called "Good Thinking: A Knowledge First Virtue Epistemology" and also the winner of the 2017 Young Epistemologist Prize with the paper "Inquiry and the Transmission of Knowledge". Besides Knowledge First Virtue Epistemology, Kelp has been working also on topics as the analysis of knowledge, understanding, epistemic norms and epistemic value.

### **Vice Epistemology and Inquiry**

*Felipe Rocha L. Santos*

Christoph Kelp, in his paper "Two for the Knowledge Goal of Inquiry" (2014), describes a general framework that can be applied to any goal-directed enterprise. And since an Inquiry is a goal-directed enterprise, he applies his framework for one specific kind of inquiry: the one that its aim is knowledge. In this paper, I will apply Kelp's framework for a broader project: I will define intellectual vices and intellectual virtues related to the goal of the inquiry, and I will apply Kelp's framework to show that besides aiming at Knowledge, inquiries can also aim at Understanding, Coherence and other epistemic goals.

## 1. Preliminary ideas

On this paper, I will try to present some definitions of intellectual virtue and vices in relation to intellectual inquiries. The start point will be Quassim Cassam paper called “Vice Epistemology” (2016). Cassam is interested in “Inquiry Epistemology” (a term he borrows from Hookway). As he says, “on this conception, the focus of our epistemic lives is the activity of inquiry [which is] the attempt ‘to find things out, to extend our knowledge by carrying out investigations directed at answering questions, and to refine our knowledge by considering questions about things we currently hold true’” (Cassam, 2016, p.161).

For Cassam, Inquiry is the main focus of epistemology (2016, p.174). This view is also assumed by other philosophers, like Ernest Sosa, who defines epistemology as a philosophical inquiry in the nature, conditions, and extent of human knowledge (Sosa et al, 2008, ix); and Peter Klein, who wrote that epistemology remains a vigorous area of inquiry at the heart of philosophy (Klein, 2005).

Giving inquiry epistemology, Cassam then defines Intellectual Virtue and Vices as follows:

**InVirtue:** Intellectual Virtues are intellectual character traits that promote effective and responsible inquiry.

**InVices:** Intellectual Vices are intellectual character traits that impede effective and responsible inquiry.

I will not discuss here the idea of character traits. I will accept the broad idea of intellectual character traits as “distinctive ways of seeking out and evaluating evidence” (Cassam, 2016, p.164).

How Cassam defines an effective inquiry? For him, an effective inquiry is an inquiry that is knowledge-conducive (2016, p.166). It suggests that any inquiry that leads to what falls short knowledge (as true beliefs, justified true beliefs, and so on) is not an effective inquiry. What about responsible inquiry? For him, a responsible inquiry “is one that is guided by the evidence and recognizes the obligations that come with being an inquirer. These include the obligation not to be negligent and to

exercise due care and attention in the investigation of the matter at hand. A responsible inquirer has a certain attitude towards the business of inquiry, knows what he is doing and has the necessary skills” (2016, p.166).

In order to show how his definitions work, Cassam offers us the following case:

Oliver has an unhealthy obsession with 9/11. He spends much of his spare time reading about what he calls the ‘9/11 conspiracy’ and he regards himself as something of an expert in the field of 9/11 studies. He believes that [P] the 9/11 attacks were not carried out by al-Qaeda and the collapse of the World Trade Center towers on 11 September 2001 was caused by explosives planted in the buildings in advance by government agents rather than by aircraft impacts and the resulting fires. As far as Oliver is concerned, the collapse of the twin towers was an inside job and specifically the result of a controlled demolition. (2016, p.162)

Given that (according to Cassam) [P] is not just false but demonstrably false, we can get to the conclusion that Oliver is intellectually vicious since his inquiry is not effective neither responsible since he is “gullible, cynical, and prejudiced” (Cassam, 2016, p.163).

The problem with conspiracy theories is that it is probably wrong to say that it is false just because it is a conspiracy theory. There is a lot of conspiracy theories that were shown to be true after a while. So, supposing that on Oliver case, [P] is, in fact, true, would Oliver still be intellectually vicious? Well, given Cassam definition, the answer is yes. And this is so because, on conspiracy theories case, a normative defeater is available. Bernecker writes that normative defeaters function as “propositions that S should believe – whether or not S believes them – given the presence of certain available evidence” (Bernecker, 2010, p.110). Given that normative defeaters defeat our knowledge, then, in conspiracy theories cases, it seems very difficult to say that it is possible to get an effective inquiry, even if the subject does everything on his power to find the truth.

## **2. Inquiry and Goals**

According to Cassam’s definition, in order for an inquiry to be effective, it must be knowledge-conducive. And since knowledge is incompatible with luck, then



an effective inquiry is incompatible with luck. But is this so? Let's see the following case, given by Pritchard (2008, p.334):

Suppose I arrive home to see my house burned down to the ground and a bunch of people outside my house dressed up as fire officers. Suppose I ask one of them what happened, and I am told that the reason why my house burned down was that I had faulty wiring. The person I get the information from is genuinely a fire officer who knows what she is talking about. And I choose this person at random to speak about the cause of the fire. Now imagine that nearly all of the people outside my house are merely dressed as fire officers on their way to a fancy dress party and I just happened to choose the one genuine fire officer among them. If I had spoken to one of the fake fire officers then I would have been told a false explanation of why my house had burned down.

Pritchard uses this case to show that while knowledge is not compatible with any kind of luck, understanding-why, on the other hand, is compatible with environmental luck (the fake-barn kind of luck). So, according to Cassam, there is no doubt that in this case, I was intellectually vicious, since my inquiry was not effective (given that I get no knowledge on this case). But is this actually the case?

The answer depends on how we understand intellectual inquiries. Inquiry is a goal-directed activity. And it is an activity that has at least two sources of motivation: a practical motivation and an intellectual one. So, for example, if I want to learn how to cook a specific desert in order to show off my culinary abilities to my girlfriend, I would go to Youtube and find a nice tutorial teaching how to do it. My inquiry here has practical motivation. But if I want to understand why all bodies are attracted to earth, I need to study about gravity force. This inquiry (as described here) has a pure epistemic motivation.

Besides motivation, when we start an inquiry, we started it because of our commitments. As Kelp (2014, p.229) describes:

There are a number of types of commitment one may have towards accomplishing an ongoing project. The nature of commitment depends on how it arises. For instance, R may have the desire to run a marathon and thereupon form the intention to do so. In this case, I will say that R has a practical commitment to running a marathon. R may also have promised someone to run a marathon. I this

case, R has a moral commitment to running a marathon. Or R may have been contracted to run a marathon in which case his commitment will be contractual.

Why is this important? According to Kelp, we can describe the following thesis about any goal-directed project (and this can be applied to projects of inquiry):

**Accomplishment Thesis:** P (project) is accomplished by S at T if and only if, at T, S has reached G (P's Goal).

**Commitment Release Thesis:** IF S has accomplished P at T, then, at T, S is released from all commitments towards accomplishing P.

Inquiries with a pure epistemic motivation (a desire to know something) may lead us to a practical commitment, which is to investigate until achieving knowledge. When accomplishing the inquiry, it is possible to say that we are released from this commitment. So, if this is correct, we can evaluate if an inquiry was accomplished by evaluating if the subject is released from all the commitments relative to the inquiry. So now I ask: what is the goal of inquiry? As seen before, Cassam defends the idea that the goal of inquiry is Knowledge. Pritchard, on the other hand, defends that the proper goal of inquiry is Understanding (2008). Which one is correct?

Let's go back to Pritchard's case. As I said, If Kelp is correct, we can evaluate if an inquiry was accomplished by evaluating its commitments and if the subject is released from all the commitments. And in the house burned case, we can stipulate the following: (1) Let's say that I just want to understand why my house had burned down. If the explanation satisfies my curiosity, then I am released from all commitments that I have with this inquiry. (2) Now let's say that I also own a construction company, and I build my house and other people's house using the same design. So I also have a moral commitment, since I am responsible for the other houses I built. And in this case, getting this understanding helps me to make the relevant change/corrections on the other houses, releasing me from my moral commitments. This example shows that Pritchard could be correct and understanding is the goal of Inquiry.

But Pritchard offers a variation of his case when arguing in defense of understanding as the goal of inquiry. The case is as follows:

Suppose I gain an understanding of why my house has burned down by speaking to a genuine fire officer. Suppose, further, that I now tell my young son why our house burned down. My son, unlike me, has no idea at all how faulty wiring might cause a fire. Nevertheless, he can surely come to know why his house burned down by being told the reason from someone who he knows as a reliable informant, such as his father. Manifestly, however, he does not understand why his house burned down since understanding in this context clearly would require some conception of how the cause is meant to bring about the effect.

After describing this case, Pritchard also says that “if the product of inquiry is just knowledge, then we ought to regard my son’s coming to know why his house burned down as the product of successful inquiry. Clearly, however, we would not regard this as the conclusion of a successful inquiry at all. Indeed, the inquiry has stopped too soon.”

I want to argue against this conclusion just by showing that it is indeed possible that on this case, my son is actually released from all commitments after getting to know why my house has burned down, even without understanding. And it is because this knowledge was enough to satisfy his motivation, his curiosity, and that is why he did not need to continue the inquiry. It shows that Knowledge can also be the goal of inquiry.

I believe that depending on the context and kind of inquiry, not only knowledge or understanding is the possible goals of inquiry. For example, as said before, epistemology is a kind of inquiry. But what does it aims for? According to Pritchard, the methodology of analytical epistemology is essentially the application of a process of reflective equilibrium to different inputs (intuitions, data from cognitive science, experimental philosophy and so on) in order to obtain a reflective stable theory (Pritchard, 2012, p.99). Well, as it is argued by some philosophers, as DePaul, the method of reflective equilibrium provides no guarantee that it will lead inquirers to true beliefs and that will not even reliably lead inquirers to the truth. That is why it is possible to have coherent stable theories in philosophy that are contradictories. So the goal of epistemological (I think it is possible to generalize to

philosophical) inquiry is not knowledge nor understanding (at least the factive version of understanding, as Pritchard version), but the product of the method of reflective equilibrium.

### 3. Conclusion

I want to finish this paper by saying that I believe that analyzing virtues and vices relative to inquiry and its multiples goals has a better explanatory power than analyzing only relative to our cognitive abilities and one epistemic product, i.e., knowledge (reliabilist virtue epistemology) or analyzing relative to our motivations, desires and the same epistemic product (responsibilist virtue epistemology).

Understand that inquiries have multiple possible goals, that we have different commitments to our epistemic goal-directed activities and that the informational architecture have a relevant influence on the results of the use of our intellectual traits is important for helping to design better informational architectures that helps to promotes more effective and responsible inquiry and also important to design better educational methods and strategies that may make people more intellectually virtuous.

### References

- BERNECKER, Sven. *Memory: a philosophical study*. 1ª ed. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- CASSAM, Quassim. Vice Epistemology. *The Monist*, v. 99, Issue 2, p. 159-180, 2016.
- KELP, Christoph. Two for the knowledge goal of inquiry. *American Philosophical Quarterly*, v. 51, n.3, p. 227-32, 2014.
- \_\_\_\_\_. Inquiry and the transmission of knowledge. *Philosophy and Phenomenological Research*, Early Online Publication, pp. 1-13, 2018.
- KLEIN, Peter D. Epistemology. In: CRAIG, Edward (ed.). *Routledge Encyclopedia of Philosophy*. London: Routledge. 2005. Disponível em: <<http://www.rep.routledge.com/article/P059>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

HOOKWAY, Christopher. Cognitive virtues and epistemic evaluations. *International Journal of Philosophical Studies*, v.2, n. 2, p. 211–27, 1994.

PRITCHARD, Duncan. *Epistemic luck*. 1ª ed. Oxford: Oxford University Press, 2005.

\_\_\_\_\_. Knowing the answer, understanding and epistemic value. *Grazer Philosophische Studien*, v. 77, n.1, p. 325–339, 2008

SOSA, Ernest. *Judgment and agency*. 1ª ed. Oxford: Oxford University Press, 2015.

\_\_\_\_\_. et al. (eds.) *Epistemology - an anthology*. 2º ed. Oxford: Blackwell, 2008.

## **Virtue Epistemology, Fake-Barns and Epistemic Frankfurt cases**

***Katia Martins Etcheverry***

Contemporary interest in virtue epistemology (VE) begins motivated by central epistemological problems such as to define knowledge at the satisfaction of perennial platonic questions about the nature and value of knowledge, as well as Gettier's famous objection to the tripartite definition. VE theories reverse the traditional direction of analysis and explain knowledge in terms of properties of the epistemic agent: knowledge is a kind of successful performance, or achievement, that is due to the agent's epistemic virtues or competences. According to VE, we do not have knowledge in a Gettier case because the obtaining of true belief is due to luck and not to the epistemic agent's competence. VE also explains why knowledge is more valuable than mere true belief – it is true belief out of virtuous agency. The 'due to' relation has been object of important counterexamples that have motivated a debate leading to different proposals either conceiving this relation in explanatory terms (Greco, 2009, 2012; Pritchard, 2012); or in terms of manifestation (Broncano-Berrocal, 2017; Kelp, 2017; Miracchi, 2015a, 2015b; Sosa, 2010, 2015; Turri 2012,

2016). Recently, one of these counterexamples, the Fake Barns case, has been used by Kelp (2016, 2017) and others (Miracchi 2015a, 2015b) to motivate a knowledge-first version of VE. In a nutshell, the core thesis would be that traditional VE has a hard time explaining cases of ignorance in the presence of environmental luck. Kelp adds a further challenge: there is no way for traditional VE to give the right verdict both in Fake Barns case and in epistemic Frankfurt cases. And this difficulty allegedly obtains precisely because, according to traditional VE, knowledge is not explanatorily prior to justified belief. I intend to present a defense of traditional VE by offering a way to respond to that challenge. My view assumes much of Sosa's view. First, that knowledge is true belief due to the agent's epistemic competence. The 'due to' relation is construed in terms of manifestation: in cases of knowledge, true belief results from the manifestation of the agent's epistemic competence. Second, competences are stable dispositions of the agent to be successful in her performances, and are structured by skill, shape and situation (SSS). Skill and shape refer to intrinsic aspects of the agent; whereas situation regards environmental conditions. When the SSS structure is appropriate, upon the onset of a trigger, it gives rise to the manifestation of the agent's competence, leading to success. Finally, if a success manifests an agential competence then this success is adequately explained by its manifestation, because there can be no manifestation of a competence in a specific success that is not relevant in its obtaining (SOSA, 2015, pp. 18-30). Thus, to say that a true belief manifests the agent's competence is to say that it is creditable to her epistemic agency and, therefore, achieving true belief was not accidental. To my mind, Sosa rightly conceives the manifestation of the agent's competence as a relation whose relata are, on the one hand, the agent's cognitive reliable character and on the other her cognitive success. But Sosa seems to consider that there can be defective manifestations of competence. In my view manifestation is factive - there can be no manifestation of the relevant competence when (i) the agent doesn't possess this competence; (ii) she is not in appropriate conditions, both internally and externally for its exercise, and (iii) this exercise doesn't lead to success. Therefore, we cannot but understand the manifestation of cognitive competence as implying (i) cognitive success (true belief); (ii) competence (the

agent has the relevant cognitive competence); (iii) epistemic safety (the conditions for the exercise of competence are appropriate both internally and externally); (iv) epistemic credit, (the agent's competence is essential for her cognitive success). This view remains faithful to the original VE claim that knowledge is a cognitive success due to the epistemic agent, in that the factive nature of the manifestation allows to elegantly explain knowledge as 'belief manifesting the epistemic agent's competence'. This view is able to deal with Gettier cases as well as with cases featuring environmental epistemic luck in an extremely elegant and simple way, avoiding circularity and unnecessary complexities: in the fake-barns case there is no knowledge because there is no manifestation of agential competence, since the environmental conditions are not appropriate; on the other hand, in respect to Frankfurt-style cases I will follow Zagzebski (2001) and claim that the agent knows insofar the manipulation is only environmental, leaving the agential competences untouched.

## References

- BRONCANO-BERROCAL, F. A robust enough virtue epistemology. *Synthese*, v. 194(6):2147–2174(2017).
- GRECO, J. Knowledge and success from ability. *Philosophical Studies*, v. 142:17–26 (2009).
- \_\_\_\_\_. A (different) virtue epistemology. *Philosophy and Phenomenological Research*, v.85(1):1–26 (2012).
- KELP, C. Knowledge: The Safe-Apt View. *Australasian Journal of Philosophy*, v.91(2):265-278 (2013).
- \_\_\_\_\_. Epistemic Frankfurt Cases Revisited. *American Philosophical Quarterly*, v. 53 (1):27-37 (2016)
- \_\_\_\_\_. Knowledge First Virtue Epistemology. In CARTER, A.; GORDON, E.; JARVIS, B. (eds.), *Knowledge First: Approaches in Epistemology and Mind*. Oxford University Press (2017).
- MIRACCHI, L. Competence to know. *Philosophical Studies*. v.172:29–56(2015a).

- \_\_\_\_\_. Knowledge is all you need. *Philosophical Issues*, v.25:353-378(2015b).
- PRITCHARD, D. Anti-Luck Virtue Epistemology. *The Journal of Philosophy*, v.109(3):247-279 (2012).
- SOSA, E. *Reflective knowledge: Apt belief and reflective knowledge*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Judgment and Agency*. Oxford: OUP, 2015; TURRI, J.
- TURRI, J. Is knowledge justified true belief? *Synthese*, v. 184: p. 247–259, 2012.
- \_\_\_\_\_. A New Paradigm for Epistemology: From Reliabilism to Abilism. *Ergo*, v. 3 (8):189-230 (2016).
- ZAGZEBSKI, L. Must knowers be agents? In: FAIRWEATHER, A.; ZAGZEBSKI, L. (Eds.). *Virtue Epistemology: essays in Epistemic Virtue and Responsibility*. N. York: OUP, 2001. p. 142-157.



## Color Realism

The aim of the workshop is to discuss color perception from different perspectives. The first speaker, Evan Keeling, will introduce the topic and explore a realist, Aristotelian view of colors and scientific theories of color. The second speaker, Raquel Krempel, will talk about perception of color and the influence of language. And the third speaker, Nara Figueiredo, will talk about colors and private experiences.

### Color Vision and Color Realism

*Evan Keeling*

I begin with a brief discussion of the most discussed philosophical issue involving perception: its nature. Many philosophers have hoped that clarifying the nature of perception—what kind of thing it is—will help to clarify many of the other issues involving perception. This includes, of course, the question of if and how perception can provide us with knowledge. I will concentrate my comments on the view, embraced in some form by most philosophers throughout history, that perception is a relation.

The topic that will occupy the rest of my presentation is color vision. My aim will be the modest one of bringing to light some facts about color vision that are not well known to philosophers, and then briefly to discuss Aristotle's color realism and his strange claim that color perception is infallible.

For most of us humans, our most important and salient type of perception is vision. And vision is, at least in the first place, vision of colors. We can see shapes, movement, objects, even (perhaps) distance, but it seems safe to say that if we did not see colors (conceived as involving the three parameters I discuss below) we

could not see any of these other things. Therefore, an understanding of color will help us understand vision. But what do we talk about when we talk about color?

My aim in what follows will be, first, to set out a few interesting facts about colors which are not widely known outside specialized fields; and, second, to exploit some of these facts in a limited defense of color realism. I will briefly discuss Aristotle's claim that color perception is true. It is not well known outside of the scientific study of human vision, but color perception has three parameters. What we normally think of color differentiation (the rainbow spectrum described by Newton as consisting of 7 primary colors ROYGBIV) is called by scientists 'hue' or 'chromaticity'. But there is also color saturation, and brightness (some authors call this 'luminosity'; also called 'lightness' or 'value' in some models). Saturation, sometimes confusingly called 'chroma' is to do with color purity or intensity. An unintensified, 'washed out' color has little color saturation. A way to imagine this is to imagine a color mixed with a bit of white. Finally, there is brightness, which is the extent to which an object appears to be reflecting light. The sun is, of course, among the brightest objects around us. But this does not imply anything about its hue (it could appear bright yellow, or bright red, etc.), or its saturation (it could be a bright but unsaturated shade or yellow).

Although there are now several different models for color, including some that were developed for computer graphics, all of these parameters are based upon and make essential reference to (human) vision. That is, they are understood as essentially referring to how colors appear to us—and not (or not only) to wavelengths, or frequency, or how colors are projected on a computer screen. Saturation, for instance, can be understood as a perceived freedom from whitishness.

The fact that color is understood in part psychologically has given rise to the view, as prominent today as it was in the Modern period, that colors are not fully real—certainly at least less real ('secondary') than the 'primary' qualities which physical objects have in virtue of themselves as physical objects. It has been thought that the ancients, Aristotle especially, represent a naïve realism which came before this realization. But in fact, Aristotle was responding to some anti-realist views about colors, especially that of Democritus.

The fact that color vision has at least three dimensions raises the possibility that, different from the majority of modern languages, what is most salient in some cultures and languages is not hue but saturation or brightness. In fact, it has now been established that what the ancient Greeks referred to as 'color' (*chrōma*) is ironically more closely associated with brightness than with hue. So when Aristotle claims that color is a spectrum from 'white' to 'black', he is best understood as referring to the spectrum from bright to dark.

This helps to understand Aristotle's view, first, that colors are real properties of the object; and, second, that color vision is in some way infallible. He recognizes the obvious fact that the color of an object (especially a distant one) can appear incorrectly. If we understand him to be saying that what is perceived infallibly is an object's brightness, this is more plausible. Why should this be? After all, an object's apparent luminosity can be affected by circumstances as easily as its apparent hue. Yet, perhaps there is something more clearly objective about luminosity than hue. If luminosity is understood simply as the amount of light reflected by an object, and if it is primarily luminosity that Aristotle is discussing when he is discussing colors, this would fit the model of primary qualities in Modern philosophy.

### **Is discrimination of color due to comparisons of experiences?**

***Nara M. Figueiredo***

The perception of color is a striking topic in philosophy and in the cognitive sciences. Traditional problems in philosophy range from the very nature of color to color constancy and the inverted spectrum problem, involving questions about whether color is a property of objects or if it is only in our experiences, what is the quality of our experiences (Tye, 2017), and so on.

In the sciences of vision, our perception of colors is understood as causal, for they are the result of light affecting the retina and activating the visual cortex. Nonetheless, it is acknowledged that part of our perception of color depends on the constant surface spectral reflectance of an object, what is called surface color, part

of it depends on the power of the light reflecting on the object, called reflected color (Norman *et.al.*, 2014), and part depends on the surroundings. More specifically, our perception of colors is the effect of a combination of factors, some of which are environmental, such as light reflexion, surface state (including chemical components), context of the objects and perhaps other factors.

Whether color is a property of objects and part of a mind-independent reality or if it is a phenomenon that results from a combination of factors in a sentient organism has troubled the sciences as much as philosophy for a long time. Some factors that raise problems are the problems of (1) color constancy, which is the ability to identify a color across different lighting and background scenes, and its counterpart, (2) color contrast (or simultaneous contrast), which is when the same color appears differently on a different background. In the sciences of vision, it is striking that objective measurements, such as luminance, which is the amount of light emitted or reflected from a certain area, can provoke different visual impressions depending on the surroundings. This is famously illustrated by two patches of the same gray. They are placed on different backgrounds, a light gray one and a dark gray one. The effect is that the patches seem to be darker when placed against the lighter background and brighter when placed against the darker background.

In this talk, I will briefly discuss the visual pathway of light from stimulus to the visual cortex, refer to the neural basis for unique hues, and briefly discuss whether the quality of our experiences, namely, seeing the patch brighter against the first background and darker against the second background, should be considered as an element in a supposed relation between stimulus and experience. Concerns about the quality of color experience, how our experiences relate to the stimulus, and whether our experiences relate to each other are some of the most important issues in the philosophy of color.

Psychophysicists consider that there must be a relation between stimulus and perception (the experience) and that this relation can be mathematized. The Weber-Fechner law, for example, says that it is a logarithmic relation, while others defend that it is a power relation. Critics argue that sensation is not measurable and that the just noticeable difference between stimuli is not a proper unit (Stevens,

1957). Cognitive scientists frequently hold the assumption that we compare representations. In change blindness studies, for example, most of the explanations try to justify why we don't see changes that happen right in front of our eyes by arguing that we are not so good at comparing representations, or that we do not hold detailed representations (Simons and Levin, 1997).

One of the questions for the perception of color and its problems is whether the fact that the tools of psychophysics, that allow us to give a useful quantified account for perceptual subjective phenomena (Fairchild, 2005), imply objective relations between stimuli and experience. Another question is whether there are relations between experiences themselves. The question that I will briefly address is whether it makes any sense at all to talk of a relation between experiences, and therefore, whether or not our capacity for distinguishing colors is due to the fact that we can compare experiences that have different qualities.

## **References**

- Fairchild M., 2005 Color appearance models, 2ed. John Wiley & Sons Ltd, UK.
- Norman, L. J., Akins, K., Heywood, C. A., & Kenridge, R. W. (2014). Color Constancy for an Unseen Surface. *Current Biology*, 24(23), 2822–2826.
- Simons, D., & Levin, D. T. (1997). Change Blindness. *Trends in Cognitive Sciences*, 261–267.
- Stevens, S. S. (1957). On the psychophysical law. *Psychological Review*, 64(3), 153.
- Tye, M., 2017, Qualia, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2017 Edition), Edward N. Zalta (ed.)

## **Color terms and perception**

***Raquel Krempel***

It has been known for a long time that languages differ in the way they categorize colors. According to Berlin and Kay (1969), some languages have as

few as two basic color terms, which mark the opposition between light and dark colors. Some languages, like Himba, have only one term for both blue and green. English, on the other hand, has eleven basic color terms; and Russian, for instance, is believed to have twelve (with two different terms for dark blue and light blue). A natural question to ask is whether the language one speaks can influence the way one perceives colors. And, assuming that it does, a further question is how exactly language influences perception.

There is now growing evidence in support of the idea that natural language does influence color perception. Speakers of different languages will show different categorical perception effects – being faster at discriminating two colors when they belong to different categories – which are consistent with the color categories in the language they speak. Some studies on the categorical perception of colors have suggested that linguistic representations are actively involved in the perception of colors. The idea is that language plays an online role in perception. For instance, in a study by Winawer et al., involving Russian and English speakers, subjects were shown three color squares, and had to indicate, as quickly and accurately as they could, which of the two bottom squares was identical to the top square. But in order to test whether language had an online influence on color discrimination, subjects performed the test under three conditions: one with no interference, one in which they had to simultaneously perform a verbal task, and one where they had to simultaneously perform a spatial task. What they found was that Russian speakers showed a category advantage in trials without interference, and with spatial interference, but not with verbal interference. From this they claimed to have shown that language plays a role in the visual discrimination of color, for the category advantage that Russian speakers exhibited in normal trials was eliminated in trials with a verbal interference. According to them, the category advantage disappeared in trials with verbal interference because linguistic representations that normally would be acting on perception were being recruited for something else. As they put it, “our results suggest that language-specific distortions in perceptual performance arise as a function of the interaction of lower-level perceptual processing and higher-level knowledge systems (e.g., language) online, in the process of arriving at perceptual decisions. (...) it appears that language-specific categorical

representations play an online role in simple perceptual tasks that one would tend to think of as being primarily sensory” (Winawer et al., p. 7784)

There have been other studies that supposedly showed that language is actively involved in perception. Some studies, for instance Gilbert et al., have shown that subjects will show categorical perception effects only when stimuli are presented in the right visual field. Given that the brain processes the information from each visual field on the opposite cerebral hemisphere, and that the left hemisphere is the one thought to be predominantly involved in language processing, they explain the finding by saying that targets that appear in the right visual field (RVF) are processed faster by the left cerebral hemisphere, where linguistic representations can interfere. This means, according to them, that linguistic categories are being accessed and are interfering in discrimination when a target is presented to the right visual field, but not when it is presented to the left visual field. They also found that the categorical perception on the RVF disappeared when subjects had to perform the task with a verbal interference. They claim that their results “are consistent with the hypothesis that linguistic categories selectively influence color discrimination in the RVF. Color names modulated color discrimination, enhancing between-category distinctions and perhaps reducing within-category distinctions, but only when the target appeared in the RVF. These effects were disrupted by verbal interference.” (Gilbert et al., p. 490)

What I’m going to suggest here is that it may be too rushed a conclusion to assume that linguistic labels, or words, are interfering in color perception, merely based on the fact that categorical perception is disrupted by verbal interference, or the fact that it only happens when a target is presented in the RVF. For all we know, what can be acting on perception is concepts, or categories, but not necessarily words. So instead of assuming that color words are modulating perception directly, an alternative is to assume that in learning the color words of our language we are being trained to making certain distinctions and not others, which ends up influencing our color concepts, or the ways we categorize colors. Color concepts in turn act on perception. This is compatible with the view that language is an important means (though not the only one) we use to form

categories, or to reshape preexisting ones, even if words are not necessarily involved in the subsequent use of those categories.

## References

Berlin, B., & Kay, P. (1969). *Basic color terms: Their universality and evolution*. Berkeley: University of California Press.

Gilbert, A. et al. (2006) "Whorf hypothesis is supported in the right visual field but not the left", in *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 103 (2) 489-494; DOI:10.1073/pnas.0509868103

Winawer, J, et al. (2007) "Russian blues reveal effects of language on color discrimination." In: *Proceedings of the National Academy of Sciences*; 104: 7780–7785. doi: 10.1073/pnas.0701644104. pmid:17470790".



## Duncan Pritchard's Epistemic Angst

### **Symposia on Duncan Pritchard's book Epistemic Angst**

The aim of this Symposia is to discuss Duncan Pritchard's latest book *Epistemic Angst: Radical Skepticism and the Groundlessness of Our Believing*, published by Princeton University Press in 2016. In this book, Pritchard diagnoses that the skeptical problem of the external world has two different sources, which can be captured by two different paradoxes, the “Closed-based paradox” and the “Underdetermination-based paradox”, as he calls them. Then he proposes to undercut both paradoxes by showing that they are based on a faulty and contentious philosophical understanding of our everyday epistemic concepts. In order to accomplish this task, he offers an integrated view which combines elements from his disjunctivism about perception and elements from Wittgenstein's hinge epistemology. His disjunctivism about perception targets the Underdetermination-based paradox, disclosing a faulty commitment to a thesis about rational support, the “insularity of reasons”, whereas hinge epistemology targets the Closed-based paradox, disclosing a faulty commitment to a thesis about the scope of rational evaluation, the “universality of rational evaluation”. By freeing ourselves from these faulty commitments, his integrated view is meant to offer an undercutting response to the skeptical problem of the external world.

### **On the nature of hinge commitments**

***Eros Moreira de Carvalho***

Based on Wittgenstein's hinge epistemology, Duncan Pritchard sustains that our rational evaluations of beliefs are essentially local. Our visceral hinge commitments, which are not beliefs, structure nevertheless our evaluations of beliefs. According to Pritchard, that our rational evaluations are essentially local is

compatible with our rationally grounded beliefs being radically in error, in that our grounding reasons could be insulated from the external world. Pritchard's disjunctivism is meant to undercut that threat. However, if disjunctivism carries with itself some hinge commitments, as I will argue that it does, then it's difficult to see how we can “live with the idea that all rational evaluation is essentially local” without finding ourselves again trapped in radical skepticism.

## **Two Worries on Pritchard's Epistemic Angst**

*Nicola Claudio Salvatore*

In *Epistemic Angst*, Pritchard offers a compelling anti-skeptical proposal, informed by Wittgenstein's remarks in *On Certainty* and his version of epistemic disjunctivism. In this paper, I point out some unpalatable consequences of this strategy. I argue that Pritchard's notion of epistemic vertigo might lead to another, more subtle form of skepticism; furthermore, I argue that following his 'hinge commitment' strategy we will be forced to adopt a form of epistemic relativism which is no less reassuring than skepticism itself.

## **Some problems for Pritchard's treatment of closure-based skeptical paradox**

*Tiegue Rodrigues*

Pritchard presents in his *Epistemic Angst* a thought-provoking proposal against two logical distinctive radical-skepticism paradoxes. He argues that the ideal solution to radical skepticism would thus be a bispic proposal—viz., a two-pronged, integrated, undercutting treatment of both putative skeptical paradoxes. He managed to combine two apparently opposing anti-skeptical theses: A Wittgensteinian account of the structure of rational evaluation (based on hinge

propositions/commitments) and his on take on epistemological disjunctivism. In this paper I will raise some objections exclusively to Pritchard maneuver for responding to the Closure-based radical skepticism. First, I will argue that by assuming the notion of hinge commitments Pritchard is validating some kind of “abominable conjunctions” such as ‘I know that my car is parked on the street, and I don’t know there is an external world”, which certainly is an unpleasant consequence. Second, I will argue that a far more problematic aspect of Pritchard’s proposal is his endorsement of the claim that hinge commitments are not (knowledge-apt) beliefs. Finally, I will argue that Pritchard’s strategy leads to a more controversial form of contextualism than some already available in the market.

## Filosofia Analítica da Religião

A filosofia analítica da religião tem desenvolvido um significativo debate sobre diferentes aspectos da atividade e crença religiosa, utilizando os instrumentos formais da lógica moderna e da teoria da confirmação probabilística, além da análise linguística. Nesta mesa-redonda, vamos apresentar cinco trabalhos que exemplificam bem essa área da filosofia analítica atual: começaremos com a discussão acerca do pluralismo como tese acerca da diversidade religiosa, passaremos para a aplicação da abordagem bayesiana à análise do testemunho de milagres e de experiências religiosas, e terminaremos com dois argumentos acerca do problema do mal para a tese da existência de Deus.

### **O Argumento Bayesiano da Experiência Religiosa em favor do Teísmo**

*Agnaldo Cuoco Portugal*

Em *The Existence of God* (1979, 2004), Richard Swinburne traz o argumento da experiência religiosa como o último da sequência de inferências probabilísticas indutivas cumulativas apresentadas em favor da tese da existência de Deus, concebido segundo o teísmo tradicional (inspirado nas três grandes religiões monoteístas).

“Experiência religiosa” nesse argumento é um conteúdo mental tido como causado pela manifestação de um ser divino ou relacionado a um ser divino. O argumento da experiência religiosa pretende tomar relatos de alegadas experiências desse tipo como indício em favor do teísmo. Em termos probabilísticos bayesianos, isso significa que esses relatos confirmam a tese teísta ao aumentar seu grau probabilidade prévia à consideração desse indício. Isso significa dizer que esses relatos (indícios e) se tornam mais prováveis em vista do teísmo (hipótese  $h$ ) do que da negação do teísmo ( $\sim h$ ), considerando-se  $k$  o conhecimento de fundo (o conjunto de afirmações empíricas e a priori levadas em

conta na avaliação comparativa da hipótese), temos o seguinte no teorema de Bayes:

$$P(h/e.k) = (P(e/h.k) P(h/k)) / [P(e/h.k) P(h/k) + [P(e/\sim h.k) P(\sim h/k)]]$$

Elemento essencial do argumento de Swinburne é a passagem da experiência religiosa como relato de um conteúdo mental para asserção acerca de uma realidade extramental que se manifestou ao agente perceptivo e que teria supostamente causado sua experiência. Sem fundamentar essa passagem, pode-se explicar o indício em questão simplesmente como um fato da vida psicológica do agente apenas, ou seja, a hipótese teísta não traria ganho de inteligibilidade ao indício; em termos formais:  $P(e/h.k) < P(e/\sim h.k)$ .

Essa fundamentação se dá, segundo ele, pelo “princípio de credulidade”: “[...] (na ausência de considerações especiais) se parece (epistemicamente) a um sujeito que x está presente, então provavelmente x está presente, o que alguém parece perceber é provavelmente do modo percebido” (Swinburne 1991:254).

Trata-se de um princípio bastante forte, que vai ao sentido obviamente contrário do ceticismo em relação à possibilidade de cognição por meio da experiência. Swinburne está ciente disso e argumenta que o princípio de credulidade é exatamente para evitar que se caia em um “atoleiro cético” quando se tem uma percepção de algo. Normalmente, nas ciências naturais inclusive, se nos parece que uma árvore está presente, então provavelmente uma árvore está presente.

Mas pode ser que o caso não seja normal, ou seja, que estejamos em uma situação especial na qual o princípio de credulidade deixa de valer. Essas seriam de quatro tipos básicos: dois deles se referem a circunstâncias nas quais relatos perceptuais se mostraram inconfiáveis no passado, ou do ponto de vista do sujeito, ou do ponto de vista do objeto. As outras duas restrições se referem à causalidade entre o objeto supostamente percebido e a percepção: se o conhecimento de fundo informa que o objeto da percepção provavelmente não poderia estar presente, então essa é uma circunstância para duvidar da crença formada perceptualmente. Além disso, e por fim, se há razão para pensar que foi

provavelmente outra a causa daquilo que foi percebido, então, temos outra situação limitadora.

Para Swinburne, no caso das alegadas percepções de Deus e nas experiências religiosas de outros tipos, não há porque pensar que elas caem todas nas circunstâncias especiais acima. Os casos nos quais se pode atribuir a crença perceptual religiosa a algum problema no agente perceptivo (estar sob o efeito de drogas, por exemplo) não são os mais comuns. Em segundo lugar, Deus não poderia se manifestar numa experiência apenas se não existisse, e não há argumento forçoso nesse sentido ainda. Em terceiro lugar, se Deus existe conforme afirma o teísmo, Ele é onipresente e será percebido segundo a capacidade de quem o percebe e segundo Sua vontade de se manifestar mais claramente. Por fim, sendo a causa fundamental de tudo, a quarta limitação não se aplica ao caso da percepção teísta.

No entanto, mesmo em vista dessas considerações de Swinburne, podemos ainda fazer os seguintes questionamentos: 1) as diferenças entre experiência religiosa e percepção sensível não seriam suficientes para negar a aplicação do princípio de credulidade às alegadas percepções teístas? 2) as explicações naturalistas das experiências religiosas não diminuem consideravelmente seu poder confirmatório? 3) a diversidade religiosa não coloca problemas muito sérios para a identificação dessas supostas experiências como sendo referentes a Deus?

Na presente apresentação, vou analisar essas objeções e fazer uma avaliação do argumento da experiência religiosa proposto por Swinburne.

### **O mal aparente e o argumento da esquizofrenia moral**

***Alcino Eduardo Bonella***

Esta comunicação analisa e avalia o argumento da esquizofrenia moral:  
Premissa 1 (P1): Uma pessoa humana moralmente conscienciosa deve agir segundo o melhor pensamento moral. (P 2) Agir segundo o melhor pensamento moral humano implica que se deve agir para eliminar ou mitigar o mal aparentemente gratuito no mundo. (P 3) Há mal aparentemente gratuito no mundo.

Conclusão A (CA): Uma pessoa humana moralmente conscienciosa deve agir para evitar o mal aparentemente gratuito no mundo. (P 4) Se o Deus teísta existe, então não existe mal gratuito no mundo. Conclusão B (CB): Dados CA e P4, uma pessoa moralmente conscienciosa teísta deve agir para evitar o mal aparente que ele sabe que não existe realmente. Dois axiomas são assumidos conjuntamente aqui: (I) Axioma Swinburne (S): Aparências indicam, prima face, o que é real; (II) Axioma Naturalista (N): Se devemos agir para eliminar o mal, e se o axioma S é aceito, então devemos tomar o mal aparentemente gratuito como indício sério de existência de mal gratuito a ser eliminado. Para avaliar este argumento consideraremos se é válido, se as premissas são verdadeiras, se os axiomas estão intuitivamente bem estabelecidos e quais alternativas o teísta pode sustentar. O desafio chave é o da incompatibilidade entre a crença no Deus teísta (que nos leva à conclusão de que não há mal gratuito no mundo), e a nossa agência moral conscienciosa (que exige que tomemos o mal aparentemente gratuito como mal real e nos leva à conclusão de que devemos agir para evitar o mal aparentemente gratuito).

### **É o pluralismo possível?**

***Marciano Adilio Spica***

Há três respostas standards dentro da filosofia da religião para o tratamento da questão da diversidade religiosa, a saber, exclusivismo, inclusivismo e pluralismo. Pretendo me focar apenas na última resposta, pluralismo, e discutir suas possibilidades e limites. Na verdade, revisitarei o debate entre Gavin D'Costa, um anti-pluralista, e John Hick, a quem pertence uma das mais influentes teses pluralistas dentro da filosofia da religião, tentando explorar a possibilidade de defesa de uma tese pluralista. Gavin D'Costa, em seu artigo *The Impossibility of a Pluralist View of Religion* e em outros textos, afirma que o pluralismo, ao menos na forma como John Hick o entende, é impossível, já que, para ele, tal pluralismo acaba logicamente sendo um exclusivismo sendo impossível existir “uma coisa chamada pluralismo”. Em *The Possibility of Religious Pluralism: a Replay to Gavin D'Costa*, Hick reafirma a possibilidade do pluralismo e rebate as principais críticas

de D’Costa. Pretendo, primeiramente, reconstruir este debate, mostrando que as respostas de Hick respondem apenas parcialmente às críticas de D’Costa. Ao final, apresentarei uma abordagem pluralista que, a meu ver, dá conta de responder às críticas de D’Costa e, portanto, torna possível a defesa do pluralismo sem cair nas armadilhas que a tese de Hick pode proporcionar.

### **Bayes e o testemunho de milagres**

*Rogel Esteves de Oliveira*

Em sua famosa crítica na seção X, “Of Miracles”, de seu “Enquiries Concerning Human Understanding” (1748/77), Hume moldou indelevelmente a pauta de discussão quando o tema é a aceitação (racional) ou não de um testemunho de milagre, sendo, por isso, ponto de partida obrigatório para o tema. Partindo de uma definição de “milagre” como uma “transgressão de uma lei da natureza por uma vontade particular de Deus, ou pela intervenção de algum agente invisível”, Hume propõe várias críticas contundentes à aceitação racional de um (ou vários) testemunho(s) de que um evento miraculoso aconteceu – mesmo assumindo a compatibilidade lógica entre a existência de leis naturais e a ocorrência de milagres. (Sua crítica, portanto, não é lógica, mas epistemológica (cf. Swinburne 2003, p. 23)). A principal crítica – central para as discussões posteriores – é a de que a evidência que sustenta a crença em uma lei natural é tão grande e avassaladora, que qualquer evidência testemunhal de que um evento miraculoso ocorreu é insuficiente para contrabalançá-la e estabelecer racionalmente tal ocorrência. No melhor dos casos – na hipótese de um testemunho maximamente confiável –, haveria um mútuo cancelamento dos dois corpos evidenciais em conflito, forçando uma suspensão de juízo; na realidade geral, porém, a qualidade da evidência testemunhal é tão precária e inferior à evidência da lei natural, que estamos justificados em crer que nenhuma violação à lei natural ocorreu. Ora, a crítica de Hume e as respostas que ela suscita podem ser todas reformuladas em termos probabilísticos – como tem sido de fato o caso (cf. Earman 1993, 2000; Sobel 1991, 2004; Swinburne 1979/2004, 2003). Este paper se concentrará, ainda que não de modo exclusivo, na avaliação da resposta que Richard Swinburne dá à



crítica humeana, com seu uso da importante ferramenta do teorema de Bayes, derivado do cálculo tradicional de probabilidades. Swinburne (2003, 2004), com efeito, sugere que interpretemos a crítica de Hume em termos de uma oposição entre a evidência testemunhal (e) (da ocorrência de um milagre) e a evidência de fundo (k), que, para Hume, consistiria basicamente na evidência das leis naturais. A hipótese (h) da ocorrência de um milagre teria uma probabilidade inicial extremamente baixa ou irrisória, dada a evidência de fundo (i.e.,  $P(h/k)$  seria muito próxima de zero), o que tornaria praticamente nula a força evidencial do testemunho (e) para a probabilidade posterior da hipótese ( $P(h/e \ \& \ k)$ ), segundo o teorema bayesiano. Swinburne aponta, porém, que, entre outros “erros menores” da crítica de Hume, seu “pior erro” foi considerar que a evidência de fundo (k) consiste apenas na evidência das leis naturais. Hume teria de levar em conta, como evidência de fundo, toda a evidência relevante, em especial toda a evidência da teologia natural (não incluída a evidência sobre milagres), que, para Swinburne, dá sustentação probabilística significativa para a existência de Deus. A probabilidade inicial da hipótese da ocorrência de um milagre ( $P(h/k)$ ) altera completamente caso a evidência de fundo inclua (também) a evidência da existência de Deus – que causa e sustenta as leis naturais – ou apenas a evidência das leis naturais. O teorema de Bayes nos obriga a levar em conta toda a evidência relevante! Isto também traz consequências, aponta igualmente o teorema, sobre quão forte ou confiável deve ser a evidência testemunhal (e) para causar um incremento significativo à probabilidade posterior da hipótese de ocorrência de milagre ( $P(h/e \ \& \ k)$ ). Neste ponto, ao avaliar a qualidade de testemunhos, Swinburne (2001, 2003, 2004) faz uso do que ele chama de “Princípio do Testemunho”, derivado, em última instância, de T. Reid (1822). Segundo este princípio, uma instância de testemunho deve ser aceita como verdadeira, a menos que haja evidência significativa em contrário (i. e., a presença de “derrotadores”). Embora aceito por vários autores (cf. Coady 1992), este princípio “não-reducionista”, entretanto, tem sido questionado seriamente pelos chamados “reducionistas” em epistemologia do testemunho (cf. Fricker, 1994), para quem evidência “positiva” deve estar presente para a aceitação justificada

de uma instância de testemunho. Nossa avaliação da resposta bayesiana de Swinburne a Hume também abordará esta importante questão.

### **Teísmo Cético 2.0**

***Sérgio Miranda***

O Teísmo Cético é um tipo de resposta ao problema do mal segundo o qual não estamos em uma posição epistêmica favorável para avaliar se os males aparentemente gratuitos são realmente gratuitos. Esse tipo de resposta ao problema do mal tem sido colocado sob escrutínio desde a década de 1980 e duras críticas surgiram desde então. Chamo de Teísmo Cético 2.0 a proposta teísta cética inicial acrescida das respostas que foram oferecidas aos críticos nos últimos tempos. Entre essas críticas destaca-se a acusação de que o Teísmo Cético acarretaria um tipo de paralisia moral, uma vez que o crente, dada o seu acesso limitado ao conjunto de bens maiores que Deus poderia visar ao permitir algum mal, não pode decidir se o impedimento da ocorrência de algum mal seria ou não uma ação correta. A minha intenção na apresentação é sistematizar e avaliar a consistência e solidez desse Teísmo Cético reforçado, particularmente pela consideração das respostas de Stephen Wykstra às objeções levantadas contra o seu teísmo cético, entre as quais a objeção de que o teísmo cético acarreta uma paralisia moral.

## Leibniz, Hilbert, Wittgenstein: Variações sobre o conhecimento simbólico

### A concepção simbólica da aritmética no *Tractatus* de Wittgenstein

*João Vergílio  
Gallerani Cuter*

Segundo o professor Sören Stenlund, "a concepção simbólica da matemática nos oferece uma perspectiva a partir da qual a unidade da filosofia da matemática de Wittgenstein torna-se visível". A concepção simbólica, que o professor Stenlund tão bem identifica e caracteriza na filosofia produzida a partir dos anos 30 (da fase intermediária em diante, portanto), já estaria ao menos em parte presente na obra de juventude de Wittgenstein, o *Tractatus Logico-Philosophicus*. Esta presença poderia ser evidenciada de dois modos. Em primeiro lugar, pelo fato de no *Tractatus* a matemática ser toda ela constituída por pseudoproposições – formações simbólicas com uma aparência proposicional, mas destituídas de qualquer conteúdo descritivo. Em segundo lugar, pelo fato de não veria na "sintaxe lógica da linguagem" (termo introduzido pelo próprio Wittgenstein, no *Tractatus*, e posteriormente apropriado por Carnap) a mera descrição de regras para a combinação e transformação de sinais gráficos e o estudo das propriedades de sistemas de sinais assim concebidos. A ênfase seria posta por Wittgenstein numa certa atividade de manipulação simbólica – no uso significativo que fazemos dos sinais. Embora não discorde destas ideias, creio que elas merecem um maior desenvolvimento, pois a exploração desse tópico é capaz de revelar aspectos importantes da filosofia matemática do *Tractatus* que, embora mostrem de fato alguma coincidência com os resultados da filosofia da matemática produzida por Wittgenstein a partir dos anos 30, mostram também as enormes diferenças que serão características da fase madura de sua filosofia. Será necessário, para isso, explorar o sentido exato em que " $5+7=12$ " deve ser considerada, no *Tractatus*, uma pseudoproposição, e as relações que essa

pseudoproposição mantém com a sintaxe lógica da linguagem. O Pensamento (no qual toda e qualquer linguagem deve poder se projetar) incorpora necessariamente a possibilidade de expressar todas as proposições em que, na nossa linguagem, usamos os sinais "5", "7" e "12", e essas proposições mantêm entre si relações logicamente necessárias que podem ser expressas pela regra de substituição que, na nossa linguagem, permite a substituição do sinal "5+7" pelo sinal "12".

## Philosophical issues in laws of nature: Metaphysics And Epistemology

Laws of nature (or scientific laws) are central to the sciences, especially to fundamental physics. They provide the explanatory backbone of the sciences by grounding explanations, causal relations, predictions, and counterfactuals. They are intimately related to natures of time, space, and objective probability. While it is the task of scientists to discover what laws there are, it is the task of philosophers to provide accounts of what laws are, i.e. what makes a generalization or equation express a law? As Hawking puts it, “What breathes fire into the equations?” Addressing this question involves attention to current work in both metaphysics and epistemology. The goal of the conference is to bring together philosophers working on these topics in Argentina and Brasil to interact and exchange views.

### **Philosophical Issues in Laws of Nature: Metaphysics and Epistemology**

*Bruno Borge*

Ontic Structural Realism (OSR) takes many forms. Some are eliminative: objects are completely ruled out of the ontology. According to non-eliminative OSR, instead, we must retain objects in our metaphysical picture, but not assign them ontological priority over relations. One way of putting this idea to work is to follow Esfeld’s suggestion that “the fundamental physical structures possess a causal essence, being powers” (2009: 179). This approach to non-eliminative OSR faced many objections (e.g. Psillos 2012; Chakravartty 2017) and inherited some others from dispositionalism (Armstrong 1997; Lowe 2010). One of the problems that received little attention, even among friends of powers, is the effectiveness of dispositionalism in accounting for the role of symmetry principles and conservation laws in modern physics, as constrains to the standard or regular laws.

The main goal of this paper is to present a proper metaphysical framework to account for the role of symmetries and conservation laws in modern physics. This is a central issue for the cited approach to non-eliminative OSR, but also for

anyone who is sympathetic to a metaphysics of powers, since many critics have claimed that dispositionalism cannot account for symmetries and conservation laws (e.g. Fine 2002, Livanios 2010). Even a dispositionalist like Bird suggested we might have to “accept the mystery” that symmetries represent and treat them as pseudo-laws, that will eventually be eliminated from future science (2007: 213-14). From within eliminative OSR, French (2014) takes this result as a *reductio* against dispositionalism and argues for an ontology that acknowledges the centrality of symmetries and conservation laws taking them as features of the fundamental structure of the world. In a more moderate fashion, Berenstain (2016) believes that the lesson to be learned from the centrality of symmetries is that (at least some) natural properties have higher-order mathematical properties as part of its essence. While I believe that this approach is well oriented, much more has to be done — both in metaphysics and in the study of specific cases— in order to show that dispositionalism can account for the role of symmetries and conservation laws in modern physics.

My solution is to put forward a novel notion of ontological dependence which distinguishes dependence regarding existence from dependence regarding identity. In a nutshell, symmetries depend on a basic dispositional structure —i.e. a specific conserved quantity— in the former sense, but the dispositional structure depends on symmetries in the latter. I analyze Noether's theorem in the light of this approach.

## References

- Armstrong, D. M. (1997). *A world of states of affairs*. Cambridge University Press.
- Berenstain, N. (2016). What a structuralist theory of properties could not be. In A. Marmodoro & D. Yates (Eds.), *The metaphysics of relations*. Oxford: Oxford University Press.
- Bird, A. (2007). *Nature's metaphysics: Laws and properties*. Oxford University Press on Demand.
- Chakravartty, A. (2017). Particles, causation, and the metaphysics of structure. *Synthese*, 194(7), 2273-2289.

- Fine, K. (2002). "The Varieties of Necessity", in T. Gendler & J. Hawthorne (eds.), *Conceivability and Possibility*. Oxford: Oxford University Press, 253–281.
- French, S. (2014). *The structure of the world: Metaphysics and representation*. Oxford University Press.
- Livanios, V. (2010). Symmetries, dispositions and essences. *Philosophical Studies*, 148(2), 295-305.
- Lowe, E.J. (2010) 'On the Individuation of Powers', in A. Marmodoro (ed.), *The Metaphysics of Powers: Their Grounding and Their Manifestations*, New York: Routledge, 8–26.
- Psillos, S. (2012). "Adding Modality to Ontic Structuralism: An Exploration and Critique." in E. Landry and D. Rickles (eds), *Structure, Object, and Causality*, Western Ontario Series in Philosophy of Science; Dordrecht: Springer, 169-186.

**Intuición, visualización y captación de leyes de la naturaleza en los experimentos mentales/Intuition, visualization and the grasp of laws of nature in thought experiments**

***María Guadalupe Mettini***

The execution of a thought experiment in factual sciences consists in the representation of a possible scenario and in the imaginary manipulation of variables. It is carried out entirely in the imagination and makes it possible, at least in principle, to extract consequences about physical phenomena. The epistemological problem of thought experiments consists in establishing the foundations of the knowledge of the natural world that they can provide. There are two clearly differentiated perspectives: the empiricist, who states that its epistemic scope matches with an argument and that the foundation of the kind of knowledge invoked is the previous accumulated experience; and the a priori perspective according to which thought experiments transcend empiricism and provide a priori knowledge about the physical world. Brown (1991, 2011) offers a Platonist version of the second thesis. His view establishes that, in a few cases, thought experiments allow us to grasp laws of the nature. Brown also subscribes the thesis according to which laws are relations between universals that subsist independently of their

instances. My purpose is to explore the relationships between these three theses. I argue that to give an explanation of how thought experiments works consistent with these commitments, Brown must specify the relation between the representation of an imaginary scenario and the insight of laws of nature. I explore three possible interpretations of this: a) the representation of an imaginary scenario allows an inductive inference from an exemplary case (or a priori phenomenon to the law); b) the visualization of an imaginary scenario works in a similar way to the platonic allegory, allowing a qualitative leap to the realm of abstract entities c) rational intuition is like sensible perception. I dismiss the three options arguing that: 1) the notion of a priori phenomena does not hold in the theoretical framework assumed by Brown and even if that could be maintained, it would not be explanatory of how a process of visual representation in the imagination allows us to intuit abstract entities; 2) b it is not an intelligible explanation of the process of acquisition of knowledge; 3) c is not a plausible interpretation given the limitations of this analogy, particularly because unlike visual perception intellectual intuition lacks correction criteria.

### **Philosophical issues in laws of nature**

*Pedro Merlussi*

There are two widespread views in debates about the metaphysics of laws of nature and natural properties: the Humean view and the anti-Humean one. According to Humeans, the facts that constitute the world involve only qualities, quantities, and relations that are occurrent, where “occurrent” means different things to different philosophers who call themselves “Humeans”. What they all have in common is that they want to exclude any kind of modal features. There are no causings, no necessitating, no doings, no making-things-happen-ings. When it comes to laws of nature we have the same motivating idea. Laws, for Humeans, are powerless; they do not “govern” the world, that is, they do not make things happen. Rather, they are just special regularities that encompass a good many other regularities. Anti-Humeans, on the other hand, defend a less austere claim about the make-up of the world, for the world includes at least some modal



features. And the same goes for laws of nature. According to several accounts, laws govern the world and make things happen, rather than just systematising it.

This debate about the metaphysics of laws of nature and natural properties seems to affect debates about the possibility of free will (Beebe 2000, 2001; Gustavson 2017). For example, according to compatibilists, the existence of deterministic and universal laws is no threat to our acting freely. And some compatibilists appeal to the Humean view of laws in order to justify that claim (Beebe and Mele 2002; Beebe 2013). After all, it is not the business of laws to govern; what they have to do is just to systematise facts. So, if laws just systematise our actions – rather than governing them – they are not a particular threat to free will. On the other hand, incompatibilists seem to rely on a governing view of laws. If deterministic and universal laws govern our actions, they do not seem to be “up to us”.

My claim in this talk is that incompatibilists need not adopt an anti-Humean view of laws. I will show, in particular, that incompatibilism can be justified based on a Best System Account (BSA). However, although I adopt a non-governing view of laws, I do not endorse the Humean view about the make-up of the world. Rather, I think that, at bottom, the world include potencies, that is, properties that are essentially dispositional. This gives us a Potency Best System Account (Demarest 2017; Kimpton-Nye 2017). I will show that this version of the BSA allows one to justify the necessary truth of a quite controversial premise of the main argument for incompatibilism: the consequence argument. That is, I will demonstrate that, given dispositional essentialism and the claim that laws are deterministic and universal, the premise that the laws are not “up to us” is necessarily true. Moreover, I will show that the traditional Armstrong/Tooley/Dretske view does not justify this premise.

After articulating a Potency Best System Account with the thesis that there is free will, I show how this account has advantages over the traditional libertarian accounts. Traditional libertarians need to deal with the luck argument, an argument for the claim that the denial of determinism is also incompatible with free will. In the final part of this talk I will refute the explanatory formulation of that argument (Mele 2006, 2017).

## **¿La Inferencia a la Mejor Explicación conduce a un realismo de leyes?**

***Roberto Miguel Azar***

El realismo nomológico –realismo acerca de leyes– es una postura metafísicamente más fuerte que el humeanismo, pues establece que hay ‘algo’ en el mundo que el humeanismo niega. Siguiendo a Mumford, lo que es esencial para que una teoría sea realista nomológica es que las leyes sean entendidas como una “adición de ser” (Mumford 2004: 67). Deben ser algo más que las regularidades o patrones que puedan ser encontrados en el mundo, y deben jugar algún rol en la determinación de sus instancias, en lugar de estar enteramente constituidas por estas. Muchos concuerdan en el hecho de que vivimos en un mundo regular u ordenado que, como Stevens dice, “lleva armonía y belleza al mundo natural”. Resulta un tanto chocante, prima facie, atribuir semejante maravilla al azar cósmico. Tanto es así que, a partir de la constatación de la regularidad (u orden) del mundo natural, los realistas nomológicos no dudan en argumentar que de ella se puede inferir la existencia de leyes de naturaleza como su explicación y fundamento, cayendo muchas veces en versiones circulares del argumento, como, por ejemplo, aquella que sostiene que “aunque no es lógicamente conclusivo, el comportamiento legal del universo es la mejor evidencia de que hay necesidades nómicas” (Armstrong 1878: 161).

Otra manera de presentar el debate podría comenzar recordando que el término griego νόμος –nómos– significa ‘ley’, de modo que en el ámbito de la Filosofía de la Ciencia serán realistas nomológicos aquellos autores que crean que las leyes naturales existen efectivamente en la realidad, mientras que asumirán una posición antirrealista nomológica quienes nieguen la existencia objetiva de tales leyes de naturaleza o al menos se mantengan agnósticos con respecto a ellas.

La disputa entre realistas y antirrealistas nomológicos se ha plasmado en la formulación de diversos argumentos y contraargumentos que alcanzan tópicos tan heterogéneos como la modalidad, la inducción y la misma práctica científica. En ese marco es frecuente tomar al principal argumento del Realismo Nomológico (RN), el llamado argumento nomológico, por una instancia de la IME, mientras que

el Antirrealismo Nomológico (AN) se considera una alternativa escéptica respecto de las leyes naturales fundamentada por razones independientes. Una versión regimentada del argumento nomológico establecería lo siguiente:

[AN]

(R) El mundo natural es regular.

(L) La existencia de las leyes de la naturaleza fundamenta R.

L es la mejor explicación disponible de R, por lo tanto, las leyes de la naturaleza existen.

Este esquema recoge las intuiciones comunes a buena parte de las presentaciones del argumento nomológico en la literatura especializada, a saber, que el argumento como tal es una IME, y que dicha inferencia va desde la regularidad de la naturaleza a la existencia de las leyes.

El presente trabajo se propone revisar la imagen anterior del debate Realismo vs. Antirrealismo Nomológicos a la luz de una nueva versión de la IME a la que llamaré la 'IME revisitada'. De acuerdo con esta, la IME debe ser entendida como un proceso inferencial bifásico que posee un componente accidental y otro esencial:

(a) la abducción que podría ser comprendida, analógicamente, como una suerte de accidente necesario, en términos cuasi platónicos, en el sentido de que la "conformación del lote de explicaciones potencialmente explicativas de una evidencia empírica intrigante" constituye una condición necesaria –aunque no suficiente– para la aplicación de una IME completa. Dicho de otro modo, el insight abductivo es la fase inicial de la IME y efectiviza un primer filtro racional que hace desaparecer del horizonte explicativo muchas hipótesis lógicamente posibles que serían igualmente compatibles con la evidencia;

(b) la selección propiamente dicha, por su parte, constituye la esencia de la IME, en la medida en que este segundo (y definitivo) filtro racional selecciona, a partir de la lista obtenida en (a), la favorecida como la mejor explicación. Es en esta segunda fase donde se lleva a cabo la ponderación de aquellas virtudes explicativas resaltadas oportunamente por Peter Lipton (1991). Especialmente valorada, dentro de esas virtudes explicativas, es la que Lipton denomina

“loveliness”: a pesar de que su caracterización sea oscura, podemos entenderla como aquella cualidad explicativa que garantiza la mayor ‘comprensión potencial’ de la evidencia disponible.

Este trabajo evaluará el ‘argumento nomológico’ en conexión con la ‘IME revisitada’ para determinar si esta última conduce (o no) necesariamente a una postura realista nomológica. Para hacerlo, seguiremos el siguiente itinerario: tras exponer detalladamente el argumento nomológico, dando cuenta tanto de sus diversas formulaciones como de la estructura común que le ha valido su identificación con la IME, se presentarán los rasgos distintivos de la ‘IME revisitada’ (en particular, se enfatizará la necesidad de diferenciar una inicial ‘fase abductiva’ de una posterior ‘etapa selectiva’) para, finalmente, defender la tesis principal de este trabajo: la ‘IME revisitada’ es perfectamente compatible con conclusiones antirrealistas nomológicas (en cualquiera de sus variantes). En efecto, son los supuestos metafísicos de base portados por el argumentador ocasional los que determinan, en la fase propiamente selectiva, la elección de una u otra explicación como la que posee el mayor grado de “loveliness” o encanto explicativo.

## **As leis da natureza e os casos de Tooley**

***Rodrigo Reis Lastra Cid***

Os objetivos desta apresentação são: (1) apresentar quatro teorias com relação à natureza das leis naturais, (2) mostrar que apenas uma delas é capaz de responder satisfatoriamente aos Casos de Tooley e (3) indicar por que tais casos são relevantes para a nossa ontologia. Estes objetivos são importantes, pois o conceito de "lei natural" é utilizado em muitos, se não todos, os domínios das ciências e em muitos domínios da filosofia; e, se tais casos forem possíveis, eles serão situações que precisariam ser adequadamente descritas. Se uma e apenas uma teoria puder descrever tais casos adequadamente, haverá fortes razões para preferir tal teoria frente às outras. Essa apresentação faz parte de uma série de workshops sobre leis da natureza.

## Wittgenstein and Pyrrhonism

Wittgenstein has engaged with skeptical arguments in a variety of contexts, especially in *On Certainty*. In this round table, we propose to examine Wittgenstein's engagement not with skepticism in general, but with Pyrrhonism in particular. We will consider to what extent his examinations can be thought of as part of Pyrrhonism or neo-Pyrrhonism. The outcome should clarify not only certain significant aspects of Wittgenstein's thought, but also, more generally, of Pyrrhonism and neo-Pyrrhonism as live philosophical stances.

### Wittgenstein and neo-Pyrrhonism

*Guadalupe Reinoso*

Discussions about the ways in which the skeptical legacy was discussed in the 20th century have focused on distinguishing two different forms of skepticism. On the one hand, the Cartesian legacy that was developed within a philosophical project to justify the possibilities of our knowledge. On the other hand, the Pyrrhonian legacy was focused on not constructing any theory and on suspending judgment. Making these distinctions not only matters to understand the historical origins and the differences that both would present in the scope of their philosophical projects, but also to delimit the scope of both projects -or orientations- at present.

In this sense, Robert Fogelin (1994) distinguished between philosophical skepticism and skepticism about philosophy to present the differences between the Cartesian version and the Sextus Empiricus's version in these terms:

“When speaking of a philosophical skeptic we might have in mind someone who doubts things—or calls things into question—on philosophical grounds. In this way of speaking, philosophical skepticism is philosophical because philosophy is the source of the skepticism. We could also speak about someone being a philosophical skeptic in order to indicate that he or she is skeptical about philosophy, just as we say that someone is a religious skeptic in order to indicate

that he or she is skeptical about religion. In this second way of speaking, philosophical skepticism is philosophical because philosophy is its target”, (Fogelin, 1994, p. 3).

Pyrrhonian skepticism, in its latest form as represented in the writings of Sextus Empiricus, uses self-refuting philosophical arguments, taking philosophy as its target, (cf. Fogelin, 1994, p. 3).

The second important point, to describe Pyrrhonian skepticism is the main role of the suspension of judgment. Fogelin takes position in the discussion about the rustic Pyrrhonism interpretation and the urbane Pyrrhonism interpretation. He understood the Sextus’s proposal as an urban Pyrrhonism in the sense that “philosophical skepticism with skepticism about philosophy, that is, to have doubts about philosophy on the basis of philosophical arguments” (1994: 3). For this interpretation, Fogelin focuses on the Agrippa’s problem -especially in three of the modes, return to infinity, circularity and arbitrary hypothesis- which arise from the philosophical reflection on our ordinary epistemic practices. His conclusion is that the theories of justification that he considers cannot solve it, so the judgment is suspended. However, this type of skepticism does not cast doubts about our common sense beliefs; it only cast doubts about the philosophical thesis.

Another way of understanding neo-Pyrrhonism is the one held by Porchat (1991) and focuses on a different Agrippa’s mode: the mode of disagreement. Therefore, the suspension of judgment arises because it is not possible to establish a criterion of agreement on the philosophical arguments. Porchat shares two ideas with Fogelin: the distinction between Cartesian skepticism and the skepticism of Sextus and the restriction of the suspension of judgment only on philosophical thesis. Both, Porchat and Fogelin, are called neo-Pyrrhonics mainly because they adopt an urban interpretation of Pyrrhonism. Following Frede, Porchat and Fogelin understand that the Pyrrhonics do not hesitate to give their assent to the beliefs of the common life and problematize only the beliefs that are rationally justified.

In this general way of presenting neo-Pyrrhonism we can think that in “On Certainty” Wittgenstein is a good example of it: he has a strong opposition to dogmatism, especially in showing the fragility of human reason; he only discusses Cartesian skepticism although he makes implicit approaches of knowledge to

Pyrrhonism (Smith 1993, 2016; Pritchard, 2016); he has a preference for ordinary life, for the ordinary way of knowing; and disagreement is an important topic in his last work. Nonetheless, he presents a new radical way of understanding philosophical problems as linguistic problems. In this respect, Wittgenstein introduces two important methodological concepts: philosophical nonsense and dissolution of philosophical problems. My purpose in this paper is to discuss the possibility of interpreting Wittgenstein as neo-Pyrrhonic from the analysis of these methodological elements, which are very different from those used by Sextus Empiricus.

### **Wittgenstein and Pyrrhonism**

***Otávio Bueno***

The connections between Wittgenstein and skepticism are varied and complex. Throughout his writings, one finds the use of a number of skeptical arguments, such as underdetermination considerations (regarding certain conceptions about meaning), arguments based on relativity (regarding language games), and more generally, arguments based on the difficulties to establish universal criteria (regarding what it takes to follow a rule). But also prominent in Wittgenstein's writings are attempts to undermine skeptical doubts, particularly in *"On Certainty"*, with the use of hinge propositions. No wonder it is so puzzling to determine precisely what stance Wittgenstein has toward skepticism. In this paper, I will consider the extent to which Wittgenstein can be thought of as a Pyrrhonist or a neo-Pyrrhonist. After clarifying what it takes for a stance to be Pyrrhonist or neo-Pyrrhonist, I argue that Wittgenstein's approach does not square well with either. Despite challenging certain dogmatic claims, the project Wittgenstein articulates does not aim to generate suspension of judgment (as central to Pyrrhonism), nor does it provide a form of understanding that results from the critical philosophical engagement with rival views (as crucial to neo-Pyrrhonism). As usual with Wittgenstein, he is doing something quite his own. I conclude with an examination of how certain of his considerations can be used to illuminate both Pyrrhonism and neo-Pyrrhonism.

## **Neo-Pyrrhonian Reflections on Perceptual Knowledge**

*Plínio Junqueira Smith*

The main purpose of this paper is to present an updated of ancient skepticism: Pyrrhonism. It focuses on the issue of the epistemic value of perception. Is perception a reliable way to obtain knowledge about the world? Most philosophers attribute an epistemic value to perception; some deny it; a few, like neo-Pyrrhonists, suspend judgment. The latter refuse to endorse any available philosophical theory, including those who deny any cognitive value to perception, and philosophical dissatisfaction is the immediate result of their intellectual experience, while accepting the ordinary role of perception in ordinary knowledge. However, engaging in ordinary practices of knowledge does not constitute a philosophy of perception based on the ordinary concept of perception. This skeptical experience, on the other hand, has deep, important impacts on us, as well as some philosophical payoffs.



## **Trabalhos Individuais**

## Epistemologia

### **Precisamos falar sobre injustiça epistêmica**

***Adriano Lucas Conceição Nunes***

Surge nos últimos tempos, na epistemologia social, ramo da epistemologia, um debate muito forte acerca da questão da injustiça. Tema muito discutido em diversos campos de conhecimento e que parece ser muito caro a todo e qualquer ator social médio. Uma pergunta que parece fazer sentido em primeiro momento, é: “O que injustiça tem a ver com a epistemologia?” E a resposta parece surgir a partir da análise das nossas tarefas epistêmicas. A prática de aquisição, processamento, manutenção e transmissão de conhecimento são essencialmente sociais, e possuem a capacidade de serem influenciadas a depender da forma como membros de determinada comunidade interagem e pela forma que essa comunidade está disposta socialmente. E esse foi um problema que a filósofa Miranda Fricker concentrou seu trabalho nos últimos anos, dividido entre o seu livro “Epistemic Injustice” e alguns artigos, ao desvelar o que ela chamou de injustiça epistêmica e estabeleceu duas categorias de injustiça que são fundamentais para se situar dentro da discussão. A primeira é a injustiça testimonial que, segundo a autora acontece, de forma intencional ou não, quando nos deparamos com um emissor dizendo algo a um ou mais receptores e, devido a esse ou esses receptores carregarem preconceitos acerca do grupo social (etnia, gênero, faixa-etária) qual o emissor faz parte, acabam tirando a credibilidade do seu discurso. Enquanto a segunda injustiça, a injustiça hermenêutica, se trata da impossibilidade de membros de certos grupos sociais terem acesso à compreensão de certos conceitos, por estes não serem compartilhados de forma eficiente na esfera social tendo, desta forma, a impossibilidade de expressar sua visão ou sentimentos para outros grupos sociais.

Com o seu posicionamento, a autora mostra a importância de se estar atento ao que acontece na sociedade em termos de formação e composição do

conhecimento. Pensar o que propõe Fricker se mostra imprescindível na edificação do diálogo atual sobre todas as questões que surgem a partir do movimento de desconstrução social qual vivemos, como tratar política, racismo, desigualdade social, gênero e violência contra a mulher e diversos outros temas, nos termos propostos pela autora. A discussão passa, sobretudo, pela necessidade de se constatar que as nossas atividades epistêmicas estão diretamente vinculadas às práticas sociais que dizem respeito a um todo. E com isso perceber que são práticas que podem ser usadas como ferramenta de transformação social, em sentido amplo. Seja no judiciário, a partir da verificação das formas de produção de provas testemunhais ou em relações de violência contra a mulher, se faz necessário estarmos preocupados em falar sobre questões que podem influenciar positivamente no modo de viver de grupos excluídos por questões nem sempre evidentes. Nesta apresentação, pretendo portanto discutir algumas ideias de Fricker sobre injustiça epistêmica e buscar argumentar à favor da importância de ampliar a pesquisa e discussão sobre este tema, discussão esta que deve ser feita não somente dentro da comunidade filosófica mas também com a sociedade em geral.

### **Agência Epistêmica e o Valor da Reflexão**

***Ana Margarete Barbosa de Freitas***

Em geral, dizemos que seres humanos são agentes epistêmicos, pois agem intencionalmente, tem razões, consciência reflexiva e são livres para escolher e decidir no que acreditar. A noção de agência epistêmica envolve reflexão, no sentido em que quando refletimos, nossas crenças são tipicamente formadas por meio de um processo deliberativo que reflete uma capacidade de escolha do curso da ação, permitindo-nos exercer um controle sobre ela. Desse modo, parece haver uma conexão entre formação de crença reflexiva e agência epistêmica. Muitos filósofos consideram que os seres humanos são agentes epistêmicos, pois: i) possuem a capacidade de formar crenças de segunda ordem, justificando e garantindo suas crenças através do escrutínio reflexivo; ii) estão aptos a oferecer razões para as suas ações, pois eles teriam considerados seus estados de

primeira ordem e escolhido livremente o curso dos seus atos – nesse caso, seus atos não podem ser o resultado de impulsos, instintos, reflexos, etc. Filósofos, como Ernest Sosa, atribuem à reflexão um papel fundamental na nossa vida intelectual e cognitiva. Para Sosa, a ausência do conhecimento reflexivo acarretaria a perda do aspecto desejável da coerência e do entendimento das ações, visto que a reflexão requer que o conhecedor tenha uma perspectiva epistêmica de sua crença, pela qual ele possa ver essa fonte como confiavelmente condutiva à verdade. Sosa estabelece uma distinção entre conhecimento animal e conhecimento reflexivo, na qual o primeiro é caracterizado como crença apta, isto é, uma crença que é corretamente atribuída à competência do sujeito exercida nas suas condições apropriadas, e o segundo tipo, o conhecimento reflexivo, exige não apenas crença apta, mas uma crença apta defensável, no sentido em que o agente tenha um amplo entendimento da sua crença, o endosso perceptivo da confiabilidade das fontes, obtido através do escrutínio reflexivo. A literatura recente em filosofia tem trazido contribuições que contestam o valor da reflexão para a aquisição de conhecimentos sobre o mundo e para a condução de ações. Filósofos, como Hilary Kornblith têm afirmado que nós não deveríamos ser tão entusiásticos sobre o valor da reflexão e que os filósofos que defendem uma perspectiva diferente desta pertencem a uma tradição que valoriza e compreende mal o papel da reflexão humana. Kornblith afirma que a reflexão não tem poderes especiais para as nossas performances cognitivas e agenciais, e isso nos leva às seguintes questões: é o escrutínio reflexivo uma ação mental genuína? Qual o valor da reflexão? Em que medida podemos sustentar a noção de agência epistêmica? De modo que a consciência reflexiva é fundamental para a compreensão do que entendemos por agentes epistêmicos, o objetivo deste trabalho é analisar a confiabilidade da atividade reflexiva na satisfação dos objetivos epistêmicos, defendendo uma perspectiva deflacionada do conceito de agência epistêmica e dos processos reflexivos.

## **Neo-Pyrrhonism: a defense**

**Bruno Coelho**

In this paper we focus on the ancient skepticism, offering a Pyrrhonian approach to epistemology. The structure of the paper is as follow. First, we present a basic characterization of Pyrrhonism and evaluate objections commonly made against its plausibility. Next we argue that pervasive disagreement in philosophy could be taken as an important indication of the ineffectiveness of philosophical inquiry in finding answers to central questions, which should lead, according to a pyrrhonian, to the suspension of judgment. We end considering the neo-Pyrrhonism advocated by philosophers such as Oswaldo Porchat and Robert Fogelin.

### *A basic characterization*

The main feature of pyrrhonian skepticism is the suspension of judgment. This suspension, nevertheless, occurs at the end of investigation; after considering various philosophical theories, the arguments for and against, the pyrrhonian concludes that neither side offers a satisfactory answer. In this sense, the old skeptics were researchers, do not affirming that knowledge exist, but also not denying. They offer no definition of knowledge, because in doing so, they would be similar to ""dogmatic"" philosophers.

Another central aspect of Pyrrhonism is the relation between epistemology and ethics. According to Sextus Empiricus, the aim of investigation is the tranquility of soul (ataraxia). The skeptic, similar to other philosophical schools of antiquity, argue that we should be free from preoccupations raised by philosophical theories. In that sense, the skeptic lives an ordinary life.

### *Hume's Objection*

Can Pyronism live its life? If no knowledge is possible as it seems to imply, then the acceptance of this skepticism would lead to a paralysis, or worse, to an unethical life. In the history of philosophy there are several criticism in that vein. One of the most important critics is, ironically, a skeptic: Hume. He argues that Pyrrhonism is impractical, because we can't live a life without holding beliefs.

In response to that objection, Sextus made a distinction between philosophical and ordinary beliefs. Since we cannot be sure about specific

philosophical theories, we at least can live our lives as ordinary persons. For instance, in ordinary life we don't doubt the existence of motion, even though we can in theoretical matters argue what the motion is. In response to Sextus we could ask: the distinction between ordinary and philosophical beliefs can save the Pyrrhonist? If we can't provide a clear cut distinction between ordinary and philosophical beliefs, than anyone defending Pyrrhonism in epistemology would be in a serious risk of being undermining his own attitude.

#### *Disagreement*

In philosophy we have millenia of philosophical argumentation and a deep disagreement about most of the central questions. The reasons for that state of affairs are numerous, and recent considerations in the epistemology of disagreement began to ask what is the correct metaepistemological response. In *Outlines of Pyrrhonism*, Sextus Empiricus expose a mode of argumentation who consider disagreement. Not surprisingly, he defends that when we encounter disagreement over a philosophical problem and consider reasons for and against its main theories, we should suspend our judgment, because none of them offer a satisfactory response. In that sense, Pyrrhonism is not just a form of philosophical skepticism, but as position who is skeptical of philosophy as a theoretical endeavor.

#### *Neo-Pyrrhonism*

Can Pyrrhonism be a contender in the contemporary landscape of epistemology? To respond this question we will evaluate two philosophers who dedicated attention and defended some form of Neo-Pyrrhonism: R. Fogelin and O. Porchat. To explain their arguments in detail we should acknowledge first two versions of Pyrrhonism: rustic and urbane (Barnes 1997: 60-62). The rustic version of is associated with ancient philosophers, and in a common definition, defends that we can't have knowledge. The urbane version, on the other hand, defends that we should suspend our judgment about some beliefs. Fogelin's defends a form of urbane Pyrrhonism; he suspends beliefs about most of philosophical theories and theoretical endeavours, but maintain a common attitude about ordinary life affairs. Porchat end up defending a similar position, but has a different trajectory in philosophy. His neo-Pyrrhonism is not just epistemic but a global, coherent philosophical position (Smith 2015). After considering the argument of

disagreement and the specific arguments of both philosophers, we end evaluating neo-Pyrrhonism as a general philosophical attitude.

### **Experience and the a priori: an externalist account**

*Celia Teixeira*

The distinction between a priori and a posteriori knowledge was introduced to capture an intuitive difference between two ways of coming to know a given content: independently of experience or through experience. However, the fact that we have an intuition that there are two different ways of coming to know a given content does not show that this is actually the case. Whereas the existence of a posteriori knowledge seems undeniable (unless we embrace a strong form of scepticism) the same is not true of the a priori. Many sceptical voices have been raised against the possibility of the a priori, but many more still think that explaining its possibility is an enterprise worth pursuing. Nevertheless, there is a more pressing issue that threatens the very intelligibility of the distinction between a priori and a posteriori knowledge (or justification): it is not clear how to understand the notion of independence of experience. The main aim of this paper is to offer an account of this notion.

A characterization of a priori knowledge (or justification) as knowledge acquired independently of experience is entirely negative as it only tells us what a priori knowledge is not: it is not knowledge acquired through experience. For example, if we have a broad understanding of “experience”, one that includes not only sensory experience but also experience of one’s own mental states, then knowledge acquired by introspection will come out as a posteriori. If we have a narrow understanding of “experience”, one which excludes introspective experience, then knowledge of one’s own mental states will come out a priori. Any stipulative solution to this problem should be avoided if we want to capture a genuine epistemic distinction. And, in fact, the difficulties regarding how best to understand the notion of independence of experience have recently led Timothy Williamson (2013) to claim that the a priori/a posteriori distinction is superficial, one that does no epistemological work.

I will propose a way of understanding the notion of “independence of experience” that avoids the problems that mar the traditional distinction, namely the problems of understanding in what sense is a priori knowledge independent of experience, and what we mean by “experience”. I argue that we should move away from internalist consideration regarding when a belief counts as being justified independently of experience and focus instead on the type of process that generates and sustains a priori justified beliefs (and knowledge). My proposal is a form of reliabilism according to which, roughly, S’s belief that p is acquired a priori iff S’s belief that p is produced and sustained by a reliable non-experiential process. And a process is non-experiential iff it is available to produce and sustain beliefs at every (relevant) counterfactual circumstance. Lastly, I will test the accuracy of this account against Williamson’s criticisms.

## Reference

Williamson, T. (2013). “How Deep is the Distinction between A Priori and A Posteriori Knowledge?” In: A. Casullo, A. & Thurow, J. C. (eds.). *The A Priori In Philosophy*. Oxford: OUP.

## **Conceitualismo e Lida Absorvida: O Debate entre John McDowell e Hubert Dreyfus**

***Daniel Mendes Campos Xavier Debarry***

A ideia por trás da expressão “lida absorvida” (absorbed coping) é relativamente simples. Ao convocar John McDowell ao debate, Hubert Dreyfus narra o seguinte caso, que nos ajuda a compreender o que está em jogo aqui:

Como segunda base dos New York Yankees, Knoblauch foi tão bem-sucedido que foi eleito melhor jogador de campo do ano, mas um dia, ao invés de simplesmente dar um golpe e jogar a bola para a primeira base, parece que ele deu um passo atrás e tomou uma ‘orientação livre e distanciada’ em relação à bola e à maneira como ele estava jogando a mesma – à mecânica da mesma, como ele mesmo disse. Depois disso, ele não conseguiu recuperar sua antiga absorção, e muitas vezes – embora nem sempre – atirou a bola para a primeira base de



maneira errática – uma vez no rosto de um espectador [...] Neste caso, podemos ver precisamente que o inimigo da expertise é o pensamento” (The Return of the Myth of the Mental – 2007:354).

De fato, o caso do desafortunado jogador Chuck Knoblauch parece conter muito daquilo que constitui o cerne de nossas discussões, uma vez que nos apresenta uma descrição que abrange de maneira satisfatória aquilo que Dreyfus chama de “lida absorvida”: um modo de experiência totalmente irrefletido e incorporado de um expert que se encontra no auge de sua performance, e que, ao mesmo tempo, tem como inimigo do bom desempenho qualquer apelo reflexivo, que, por sua vez, realiza comentários sobre a ação e tende a deteriorar uma prática primordialmente fluida e habilidosa.

Segundo Dreyfus, sua posição não nos revelaria nada de mais excepcional; fenomenólogos como Heidegger e Merleau-Ponty, por exemplo, já teriam chamado a atenção para o fato de que um olhar atento em direção às nossas lidas mais ordinárias nos mostraria que qualquer apelo a capacidades racionais próprias do juízo seria apenas secundário.

Faz-se importante esclarecer que Dreyfus, decerto, reivindica sua posição no debate como sendo herdeira da fenomenologia de Heidegger, ou, mais precisamente, de uma certa leitura do filósofo alemão que o aproxima de Merleau-Ponty. Com efeito, Dreyfus sustentará seu argumento no debate através de descrições fenomenológicas que nos apresentam certas transformações entre diferentes modos de “ser-no-mundo”, noção esta trabalhada tanto pelo filósofo de Ser e tempo quanto pelo autor da Fenomenologia da percepção.

Na visão de Dreyfus, pensadores analíticos como McDowell, contudo, não teriam sido sensíveis a este insight fenomenológico, ao fecharem os olhos para outras tradições filosóficas. Para o desgosto de Dreyfus, o equívoco deste autor teria sido o de trazer a reboque de sua forte posição conceitualista a imagem do “passo atrás” enquanto distintiva capacidade humana de colocar a racionalidade em operação. McDowell ele mesmo resume a ideia:

[...] eu invoquei a imagem de dar um passo atrás, com vistas a distinguir a racionalidade em um sentido forte – a capacidade de responder a razões enquanto tais – do tipo de capacidade de responder a razões que são

exemplificadas por, digamos, fugir de um perigo, que é algo que os animais não racionais podem fazer. A ideia era que dada a capacidade de dar um passo atrás, as capacidades que operam no engajamento perceptual ordinário com o mundo e na ação corporal ordinária pertencem à racionalidade de um sujeito nesse sentido forte: elas são conceituais no sentido em que eu afirmo que nossas vidas perceptivas e ativas são conceitualmente moldadas. Quando alguém está irrefletidamente imerso, ele exatamente não está exercendo a capacidade de dar um passo atrás. Mas mesmo assim as capacidades operativas na percepção ou na ação são conceituais, e suas operações são conceituais (Response to Dreyfus - 2007:366).

A título de esclarecimento, tal posicionamento pode ser reconhecido como consequência da tese de que nossa abertura perceptiva ao mundo seria permeada por conceitos, já que, do contrário, não seria possível, para McDowell, estabelecermos relações propriamente racionais entre experiências e juízos. Na tentativa de garantir que a experiência nos fornece razões – e não meras causas – aos juízos empíricos, McDowell teria, assim, lançado mão do célebre pressuposto – fortemente contestado por Dreyfus – de que proposições deveriam fazer parte do conteúdo de nossa experiência perceptual, dando, assim, um caráter normativo à mesma: “(...) [n]o ingresso de experiências (...) percebemos (por exemplo, vemos) que as coisas são de tal e tal modo” (Mente e Mundo - 2005:45).

Diante dessas contrastantes concepções a respeito da experiência perceptual, o debate entre Dreyfus e McDowell se dá nos seguintes termos: do lado do primeiro, temos, na esteira de pensadores como Heidegger e Merleau-Ponty, a defesa de uma fenomenologia supostamente incontestada, que descreve a vida absorvida como sendo uma experiência primordial, incorporada, irrefletida e desprovida de racionalidade, e que tem como auge da performance atividades de expertise; do lado do segundo, uma imagem filosófica que compreende a experiência humana como sendo inteiramente permeada por racionalidade, mesmo em ações onde não há qualquer apelo reflexivo.

Dito isso, pretendemos com esta apresentação alcançar dois objetivos específicos: por um lado, a realização de uma análise exegética de algumas leituras de formação dita analítica da filosofia heideggeriana no contexto do debate

em questão; por outro, um esforço argumentativo de acomodação do conceitualismo de McDowell à tradição fenomenológica exaltada por Dreyfus.

Para tal, propõe-se o seguinte percurso. Primeiramente, apresentar a tese conceitualista de McDowell, alvo principal dos ataques de Dreyfus. Em seguida, fazer um tratamento do debate em si, tendo como pano de fundo uma análise do modo como Dreyfus lê fenomenólogos como Martin Heidegger e Maurice Merleau-Ponty quando de seu ataque a McDowell; além disso, apresentar a maneira como McDowell fornece uma resposta a Dreyfus com base na ideia de que conceitos estão em constante operação na experiência perceptual. Contra Dreyfus, apresentar, por fim, leituras conceitualistas da filosofia de Heidegger, além de mostrar possíveis caminhos de aproximação entre McDowell e Heidegger com base na noção de normatividade. Concluir apresentando certas possibilidades de via-média ao debate. Dessa forma, esperamos, em linhas mais gerais, fornecer uma contribuição às tentativas de se colocar em conversa as tradições “analítica” e “continental” em filosofia.

### **O problema da condição de garantia da norma do conhecimento**

***Daniel Ramos dos Santos***

O objetivo aqui é apresentar e defender a hipótese segundo a qual há um problema envolvendo a norma do conhecimento tal como elaborada e defendida por Williamson. O problema surge a partir da exigência da noção de conhecimento como única, necessária e suficiente garantia dos atos assertóricos. De forma mais específica, tentaremos mostrar que o problema está na forte exigência expressa na “norma de garantia”, a qual é tomada por Williamson como pressuposto para a “norma do conhecimento.

### **No Rationality through Brute-Force**

***Danilo Fraga Dantas***

Rationality is often studied as if it were independent from the limitations of

the cognitive structures that implement it. I agree that rationality is independent from the possession of *specific* amounts of cognitive resources. However, (human) epistemology is especially concerned with human rationality and it seems to be an essential feature of human rationality that humans have *finite* amounts of cognitive resources.

The most widespread formal model of a rational reasoner is based in modal epistemic logic. All reasoners described in this model are logically omniscient, but finite reasoners cannot be logically omniscient.

The most common strategy for dealing with the problem of logical omniscience is to interpret the models using a notion of beliefs different from explicit beliefs. I present a model that provides the definition of a notion of beliefs that may be used in avoiding the problem of logical omniscience. A reasoner is composed of a language ( $\mathcal{L}$ ) that models the conceptual apparatus, a set of sentences in  $\mathcal{L}$  that models the explicit beliefs (knowledge base, KB), and a function  $\pi: 2^{\mathcal{L}} \times \mathbb{Z}^+ \rightarrow 2^{\mathcal{L}}$  that models the pattern of inference ( $\pi$ ). A fact about the pattern of inference of a reasoner is that the reasoner can execute different inferences from the same premises. This fact is expressed using a function  $\pi$  that has a numeric parameter in addition to the parameter for KB. Function  $\pi$  determines a reasoning sequence  $KB_0, KB_1, \dots, KB_i, \dots$ , where  $KB_0$  is the initial set of explicit beliefs and  $KB_{i+1} = \pi(KB_i, i + 1)$ . Supposing that the numeric parameter models an ordering of intention, a reasoning sequence models how the reasoner would reason if it could reason indefinitely. The set of stable beliefs, the beliefs that the reasoner would hold in the limit of a reasoning sequence, is  $KB_\omega = \bigcup_i \bigcap_{j \geq i} KB_j$ .

The problem of logical omniscience could be avoided interpreting models in terms of stable beliefs. The model would describe maximum rationality, what a finite reasoner can only approach in the limit of a reasoning sequence. If a finite reasoner can only approach maximum rationality in the limit of a reasoning sequence, then the efficiency of patterns of inference is epistemically (and not only pragmatically) relevant. This is a vindication of the principle ‘no rationality through brute-force. Rationality would be related to efficiency: the well use of (scarce) cognitive resources.

## Argument

If a finite reasoner with a polynomial pattern of inference had increasingly more cognitive resources, it would tend to reach infinitely farther in a reasoning sequence.

If p1, then, under certain conditions, having a polynomial pattern of inference enables a finite reasoner to reach closer to maximum rationality.

If p1 and p2, then the computational complexity of patterns of inferences is relevant to epistemology.

The computational complexity of patterns of inferences is relevant to epistemology.

### P1

Let  $r(i)$  be the 'resource function' of a reasoner, a function that measures the amount of some cognitive resource (e.g. time) necessary for the reasoner to reach the  $i$ th stage of a reasoning sequence. In the following, I use  $poln(x)$  as a predicate for denoting polynomial functions. The same holds for  $exp(x)$  (exponential) and  $log(x)$  (logarithmic). Consider theorem t1:  $\lim_{i \rightarrow \infty} \frac{exp(i)}{poln(i)} = \infty$ .

Theorem t1 may be interpreted as stating that advancing in the reasoning sequence tends to demand infinitely more cognitive resources if the reasoner has an exponential pattern of inference.

Now, consider a finite reasoner with a resource function  $r(i)$  and a fixed upper bound  $u \geq 0$  for some cognitive resource (e.g. time). Then the reasoner can reach the  $i$ th stage of a reasoning sequence iff  $r(i) \leq u$ . Consider t2, where  $max(i | r(i) \leq u)$  denotes the maximum  $i$  such that  $r(i) \leq u$  (the farthest stage in a reasoning sequence that the reasoner can reach):

$\lim_{u \rightarrow \infty} \frac{max(i | poln(i) \leq u)}{max(i | exp(i) \leq u)} = \infty$ . Theorem t2 may be interpreted as stating

that, as we consider two series of similar finite reasoners with increasingly larger upper bounds  $us$ , those with polynomial patterns of inference tend to reach infinitely farther in the reasoning sequence. But, if t2 may be interpreted in terms of series of (merely possible) similar finite reasoners, it may also be interpreted in

terms of series of counterfactual versions of a finite reasoner. Then theorem t2 may be interpreted as stating p1.

### **P2**

Reaching closer to the limit of an infinite sequence does *not* make sense for any finite difference of positions in the sequence, but p1 states that the difference of positions between a polynomial and an exponential reasoner tends to be infinite. In this case, I think that it may be said that p1 entails that, under certain conditions, a polynomial reasoner reaches closer to maximum rationality, where the conditions in question are ‘at the limit of a reasoning sequence if it had increasingly more cognitive resources’.

Premise p1 also suggests that having a polynomial pattern of inference is *the* feature that enables a polynomial reasoner to reach farther in the sequence (closer to maximum rationality). Then p2.

### **P3**

If p1 and p2, then, under certain conditions, having a polynomial pattern of inference enables a finite reasoner to reach closer to maximum rationality. I regard as a general principle of (meta-)epistemology that if, under certain conditions, some feature enables a reasoner to reach closer to maximum rationality and those conditions are relevant to epistemology, then whether a reasoner possesses that feature is relevant to epistemology.

Performing more reasoning (and having the necessary cognitive resources for doing so) usually enables a reasoner to be in a better epistemic position. Then whether a pattern of inference is polynomial or exponential (computational complexity) is relevant to epistemology. Then p3.

## **Discussion**

I think that the preceding discussion suggests an epistemic norm of the form ‘a rational reasoner should have a polynomial pattern of inference (if possible)’. In the literature on computer science, exponential patterns of inference are often correlated with brute-force search whereas polynomial patterns of inference are correlated with deep understanding: But, if this correlation is correct, to require

rational reasoners to have polynomial patterns of inference is to require rational reasoners to approach maximum rationality through deep understanding and not through brute-force. This seems to be a vindication of the principle ‘no rationality through brute-force’.

### **Belief, Correctness, and Reasons**

*David Horst*

According to a widely held view, beliefs can be assessed as correct or incorrect, depending on whether or not they are true. That is, belief is subject to a standard of correctness, and this standard is truth. Moreover, many philosophers take it that the relevant sort of correctness is clearly a normative notion. The overarching question of my talk is: what sort of norm is belief’s standard of correctness?

On a popular view in meta-normative theory, we have to distinguish between two sorts of norms: those that necessarily imply a reason to comply with them and those that do not. (For this view, see, e.g., Parfit 2011 and Broome 2013.) A common example of the first sort of norm are moral norms; an example of the second sort of norm are norms such as the norms of fashion, games, or religious practices. Thus, plausibly, you might not have a reason to comply with the norms of some fashion, whereas, arguably, there is necessarily (at least a *pro tanto*) reason to comply with moral norms. Applying this distinction to belief’s standard of correctness, there are two options: either belief’s standard of correctness is such that, necessarily, there is a reason to comply with it (i.e., form or have true beliefs) or it is not – and thus it is a norm on a par with the norms of fashion, games, or religious practices.

The main aim of my talk is negative: I shall argue that belief’s standard of correctness doesn’t fit into this way of carving up the normative landscape. In brief, my view is this. Unlike merely “institutional” or “conventional” norms (like the norms of fashion, games, and religious rituals) belief’s standard of correctness has necessary (or categorical) force – the authority of the truth-norm is not dependent on anyone’s desire to comply with it. However, as I shall further argue, this is not

because there is necessarily a reason to comply with belief's standard of correctness – the categorical force of the truth-norm is not matter of reasons. I will end my talk with some more positive suggestions as to how we are to conceive of epistemic norms (such as the norm of truth).

Accordingly, my critical argument has two main parts. First, I support the claim that belief's standard of correctness differs from merely “institutional” norms in that the former, but not the latter, are categorically binding. Second, and more importantly, I shall argue that, for systematic reasons, there can be no reasons to comply with beliefs standard of correctness (i.e., truth). My argument here turns on the claim that any such “reasons” would have to be what are often called wrong kind of reasons (WKR) (see, e.g., Parfit 2011, Hieronymi 2005). Following influential arguments by, among others, Shah (2006), Hieronymi (2005), and Kolodny (2005), I argue further that “WKR” for belief are not really reasons for belief, as they violate important constraints on what it is to be a reason for belief. Hence, if I am right, there are no reasons to comply with belief's standard of correctness.

The upshot of my argument is, thus, mainly negative: belief's standard of correctness is neither a merely “institutional” norm nor a reason-implying norm. Hence, to understand the normativity of belief's truth-norms, we need a different conception of norms. I end my talk with suggesting an alternative way of understanding the categorical character of the truth-norm, one that doesn't turn on the notion of a reason.

## **A epistemologia de Xenófanes e os limites do conhecimento metafísico**

***Deivid Junio Moraes***

O problema que pretendo tratar nessa comunicação insere-se dentro do tratamento analítico da história da filosofia grega, e ele diz respeito a como compatibilizar duas interpretações supostamente contraditórias do pensamento do pré-socrático Xenófanes (séculos VI-V a.C.). Um dos fragmentos mais discutidos de Xenófanes, o B34, parece conter umas das primeiras formulações para uma visão cética em relação ao conhecimento humano. Nessa perspectiva, o filósofo



lança mão da distinção entre conhecimento e opinião, acreditando que tudo o que podemos dizer sobre as coisas das quais ele fala terá sempre o aspecto incerto de uma opinião ou de uma conjectura. Não seria vedado ao ser humano um conhecimento de cada coisa em particular, mas acerca dos assuntos por ele tratados: os deuses e o todo. Não obstante o que é dito nesse fragmento, Xenófanes supõe noutra momento, em B18, que, com o tempo, pela investigação, descobre-se melhor, ou seja, que é possível conhecer. Embora B18 e B34 pareçam contraditórios, podemos associar essas passagens consistentemente, interpretando-o como um crítico dos limites da metafísica. Esta comunicação pretende apresentar os problemas das interpretações que atribuem a Xenófanes um pensamento puramente cético ou um puramente otimista epistemológico, a fim de apresentar razões para aceitarmos a interpretação alternativa apresentada.

### **A Defense of Belief-Credence Dualism**

*Elizabeth Jackson*

In this paper, I defend Belief-Credence Dualism, the view that we have both beliefs and credences and both attitudes are equally fundamental. First, I explain belief, credence, and three views on their relationship. Belief is a coarse grained propositional attitude when we take  $p$  to be the case or regard  $p$  as true; credence is a more fine-grained attitude, similar to confidence, that is often represented on the  $[0,1]$  interval. There are three main views on the way that beliefs and credences relate to each other: Belief-First, which maintains that credences reduce to beliefs, and Credence-First, which maintains that beliefs reduce to credences, and Dualism.

Then, I argue for Dualism. I do so first by painting a picture of the mind on which belief and credence are two cognitive tools that we use for different purposes. The basic idea is that each attitude has their unique role: beliefs simply our reasoning, enabling cognitive efficiency, and credences precisify our reasoning, which is especially important when the stakes are high and accuracy is crucial. I give arguments for this model from both philosophy and psychology, and discuss how it is supported by several models in psychology, including the adaptive

toolbox model and the two systems model.

Then, I argue that Dualism can explain this picture of the mind better than both Belief-First and Credence-First. On a Credence-First model, belief just is a credence above some threshold. It's unclear how, given Credence-First, beliefs can play a simplifying role in our reasoning. While a Belief-Firster can maintain that we may believe different contents in order to either pursue accuracy or efficiency, it is unclear how belief and credence are two cognitive tools on this picture. We may form beliefs with different contents depending on our situation, but this is a very different picture of the mind than the one above. Thus, Belief-First and Credence-First cannot explain this intuitively plausible and empirically supported picture of the mind.

Finally, I respond to two objections to Dualism. The first is that Dualism is a much more complicated picture than Belief-First and Credence-First; the fact that it is much less parsimonious gives us a *prima facie* reason to prefer one of the other two views. In response, I argue that it is unclear why principles of parsimony should apply to questions about the configuration of the mind; it is doubtful that our cognitive structures would be as simple as our data can explain. In fact, even if Belief-First or Credence-First could explain the data equally as well as Dualism, it's not clear we should prefer one of the former views to the latter. Second, I respond to the following worry: can positing two cognitive tools really simplify our reasoning? I argue via analogy that it surely can.

I conclude that Dualism is a promising view, and one that both epistemologists and philosophers of mind should take seriously.

### **Por uma visão estrutural da informação**

***Francisco Dário de Andrade Bandeira***

Como observou Gareth Evans (1996), as pessoas são dentre outras coisas, “coletores, transmissores e armazenadores de informações.” Também não seria exagero dizer que em nossos dias a “informação” constitui um dos mais importantes

elementos de nossas vidas cognitivas<sup>1</sup>. Para Bogdan (1991, p.395), Cognição pode ser entendida em termos de codificação, processamento e utilização de informação semântica. Isso fica bem evidente ao examinarmos as mais variadas publicações dos diferentes campos do saber, bem como os nossos discursos cotidianos; contata-se um uso intenso do termo “informação”! Mas afinal de contas, o que é mesmo “informação”? Conforme Lussato (1995, p.35), Informação “é a coisa mais difundida e menos definida no mundo.” Parafrazeando compositor brasileiro, esse é certamente um daqueles casos “...fácil de entender, difícil de explicar”. Na busca por explicar tal noção, observam-se esforços teóricos e em especial, contribuições filosóficas na busca por compreender que significa falar de “informação”.

Conforme ressalta Adriaans (2012), embora “a noção de informação tenha sido tematizada na filosofia ocidental desde cedo, uma análise explícita da informação como conceito filosófico é recente e remonta à segunda metade do século XX.” Historicamente, ressalta o especialista, “o estudo do conceito de informação pode ser entendido como um esforço para tornar as propriedades extensivas do conhecimento humano mensurável.”(idem). Conforme Adriaans, dentre as várias propostas para formalização do conceito de informação no século XX, destacam-se nada menos que seis propostas de formalização do conceito de informação, dos quais quatro são quantitativos, e dois, qualitativos. No contexto das vertentes quantitativas, Chomsky (2009) observou que o surgimento e o poder explicativo da teoria matemática da comunicação/informação (TMC), conforme desenvolvida por Shannon e Weaver (1949), suscitaram importantes usos e expectativas em outros campos de estudos. Isso decorreria de uma importante relação entre o fato de que ter informação é um componente essencial para a geração do conhecimento.

Nessa teia informacional, é comumente aceito que a “informação” pode ocorrer de diferentes modos, como atestam (Bogdan 1991; Logan 2012;

---

<sup>1</sup> Dertouzos (1997, p.81-82) propõe alguns pontos-chave sobre a natureza da informação. Para ele, os humanos lidam com informação em três níveis. Primeiramente nós a recebemos por meio dos sentidos. Posteriormente, no segundo nível a processamos no sistema nervoso e de um modo ainda largamente desconhecido, no cérebro. Por fim, no terceiro nível, nós também a produzimos através de atividades cerebrais quando são gerados comandos para a fala, movimentos de membros, etc.

Charaudeau 2006; Bandeira 2015). Essas diferentes ocorrências além de refletirem a polissemia do termo, nos levam a uma outra questão, a de indagar sobre que tipo de garantias são possíveis ou pressupostas quando nos diferentes cenários pessoas fazem uso do termo “informação”, enquanto componente potencial para geração de garantias em cenários de busca e uso de conhecimento. Por exemplo, Juizes elaboram sentenças baseados em informações colhidas por testemunhos, perícias etc. Peritos elaboram laudos baseados nas informações das caixas-pretas dos aviões e Manuais de Química e outras ciências fazem intenso do termo “informação”.

Emerge que nesses e em muitos outros ramos das atividades humanas, a “informação” aparece como capaz de gerar conhecimento. Mas como isso de fato ocorre? Na *Knowledge and Flow of information - KFI* (1981), partindo de importantes *insights* da TMC, Fred I. Dretske procurou explicitar essa relação<sup>2</sup> através do desenvolvimento de uma genuína teoria semântica da informação. A obra *KFI* suscitou muitos debates e também promoveu novas pesquisas. Uma das teses centrais da teoria dretsiana é que a informação enquanto geradora de conhecimento poderia gerar estados de certeza com 100% de garantia. Segundo Fred Adams (1999), essa teoria, dentre outras contribuições, poderia permitir a

---

<sup>2</sup> Em *KFI*, Dretske argumenta a noção de Conhecimento, poderia ser entendida a partir de sua teoria semântica, como crença baseada em informação. No contexto da tradição filosófica, é importante notar como essa definição contrasta com a definição clássica segundo a qual conhecimento é crença verdadeira justificada. Por que a definição dretsiana não menciona uma condição relativa à verdade da crença? É simples, para Dretske, a informação sempre é verdadeira. Para ele, como já observado desinformação não é uma variedade de informação. Isso ocorre porque, na teoria semântica de Dretske, a informação é determinada por uma relação nômica entre dois eventos ou estados de coisas. Em outros termos, um evento Y fornece informação sobre um evento X se há uma relação nômica entre X e Y. Nas palavras de Dretske apud Gonzalez et al. (2004, p.9): Se existe uma correlação necessária entre os eventos X e Y, de tal forma que uma mudança específica em X produz uma mudança, igualmente específica em Y, com probabilidade condicional =1, e se tal mudança é registrada em Y, então Y carrega informação sobre X. Uma vez que a relação entre X e Y é necessária, ela nunca falha e, consequentemente, a informação que Y transmite sobre X nunca poderá estar errada. É possível que o receptor falhe em reconhecer a informação, mas a informação mesma não pode falhar, uma vez que está envolta numa rede de regulari- dades. Tal exigência probabilística, no entanto, foi duramente atacada por GINET et.al.(1983).

reconstrução das cadeias causais dos eventos até sua origem. Como era de se esperar, a referida garantia de certeza de 100% foi atacada por eminentes filósofos. Posteriormente Dretske (1983), filósofo veio a fazer concessões sobre a referida exigência, mas ele também insistiu que em muitas de atividades, tal exigência associada à noção de conhecimento, é algo recorrente, deixando assim, questões a serem respondidas, bem como o desafio de uma articulação dessas tensões (cf. Dretske 1983, 1990, 1991, 2007).

Diante do desafio polissêmico da noção de “informação”, busca-se desenvolver uma compreensão integradora dos diferentes usos ou modos de ocorrência da noção de “informação”, favorecendo o diálogo entre diferentes campos do saber (p.ex. entre ciências humanas e ciências naturais). Nesse desiderato, propõe-se inicialmente a manutenção de aspectos do trabalho de Dretske (1981), em especial, sua tese de que falar de “informação” falar que um cenário de redução de possibilidades, mas com taxas *aproximativas* de 100%. Em seguida, partindo da noção de Quadro referencial teórico<sup>3</sup> (QRT), conforme desenvolvida por Lorenz Puntel – conforme o autor, a noção de QRT deriva da noção de *Linguistic framework*<sup>4</sup>, criada por Rudolf Carnap (1947), bem como de

---

<sup>3</sup> Segundo a noção de QRT, toda formulação de um problema, todo enunciado teórico, argumentação ou teoria, etc. só podem ser compreendidos e apreciados, se forem concebidos como situados dentro de um quadro teórico. São momentos constitutivos de um quadro teórico: uma linguagem, uma sintaxe, uma lógica, uma conceitualidade com todos os seus aparatos teóricos[...]. Uma comparação entre diferentes QRT poderia ocorrer pela avaliação quanto ao maior ou menor grau de inteligibilidade do mundo decorrente de seus enunciados, que podem revelar interconexões estruturantes da unidade do mundo. Nesse sentido, as diferentes noções de informação e os problemas de KFI poderiam ser tratados a partir de QRT, uma vez que essa noção sugere importantes noções comuns e recorrentes aos diversos discursos.

<sup>4</sup> Linguistic Framework. Princípio apresentado por Carnap (1947), que anuncia que “um corpo de conhecimento significativo só pode ser justificado através dos princípios ou regras que compõem uma estrutura. Estruturas diferentes refletem diferentes maneiras de falar sobre o mundo. Mas uma vez que adotamos um quadro de acordo com o princípio da tolerância, devemos obedecer a todos os seus princípios. O quadro é (cf. Bunnin e Yu, 2004, p.389), uma base para chegar a um acordo sobre qualquer disputa ou problema. Segue-se que qualquer resposta a uma pergunta sobre tipos de entidades reconhecidas por uma linguagem ocorre em relação a um dado framework. Segundo Bunnin e Yu (idem, p. 389), Carnap divide a noção de quadro linguístico em questões interna e

algumas características centrais da informação conforme anunciadas por Gonzalez et al. (2004) e Barroso (2010), seria possível argumentar em favor da possibilidade do desenvolvimento de critérios de análise e classificação para os diferentes usos do termo “informação” enquanto potencial geradora de conhecimento. Por fim, espera-se que tal classificação possa auxiliar na solução de algumas questões e tensões ressaltadas com Dretske em textos posteriores à obra de 1981. Decorreria desses esforços a emergência de uma visão integradora da “informação”.

## Referências

- ADAMS, Frederick. **Information theory**. AUDY, Robert org. In: THE CAMBRIDGE dictionary of philosophy. 2st edition. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 435-437.
- ADRIAANS, Pieter. **Information**. In: Stanford Encyclopedia of Philosophy, 2012.
- Bandeira, F. D. A. **Uma investigação sobre o poder causal da informação em gerar conhecimento a partir da obra *Knowledge and the flow of information*, de Fred Dretske**. Dissertação de mestreado. Universidade Federal do Ceará. 2015.
- BARROSO, Cícero Antônio Cavalcante. **Uma análise internalista dos nomes próprios**. 2010. 240f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. p.167-175.
- BOGDAN, Radu J. **Information: in** Handbook of Methaphysics and Ontology. V. I Col Analytica. Ed. Hans Burkhardt e Barry Smith. Filosofia Verlag. 1991.
- BERNECKER, Sven; **Reading Epistemology: selected texts with interactive commentary**. New York: Blackwell Press, 2006.
- CARNAP, Rudolf. **Meaning and Necessity: A Study in Semantics and Modal Logic** Cambridge 1947.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. Coordenação da tradução Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHOMSKY, Noam. **Linguagem e mente**. Tradução Roberto Leal Ferreira. São

---

questões externas. Questões internas são formuladas de acordo com as regras do quadro, enquanto questões externas estariam fora do contexto de qualquer quadro específico. Essas questões externas, como sabemos, são recorrentes e poderiam ser tratadas sob certas condições de ação.

Paulo. 3. ed. Editora Unesp, 2009.

DERTOUZOS, Michael. **O que será?:** como o novo mundo da informação transformará nossas vidas. Companhia das Letras: São Paulo, 1998.

DRETSKE, Fred I. **Knowledge & the flow of information.** 2th. Cambridge, MA: MIT, 1981.

DRETSKE, Fred I. **Why information?** Author's Response. In: DRETSKE, Fred I. *Précis of knowledge and the flow of information.* **The Behavioral and Brain Sciences.** United States of American, n. 6, 1983.p. 82-90.

DRETSKE, Fred. I. **The metaphysics of information.** In: HRACHOVEC, Herbert; PICHLER, Alois. (Eds.). *Wittgenstein and the philosophy of information: proceedings of the 30th International Ludwig Wittgenstein-Symposium in Kirchberg*, 2007. Berlim: Gruyter, 2008. Disponível em: <<http://www.degruyter.com/view/books/9783110328462/9783110328462.273/9783110328462.273.xml>>. Acesso em: 9 Maio. 2018.

DRETSKE, F.I. **Putting Information do Work.** *Information, language and cognition.* In: , Philip P. (Ed.). **Information language, and cognition.** Vancouver: University of British Columbia Press, 1990. (Vancouver studies in cognitivescience, v. 1). Chapter4 .

DRETSKE, Fred I. **Explaining behavior: reasons in world of causes.** 2th. Cambridge, MA: MIT, 1991.

EVANS, Gareth. **The varieties of reference.** Edited by John McDowell. New York: Oxford University Press, 1982.

GINET, Carl. **Four difficulties with Dretske's theory of knowledge.** Open peer commentary. In: DRETSKE, Fred I. *Précis of knowledge and the flow of information.* **The Behavioral and Brain Sciences.** United States of American, n. 6, 1983.p. 69-70.

FLORIDI, Luciano. **The philosophy of information.** Oxford University Press. Oxford, UK. 2013.

GONZALEZ, M. E. Q; NASCIMENTO, T.C.A.; HASELAGER, W.F.G. Informação e conhecimento: notas para uma taxonomia da informação. **Encontros de ciências cognitivas**, v. 4, p. 195-220. 2004.

LOGAN, Robert K. **What is information?:** Propagating organization in the

biosphere, the simbolosphere, the techonos- phere and the econosphere DEMO Publishing, Toronto, 2014.

LUSSATO, Bruno. **Informação, comunicação e sistemas**: teoria da *imprinting* e elementos para uma teoria da informação psicológica: ensaios. Lisboa: Dinalivro, 1991. (Coleção Fundamental das Ciências Humanas/Pierre Vayer).

PUNTEL, Lorenz B. **Estrutura e ser**: um quadro referencial teórico para uma filosofia sistemática. Tradutor Nélio Schneider. São Leopoldo, RS: Editora UNISINOS, 2008. (Coleção Ideias).

SHANNON, C. E. **The mathematical theory of communication**. Reprinted with corrections from The Bell System Technical Journal, Vol. 27, pp. 379–423, 623–656, July, October, 1949.

## Linguagem Científica, uma Abordagem Instrumentalista

**Gelson Liston**

Nesta comunicação, discutirei a posição de Carnap sobre a função dos termos teóricos enquanto uma posição instrumentalista: os resultados experimentais confirmam, ou não, a presença dos termos teóricos. Tais termos não são interpretados de forma realista, mas como construções linguísticas que mantêm uma relação funcional nos limites de determinada área teórica. Assim, a interpretação empirista que Carnap oferece para os termos teóricos (a ontologia de uma teoria) é sintática (em viés instrumentalista): os enunciados teóricos servem para a explicação e predição de fenômenos observacionais. Apenas aos enunciados observacionais podemos atribuir (e não sem algum tipo de arbitrariedade) um valor de verdade, de acordo com a teoria correspondentista adotada por Carnap, pois apenas estes podem corresponder, ou não, a determinado estado de coisas. Já os enunciados teóricos, não podem ser nem verdadeiros, nem falsos, por não terem uma relação direta de correspondência com estados de coisas. Com isso, destacamos a incompletude da interpretação dos termos teóricos e, por conseguinte, dos enunciados em que estes ocorrem.



## **Seria a demarcação entre ciência e não-ciência uma questão retórica?**

***Hiago Mendes Guimarães***

A discussão acerca do chamado problema da demarcação consiste na tarefa de distinguir entre estudos, práticas e teorias científicas e não-científicas. Em especial, os filósofos da ciência concedem particular atenção à formulação de critérios que permitam afastar o perigo da pseudociência, isto é, de discursos que, embora pareçam científicos, não contam com qualquer respaldo na pesquisa empírica. Um marco central no arrefecimento desse debate é o artigo de Laudan (1983). Nesse texto, o autor sustenta que o problema da demarcação não possui qualquer relevância para a filosofia da ciência, uma vez que a pesquisa empírica não é, de modo algum, beneficiada por essa discussão. Assim, Laudan classifica os termos 'pseudociência' e 'não-científico' como alcunhas meramente retóricas. Dito de outro modo, a discussão sobre os critérios que nos permitiriam distinguir estudos e teorias científicas de não-científicas é esvaziada de qualquer materialidade, sendo deslocada para o âmbito do mero convencimento. Por outro lado, diversos filósofos da ciência contemporâneos defendem o resgate da discussão acerca do problema da demarcação, em virtude das consequências práticas que a distinção ciência-pseudociência possui em vários âmbitos da sociedade contemporânea, tais como a política, a educação e a saúde pública (ver Pigliucci 2013; Derksen 2001).

Uma vez que o discurso científico consiste na nossa melhor fonte de conhecimento acerca de diversos temas relevantes, parece razoável que continuemos buscando critérios de demarcação, sob pena de olvidar do debate em filosofia da ciência uma série de problemas de extrema relevância para o todo da discussão, a saber, suas implicações para o âmbito social do mundo contemporâneo, para além da abordagem de cunho mais abstrato salientada por Laudan. Nesse sentido, oferecemos objeções ao modo como Laudan conduz a discussão acerca da demarcação. Em linhas gerais, argumentamos que o tratamento dos conceitos de retórica e convencimento é problemático, devido ao fato de que o autor os aborda em sentido fraco e vago. Nosso objetivo, portanto,

será fornecer um retrato alternativo da relação entre retórica e demarcação. A fim de cumprirmos essa tarefa, devemos, em primeiro lugar, atentar para o que seria um uso em sentido forte dos termos retórica e convencimento, bem como das implicações que esse sentido forte teria na discussão do problema da demarcação, especialmente no que tange ao debate sobre as consequências práticas do binômio ciência-pseudociência. Em segundo lugar, sustentamos o sentido forte do termo ‘retórica’ pode ser construído mediante a retomada do texto de Aristóteles (2013), *Retórica*, especialmente em suas partes I e II, já que se trata de um texto que dispõe uma apresentação amplamente aceita na história das ideias dos significados de retórica e convencimento em filosofia. Em terceiro lugar, situamos nossa interpretação no âmbito do debate realizado pelos autores contemporâneos que se dedicam ao tema da retórica, tais como Perelman (2004), Hauser (2002) e Meyer (1989).

Com isso, cremos poder dispor de critérios mais amplos - mas nem por isso genéricos - para delimitar o modo como pode se dar o convencimento no debate ciência-pseudociência. Sustentamos que essa disputa, do modo como tem sido tratada em filosofia da ciência, recorre a apenas um ponto da tríade - atestada por Aristóteles (ver *Retórica*, I, 3, 1358a; II, 1, 1378a; I, 2, 1357b) - de caminhos possíveis para o sucesso da persuasão, a saber, o argumento em si (logos). Quando existem outros pontos do discurso a serem considerados, igualmente, como caminhos para o convencimento, quais sejam, a falante, ou quem profere o discurso; e o estado emocional das ouvintes. No uso dos termos feitos por Laudan, podemos perceber a presença indireta dos dois últimos caminhos citados; enquanto seja perceptível na discussão mais cotidiana o foco na validade dos argumentos em si (logos) (ver Laudan 1983, p. 111-112), especialmente no que diz respeito aos critérios estabelecidos, ou demarcados, para determinar os termos da avaliação e designar o que se trata de ciência e o que não. Desse modo, esperamos demonstrar as vantagens argumentativas do conceito forte de retórica no tratamento do problema da demarcação, questão cuja relevância para a tradição filosófica é inegável.

## Referências

- Aristóteles. (2013). *Retórica*. Tradução: Edson Bini. São Paulo: EDIPRO.
- Derksen, A. A. (2001). "The Seven Strategies of the Sophisticated Pseudoscience: A Look into Freud's Rhetorical Tool Box." *Journal for General Philosophy of Science* 32:329–50.
- Hauser, G. A. (2002). *Introduction to Rhetorical Theory*. 2nd. ed. Long Grove: Waveland Press.
- Laudan, L. (1983). "The Demise of the Demarcation Problem." In: Cohen, R. S. et al. *Physics, Philosophy, and Psychoanalysis: Essays in Honor of Adolf Grünbaum*. Dordrecht: D. Reidel, p. 111-128.
- Meyer, M. (ed.) (1989). *From metaphysics to rhetoric*. Translator: Robert Harvey. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers Group.
- Perelman, C. (2004). *Retóricas*. Tradução: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo. Martins Fontes.
- Pigliucci, M. (2013). "The demarcation problem. A (belated) response to Laudan". In: Pigliucci and Boudry (eds.). *Philosophy of Pseudoscience. Reconsidering the demarcation problem*. Chicago: The University of Chicago Press.

## Natural propositions and the logical space of reasons

*José Renato Salatiel*

Philosophers seem to agree that perception plays an important role in the justification of empirical beliefs. But unless the content of experience has a propositional structure, it is difficult to situate it within what Wilfrid Sellars called the logical space of reasons: "[...] in characterizing an episode or a state as that of knowing, we are not giving an empirical description of that episode or state; we are placing it in the logical space of reasons, of justifying and being able to justify what one says" (§36). John McDowell, in *Mind and Word*, contrasts Sellars's space of reasons with the space of natural law, saying that experience results from both causal and normative relations between thought and empirical data. Perceptual experience, as McDowell sees it, has to be conceived as an actualization of our

conceptual capacities in order to provide reasons for empirical beliefs. However, if the content of perceptual states is conceptually structured, animals and infants cannot have experience at all, because they do not possess any concepts. This argument raises a serious obstacle against McDowell's conceptualist thesis of perception. In my paper, I propose to find a solution assuming a naturalistic account of propositions based on Charles S. Peirce's doctrine of Philosophical Semiotic (he called his analysis of the proposition the Theory of Dicisigns). Peirce is known as a founder of modern logic, along with Frege and Russell, but his theory of the proposition, developed in the period from 1880-1900, has been neglected by the analytical tradition. Nevertheless, the originality of Peirce's account is far-reaching compared to the standard theories of Frege, Russell and Wittgenstein. The main point, as far I see it, is that propositions are not proprietary to human language, but include lower levels of cognition and communication. In consequence, propositional (conceptual) states need not be conscious or intentional, as assumed in Sellars's space of reasons. In sum, contrary to the traditional view, the notion of proposition does not depend on the human mind or intentionality to represent or refer to distal objects. Secondly, Peirce's broad concept of proposition is bound to perception in a most natural way, explaining both causal and normative features of empirical knowledge. In this paper, I will argue that this approach could resolve a dilemma of animal and infant perception. I divide my paper into three main sections. First, I discuss the argument of animal and infant perception in the context of McDowell's minimal empiricism. Subsequently, I provide a framework of Peirce's theory of the proposition according to these three levels: iconical, indexical and symbolical. I emphasize the first two as primitive and pre-linguistics. I conclude by suggesting how natural propositions (as posed by Frederik Stjernfelt's Natural Propositions – The Actuality of Peirce's Doctrine of Dicisign), regarded as one free of restrictions of human language, expand the scope of the logical space of reasons to include non-human species. Thus we can have a new look into the epistemological role of perceptual experience.

## **Who's afraid of the contingent a priori; a response to the McKinsey Paradox**

*Joshua Rowan Thorpe*

The McKinsey paradox is driven by two ideas. The first is externalism about thought content, the idea that there are some thoughts that can be entertained only by subjects who are in particular environments. The second is the thesis of privileged access, the idea that each subject has a priori knowledge of what she is thinking. Each of these ideas is, at least upon suitable refinement, independently plausible. However, together they seem to entail that a subject can have a priori knowledge of certain contingent propositions about her environment. This consequence is widely thought to be unacceptable. Hence the paradox.

The vast majority of responses to the McKinsey paradox have focused on trying to avoid the allegedly unacceptable conclusion. In this paper I take a different tack, arguing that the apparent consequence of accepting externalism about thought content and privileged access is acceptable. It is acceptable because, if externalism about thought content and the thesis of privileged access are true and they jointly entail that subjects can have a priori knowledge of their environments, this knowledge will be merely superficially contingent a priori knowledge.

Merely superficially contingent a priori knowledge is distinctive in two ways. First, it is explicable how a subject can have the knowledge in question without appeal to sensory evidence, because the subject can know a priori that there is a semantic guarantee that the thought is true. Second, once this explanation is in view it becomes evident that what the subject knows about her environment is toothless, in that it cannot interact inferentially with the rest of what the subject knows to anything like the extent that we might naturally suppose that it can. So while externalism and privileged access may entail that a subject can have a priori knowledge of a contingent fact about her environment, this knowledge is not as exciting as it may at first appear.

Since it is explicable and toothless, the idea that we have merely superficially contingent a priori knowledge is acceptable, and indeed we readily accept that there are many examples of such knowledge. Thus, the apparent implication of externalism about thought content and the thesis of privileged access

that a subject can have merely superficially contingent a priori knowledge of her environment is acceptable.

Having given my positive argument that the allegedly unacceptable consequence of externalism and privileged access is in fact acceptable, I turn to the arguments found in the literature on the McKinsey paradox that we cannot accept this conclusion. These arguments all turn on the implicit assumption that the subjects knowledge of her environment would be deeply contingent a priori knowledge, that is, neither explicable in terms of a semantic guarantee nor toothless. Thus, the insight that the subjects a priori knowledge of her environment would be merely superficially contingent a priori knowledge allows us to dispose of these arguments.

### **Injustiça epistêmica: uma dimensão ética da vida epistêmica**

***Kariane Marques da Silva***

Para um tipo de injustiça que ocorre quando as interações pessoais e sistemas estruturais influenciam nossas práticas cotidianas de atribuir status epistêmicos a membros de uma comunidade (SANTOS, 2017), possibilitando a exclusão à contribuição de uma ou mais pessoas para a produção, disseminação e manutenção do conhecimento, Miranda Fricker intitula esse tipo de fenômeno de injustiça epistêmica (2007). A proposta da autora oferece uma possibilidade de compreensão de por que a injustiça se torna algo invisível no campo do conhecimento, e que isso prejudica o indivíduo em sua capacidade de adquirir conhecimento (KUHNNEN, 2017), assim como em transmitir conhecimento e informações relevantes. Este problema está situado em um campo da epistemologia social, ou mais especificamente, é uma possibilidade de implicações a partir de teorias acerca do conhecimento por testemunho, em que sujeitos em posição epistêmica têm capacidades de produzir, receber e transmitir conhecimento por meio de prática do testemunho. Com essa proposta, Fricker relaciona problemas morais com relação a preconceitos identitário e estereótipos com questões de ordem epistêmica. Isso permite refletir sobre o alcance e influência das práticas individuais, coletivas e institucionais – permeadas de

preconceitos e estereótipos, implícitos ou explícitos – na produção, aquisição e disseminação de conhecimento. Com isso, pretende-se analisar de que modo, a partir de práticas virtuosas de cunho epistêmico, que envolvem não apenas questões de ordem moral mas também intelectual, é possível corrigir a conduta ao oferecer crédito ou descrédito epistêmico ao falante.

### **Propositional epistemic luck: an unnecessary account of the basing relation?**

*Luís Estevinha Rodrigues*

Propositional epistemic luck: an unnecessary account of the basing relation? Bondy & Pritchard (2016) held that an unnoticed and malignant kind of epistemic luck, propositional epistemic luck, can account for the difference between proper and improper basing of our beliefs. In this vein, a belief is lucky by means of propositional epistemic luck if (i) in the actual world the agent has propositional/situational justification (i.e., not attended or not employed good epistemic reasons for believing) to believe that *p*, and (ii) *p* is true in the actual world; but (iii) the agent believes that *p* in the actual world for the wrong reasons — her belief is justified but not on the basis of the good (not attended or not employed) epistemic reasons —, and (iv) in close relevant possible worlds where all the other initial conditions obtain in the same way that in the actual world, the agent still believes that *p* on the basis of the wrong reasons, but in those worlds the propositional/situational justification she has in the actual world (i.e., the not attended or not employed epistemic reasons) isn't available for her. Bondy & Pritchard then argue that it is just a matter of luck that the agent's belief that *p* is justified in the actual world, since in those nearby relevant possible worlds the agent's belief is not justified at all, because in those worlds the agent lacks the propositional/situational justification that truly justifies the agent's belief in the actual world. In other words, the agent's justified belief in the actual world could easily not be justified, because what would provide doxastic justification to that same belief in the actual world, i.e., propositional justification, could easily have failed in alternative relevant worlds. This is, they claim, propositional luck working. The

authors then infer that, if conditions i to iv are satisfied, the difference between having a justification for believing correctly and having a (somewhat) justified belief becomes clear. I evaluate the main lines of this theory of basing and hold that the culprits of improper basing are either the unawareness of the right reasons for believing or the agents' irrationality. I conclude that we don't need to postulate a special kind of epistemic luck to explain the improper basing phenomena, and we can choose a more classic, plausible, actual (i.e., non- modal) and parsimonious explanation of that phenomena.

### **On fake news, partisan epistemology, and epistemic responsibility: a reply to Rini**

***Michel Croce***

This paper addresses the epistemological issues raised by the spread of fake news (henceforth, FN) in social media (see Dentith 2017 and Gelfert 2018). Specifically, it does so by challenging Regina Rini's recent account (2017). On her view, FN is any intentionally deceptive story that aims at reaching a large audience through re-transmission and deceiving at least some of its audience. Two main elements contribute to the pervasiveness of FN: (i) the bentness of testimonial exchanges in social media, and (ii) the epistemic partisanship that characterizes the dissemination of FN concerning politically relevant claims.

Rini introduces (i) as a descriptive point: social media sharing constitutes bent testimony because we lack stable norms to evaluate whether (re-)tweets should be treated as ordinary testimony, and social media users do not subject FN to ordinary scrutiny (Vosoughy et al. 2018). In contrast, she defends (ii) as an epistemic attitude that can be compatible with epistemic virtue, as it is reasonable to attribute greater credibility to co-partisan testifiers than to others regarding political news. Thus, her suggested strategy to counteract the spread of FN amounts to (iii) implementing institutional arrangements aimed at reducing the bentness of social media testimony.

The core of my response to Rini's proposal is that neither (i) nor (ii) can exempt us from our responsibility qua epistemic agents. Rini is right that we are not



epistemic angels in an ideal world where we can personally verify every testimonial source. But the fact that we live in less-than-ideal epistemic conditions does not entail that we can forget about what is epistemically responsible to do in a given situation.

Based on this general remark, I raise specific worries with both (i) and (ii). As regards (i), I argue that the instability of the norms on news re-transmission does not vindicate a violation of basic norms in the epistemology of testimony. Despite such instability, social media sharing always entails testimony, no matter if the authentic testifier is an alleged news press, the first tweeter, or our co-partisan re-tweeting some news. Thus, I shall show that both reductionist and anti-reductionist accounts in the epistemology of testimony provide us with apt norms to deal with FN in a responsible way (Gelfert 2014).

As regards (ii), I argue that Rini is right only in a limited number of cases, that is when the political news shared by co-partisans heavily rely on our common political values. But as she rightly admits, most political news is ostensibly descriptive. Thus, in general whether I trust a testifier should not depend on the political values I share with them, but on other epistemically relevant factors such as their track-record of reliable testimony, love of truth, and epistemic impartiality. I shall show that in most cases epistemic partisanship does not justify attributing greater credibility to the news (re-)transmitted by those who share our political values.

In conclusion, I argue that a fundamental strategy to counteract the spread of FN amounts to raising our awareness of the epistemic limits of our widespread attitudes towards social media sharing, as well as implementing educational strategies that can improve our track-record as epistemically responsible users of social media.

## References

- Dentith, M.R. 2017. The Problem of Fake News. *Public Reason* 8: 65-79.
- Gelfert, A. 2014. *A Critical Introduction to Testimony*. New York: Bloomsbury.
- 2018. Fake News. A Definition. *Informal Logic* 38: 84-117.
- Rini, R. 2017. Fake News and Partisan Epistemology. *Kennedy Institute of Ethics*

Journal 27(2): 43-64.

Vosoughy, S. et al. (2018) The Spread of True and False News Online. Science 359: 1146-51.

## **Modal Security and the Etiquette Conception of Defeat**

***Michael Klenk***

Moral objectivism is the view that (at least some) explanatorily basic moral truths are constitutively and causally independent of attitudes or beliefs. It is often held, as a corollary of the view, that moral truths are metaphysically necessary. Moral objectivists face the RELIABILITY CHALLENGE: what explains that moral beliefs are reliable, given that the relevant states of affairs that account for the moral truths are causally inert and constitutively independent of humans? Learning that the reliability of objectivist moral beliefs is in principle impossible to explain, the challenge goes, undercuts the justification of those beliefs. Although formulated in paradigmatically externalist parlance, the reliability challenge arises for epistemic internalists too, insofar as it is problematic for a believer to *learn* that he cannot explain how his beliefs are reliably connected to the truth (cf., Enoch, 2010). Many moral objectivists regard the reliability challenge as their most arduous test (Enoch, 2010, 2011; Parfit, 2011; Scanlon, 2014; Wielenberg, 2014). Some have argued that the reliability challenge is the real test behind so-called evolutionary debunking arguments in metaethics (Enoch, 2010; Klenk, 2017).

In a series of influential papers, Justin Clarke-Doane has argued forcefully that the reliability challenge can be met (Clarke-Doane, 2015, 2016a, 2016b, 2017a, 2017b). In particular, he argues that ‘explaining the reliability’ of moral beliefs means showing that moral beliefs are epistemically safe and sensitive. Roughly, a belief is safe, in Clarke-Doane’s sense, if the belief’s content does not vary in nearby possible worlds and sensitive if it would not be held in worlds where the belief would be false. According to his MODAL SECURITY principle, beliefs can only be undercut by showing that they fail to be both safe and sensitive. The reliability of moral beliefs is ‘explained’ in the relevant sense because the relevant set of moral beliefs turns out to be modally secure: they are both safe and sensitive

(Clarke-Doane, 2016a). If Clarke-Doane is right, then moral objectivists escape the most serious challenge to their view. The alleged rebuttal of the reliability challenge has received considerable attention in the recent literature. An increasing number of philosophers accept that successfully defending a principle like MODAL SECURITY would be enough to answer the reliability challenge (Baras, 2017; Barkhausen, 2016; Handfield, 2016; Hill, 2016; Warren, 2017). Others have criticised the principle, but have not shown where it goes wrong (Dogramaci, 2017; Faraci, 13.10.2016; Jonas, 2016; Lutz, forthcoming; Schechter, 2018; Tersman, 2016, 2017, 757; Woods, 2016).<sup>1</sup>

This paper aims at disproving MODAL SECURITY by showing that a belief can be undercut despite being modally secure.<sup>2</sup> The strategy is to identify a lack of warrant<sup>3</sup> that is undercutting but not cashed out in modal terms. I defend two sets of novel claims. First, MODAL SECURITY is false because (1) having a modally secure belief is not sufficient for knowledge and (2) it can be shown that learning that a belief does not count as knowledge undercuts that belief *without giving one a reason to doubt that the belief is both safe and sensitive*. Second, rejecting MODAL SECURITY based on this argument, and thus attempting to reinstate the reliability challenge, commits us to what I call the *Etiquette conception* of undercutting defeat. According to the Etiquette conception, undercutting defeaters compel us, epistemically, to withhold belief when we learn that the belief fails to qualify as knowledge even though we might have no reason to doubt that the belief is true. Taking (non-accidental) truth to be paramount in epistemology makes a concern for knowledge look like etiquette – nice to have but inessential. If we want to reject MODAL SECURITY, however, we must take lack of such epistemic etiquette to be sufficient for undercutting defeat. The Etiquette conception is a radical departure from the orthodox conception of defeat, which suggests that all undercutting defeaters must cast doubt on the truth of the target belief (cf., Pollock, 1995).

The upshot of this paper is that reinstating the reliability challenge for moral objectivism, and related views, requires adopting the Etiquette conception of defeat. This shows that there are unobvious, and as of yet unexplored, relations between the burgeoning literature on the reliability challenge, the nature of defeat, and

discussions about the norms of belief. We have to adopt a concern with epistemic ability and accept that the norm of belief is knowledge, not mere non-accidental truth to reinstate the reliability challenge. If that is correct, then focusing on concerns about the truth of moral beliefs is tilting at windmills: the reliability challenge, if it works, raises a problem not about epistemic risk, but a problem with believing for the right reason.

Section 2 introduces the reliability challenge and Clarke-Doane's defence of MODAL SECURITY in greater detail. Section 3 contains my ANTI-MODAL SECURITY argument. Section 4 presents the Etiquette conception of defeat and discusses one independent reason for accepting it. I conclude in section 5.

## References

- Barkhausen, M. (2016). 'Reductionist Normative Realism and the Contingency of Normative Evolution,' *Ethics* 126(3), pp. 662–689.
- Benacerraf, P. (1973). 'Mathematical Truth,' *The Journal of Philosophy* 70(19), pp. 661–679.
- Clarke-Doane, J. (2012). 'Normativity and Mathematics: The Evolutionary Challenge,' *Ethics* 122(2), pp. 313–340.
- Clarke-Doane, J. (2014). 'Normative Epistemology: The Mathematics Analogy,' *Noûs* 48(2), pp. 238–255.
- Clarke-Doane, J. (2015). 'Justification and Explanation in Mathematics and Normativity,' in Shafer-Landau, R. (ed.) *Oxford Studies in Metaethics*, Volume 10. Oxford: Oxford University Press, pp. 80–103.
- Clarke-Doane, J. (2016). 'Debunking and Dispensability.' In: Leibowitz UD, N (eds) *Explanation in Ethics and Mathematics*. Oxford: Oxford University Press, pp. 23–36.
- Clarke-Doane, J. (2017). 'What is the Benacerraf Problem?' In: Pataut F (ed) *Truth, Objects, Infinity: New Perspectives on the Philosophy of Paul Benacerraf*. Berlin: Springer, pp. 17–43
- Enoch, D. (2010). 'The epistemological challenge to metanormative realism: How best to understand it, and how to cope with it,' *Philosophical Studies* 148(3), pp. 413–438.
- Enoch, D. (2011). *Taking normativity seriously: A defense of robust realism*.

Oxford: Oxford University Press.

Field, H. H. (1989). *Realism, mathematics and modality*. Oxford: Blackwell.

Greco, J. (1999). 'Agent Reliabilism,' *Philosophical Perspectives* 13, pp. 273–296.

Hill, S. (2016). 'From Isolation to Skepticism,' *Erkenntnis* 81(3), pp. 649–668.

Joyce, R. (2006). *The Evolution of Normativity*. Cambridge, MA, London: MIT Press.

Jonas, S. (2016). 'Access Problems and explanatory overkill,' *Philosophical Studies* 27(2), p. 730. doi: 10.1007/s11098-016-0807-z.

Roland, J., Cogburn, J. (2011). Anti-Luck Epistemologies and Necessary Truths. *Philosophia* 39(3):547– 561.

Scanlon, T. M. (2014). *Being realistic about reasons*. Oxford: Oxford University Press. Shafer-Landau, R. (2003). *Normative realism: A defence*. Oxford: Clarendon Press.

Shafer-Landau, R. (2012). 'Evolutionary Debunking, Normative Realism and Normative Knowledge,' *Journal of Ethics and Social Philosophy* 7(1), pp. 1–37.

Sinnott-Armstrong, W. (2006). *Normative skepticisms*. Oxford: Oxford University Press.

Street, S. (2006). 'A Darwinian Dilemma for Realist Theories of Value,' *Philosophical Studies* 127(1), pp. 109–166.

Tersman, F. (2016). 'Explaining the Reliability of our Normative Beliefs,' in Leibowitz, U. D. and Sinclair, N. (eds.) *Explanation in Ethics and Mathematics*. Oxford: Oxford University Press, pp. 37–58.

Warren, J. (2017). 'Epistemology versus non-causal realism,' *Synthese* 194(5), pp. 1643–1662.

Wielenberg, E. J. (2014). *Robust ethics: The metaphysics and epistemology of godless normative realism*. Oxford: Oxford University Press.

Woods, J. (2016). 'Mathematics, Normativity, and Self-Effacement,' *Noûs* 51(2), p. 161. doi: 10.1111/nous.12157.

## O caminho até a Estrutura

*Paulo Pirozelli*

A obra *A estrutura das revoluções científicas*, do filósofo norte-americano Thomas Kuhn, veio a público no verão de 1962. O livro, que nos anos seguintes obteve uma visibilidade impressionante, expunha um modelo do desenvolvimento histórico das ciências naturais, introduzindo para isso uma série de conceitos que vieram a ultrapassar as barreiras da filosofia da ciência: paradigma, ciência normal. Primeiro grande trabalho filosófico de Kuhn, e sem dúvida uma obra fundamental da filosofia da ciência do século XX, seria interessante entender as etapas pelas quais passou o texto até sua versão final. A análise de sua gênese poderia lançar luz sobre os problemas que motivaram as investigações de Kuhn;

as dificuldades que exigiram a introdução de determinados conceitos novos em sua obra (em especial, o de paradigma); assim como poderia tornar mais claras as soluções propostas pela autor, em contraposição a outras abordagens então em voga.

Os textos anteriores de Kuhn, entretanto, não permitem determinar com clareza o percurso que levou à elaboração das teses presentes na *Estrutura*. A maior parte da produção de bibliográfica de Kuhn até a publicação da *Estrutura* consistia de trabalhos exclusivamente de história da ciência. Os artigos de cunho mais filosófico, por sua vez, foram quase todos elaborados de maneira simultânea à *Estrutura*, explicando pouco sobre ao percurso que teria levado Kuhn às idéias encontradas ali.

O objetivo deste trabalho é apresentar os resultados de uma pesquisa, ainda em andamento, sobre a evolução das idéias da *Estrutura* a partir dos manuscritos da obra. Estes manuscritos encontram-se nos Arquivos Kuhn, que estão depositados no MIT, instituição onde Kuhn lecionou durante mais de vinte anos. Dentre todo o material ainda inédito, contam-se dois rascunhos do primeiro capítulo da *Estrutura*, um sumário, um rascunho do segundo capítulo e uma primeira versão da obra, distribuída para alguns amigos e colegas (entre eles, James Conant, Paul Feyerabend e Stanley Cavell).

Os dois primeiros rascunhos, assim como o sumário, foram escritos entre

1958-59, durante o estágio de Kuhn no Center for Advanced Study in the Behavioral Sciences, de Universidade de Stanford. Insatisfeito com o resultado, Kuhn voltou a trabalhar nos textos durante os dois anos seguintes, finalizando uma primeira versão da obra – a que Paul Hoyningen-Huene, um dos principais especialistas na obra de Kuhn, deu o nome de Proto-Estrutura – em abril de 1961. O texto, após críticas e comentários de amigos do autor, recebeu algumas emendas até sua versão final, em fevereiro de 1962.

Ao longo da apresentação serão apresentadas algumas das diferenças entre as idéias propostas nestas primeiras tentativas de elaboração da Estrutura e sua versão final. Veremos como algumas idéias e conceitos perdem espaço progressivamente – como a noção de que as comunidades científicas seriam definidas por um consenso em torno das teorias –, enquanto outros surgem apenas posteriormente – como é o caso dos paradigmas e das observações sobre a distinção entre normatividade e descrição. Com isso, nosso intuito é delinear a trajetória intelectual de Kuhn ao longo destes anos, apontando para um desenvolvimento significativo de suas idéias sobre a natureza e o crescimento das ciências naturais ao longo da história".

### **Pode o problema da indução ser resolvido por alguma proposta bayesiana?**

***Pedro Bravo de Souza***  
***Marcos Antonio Alves***

Avaliamos criticamente a abordagem bayesiana de Colin Howson ao problema da indução tal como formulado por David Hume. Para tanto, dividimos o trabalho em três momentos de investigação. No primeiro momento, comentamos o problema da indução. No segundo momento, investigamos como o bayesianismo de Howson relaciona-se com esse problema para, por fim, no terceiro momento,

tecermos críticas à proposta de Howson e investigarmos a hipótese segundo a qual alguma outra abordagem bayesiana poderia resolvê-lo<sup>1</sup>.

## **Introdução**

Dado o êxito do bayesianismo no âmbito teórico das teorias da confirmação, alguns autores procuraram aplicá-lo igualmente a outros problemas filosóficos – relacionados ou não ao conceito de confirmação. O britânico Colin Howson (2000; 2003), em particular, tentou argumentar em favor da tese de que o bayesianismo teria êxito na abordagem de um dos problemas mais árduos da filosofia: o problema da indução, formulado pelo filósofo escocês David Hume (2004; 2009).

Neste trabalho buscamos avaliar criticamente a abordagem bayesiana de Howson ao problema da indução. De modo a satisfazê-lo, dividimos o texto em três momentos de investigação. No primeiro deles expomos, em linhas gerais, o problema da indução, tal como elaborado por Hume. No segundo momento investigamos como o bayesianismo de Howson relaciona-se com esse problema para, no terceiro e último momento, tecermos críticas à proposta de Howson e investigarmos a hipótese segundo a qual alguma outra abordagem bayesiana poderia resolvê-lo.

## **O problema da indução**

Desde determinada leitura da obra de Hume (2004; 2009), pode-se defender que, para ele, argumentos indutivos não são racionalmente justificados. Hume propõe que todo argumento indutivo supõe o princípio de uniformidade da natureza (PU), segundo o qual o futuro será, de uma forma ou de outra, como o passado. Supondo que haja apenas dois tipos de argumentos (em sua terminologia, argumentos demonstrativos e argumentos morais<sup>2</sup>), Hume defende que em nenhum deles PU é passível de justificação.

---

<sup>1</sup> Agradecimento especial à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo FAPESP (Processo nº 2016/03251-2) pela bolsa de mestrado que favoreceu o desenvolvimento dessa pesquisa.

<sup>2</sup> Para Hume, argumentos demonstrativos são aqueles em que o contrário da proposição demonstrada é impossível. Argumentos morais caracterizam-se por concluírem proposições que vão além do conteúdo de nossos sentidos e memória.



Argumentos demonstrativos não o justificam. Se houvesse uma demonstração, seu contrário seria impossível. O contrário de PU é possível, admitindo-se que tudo que é concebível é possível, e que seu contrário é concebível. Assim, pode ser o caso de que o futuro não seja como o passado. Não é o caso, portanto, que argumentos demonstrativos possam justificá-lo.

Argumentos morais tampouco justificam PU, pois o supõem. Com efeito, argumentos morais fundamentam-se na relação de causalidade, a qual é, por sua vez, baseada na experiência e as conclusões experimentais, em seu turno, em PU. Logo, justificar PU por meio de argumentos morais geraria um indesejado círculo vicioso. Alternativamente, todo argumento moral suporia algum comprometimento indutivo.

Em suma, conforme o Argumento de Hume, PU e, por conseguinte, os argumentos indutivos nele fundamentados, não são racionalmente justificados.

Por um lado, Howson (2000; 2003) reconhece que o Argumento de Hume é cogente: não há como justificar racionalmente inferências indutivas. Por outro lado, mediante seu aparato bayesiano, Howson defende haver, não obstante, uma lógica genuína que permite engendramos induções consistentes. Sua proposta, exposta a seguir, é, portanto, uma evasão ao problema da indução (nada diz sobre a justificação ou racionalidade) ao mesmo tempo em que busca mitigar seu escopo (há, pelo menos, uma lógica para a indução).

### **O bayesianismo de Howson**

O bayesianismo de Howson (2000; 2003) possui, grosso modo, as seguintes características: o cálculo de probabilidades suposto possui o axioma da aditividade contável; graus de crença são modulados probabilisticamente por meio do conceito de quociente de aposta, isto é,  $P(H)$  representa o quociente de aposta (*i.e.*, valor da aposta de um sujeito dividido pelo total apostado) de determinado sujeito na hipótese  $H$ ; não há nenhum princípio que constranja as probabilidades prévias; sua teoria bayesiana da confirmação aplica-se tanto à indução nas ciências exatas quanto na parcela indutiva das ciências formais; há, por fim, um princípio que relacione probabilidades objetivas e probabilidades epistêmicas: o princípio principal estatístico (PPE). Conforme PPE, se, dada uma classe de

referência, a probabilidade objetiva, por exemplo, de cair cara num lançamento de moedas é 0,47, então a probabilidade epistêmica de um sujeito na predição “o próximo lançamento de moeda resultará cara” deve ser, igualmente, 0,47.

Em posse de seu bayesianismo esboçado acima, Howson (2000) defende três teses em relação ao problema da indução:

[T1]: seu aparato bayesiano não está no escopo do Argumento de Hume;

[T2]: seu aparato bayesiano é uma lógica;

[T3]: seu aparato bayesiano fornece um modelo para o raciocínio indutivo.

Para defender T1, Howson apoia-se no fato de seu bayesianismo não pressupor qualquer princípio que constanja as probabilidades prévias<sup>3</sup>. Com efeito, ao apenas assumir PPE, seu aparato não teria alguma assunção empírica que, de uma maneira de outra, acarretaria alguma forma de uniformidade da natureza. Dito de outro modo, com exceção dos casos em que possamos aplicar PPE, a atribuição de probabilidades prévias depende do quociente de aposta de determinado sujeito. Logo, ela é considerada externa ao maquinário bayesiano e este seria, então, isento de qualquer pressuposição substancial sobre o mundo empírico.

Ao argumentar em favor de T2, Howson propõe um sentido específico de lógica. Para o autor (2000, p. 127), as condições necessárias e suficientes para uma disciplina ter o *status* de lógica são: (C1) envolver afirmações e relações entre elas; (C2) julgar algum modo de raciocínio sem domínio específico; (C3) tratar de consistência.

Howson defende, rapidamente, que seu bayesianismo satisfaz C1 e C2 acima, afirmando que qualquer proposição pode estar no domínio de uma função de probabilidade. Com relação a C3, ele desenvolve um conceito específico de consistência, o qual afirma ser comum tanto a alguns sistemas de lógica dedutiva quanto à sua proposta bayesiana. Trata-se do conceito de consistência como solucionabilidade, o qual visa estender a ideia de que consistência é equivalente a

---

<sup>3</sup> Um exemplo de tal princípio seria o Princípio da Simplicidade, a partir do qual proposições mais simples devem receber maior probabilidade. Como, em geral, sua justificação recorre a casos na história das ciências em que teorias mais simples sucederam teorias complicadas, o Princípio da Simplicidade facilmente sucumbiria ao Argumento de Hume.

não atribuir a determinada fórmula  $A$  diferentes valores de verdade. Além do paralelo entre as lógicas dedutivas e sua proposta mediante o conceito de consistência, Howson considera igualmente ambas não-ampliativas, isto é, nelas a conclusão de um argumento está inserida de alguma forma no conjunto de premissas. Ademais, Howson (2000, p. 170-173) deriva de T2 uma certa normatividade de sua lógica probabilística, pois defende a necessidade de satisfazê-la, sob pena de inconsistência.

No que concerne à T3, Howson considera seu aparato bayesiano como um modelo de um tipo raciocínio específico: a indução. Conforme Howson (2000, p. 173), seu bayesianismo é um modelo no sentido de uma construção matemática munida de uma linguagem formal, cujo objeto não é o modo pelo qual as pessoas atualmente raciocinam indutivamente, senão o raciocínio indutivo em si. Sendo um modelo do raciocínio indutivo em si, o modelo bayesiano da indução tem de ser, porém, aplicável (HOWSON, 2000, p. 176). Mais precisamente, ele precisa explicar como alguns casos atuais de indução são exemplos de induções corretas. Sua aplicabilidade é encontrada em instâncias de sua Teoria Bayesiana da Confirmação (TBC), a qual consegue indicar como a credibilidade de hipóteses são aumentadas (confirmação), diminuídas (desconfirmação) ou permanecem iguais (neutralidade) em relação a determinada evidência. Tal alteração da credibilidade de hipóteses por determinadas evidências e sua atualização conforme regras de condicionalização é, destarte, o conceito de *indução* suposto no bayesianismo de Howson.

Apesar de não solucionar o problema da indução, Howson (2000) defende, conforme T2, haver uma lógica genuína para ela que, além de modular casos notórios de indução na atividade científica, [T3], não sucumbe ao Argumento de Hume, [T1]. Verificar, rapidamente, a razoabilidade de tais teses é o objetivo da próxima seção.

### **Críticas provisórias a Howson**

Consideramos aqui que T1 seja verdadeira. No que concerne a T2, cremos haver duas dificuldades relevantes para as quais Howson deveria ter fornecido alguma resposta. Em primeiro lugar, ressaltamos que sustentar ser a lógica não-

ampliativa sem especificar como nem discorrer sobre as consequências disso é problemático. Isso porque, em filosofia da lógica, admiti-lo implica não responder a um dos grandes desafios de tal área: o *escândalo da dedução*. Em segundo lugar, a normatividade decorrente proposta de Howson igualmente carece de especificações e justificação, pois há um persuasivo paradoxo na literatura segundo o qual há, pelo menos, situações em que seria racional ser inconsistente: o *paradoxo do prefácio*. Cremos que T2 seria plausível apenas mediante alguma apreciação de tais problemas.

Em relação à T3, o conceito de indução subjacente ao bayesianismo de Howson distancia-se muito daquele pressuposto no problema da indução. No contexto do problema da indução, a indução é ampliativa, ao passo que no bayesianismo de Howson ela não o é. Ademais, a própria noção de evidência na TBC parece ser falha (ACHINSTEIN, 2001). Desse modo, considerando o critério de similaridade de uma formalização, isto é, ela será *similar* a seu objeto-alvo se seu afastamento em relação a este não é demasiado grande e injustificado, cremos que o bayesianismo de Howson não o satisfaz, o que descredencia T3.

### Considerações finais

Em posse de tais considerações, propomos, provisoriamente, que o bayesianismo de Howson não é uma abordagem razoável ao problema da indução. Para concluir, avançamos a hipótese de que qualquer proposta bayesiana que buscasse resolvê-lo não teria muito sucesso, pois parece-nos que elas enfrentam um dilema: por um lado, embora um bayesianismo *à la* Howson não esteja no escopo do Argumento de Hume, ele não consegue sequer incidir no problema da indução, pois nada diz sobre justificação nem racionalidade; por outro lado, bayesianismos mais robustos que incorporem, por exemplo, a *tese lockeana*<sup>4</sup> ou princípios para constranger as probabilidades prévias, conseguiriam incidir em tal problema, mas sucumbiriam ao Argumento de Hume. Não obstante tal dilema, bayesianos teriam ainda que argumentar em favor de como suas propostas relacionam-se com o conceito de indução relevante para o problema da indução.

---

<sup>4</sup> Tese segundo a qual é racional para determinado agente *S* crer em uma proposição *P* se, e somente se, é racional para *S* ter um grau de crença em *P* acima de determinado limiar (e.g. 0,9).

Em uma palavra, parece-nos que o problema da indução não é passível de resolução a partir de uma abordagem bayesiana.

### Referências

- ACHINSTEIN, P. **The Book of Evidence**. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- HOWSON, C. *Hume's problem: Induction and the Justification of Belief*. New York: Oxford University Press, 2000.
- \_\_\_\_\_. Probability and Logic. **Journal of Applied Logic**, vol. 1, p. 151-165, 2003
- HUME, D. *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Tratado da natureza humana**: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais. Tradução de Déborah Danowski. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

### Contingência superficial

**Rafael Albiero Vieira**

Saul Kripke, em *Naming and Necessity*, apresentou um dos argumentos mais fortes contra a tese descritivista para nomes próprios e, ao decorrer de sua argumentação, chamou atenção para o fato de que existem casos em que podemos ter acesso a verdades contingentes de maneira a priori, e além disso, acesso a verdades necessárias de maneira a posteriori. Estas ideias causaram desconforto na tradição, uma vez que mostraram que uma tese muito bem estabelecida estava incorreta, isto é, que as noções de necessidade e aprioricidade, ao contrário do que se pensou, não são coextensivas: o contingente a priori constitui, então, um paradoxo intolerável. Houve muita discussão desde que Kripke chamou atenção para este fato, e as mais diversas visões foram defendidas. Alguns anos após as apresentações dos trabalhos de Kripke, Gareth Evans, em “Reference and Contingency”, argumentou que, através de uma distinção entre diferentes tipos de contingência, os exemplos de Kripke se tornam

triviais. Sendo assim, embora aparentemente problemáticos, não existiria nada de controverso ou paradoxal nos exemplos de Kripke. Entretanto, uma das consequências do argumento de Evans é a de que certo tipo de contingência seria completamente superficial, e equivalente a sentenças do tipo “ $A=A$ ”. Por exemplo, sentenças clássicas do contingente a priori como: “Netuno é o responsável pelas perturbações da órbita de Urano”, na realidade, são meras sentenças de identidade entre “nomes descritivos” e descrições definidas, que quando analisadas a fundo, são completamente triviais. No entanto, contrário ao que Evans pensa, não existe nada que afirme com certeza que sentenças deste tipo, mesmo tendo tal estrutura, são triviais. Timothy Williamson, em *Philosophy of Philosophy*, argumenta que até mesmo sentenças aparentemente triviais, como “ $A=A$ ”, dependem de fatos do mundo que as tornam verdadeiras (ou seja, não são completamente vazias de significado). Com este contexto em mente, meu objetivo é expor brevemente as teorias de Kripke sobre o contingente a priori, e a de Evans sobre como tais sentenças podem ser vistas como simplesmente triviais. Já em um segundo momento, argumentar como estas sentenças vistas como “superficiais” ou triviais, na realidade, contém algo significativo e dependem de estados de coisas do mundo; também, por outro lado, pretendo expor exemplos de sentenças que normalmente vemos como significativas mas são, no fundo, meras identidades triviais.

### **Algunas observaciones sobre el papel de las intuiciones en una filosofía (moderadamente) naturalizada**

***Ricardo Navia***

La propuesta contemporánea de naturalización de la epistemología encabezada por Williard Quine (1969) ha dejado un amplio margen de exploración y debate sobre los métodos de una filosofía naturalizada y sobre la relación de los métodos de una tal filosofía con los métodos filosóficos de la tradición. Discusión ésta que ha comenzado en el campo epistemológico pero que tiene claras repercusiones y analogías en el campo de la filosofía moral y política. En ese contexto, ocupa un lugar importante el debate sobre el estatuto y la función de los

juicios basados en intuición, especialmente en el escenario de experimentos mentales. Discusión por otro lado vinculada con los renovados debates sobre la posibilidad y relevancia filosófica del conocimiento a priori. Desde mi punto de vista, dentro del campo de los filósofos más o menos adheridos a un enfoque naturalista, los temas en discusión radican, fundamentalmente en dos cuestiones: 1) hasta qué punto los juicios basados en intuición pueden resultar una guía útil (o evidencia primaria) e, incluso a veces irremplazable, para la investigación filosófica y 2) hasta qué punto y de qué modos una filosofía naturalizada podría controlar teórica y/o empíricamente la corrección de dichos juicios. David Papineau (2009, 2011 y 2013) y Janet Levin (2013 y 2015) están desempeñando un papel, a mi entender, relevante en esta discusión, en la que también intervienen R. Brandom (2001), A. Goldman (2010), A. Rosenberg (2014) y T. Williamson (2005 y 2014). El objetivo de mi exposición consiste en revisar parte de dicho debate y extraer algunas observaciones para responder a las preguntas mencionadas. Concretamente me propondré:

A) Algunas observaciones en torno a la concepción de D. Papineau sobre el papel de la intuición en una epistemología naturalizada

B) Algunas observaciones, en general aprobatorias, sobre el papel y el control de los juicios de intuición según el naturalismo moderado de J. Levin;

C) En el curso de las cuáles intentaré complementarla con dos concepciones provenientes de la obra de H. Putnam, a saber: la idea de una racionalidad informal y la idea de una objetividad sin objetos.

Respecto a la fuente de los juicios de intuición, siguiendo la tesis putnamiana de racionalidad informal, si bien puede ser que en temas cotidianos jueguen un papel ciertos mecanismos subpersonales adquiridos en la historia cultural y hasta biológica de la especie, parece claro que en temas metateóricos los juicios de intuición de gente entrenada en la disciplina se explicarían como el resultado informal de los supuestos e implicaciones que “animan” a ese propio sistema teórico. Juicios e intuiciones que en algún momento (este sí crucial) dejan de ser “rehenes conservadores” del sistema vigente y pasan a ser “azuzadores críticos e innovadores” frente al mismo, abriendo nuevos problemas, nuevos aspectos, nuevos criterios, nuevos instrumentos y nuevas soluciones.

Por el otro lado, siguiendo la concepción putnamiana de la interdependencia entre la esfera cognitiva y la valorativa, los sistemas morales y cognoscitivos de una cierta cultura forman un todo orgánico interdependiente. Tenemos entonces que, sin necesidad de postular entes que respalden los juicios morales y éticos, se puede sí determinar para determinada cultura cierta objetividad ética acorde con su objetividad cognitiva. A partir de ello, como lo viene sugiriendo Levin, las tesis ético-morales, pueden ser también indirectamente sensibles a elementos semi-empíricos sin que requiera un cotejo directo con objetos. (548 palabras)

### **Autoconhecimento de crenças: empirismo, racionalismo e racionalidade**

***Robson da Rosa Barcelos***

O autoconhecimento é a habilidade cognitiva do agente para conhecer seus próprios estados mentais. Cada tipo de estado mental tem suas próprias particularidades. Admite-se a proposta de Coliva (2016) do pluralismo sobre autoconhecimento. Existem diferentes tipos de estados mentais, por exemplo, sensação, crença, desejo, julgamento e emoção. Para cada tipo existe um método para seu conhecimento. O foco deste trabalho é o conhecimento das próprias crenças. Para tanto, se apresenta teorias empiristas e racionalistas sobre o conhecimento das próprias crenças. Teorias empiristas do autoconhecimento propõem a introspecção como método para o conhecimento das próprias crenças. Entretanto, há questões relacionadas à fenomenologia da crença - como é acreditar que p? Teorias racionalistas do autoconhecimento propõem que o agente "olhe para fora" para fazer sua própria mente e constituir sua própria crença. Burge (2013), aborda sobre o conhecimento das crenças e racionalidade, onde para ser racional, é preciso ter autoconhecimento. Mas o tipo de racionalidade especificado é muito exigente. Como agentes no domínio da vida comum, temos entendimento incompleto de nossos próprios estados mentais doxásticos, mas isso não é problema para o conhecimento das próprias crenças como disposições, segundo as quais não somos responsáveis, pois não provém de deliberação racional; e nossas crenças como compromissos, nas quais somos responsáveis, pois deliberamos racionalmente sobre elas. Ambas, podem ser conhecidas pelo



método de transparência. Logo, se obtém a tese de que o método da transparência é suficiente para o autoconhecimento de estados mentais doxásticos e assim assegurando a racionalidade do agente.

### **Referências**

BURGE, T. Content Preservation. In: *Cognition through Understanding: Self-Knowledge, Interlocution, Reasoning, Reflection*. Philosophical Essays, Volume 3, Oxford: Oxford University Press. 2013, p. 229-253.

COLIVA, A. *The Varieties of self-knowledge*. London: Palgrave Macmillan, 2016.

EVANS, G. *The Varieties of Reference*. Ed. John McDowell. Oxford: Oxford University Press, 1982.

GERTLER, B. *Self-knowledge*. London, New York: Routledge, 2011.

MORAN, R. *Authority and estrangement: an essay on self-knowledge*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

SILVA FILHO, W. J. *Sem ideias claras e distintas*. Salvador: EDUFBA, 2013.

### **A dialectical perspective on epistemic reflection**

*Waldomiro José da Silva Filho*

In this paper I suggest that if we change our perspective we can achieve a better understanding of our epistemic reflective powers (and limitations). To this end, I propose that, rather than dealing with the place and value of reflection from an individualistic point of view (what should we attribute to an individual in order to guarantee that her belief is apt/reliable and that she knows?), we could adopt an interpersonal and non-individualistic point of view characterized by a scenario that involves two or more individuals associated by common, or almost common, epistemic commitments (to reach the truth about a specific set of matters, to resort to rationale and arguments etc.). In this scenario, we may also conceive that relevant disagreements between interlocutors occur and that the people involved need to resolve their disputes without the support of new evidence; we may even imagine that, as a part of the community's epistemic commitments, these people (qua epistemic agents) recognize that it is better (more virtuous) for them to reflect, evaluating the content and reliability of their own beliefs so as, in the end, to affirm,

deny or suspend judgement.

### **Some remarks on the Role of Intuitions in a (moderately) naturalized philosophy**

***Ricardo Navia***

The contemporary proposal of naturalization of epistemology led by Williard Quine (1969) has left a wide margin of exploration and debate on the methods of a naturalized philosophy and on the relation of the methods of such a philosophy to the philosophical methods of tradition. This discussion has begun in the epistemological field but has clear repercussions or, better, analogies in the field of moral and political philosophy. In this context, the debate on the status and function of intuition-based judgments, especially in the case of mental experiments, occupies an important place. Besides, this discussion is related to the renewed debates about the possibility and philosophical relevance of a priori knowledge. From my point of view, within the field of philosophers more or less adhered to a naturalist approach, the issues under discussion lie essentially in two questions: 1) to what extent intuitive judgments can be useful guides (or primary evidence), and sometimes even irreplaceable for philosophical inquiry; and (2) to what extent and in what ways a naturalized philosophy could theoretically and / or empirically control the correctness of such judgments.

In my opinion, David Papineau (2009, 2011 and 2013) and Janet Levin (2004, 2013 and 2015) have occupied a relevant place in this discussion. The purpose of my presentation is to review part of this debate and draw some observations to answer the questions mentioned. Specifically I will propose: 1) Some observations on the conception of D. Papineau about the role of intuition in a naturalized epistemology. 2) Some approval comments on the J. Levin's moderated naturalism view about the role and control of judgments of intuition; in the course of which I will try to show the possibility of complement it with two conceptions coming from the work of H. Putnam, namely: the idea of an informal rationality and the idea of objectivity without objects.

## Estética e Filosofia da Arte

### **São os Ready-mades e a Arte Conceitual compatíveis com uma definição estética de arte?**

***Rosi Leny Morokawa***

O debate sobre definição de arte se intensifica após meados do século XX dentro da filosofia de tradição analítica. Uma variada produção artística – Fluxus, Novo Realismo, Minimalismo, Arte Pop, Arte Conceitual, performances, happenings, entre outras – instiga novas reflexões sobre a questão “O que é arte?”. Para alguns filósofos, o problema colocado é o de que não é possível definir arte em termos de condições necessárias e suficientes. Entretanto, outros filósofos apresentam definições que buscam uma adequação extensional do termo “arte” com a produção artística do período. Para tal, essas definições negam que hajam condições estéticas para se definir arte. Mas será que uma definição estética de arte não pode incluir os ready-mades de Marcel Duchamp e casos de Arte Conceitual como casos de arte?

Uma definição estética de arte é aquela que inclui uma condição estética entre as condições que algo deve satisfazer para ser arte. Esta condição estética pode ser tanto a existência de propriedades estéticas em uma obra de arte, quanto a experiência estética que ela possa proporcionar. Uma definição de arte que envolva a noção de experiência estética pode ser de um tipo que afirma que algo é uma obra de arte se e somente se algo proporciona uma experiência estética. Ou pode ser de ser de outro tipo, que afirma que algo é uma obra de arte se e somente se é algo intencionado a proporcionar uma experiência estética. A definição de arte de Monroe Beardsley é uma definição estética do segundo tipo, que define arte como algo que envolve uma intenção de proporcionar uma experiência estética. Beardsley (1983) propõe que “uma obra de arte é algo

produzido com a intenção de conferir-lhe a capacidade de satisfazer o interesse estético”.

As principais objeções às definições estéticas de arte centram-se no argumento de que elas excluem os ready-mades e os casos de Arte Conceitual como casos de arte e que esses seriam, portanto, contraexemplos às definições estéticas de arte. Para Timothy Binkley (1977) a arte do século XX mostrou a independência entre arte e estética. Segundo sua proposta, com base nas obras de artistas conceituais como Robert Barry, a arte pode ser criada diretamente por ideias, não mediadas por propriedades estéticas. Ele sugere que possa haver, até mesmo, obras puramente conceituais, não perceptuais. Uma vez rompida a ligação da arte com a estética, o que faz com que algo seja arte é somente ser indexado como arte por um artista. Para Noël Carroll (1999) ready-mades e obras conceituais não foram feitas com a intenção de proporcionar uma experiência estética. A Fonte de Duchamp seria um exemplo paradigmático de arte, baseado em ideias e não em experiências, criada sem a intenção de que suas formas e propriedades perceptuais tivessem a capacidade de proporcionar uma experiência estética. Além disso, para Carroll algumas obras não são procuradas pelo público para a obtenção de experiências estéticas.

Neste trabalho, pretendo mostrar que a definição estética de arte de Beardsley não precisa negar os ready-mades e casos de Arte Conceitual como casos de arte e que, ao contrário disso, ela pode incluir uma boa parte deles.

## Referências

- BEARDSLEY, Monroe. (1983). “An Aesthetic Definition of Art”. In: LAMARQUE, Peter (Org.). **Aesthetics and the Philosophy of Art: The Analytic Tradition**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.
- BINKLEY, Timothy. “Piece: Contra Aesthetics”. **The Journal of Aesthetics and Art Criticism**, v. 35, n. 3, 1977, pp. 265-277.
- CARROLL, Noël. **Philosophy of Art: A Contemporary Introduction**. London and New York: Routledge, 1999.

**Filosofia e Crítica em David Hume**

**Thiago Wesley da Silva e Silva**

"Temos como uma referência que orienta a tessitura do ensaio Do padrão do gosto a noção - ou pelo menos o esboço - de um sujeito que se configura como alguém capaz de exercer plenamente a capacidade crítica, revelando gosto refinado e uso adequado da razão. É a imagem do crítico que aparece como uma referência de orientação para as elucubrações do filósofo acerca da possibilidade da identificação de um padrão de gosto. O aspecto principal que justifica essa referência a um sujeito agente na condição de crítico é a localização de David Hume como um filósofo que parte da experiência para encadear todos os seus raciocínios, sejam de conteúdos referentes à moral, ao entendimento ou à estética. Portanto, a experiência marcada como condição de formulação conceitual para o filósofo exige a criação de recursos que possam dar margens para a experiência, e por fim, possam lhe atribuir sentido.

A referência a um sujeito surge então para ser esse anteparo da experiência que ao se relacionar de uma forma específica com as impressões conduz cadeias de relações e sentidos próprios que poderiam, por fim, gerar os critérios para o julgamento estético. Assim, podemos pensar que com essa ferramenta conceitual está respondida a questão fundamental sobre a possibilidade de uma concepção de padrão de gosto universal. Encontrando um crítico podemos lhe perguntar o que é uma obra de arte, ou se uma manifestação artística é boa, ou se um poema é melhor do que outro. Obviamente essa maneira de busca pelo padrão de gosto se mostra esvaziada de sentido, e se opõe a qualquer possibilidade de transformação nas formas de produzir obras artísticas. O que nos parece razoável é a identificação desta imagem — delineada de modo oblíquo — como um referencial posto no horizonte da filosofia humeana. Ou seja: é um ponto que serve para mediar leituras possíveis sobre o refinamento do gosto.

O fechamento do julgamento está definido nos conteúdos da memória. Essa afirmação localiza na memória os conjuntos de elementos sobre os quais o exercício do julgamento opera. Sob esse aspecto, a crítica filosófica pode se distinguir absolutamente de um julgamento estético. Ou seja, em suas formulações é possível que não possam ser identificados elementos comuns que permitam análises comparativas. No limite: as perspectivas podem ser vistas tal como dois

idiomas que se estruturam pelo uso das mesmas regras gramaticais, formulando orações e expressões igualmente organizadas, articulando palavras correspondentes, com significados correspondentes, mas sem nenhuma identificação fonética ou morfológica.

A implicação imediata do desdobramento dessa formulação é que esses campos de juízos podem coexistir sem pontos de interlocução. Os sujeitos que se empenham no exercício de um campo específico não devem reconhecer necessariamente as semelhanças que o aproximam das atividades daqueles que estão empenhados em outra área de observação. Esse aspecto, embora justificável através dos conteúdos da memória, gera certa tensão com um ponto específico da configuração que Hume faz do crítico. Este ponto é o ambiente que envolve o crítico em determinada época, um contexto cultural. A identificação desta figura não é uma tarefa corriqueira; não é um processo que ocorre sem alguma força que o incite. Para que sejam percebidas e elencadas as particularidades sutis que se apresentam na formulação de juízos consistentes e adequados aos contextos são necessários parâmetros. A constituição dos atributos que se organizam na condição de parâmetros se dá no meio em que o observador está imerso, e para serem formados exigem sensibilidades suficientemente refinadas. Nessa leitura, o indício que Hume apresenta faz emergir a conclusão de que somente através de um gosto refinado se pode reconhecer o refinamento do gosto.

Compreendemos que os efeitos do gosto ultrapassam os limites do juízo estético. Apresentar refinamento de gosto é ser capaz de estar na experiência percebendo os mecanismos que a determinam, que a constituem, identificando aquilo que pode dela ser efeito. Ao se colocar diante de uma obra de arte, o observador crítico recorre aos dados da memória que de alguma forma podem estar conectados com as novas impressões. Assim, para que os conteúdos que estão prestes a ser referenciados no movimento do julgamento sirvam como parâmetros, deve existir o registro de experiências transcorridas com forte teor artístico — experiências cujas ideias que delas são formadas tenham pontos de conexão com as novas impressões e sejam passíveis de comparação. Portanto, deve ser formado uma espécie de vocabulário ou repertório de elementos da memória que sirvam para composição da crítica. Se o mesmo ocorre com o

filósofo, deve ser formado um repertório relativo aos seus objetos de julgamento, que nem sempre são obras artísticas. Deste raciocínio, uma formulação que parece razoável é considerar que a noção de crítico pode ser lida como um filósofo que se dedica a julgar objetos artísticos. Portanto, a ênfase a ser feita em nossa leitura que aproxima o juízo estético dos juízos de outra ordem está em como os sujeitos alcançam seus objetos e não especificamente no objeto que se julga. Para que haja reconhecimento recíproco: o olhar deve estar direcionado por sobre a maneira como o outro se posiciona em suas atividades.

## Filosofia das Ciências

### Causalidade Indeterminística e Fenômenos Quânticos

*Mayra Moreira da Costa*

"O problema da aplicação da causalidade no domínio da mecânica quântica é caracterizado pela dificuldade em explicarmos causalmente determinados fenômenos preditos pelo formalismo da mecânica quântica de acordo com os modelos causais clássicos disponíveis. Neste trabalho, referir-me-ei especificamente ao fenômeno do contexto experimental do tipo EPR-Bohm, onde medições de propriedades de duas entidades quânticas espacialmente separadas exibem uma anticorrelação perfeita entre si e a dependência estatística entre elas não é anulada por uma causa comum, como ocorre no domínio clássico.

Como alternativa frente ao problema, partirei da hipótese de que o domínio da causalidade não é restrito a fenômenos clássicos e que um modelo causal indeterminístico é uma alternativa frutífera para aplicação da causalidade a esse tipo de fenômeno quântico. Para fundamentar essa hipótese, seguirei os passos que se sucedem.

Primeiramente, apresento os modelos causais que podem ser obtidos a partir das teorias da causalidade de Hans Reichenbach (1944, 1956) e Wesley Salmon (1984, 1998) e explico por quais razões eles não poderiam ser aplicados ao domínio da mecânica quântica. Depois disso, proponho uma generalização do Princípio de Causa Comum (PCC) de Reichenbach e uma reformulação do seu Critério de Transmissão de Marca (CTM), conjuntamente com uma reformulação do modelo de bifurcação causal interativa (BCI) de Salmon e de sua teoria dos processos causais (1984, 1997, 1998). O modelo de bifurcação causal conjuntiva (BCC) de Reichenbach será mantido para a explicação dos fenômenos clássicos, residindo na diferença entre os dois tipos de bifurcação causal a chave para compreendermos a distinção entre probabilidade e causalidade na física clássica e na física quântica.



## **Objetividade científica e subdeterminação das teorias pelas boas razões**

***Robinson Guitarrari***

"As boas razões, ou virtudes epistêmicas e pragmáticas, de uma teoria científica não determinam a resolução de controvérsias científicas. De alguma forma, Kuhn defendeu essa tese. A racionalidade científica não implicaria o consenso entre os pares.

Embora Kuhn tenha utilizado relevantemente a tese da incomensurabilidade para sustentar essa sua posição, alguns de seus críticos, com a intenção de indicar que as boas razões, mencionadas por Kuhn, são, de alguma forma, competentes, têm considerado que tal posição kuhniana possa ser capturada por um tipo de argumento da subdeterminação, para, em seguida, sustentar que a posição kuhniana não se justifica. Dessa perspectiva, as teorias em jogo são subdeterminadas pelas boas razões, uma forma diferente daquela em que as teorias são subdeterminadas pelas evidências empíricas.

Kitcher, em *Science, truth, and democracy* (2001), apresenta indicações de uma explicação para a resolução de controvérsias científicas, procurando apoiar a tese de que não há razão satisfatória para abandonar o ideal de objetividade, considerando o argumento da subdeterminação pelas boas razões, utilizada pelos críticos da objetividade científica.

Tomando seu tratamento da passagem da teoria do flogisto para a teoria do oxigênio, pretendo examinar a pertinência da reconstrução que Kitcher faz da posição que Kuhn mantém em relação à tradição metodológica, bem como avaliar seu argumento em favor da manutenção da objetividade científica como um ideal a ser buscado."

## **Uma proposta em dois passos para reabilitar o realismo experimental**

***Tiago Luis Teixeira de Oliveira***

Neste ensaio pretendo expor sinteticamente os problemas levantados contra uma das formas de realismo científico conhecida como realismo experimental, além de propor uma formulação mais aceitável do mesmo, resistente a tais críticas. O realismo experimental, também conhecido por realismo de entidades, fora originalmente proposto por Ian Hacking (1983) e Nancy Cartwright (1983) como uma espécie de via média entre o empirismo construtivo e o realismo científico baseado na inferência para a melhor explicação. No entender dos autores supracitados, não seria possível estabelecer quais teorias são aproximadamente verdadeiras exclusivamente com base no seu poder explicativo e preditivo. Para eles, entretanto, é razoável postular a existência de entidades inobserváveis por meio das propriedades experimentais de tais entidades. Hacking esperava que o controle e a produção de fenômenos por meio da manipulação de entidades nos daria a melhor garantia de que tais entidades seriam reais. Já Cartwright procurou diferenciar as inferências causais típicas de leis fenomenológicas daquelas explicações teóricas deduzidas de leis fundamentais. De acordo com a filósofa, somente no primeiro tipo de inferência haveria comprometimento existencial por sua exigência de não-redundância. Ora, ainda que este realismo experimental já se mostrasse bastante modesto em relação ao realismo de teorias (do qual procurou ser uma alternativa), tal fato não foi suficiente para afastar as críticas. Os problemas alegados pelos oponentes do realismo experimental iam desde a acusação de inadequação em relação à prática da comunidade científica, até a inconsistência ao admitir entidades e propriedades postuladas teoricamente recusando, entretanto, as teorias em que tais entidades e propriedades aparecem. Some-se a essas críticas a de que o próprio critério do realismo de entidades seria implausível, seja porque falha na produção de crenças verdadeiras ou porque não fornece garantias melhores do que as já dadas pela inferência para a melhor explicação. Problemas como os mencionados acima fizeram muitos realistas e anti-realistas considerarem o realismo experimental uma carta fora do baralho. O meu objetivo neste ensaio, entretanto, é mostrar que dois

cuidados adicionais tornariam o realismo experimental mais resistente a tais críticas: (1) Tomar o realismo experimental exclusivamente como um critério epistêmico, ou seja, entender tal realismo como um critério para justificar nossa crença em entidades e não para as descobrir; e (2) concentrar nossas alegações epistêmicas nas propriedades ao invés de entidades, supondo, é claro, que de um conjunto de propriedades seja possível inferir uma entidade. O passo (1), como argumentarei, permite entender o papel que a teoria ocupa no realismo experimental, evitando a crítica de incoerência. Já o passo (2) permitirá dirimir alguns problemas relacionados à implausibilidade e incoerência. Farei isso deixando bastante nítida a diferença de graus de garantia que possuímos sobre as propriedades com as quais interagimos em relação àquelas propriedades que são atribuídas por teorias, mas para as quais ainda não há (se é que um dia haverá) métodos de detecção. Estes dois passos, influenciados pelos trabalhos de Suárez (2008), Chakravartty (2007 e 2008) e Egg (2012 e 2014), permitiriam, a meu ver, reabilitar o realismo experimental tornando-o uma alternativa vigorosa às formas de realismo baseadas no sucesso (ou mesmo no sucesso surpreendente) das teorias.

## Filosofia da Linguagem

### Quantificadores e cognição visual

*Adriano Marques da Silva*

Lidz et al. (2011) argumentam que a verificação da verdade /falsidade de uma sentença declarativa é direcionada por uma estratégia de processamento que está associada, de forma transparente, à representação semântica daquela sentença. Mais especificamente, eles mostram que frases contendo o quantificador “A maioria” (1) está exclusivamente associada a condições de verdade e um procedimento de verificação envolvendo subtração (2), apesar da disponibilidade de outras especificações semanticamente equivalentes (3).

(1) A maioria dos pontos é amarelo.

(2)  $|\text{Ponto}(x) \ \& \ \text{Amarelo}(x)| > |\text{Ponto}(x)| - |\text{Ponto}(x) \ \& \ \text{Amarelo}(x)|$

(3)  $|\text{Ponto}(x) \ \& \ \text{Amarelo}(x)| > |\text{Ponto}(x) \ \& \ \text{Vermelho}(x)| + |\text{Ponto}(x) \ \& \ \text{Azul}(x)| + |\dots|$

Esse resultado apontaria, segundo os autores, que o input linguístico influencia de maneira significativa o processamento visual e, mais especificamente, sobrepujaria estratégias de verificação alternativas mais eficientes recrutadas pela cognição numérica. Contudo, experimentos subsequentes tem apresentado resultados divergentes, não havendo clareza, até o momento, quanto ao status da tese defendida no experimento pioneiro de Lidz. Nesta comunicação apresento um breve histórico dos experimentos, procurando explicitar as escolhas metodológicas e as suposições teóricas de base que os sustentam. Argumento que são necessários mais evidências empíricas e distinções conceituais explícitas para que tenhamos uma compreensão mais clara sobre a relação entre significado e processamento.

**Do abstract nouns always denote the abstract?**

**Ana Clara Polakof**

Abstract nouns (freedom, democracy, whiteness, roundness, etc.) have usually been associated with the abstract. The idea is that they denote the abstract, since they have an intrinsic abstract meaning. Concrete nouns (dog, table, dog, car, etc.) have to be used as generics to relate to the abstract (as in The lion has four legs). When they are used as generics they denote kinds (Carlson 1970). Abstract nouns, on the other hand, should be related to the abstract without the need to use a generic to denote the abstract. However, if we analyze linguistic data, we will see that abstract nouns do not always relate to the abstract. In this presentation, we will try to show what are the phenomena related to their behavior: if the noun has an abstract meaning what makes it behave as something concrete (the redness of my hand lasted for ten days)?

We will work with Spanish linguistic evidence, and try to see what the relationship between the abstract nouns and the abstract is. To do this, we will analyze their linguistic behavior: what differentiates 1 from 2? What makes the first one clearly relate to the abstract and the second one to the concrete? Why can't we pluralize some abstract nouns when they are not complemented (compare 3 to 4)?

1. La blancura de las casas es un legado colonial/ The whiteness of the houses is a colonial legacy

2. Las blancuras de las casas son manchas de humedad/ The whitenesses of the houses are humidity stains

3. La blancura es una propiedad/ (The) whiteness is a property

4. \*Las blancuras son propiedades/ \*The whitenesses are properties

We will defend that the different readings of those nouns are due to the involvement (or non-involvement) of number in those phrases which can change the meaning of the noun (1 to 2) or transform a grammatical sentence to an ungrammatical one (3 to 4). The idea is that 1 and 3 do not have number information, while 2 does and 4 is ungrammatical because a property related noun

cannot have a concrete reading. Number, then, forces a concrete reading of the abstract noun.

Now, does the appearance of a plural always force a concrete reading of the definite description (as in 2) or an ungrammatical sentence (as in 4)? What about abstract nouns such as democracy, justice or freedom? Do they behave as *blancura*? They do not seem to. 6 does not appear to be more concrete than 5, and the pluralization does not make the sentence ungrammatical. What changes? What is the difference between these abstract nouns and the others?

5. La democracia es una forma de Estado/ The democracy is a form of State
6. Las democracias son dictaduras / The democracies are dictartorships

In this presentation, we will try to answer those questions, and try to see whether the difference in the behavior is due to a difference in the kind of abstract entities with which we are dealing, or to how we perceive our relationship with those entities (being the first ones human-independent, and the second ones human-dependent).

## References

CARLSON, G. Reference to Kinds. **Ph.D. dissertation**, University of Massachusetts at Amherst. Publisehd in1980 by Garland, New York, 1977.

### **Existe realmente uma categoria semântica que comporte os expressivos?**

***Camilo Vergara***

O estudo sobre o significado dos dispositivos linguísticos denominados expressivos tem se tornado um tópico relevante nas áreas de filosofia da linguagem e da linguística (Potts, 2003; 2005; Williamsom; 2009; Corazza; 2005; Valleé 2014). O interesse no tópico é motivado por estes termos serem úteis para entender a chamada função expressiva ou emotiva da linguagem (Bühler 1934,

Jakobson 1960). Na literatura sobre o assunto, há consenso que existe uma diversidade heterogênea de itens lexicais, tais como: epítetos, interjeições, adjetivos expressivos, xingamentos étnico-raciais, diminutivos, honoríficos e advérbios de modo, que conformam a classe semântica natural dos expressivos. A categoria é fundada numa caracterização generalizada na literatura que atribui aos membros a função de externar emoções ou atitudes do sujeito tanto em relação a seus estados internos, quanto sobre acontecimentos do mundo. Porém, cada item da categoria apresenta contraexemplos em determinados contextos que sugerem que esta definição não apresenta condições necessárias nem suficientes em relação ao funcionamento destes termos. No caso de que a definição funcional possa ser questionada por não representar as características específicas deste tipo de termos, então não é clara a existência de uma classe semântica natural ou de uma categoria de termos especiais que possamos denominar com o nome de expressivos.

O primeiro a esboçar uma explicação da natureza do conteúdo dos termos expressivos foi Frege (1918). Ele assumiu que o fenômeno da expressividade da linguagem é algo psicológico, por estar ligado aos estados mentais do sujeito no momento em que ele realiza o proferimento de sentenças que incorporam este tipo de termos. Nesta abordagem, as sentenças “Fido é um cachorro” e “ Fido é um vira-lata” expressam o mesmo conteúdo proposicional, as mesmas condições de verdade, porém a segunda manifesta algo a mais, a saber, a atitude negativa do falante em relação a Fido.

Como resultado desta interpretação, o assunto foi deslocado para o campo da pragmática sendo incorporado na teoria dos atos de fala de Austin (1962) e seguidamente caracterizado na taxonomia de Searle (1975). Nesta, cada categoria é distinguida por uma determinada força ilocucionária que define quais são as condições de satisfação para cada ato, ou seja, as condições que determinam quando o proferimento foi bem sucedido ou não. Nesta abordagem, os expressivos têm como objetivo ilocucionário externar uma atitude emocional do falante especificada nas condições de sinceridade, sobre um estado de coisas explicitado no conteúdo proposicional do proferimento.

Posteriormente, Kaplan (1999) questionou a atribuição do fenômeno ao campo da pragmática, criticando a assunção adotada por semanticistas (formalistas e antiformalistas) de que não é possível analisar certos fenômenos das linguagens naturais, como a expressividade, por meio das ferramentas formais da lógica. A tese é que este tipo de expressões têm um significado estável e socialmente estabelecido, e por esse motivo não devem ser tratadas como meras descargas verbais. Kaplan assume o desafio de dar conta do significado convencional dos expressivos por meio de um arcabouço teórico normalmente utilizado para dar conta do significado de outro tipo de expressões. A proposta segue a tese wittgensteniana do significado como uso, mas desde uma perspectiva normativa. Desta forma, a noção de uso já inclui a noção de correção, i.e., um critério que permite elucidar quando estas expressões são utilizadas de maneira apropriada. O critério possibilita a compreensão da convenção linguística que está por trás de cada termo permitindo-nos enxergar o conteúdo cognitivo que é carregado por estes. A proposta semântica de Kaplan dá conta do fato de que é possível comunicar um conteúdo expressivo fingindo que se tem a emoção ou atitude correspondente. Por exemplo, pode-se proferir o expressivo “ay” sem sentir dor (sem estar no estado emocional correspondente) e, assim, enganar o ouvinte, i.e., fazê-lo acreditar que estou sentindo dor. A razão é que o termo carrega uma informação convencionalmente codificada, sendo esta uma das formas de evidenciar que os termos expressivos têm um conteúdo semântico. Existem outras intuições que apontam na mesma direção, como por exemplo, o fato de podermos realizar inferências dedutivas válidas a partir de proferimentos contendo termos expressivos que não podem continuar sendo feitas no momento em que estes são removidos. Estes exemplos proporcionam evidências preliminares para acreditar na existência de um conteúdo informativo carregado pelo expressivo, o qual não pode ser explicado por meio de uma teoria das condições de verdade da sentença. Por esse motivo, os expressivos passaram a ser considerados dispositivos linguísticos relevantes, por serem candidatos a instanciar de uma forma particular o fenômeno denominado como significado não descritivo. Embora tal significado seja linguisticamente codificado por um constituinte da sentença, ele não interfere nas condições de verdade da mesma.



No presente projeto, o principal objetivo será questionar a ideia de que é possível identificar uma categoria específica que comporte unicamente os termos expressivos. O ponto a ser demonstrado é que as condições necessárias e suficientes atribuídas a categoria por meio da definição funcional não podem ser preenchidas por todos os membros da categoria. Entendo por expressivos, a aqueles dispositivos (ferramentas) linguístico(a)s usado(a)s para externar emoções e atitudes desencadeadas por fatos internos ou externos (ao sujeito).

Para atingir meu propósito apresentarei contra exemplos que evidenciem que o comportamento semântico deste tipo de termos não sempre bate com a definição funcional que é comumente aceita. Por exemplo, no caso dos adjetivos expressivos, a sentença “O maldito leão fugiu” atribui ao falante (desde uma perspectiva expressivista) a externalização de um estado emocional negativo em relação ao leão que é referido na sentença. Não obstante, é perfeitamente concebível que o termo “maldito” seja utilizado exclusivamente de maneira descritiva, já seja para especificar que o leão é perverso ou para dizer que este é amaldiçoado. Também é possível que o falante esteja descrevendo a emoção que alguém deveria ter ao se encontrar de frente com aquele leão.

Em outro exemplo, o epíteto “Alexandre o grande”, na sentença “Alexandre o grande ganhou a guerra” tem um comportamento semântico que é similar a um nome próprio, ou seja, não expressa nenhum tipo de emoção ou atitude em relação ao Alexandre. Este é outro exemplo que sugere que a caracterização feita sobre os membros da categoria dos expressivos apresenta problemas, já que podemos ver que há certos casos em que as condições apresentadas pela definição não são preenchidas e mesmo assim o termo é utilizado de maneira correta.

Se tomarmos as propriedades centrais atribuídas a estes termos por Potts (2007) nos encontramos frente a um problema similar. As características que ele atribui aos membros da categoria dos expressivos, tais como: independência, não deslocabilidade, dependência vis-à-vis a perspectiva do falante, infabilidade descritiva, imediatez e iteratividade sem redundância, apresentam certos contraexemplos que levam a questionar a pressuposição de que os termos

expressivos compõem uma classe semântica delimitada por um conjunto de propriedades.

A propriedade da imediatez por exemplo, faz referência a que estes termos realizam determinados atos de fala ao serem inseridos em um proferimento.

Considere:

A. O maldito Kresge chegou tarde a trabalhar ontem. (#Hoje ele não é maldito, porque chegou na hora).

No proferimento o termo “maldito” expressa animosidade em relação à Kresge, explicando porque a continuação pragmática é infeliz caso o proferidor não explicita que mudou de opinião em relação à Kresge. Nesta abordagem, se identifica o conteúdo expressivo do termo “maldito” ao ato de expressar hostilidade a pessoa referida, configurando a realização do ato de fala de insultar. Porém, não é possível determinar se o propósito do proferimento é realmente externar uma atitude negativa em relação ao Kresge. A razão disso é que o proferidor pode querer simplesmente expressar de forma descritiva que ele não gosta de Kresge ou talvez se posicionar perante aos outros como não gostando dele. Isto é distinto do ponto ilocucionário dos atos expressivos, que é expressar o estado emocional que o proferidor vivencia nesse momento. A mera possibilidade que o proferidor possa possuir outro motivo que não seja expressar seu estado emocional atual descarta que exista uma identidade entre o conteúdo expressivo e a realização do ato linguístico.

### **A Meta-Normative Relativist Account of Cross-Domain Variability in Disagreement and Retraction**

*Dan Zeman*

Both disagreement and retraction have been taken to support relativism over contextualism in the recent debate about the semantics of subjective expressions like predicates of taste, aesthetic and moral adjectives, epistemic modals, epistemic vocabulary etc. Thus, it has been argued that in ordinary exchanges like

A: This sushi is tasty.

B: No, it's not. It's disgusting.

there is an intuition that A and B disagree. The charge for (simple versions of) contextualism is that such disagreement cannot be accounted for, given that for contextualism the standards of taste (or whatever is relevant for the semantic interpretation of such utterances) are part of the semantic content. A similar objection arises from cases of retraction, when agents “take back” a previous claim, as in

A (at time  $t$ ): Fish sticks are tasty.

A (at time  $t' > t$ ): I was wrong, fish stick are not tasty.

Relativism, on the other hand, is said to account for both these phenomena, given that for relativism the standards of taste (or whatever is relevant for the semantic interpretation of the utterances at stake) are part of the circumstances of evaluation, and not of the semantic content.

Although relativism’s ability to account for both disagreement and retraction has been questioned recently, in this presentation I sidestep such worries and focus on a different aspect of the debate. Both when disagreeing and retracting agents find fault in their interlocutors (when retracting the retractor finds fault in her previous self). But what exactly that fault amounts to is not entirely clear. One seemingly necessary condition for someone to be at fault in such scenarios is for her to say something false. Given that in the relativist framework truth is relative to standards, agents take interlocutors to be at fault if their utterances are false relative to the agents’ current standards. An assertion is “correct” or “accurate” if it is true relative to the relevant standard. And while the relevant standard is the agent’s current one, “correctness” and “accuracy” are tied to it.

Yet, one phenomenon remains problematic for relativism: namely, the variability across domains of discourse in attributing fault to one’s interlocutors – a phenomenon that can be observed both with disagreement and retraction. When disagreeing over or retracting a taste claim, for example, agents are less inclined to attribute fault to their interlocutors, while when disagreeing over or retracting moral claims, they are more inclined to do so. This variability might not align perfectly with the boundaries of domains of discourse (see Santos (2017)), but the variability is a solid phenomenon and thus needs to be explained. For sure, situating fault at the level of the (relative) truth value of the interlocutors’ utterances is not able to explain

this variation within the relativist framework, since all the interlocutors' utterances, irrespective of domain, are false relative to the agents' current standards. "Correctness" (Kölbel (2011)), "accuracy" (MacFarlane (2014)) and other notions are equally unsuccessful, since they are defined in terms of the truth of utterances and thus relative to the agents' current standards as well.

The variability pointed out above has been tackled in a couple of recent papers. Thus, Stojanovic (2017) claims that there are syntactic and semantic differences between taste and moral predicates that license a different treatment of the two kinds of expressions (one contextualist, one relativist). Ferrari (2016) explains the noted variability by adopting a form of alethic pluralism according to which the commitments incurred by agents differ between domains of discourse. Since the first approach is not entirely satisfactory for the relativist and the second controversially assumes alethic pluralism, the search for a more natural solution is mandated. The main aim of this presentation is to offer, following similar ideas from [author], precisely such a more natural approach.

In a nutshell, the proposal is to explain the variability noted by going meta-normative, in the sense of connecting the fault agents find in their interlocutors when disagreeing or retracting not with the (relative) truth values of the their utterances, but with the standards themselves. I will argue in three (quite uncontroversial) steps. I start with the observation that considering/entertaining standards is a fairly common practice: we are not only interested in mere claims and their truth values in our daily lives, but also in the standards (or whatever is relevant for the semantic interpretation of the utterances at stake) relative to which they are made. Second, I note that not only do we consider/entertain all kinds of standards in our daily lives, but many times we also evaluate them. In other words, in many situations we are "reflective debaters" (in the case of disagreement) and "reflective retractors" (in the case of retraction), in that we reflect upon the standard we and others possess or have possessed at a certain time. In these two last respects, it is worth noting that philosophers of various persuasions have appealed to consideration/evaluation of standards, with distinct goals in mind. Thus, Kusch (2016) claims that we need to differentiate between two types of perspectives, one that "we happen to have because of contingent historical circumstances", the other

“based on reflection about one’s (...) practices or standards” (his goal was to defend epistemic relativism); Lasersohn (2009, 2016) postulates an “acentric stance” as opposed to a centred one (his goal was to account for “faultless disagreement”); Field (2009: 268) thinks that “we could in principle conduct all normative debate in this sort of terminology” (his goal was to provide an analysis of normative discourse) etc. So, not only are the two steps quite natural, but they are appealed to by a wide range of philosophers as well. Third and finally, I note that the evaluation of standards varies; such evaluation are, as Field (2009) calls them, “multi-faceted”, including in that agents tend to evaluate moral standards that they don’t possess more strictly than taste standards they don’t possess. This type meta-normative evaluation is not tied to the (relative) truth values of the interlocutors’ utterances, nor to the “correctness” or “accuracy” of their assertions, and thus allows the relativist to account for the noted variability both in cases of disagreement in retraction without compromising her position.

## **Speaking and Silencing**

***Diana Acosta-Navas***

Lawmakers, philosophers, and political theorists alike have recognized the importance of an open and inclusive public debate for the formation and preservation of a healthy democracy. This idea underlies the protection of freedom of speech from government regulation. The democratic ideal of self-governance requires that each member of society is allowed to contribute their views and ideas to the arena of public discussion.

Nevertheless, there are certain kinds of public discourse that have negative effects on democracy and tend to erode the inclusiveness and openness of public debate. Hate speech, pornography and some forms of propaganda have been recognized as having these deleterious effects. It is said that these kinds of speech tend to “silence” some members of society, making them unable to fully participate in public debate. These arguments appear to make a strong case against such harmful forms of discourse. Arguing that some forms of speech can produce the “silencing” of some members of society, substantiates the thesis that

the blanket protection of speech can in fact produce a result contrary to what is expected.

Several philosophers have attempted to describe these "silencing" effects and the mechanisms whereby they are attained. To do so, they have employed a variety of conceptual tools from the philosophy of language. Their arguments provide a philosophical analysis of the phenomena that seeks to substantiate the normative thesis that the identified forms of harmful speech ought to be excluded from public debate.

My paper argues that these attempts are either normatively inert or based on a flawed model. First, I will classify the descriptions of the phenomena in two categories. Theories that belong to the first category describe the harm that's characteristic of these forms of speech in terms of their effects in the psychological state of the hearers. Theories that belong to the second category describe said harm in terms of a set of effects on the structure of public debate itself, that is, effects that prevent the contributions of some members of society from being fully included in public debate. After describing these two broad categories, I will argue that the normative thesis can only be substantiated by theories in the second category.

Later I will argue that theories in this category are not well suited as descriptions of the phenomena, and hence, they are ultimately unsuccessful. I will claim that these are based on a false analogy between public debate and conversations. Even though the notion of a conversation is used as an idealized model of public debate (and not as an accurate description of the phenomena), the model lacks the basic structural similarities that are required for it to substantiate any conclusion about the phenomenon it describes.

I will argue that there are important ways in which public debate is different from conversations. A conversation at any particular time requires, at the very least, (1) a speaker; (2) an audience; (3) some kind of agenda; and (4) a common ground. I will argue that, even in cases where these components are present in public debate, they differ so widely from conversational settings that the analogy is simply unwarranted. Some philosophers seem to assume that these false assumptions are the equivalent of idealizations, but I will argue that they simply

mischaracterize the phenomenon. The final part of the argument will raise the question whether the idea of tracking the effects of particular instances of discourse on the structure of public debate is helpful or useful as a way to understand how people's opinions and decisions are altered by the speech of other members of society.

## References

- Langton, R. (2009a). Speech Acts and Unspeakable Acts. In **Sexual Solipsism** (p. Sexual Solipsism, Chapter 2). Oxford University Press.
- (2009b). Freedom of Illocution? Response to Daniel Jacobson. In **Sexual Solipsism** (p. Sexual Solipsism, Chapter 4). Oxford University Press.
- (2012) ""Beyond Belief"" in **Speech and Harm** . Oxford U. press
- Langton, R., & West, C. (1999). **Scorekeeping in a pornographic language game**. Australasian Journal of Philosophy, 77(3), 303-319.
- Lewis (1969) **Convention**. Harvard University Press.
- McGowan, M. K. (2003). ""Conversational exercitives and the force of pornography."" **Philosophy and Public Affairs** 31 (2):155-189.
- (2012) ""On whites only signs and racist hate speech"" in **Speech and harm** . Oxford U. press
- Mikkola, M. (2011). **Illocution, Silencing And The Act Of Refusal**. Pacific Philosophical Quarterly, 92(3), 415-437
- Murray, Varieties of Update. **Semantics & Pragmatics** Volume 7, Article 2: 1-53, 2014
- Potts, Christopher (2005) The Logic of Conventional Implicatures. **Oxford Studies in Theoretical Linguistics**. Oxford: Oxford University Press.
- Rawls (1999) **The Idea of Public Reason Revisited**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press
- Richard (2015) ""Why do we care about slurs?""
- Saul J. (2016) **Dogwhistles, Political Manipulation and Philosophy of Language**

Stanley, Jason (2015). **How Propaganda Works**. Princeton University Press. Kindle Edition.

Stalnaker, Robert. "On the Representation of Context." In **Context and Content**, pp. 96- 113. Oxford: Oxford University Press, 1999.

Veltman, Frank. "Defaults in Update Semantics." **Journal of Philosophical Logic** 25, no. 3 (1996): 221- 61.

Waldron J. (2012) **The Harm in Hate Speech**. Harvard University Press.

West, C. (2012). Words That Silence? Freedom of Expression and Racist Hate Speech. In **Speech and Harm** (p. Speech and Harm, Chapter 9). Oxford University Press.

## **Semantic Minimalism and Languages as Social Objects**

*Filipe Martone*

In this paper I want to argue that semantic minimalists should think of the targets of their semantic theories as natural languages (such as English or Portuguese) conceived as social objects in the sense of Wiggins (1997), not as mental structures or states of some sort. Natural languages in this sense are autonomous social entities that exist “over and above” particular speakers. The reason is, I think, that the invariant, stable and largely context insensitive semantics they defend is most plausibly conceived not as a description of a certain psychological reality that underlies linguistic competence and understanding (such as a state of the language faculty), but rather as a description of the relevant meaning-properties of this social, autonomous object. In other terms, if the kind of semantic theory they champion is plausible (as I think it is), then it must be understood as describing the semantic facts of a language L itself, not as trying to capture any implicit knowledge or subpersonal routines that speakers go through when they know and use L. If I am right, this helps the minimalist to avoid some important objections, such as the processing objection and the supervenience objection, to use Jackman’s (2007) terminology.

The processing objection targets the purported explanatory role that minimal contents are supposed to have. Minimal contents, the objection goes, have no



relevant psychological reality. As Borg (2012) summarizes, minimal contents seem to play no role in the course of grasping speaker meaning, for we seem to process (at least a relevant number of) implicatures, metaphors and ellipses before processing literal sentence meaning. Moreover, minimal contents seem to violate Recanati's availability constraint, the idea that what is said by an utterance must be salient to the participants of the conversation. Minimal contents are not available in this sense; what is available is the pragmatically enriched content. Therefore, we do not need minimal contents: they are explanatorily otiose. The supervenience objection, as Jackman notes, seems more serious. The objection goes more or less like this: the meanings of our expressions supervene on how we use them, i.e., on the content of the speech acts we perform with them; but speech act content depends on speaker intentions, and speaker intentions are highly context sensitive. Minimal contents, however, are way too rigid to fit in this picture.

If I am right, it seems the minimalist can answer these objections if she adopts the view that the contents she is describing belong to a social, autonomous entity. First, in this view, minimal contents are not supposed to play a psychological role. The reality that a minimalist theory of meaning is describing is the reality of the language L itself, and L's properties are not reducible to psychological states or structures. As Jackman (2007) notes, if the minimalist is also an externalist about semantic content, then the processing objection lacks bite, for externalist contents are not what speakers have in their heads when they use language. In other terms, they are not part of a psychological story of how they produce and process utterances. Wiggins (1997) claims something similar: the subject matter of someone who studies language is not the same as the subject matter of one who studies speakers. Second, we can agree that use and speaker's intentions are indeed ontologically prior to the meaning of words and sentences. After all, meanings can only exist if there are minds and speakers to produce them in the first place. However, once a natural language – conceived as a social object – is sufficiently stable, use and speaker intentions have already done their main work in establishing literal meaning, and other forces take over in sustaining it. If this is right, use can deviate (even systematically) from literal meaning. This picture, it seems, fits very well with the rejection of what Cappelen and Lepore (2008) call the

Speech Act Conception of Semantics, the thesis that there must be a tight explanatory connection between the content of a sentence S and the content of speech acts involving S. Once expressions and their literal meanings are stable enough in L (however that happens), what we mean with S cannot so easily affect what S literally means in L.

## References

- Borg, E. (2012). **Pursuing Meaning**. Oxford: Oxford University Press.
- Cappelen, H. and Lepore, E. (2008), “Shared Content”, in Lepore, E. and Smith, B. (eds), **The Oxford Handbook of Philosophy of Language**, Oxford: Oxford University Press.
- Jackman, H. (2007). “Minimalism, Psychological Reality, Meaning and Use”, in Preyer, G. and Peter, G. (eds). (2007). **Context Sensitivity and Semantic Minimalism: New Essays on Semantics and Pragmatics**. Oxford: Oxford University Press.
- Wiggins, D. (1997) “Languages as Social Objects”. **Philosophy**, Vol. 72, No. 282, pp. 499-524

## Wittgenstein’s Practical Turn in the Early Manuscripts

*Florian Franken Figueiredo*

In the February of 1929, Wittgenstein arrived back in Cambridge where he intended to return to those philosophical problems from which he had attempted to distance himself for several years. This time denotes the beginning of what is often called the ‘middle period’ in Wittgenstein’s philosophical thought. In recent years the amount of literature regarding the middle period has increased, the focus of this literature being Wittgenstein’s ideas about phenomenology. The textual evidence for these ideas can be found in the only paper that Wittgenstein ever published, his 1929, ‘Some Remarks on Logical Form’. However, the main sources are the first four volumes of his handwritten notebooks (Ms 105-108), containing remarks that were in part published posthumously under the title ‘Philosophical Remarks’ (hereafter: PR). With reference to these and other sources, what is regularly

discussed in the literature is the nature of what Wittgenstein called a 'phenomenological language', and there is considerable interest in how he abandoned this idea at the latest in October 1929. Comparatively little has been said, however, about the significance of this development, which constitutes Wittgenstein's turn towards a practical view about the nature of language.

In my paper I discuss the textual evidence from the early manuscripts regarding Wittgenstein's practical turn while also interpreting a passage from the manuscripts that correlates with a passage from the Philosophical Remarks starting between the middle of PR 58, §12 (a remark from Ms-107, 229) and the end of PR 60, §15. In interpreting this passage I intend to show that it has sources in different stages of Wittgenstein's philosophical development. I argue that one may identify three stages, each of which is dominated by different ideas: (i) the idea of a picture theory; (ii) the idea of a phenomenological language; and (iii) the idea of function as use. My aim here is to show how these ideas are related to the passage whose interpretation forms the focus of what follows. First, I argue that Wittgenstein changes the concept of the function of a word (as it is explained by the picture theory of the *Tractatus*) to the idea that the function of a word consists in its use. Second, I show that this idea is motivated by some of Wittgenstein's own criticisms against the possibility of phenomenological language. Finally, I offer an understanding regarding remarks in Ms-107 that were recently interpreted as textual evidence for what is known as 'Wittgenstein's 1929 Pragmatism'. I argue that Wittgenstein was not outing himself in those remarks as an adherent to pragmatism. Rather, he uses a pragmatist view in order to develop his ideas further. Interpreting how the remarks fit into Wittgenstein's development between 1929 and 1930 corroborates the interpretation of Wittgenstein's pragmatism that I offer in this paper.

## **Referring to Fictional Objects: Zalta's theory, objections and one proposal**

***Gustavo de Azevedo***

One of the most elementary uses which we can do with language is to refer. It can be done by the means of some referential devices, such as: proper names (Saturno, Sherlock Holmes, Barack Obama), demonstratives (this, that), definite descriptions (The Brazilian actual president, the most distant planet at Solar System from the Sun) and indefinite descriptions (an English which came through the classroom, some apples I picked off). The choice between which of these devices are the most fundamental to singularly refer have been the dispute of many intense debates. One exception is Hawthorne and Manley (2012) since they claim that all devices mentioned above, including indefinite descriptions, are equally fundamental for singular reference.

Reference is a relation with arity, at least, of two<sup>1</sup>, i.e., it holds between two or more relata.  $x$  refers to  $y$  may be understood as a dyadic first order relation that obtains between who use a referential device and the object referred to. Still, reference could be a triadic (with different orders) relation, e.g.,  $x$  refers to  $y$  by  $z$ , where  $x$  represents a subject,  $y$  an object and  $z$  a sentence containing a referential term. General reference (the reference to types and classes, for example) would be an  $n$ -adic relation since it obtains between an unlimited number of objects. As well as I am here concerned with singular reference and fictional objects, I consider that reference is a dyadic relation. Moreover, I argue that such relation is of the second order type inasmuch it holds between two abstract things, namely, sentences types and sets.

Zalta (2003) argue that we cannot refer to fictional objects until the end of the story containing it. He thinks the act of storytelling is a longstanding baptism, but this baptism act should not be considered as the normal kind since there is no object baptized before the baptism completion. So, storytelling is, at the same time, a baptism and definition act. For example, if Conan Doyle asserts "I'm writing a story about a very smart detective called Sherlock Holmes", he expresses a *de dicto* thought because the name "Sherlock Holmes" can only have denotation after the end of all stories about such character. Hence, the name "Sherlock Holmes", at

this point, would have a (Fregean) sense, but no reference. Therefore, only after the end of Sherlock Holmes stories, the thought becomes *de re*.

Thomasson (1993, p. 7), proposes a rectification on the notion of what is the causal chain origin, namely, if the causal chain has its origin in the baptism act, then the causal contact we must have is with the baptism act and not with the baptized individual. That is, if it is possible to baptize abstract objects (e.g. to give the name "one" to the number 1), so we can baptize objects with whom we do not have causal contact. Thus, it would be better to say that the reference causal chain has its origin in an event, instead of in a certain individual.

I argued elsewhere in favour of the thesis that fictional objects are reduced to sets of properties. This is the reason I state that the reference reaches the total set of properties the author would select, even if the selection has not been completed. That is why I believe that if sets and individuals are the only possible members of sets (Potter, 2004) and properties are functions from  $\langle \text{world, time} \rangle$  pairs to extensions (Egan, 2004), we can say that there are sets of properties. Thus, the reference to sets may be singular, albeit sets are not properly first order individuals, given that reference to abstract objects is a function from structures  $A: \langle D, p \rangle$  into sets of properties. Where  $D$  stands for a referential device and  $p$  for its pragmatic meaning. That is, for every  $(D, p) \in A$ , there exists a  $y \in B$  such that  $((D, p), y) \in R \{R \subseteq A \times B\}$ , where  $R$  represents the reference relation and  $B$  represents the set of properties functions (sets of functions from  $\langle \text{world, time} \rangle$  pairs onto extensions).

It must be clarified that I am not simpliciter reducing concrete objects to a bundle of properties. Many defenders of bundle theory (Castañeda, 1972, 1989; Casullo, 1988; Bordes, 1998) are not willing to defend such a reduction. Here I must emphasize that we can only directly refer to abstract objects inasmuch they are identical with the set of properties which confers the reference to them. The concrete objects, on the other hand, are not identical with the set of their properties; making the reference to them mediated by the set of all properties the referred object has. If one accepts sets and properties, she is compelled to accept that for every concrete object  $o$  there is only one set correlate of  $o$ . These set correlata

would fill the role of Fregean senses after all definite descriptions can be reduced to properties.

So, the reference seems more ubiquitous than we usually think it is. Once someone tries to refer, she refers. However, this does not mean that every reference attempt is successful (felicitous). Frequently the object referred to is different from the object intended to be referred to. In other words, every time one tries to refer, she refers to some set of properties (an abstract object) or to some set of properties correlatum (a concrete object).

Certainly, such conception of reference will raise many objections and I must dwell on some. If the reference is to the total set of properties an author of fiction has selected or will select, (i) how can this conception be compatible with free will? (ii) Is every assertion about an object analytic (since the meaning of a referential device is the set of properties belonging to the object referred to)? (iii) Is the modal speculation nonsense (given that the identity criterion is purely extensional)? (iv) How can we select an object to which we have no causal contact? I think I have good answers for them.

## References

- Bueno, Otávio; Menzel, Christopher & Zalta, Edward N. (2013). **Worlds and Propositions Set Free**. *Erkenntnis* (4):1-24.
- Donnellan, K. S. (1966) ""Reference and Definite Descriptions,"" **Philosophical Review** 75, 281-304.
- Egan, Andy (2004). Second-Order Predication and the Metaphysics of Properties. **Australasian Journal of Philosophy** 82 (1):48-66
- Kripke, Saul A. (1977). Speaker's reference and semantic reference. In Peter A. French, Theodore E. Uehling Jr & Howard K. Wettstein (eds.), **Studies in the Philosophy of Language**. University of Minnesota Press. pp. 255-296.
- Potter, Michael (2004). **Set Theory and its Philosophy: A Critical Introduction**. Oxford University Press.
- Zalta, Edward N. (2003). Referring to fictional characters. **Dialectica** 57 (2):243–254.

## **A noção de expressão no Neo-Expressivismo de Dorit Bar-On**

***Igor Lucas Adorno Santos***

O Neo-Expressivismo de Dorit Bar-On consiste em uma defesa da tese, compartilhada pelo chamado "Expressivismo Simples", de que frases que contém verbos psicológicos, ditas na primeira pessoa do presente do indicativo, são expressões de estados mentais ao invés de descrições desses estados. Entretanto, diferentemente dos expressivistas simples, Bar-On rejeita o não-cognitivism aparentemente implicado pela noção de "expressão", em jogo. O Neo-Expressivismo de Bar-On ambiciona manter o status expressivo das referidas frases psicológicas, conciliando-o com a ideia de que essas frases são legítimas atribuições de estados mentais, comportando as noções de verdadeiro e falso. Para tanto, Bar-On adota uma noção de expressão que difere da de "comportamento irrefletido que indica a presença de um estado mental", defendida pelo Expressivismo Simples, cujo caráter irrefletido nos leva ao não-cognitivism. A versão do expressivismo defendida por Bar-On tenta compatibilizar comportamento intencional e irreflexão, e o caminho que a autora percorre para tanto será apresentada neste artigo.

## **O lugar dos experimentos de pensamento no âmbito normativo**

***Juliele Maria Sievers***

Os usos de experimentos de pensamento no contexto científico e filosófico é atestado por inúmeros exemplos que podem ser traçados desde a Antiguidade. No âmbito científico, os experimentos de pensamento ganharam espaço e adquiriram maior importância teórica no período moderno, com os exemplos de Galileu e seus estudos referentes à queda dos corpos, mas somente atingiram seu apogeu mais tarde, com os incontáveis exemplos formulados por Albert Einstein, devido principalmente à incapacidade de realização de experimentos "reais" a respeito de suas teorias. No âmbito da filosofia, apesar de serem constantes ao longo da História do pensamento ocidental, os experimentos de pensamento se

situaram como elementos centrais de algumas teorias do âmbito da filosofia da linguagem e da filosofia da mente, principalmente em autores contemporâneos. Neste contexto filosófico, não se espera que tais experimentos possam vir a ser realizados futuramente, como é muitas vezes o caso dentro do contexto científico, onde se trata muitas vezes de simplesmente não se possuir a tecnologia necessária para a realização factual do experimento. Esta é apenas uma das muitas diferenças entre experimentos mentais científicos e filosóficos, e uma teoria sistemática a respeito destes tipos de experimento deve levar em conta tais características próprias de cada campo, assim como os fatores em comum e de aproximação entre a multiplicidade de possibilidades de construção de experimentos mentais nas diversas áreas do conhecimento humano. Porém, existe outro campo em que os experimentos de pensamento parecem ter um espaço amplo, mesmo se praticamente inteiramente ignorado pelos estudiosos: o campo normativo do Direito, mais especificamente sob a forma de ficções jurídicas.

Ficções jurídicas são pressupostas ou criadas durante julgamentos para “encobrir” o fato de ausência de uma lei a respeito do caso julgado, evitando a necessidade de se criar “lei nova”. Elas surgem normalmente em benefício do julgado, e especialmente – mas não unicamente – em cortes inglesas, ou seja, sob o domínio da chamada *common law*. Porém, elas existem desde o império do Direito Romano, sendo um caso emblemático a chamada *fictio legis corneliae*, onde o cidadão romano que fosse feito prisioneiro (ou seja, deixando assim de ser cidadão) e morto fora dos territórios era considerado como se tivesse sido morto antes de ser capturado, ou seja, ainda em solo romano, para fins de sucessão (ou seja, para garantir um benefício aos sucessores). Atualmente, observam-se exemplos de uso da ficção normativa a respeito de casos envolvendo adoção: na Inglaterra, os pais adotivos são encarados como se fossem os pais biológicos da criança adotada, sendo inclusive emitida uma nova certidão de nascimento. O aspecto que nos interessa no presente estudo é justamente este ato de se ter de fazer “como se” algo fosse o caso, para então derivar as consequências de interesse.

A partícula “as if...” já foi amplamente explorada por Hans Vaihinger (e com consequências polêmicas) em sua *Die Philosophie des Als Ob* (A filosofia do



""como se""), publicada em 1911. Porém, sendo o enfoque para esta discussão o caso específico do uso da partícula "...as if..." no caso dos experimentos de pensamento, pretendemos analisar a proposta de Rachel Cooper (2005) que define experimentos mentais como tentativas de construção de modelos de mundos possíveis a partir das respostas que fornecemos às perguntas de tipo "... e se...?" que eles propõem. Por exemplo, o experimento da Terra Gêmea de Hilary Putnam (1973 e 1975) nos coloca, entre outras, uma questão que pode ser assim descrita: ... e se houvesse um planeta igual em todos os aspectos ao planeta Terra, exceto pelo fato de que [...], então o que aconteceria? O que isso implicaria para nossa compreensão sobre o significado das palavras? Para Cooper, ao responder a tais questões, estamos prevendo como as entidades imaginadas se comportariam, do mesmo modo como prevemos como entidades reais se comportariam.

Nossa proposta é transferir esta abordagem ao plano normativo, especificamente ao caso das ficções jurídicas, propondo que, ao invés de prever como entidades imaginadas se comportariam para após transferir tal comportamento à entidades reais, o que realmente ocorre nestes casos é uma prescrição de como entidades reais deveriam se comportar. Abordar os casos de ficções normativas sob o viés de experimentos de pensamento poderia contribuir ao entendimento e investigação sistemática acerca deste tipo de recurso jurídico, ainda extremamente obscuro e ignorado teoricamente, ao mesmo tempo que contribuiria para expandir o espectro de atuação dos experimentos de pensamento, a respeito dos quais tampouco existe uma homogeneidade ou concordância quanto à sua atuação nas teorias e diferentes contextos onde emergem.

### **O problema do conceito cavalo em Frege**

***Leandro Bortolotto Camargo***

Em obras posteriores a Frege (1879), sobretudo a partir de Frege (1891), a distinção entre função e argumento passa a ser apresentada não mais apenas

como uma cisão sintática quanto aos itens linguísticos que perfazem uma expressão sentencial, mas também como uma cisão semântica quanto ao conteúdo de tais itens linguísticos, traduzindo-se, sobretudo, numa distinção radical entre itens que são saturados, chamados por Frege de ‘objetos’ e cuja expressão linguística apta à sua designação são aquilo que Frege chama de ‘nomes próprios’, e itens que são insaturados, denominados ‘funções’ e cuja expressão linguística apta à sua designação são expressões-funcionais ou funtores. Essa nova concepção semântica teria vindo corrigir equívocos de uso e menção cometidos pelo próprio Frege na primeira obra citada. Tal distinção radical entre objetos e conceitos (estes últimos entendidos como sendo um tipo particular de funções, a saber, aquelas que mapeiam objetos em valores-de-verdade), no entanto, engendra peculiaridades semânticas que vão de encontro às intuições semânticas que ordinariamente se tem a respeito da linguagem, como resta claro em Frege (1892), cujo principal tema é a tentativa, por parte de Frege, de responder a uma objeção bastante séria anteposta ao caráter exclusivo tal distinção, objeção esta que ficaria conhecida como o problema do conceito cavalo.

Segundo Frege, como já mencionado, a distinção entre funções (em particular, conceitos) e objetos é exclusiva (i.e. não há um item que seja tanto ua função como um objeto) e exaustiva (i.e. todo item é ou uma função ou um objeto). Em Frege (1892), no entanto, analisa-se um contra-exemplo apresentado por Kerry, a saber: ‘O conceito cavalo é um conceito’. Parece ser manifesto que, assim como a cidade de Berlim é uma cidade e o vulcão Vesúvio é um vulcão, o conceito cavalo deveria, por sua vez, ser um conceito. Note-se, ademais, que a sentença contém a frase nominal ‘o conceito cavalo’. Parece ser um princípio fundamental da semântica que o referente de uma expressão ‘P’ deva ser não outro que não o próprio P. Destarte, o referente da expressão ‘o conceito cavalo’ deveria ser o conceito cavalo. Segundo Frege, no entanto, qualquer frase nominal que seja introduzida por um artigo definido comporta-se como um nome próprio e, conseqüentemente, tem um objeto por seu referente. Como vimos, no entanto, conceitos e objetos são mutuamente exclusivos. Seguir-se-ia, então, contrariamente às nossas intuições semânticas, que a sentença ‘o conceito cavalo

é um conceito', embora aparentemente analítica, é, em verdade, falsa. (Cf. FREGE, 1884, §51, §57)

Tal conclusão altamente implausível não se restringe a essa sentença em particular, mas parece vir à tona sempre que Frege deseja asserir algo a respeito de um conceito. Tomemos, a título de exemplo, a proposição fundamental de Frege segundo a qual conceitos são insaturados. Tal asserção parece ter a forma  $\forall x(Cx \rightarrow Ix)$ . Não obstante, 'ξ é um conceito' parece ser um predicado de primeira ordem, o que implica que apenas objetos podem ocupar o lugar de seu argumento. Objetos, no entanto, são itens saturados, de sorte tal predicado, se existe, é insatisfável. O mesmo pode ser dito a respeito dos predicados 'ξ é uma função', 'ξ é predicativo', dentre outros. O paradoxo também pode ser estendido para quaisquer funções de qualquer aridade, sejam elas conceitos ou não.

Não obstante, como dissemos, parece razoável supor que 'o conceito cavalo' deva se referir ao conceito cavalo, bem como que 'ξ é um cavalo' também deva se referir a tal conceito. Se assim o fosse, ambos os termos seriam correferentes e nos deveria ser permitido, segundo o princípio da substitutividade de termos correferentes, substituir toda ocorrência de um termos por uma ocorrência de outro sem que, com isso, a referência da sentença resultante (i.e. seu valor-de-verdade) fosse alterado.

Tomemos, no entanto, a seguinte sentença: (1) Pégaso é um cavalo. Ela contém o predicado 'ξ é um cavalo', o qual deveria poder ser substituído, segundo a discussão acima, por 'o conceito cavalo'. Levando a cabo tal substituição, tem-se: (1\*) Pégaso o conceito cavalo. Tal procedimento deveria ter resultado numa sentença que preservasse o valor-de-verdade da sentença original, porém obteve-se, em vez disso, uma sequência sintaticamente mal-formada e, portanto, desprovida de referente. Diante disso, pode-se argumentar que o erro reside justamente em assumir como premissa que 'o conceito cavalo' refere-se ao conceito cavalo. (Cf. FREGE, 1892, p. 201)

Frege afirma ser uma estranheza da linguagem natural a responsável por paradoxos desse gênero. Isso porque apenas expressões saturadas (i.e. nomes próprios) deveriam ser aptos a se referir a objetos, ao passo que somente expressões insaturadas (i.e. funtores, dentre os quais predicados) deveriam ser

capazes de se referir a funções (dentre as quais conceitos) (Cf. FREGE, 1892, pp. 196-197). Sempre que se tenta falar sobre um conceito, acabar-se-ia, inevitavelmente, falando-se sobre um objeto, uma vez que se utilizaria um nome próprio para tentar designá-lo. Em *Comments on Sense and Meaning* (1892-1895), no entanto, Frege sugere ter mudado de idéia a respeito dessa tese. Segundo sua nova concepção, expressões como ‘o conceito cavalo’ seriam, em verdade, mal-formadas. Se ‘O conceito cavalo’ fosse apto a referir, ele teria que se referir a um conceito; como ele não pode fazê-lo, ele não possui referente. Tentaremos reconstruir o argumento de Frege que desemboca em tais conclusões, bem como apreciar como alguns comentadores se posicionam a respeito, sobretudo Dummett (1981) e Geach (1951, 1972).

### **Semantic Value for Names in Fiction**

***Luisa Luze Brum Genuncio***

The nature and workings of proper names is central to the Philosophy of Language, and the problems that arise from our ordinary use of empty names is peripherally attached to it. Though not central to the matter, empty names are a special conundrum that defies the value of most traditional interpretations of names, either as definite descriptions or direct reference to objects. The preferred theories of names imply either too heavy a commitment ontologically or are too far removed from natural language. I would propose that names from fiction must be dealt with in a separate way than proper names. My objective is to present and defend options to the referentialist interpretation of names in fiction.

The Descriptivist Theory may seem flawed in many ways, and because of that many philosophers have tried to make new forays into Referentialist Theories that oppose it. The main issue is to present firm arguments to support those distinctive intuitions. The ontological implication, that if a name must refer, as a rigid designator, it must designate something, and if it does not designate anything concrete in the actual world, it must designate an abstract entity. For all those

empty names there will be abstract entities, at least according to those in accordance with rigid designators as the correct interpretation for what names are.

I strongly object to the multiplication of abstract entities when other venues of inquiry into the topic can still be made. The world of the utterance about fiction is indeterminate. Fictional names fail to present or refer exhaustively to one abstract entity, easily one can attribute contradictory properties to a named character from fiction, there is an inherent vagueness to supposed abstract entity. There is only what is demonstrated in the work, be it literature or cinema, all other aspects are indeterminate.

Intuitively, fictionalism seems to make more allowances regarding the use of fictional names in utterances, and at the cost of a lesser ontological commitment. One must only embark into the fiction to be able to make assertions with empty singular terms. Fiction is make believe, all its discourse is pretend assertions, authors and actors are merely pretending for the benefit of the audience. So, if one wishes to seriously discuss it, one must pretend as well. All our assertions about fictional names should be made in play, and in that closed system of the fiction to which the singular term belongs, not only will the sentences be meaningful but their truth value verifiable. They all come with that small caveat at the end though, as a bitter aftertaste. The only true assertions one would be able to make without pretend would be of the type: 'Pegasus is not'.

However, I would advocate that there is a specific type of Speech Act being performed in the making of fiction. The production of works of fiction is not the pretend of assertions, but rather it is the intentional act of fictionalizing, of creating fiction, not just the pretense at truthful assertions. The pretense of assertion would void the utterances of truth value, ultimately, they would be neither true nor false. The act of fictionalizing presents its own set of issues, ranging from audience perception of the author's intent to modal operators to cite a couple.

## **Middle Wittgenstein on negation, material incompatibilities and inferential thicknes**

***Marcos Silva***

It is not hard to find philosophers who take negation to be associated with the very possibility of rational discourse. The nature of negation occupies Wittgenstein's attention in his Notebooks 1914-16. His Tractatus (1921) addresses negation as a formal operator related to the possibility of meaningful discourse. By 1929, after the full acknowledgment of the color-exclusion problem, he admits that the material incompatibilities presented in certain conceptual systems cannot be reduced to formal tautologies and contradictions. Wittgenstein then, in his middle period, has to examine the kind of negation that color systems should render, which expose, not just one, but several, or in some cases, infinite alternative propositions. In this paper, inspired by Brandom's inferentialism (1994, 2000 e 2008), I explore the idea that Wittgenstein, in his middle period, advocated a form of inferentialism close to the Brandomian one. At that time, Wittgenstein suggests that every sentence should be inferentially thick, that is, logically connected to several others. To explain the nature of the negation related to material incompatibilities presented in the collapse of Wittgenstein's version of logical atomism the paper also investigates Brandom's use of the distinction between contrariety and contradiction.

## **Accommodation within context sensitive terms**

***María Bibiloni***

### **Introduction**

There is a standard way of defining the common ground of a conversational exchange as the iteration of the propositions presupposed by the participants. This matrix is said to set the boundaries of the linguistic situation, i.e. the limits of what it can or cannot be said in an appropriate way. There is a well-known phenomenon

by which sometimes assertions are understood only in the basis of presuppositions that were not already part of the common ground. This last issue is called the presupposition projection problem and it targets the presuppositional trigger of an element of the propositional content asserted. The most fashionable mechanism for rendering the presupposition triggered available for the participants is called *accommodation*, and it consists in incorporating the new presupposition to the common ground. Nevertheless, there is wide disagreement about the criteria or conditions that must be met in order to incorporate the presupposition assumed.

The criteria that will be held here will take into account possible answers taken from the literature. Specifically, that of Scott Soames (1982), Kai von Stechow (2006), Barbara Abbott (2009) and Robert Stalnaker (2014). It will show the disabilities of that proposals and suggest an answer based on Stalnaker's account of "derived contexts". However and in so doing, it will also take over the issue of the original Lewis criteria for accommodation: the acceptance or rejection of the presupposition. I will hold that this acceptance/rejection have degrees that are not always explicit in the conversation and that this generates the Stalnaker's "derived contexts" in which presupposition trigger is hypothetically added to the common ground even when it is rejected in the original or basic context.

### **Correctness vs. Acceptance of content**

Soames', Von Stechow's and Abbott's approaches have in common that they depict assertions with presuppositional trigger –that was not already part of the common ground- as acting on the context in a two-step procedure: (1) the proposition conveyed by the presupposition is considered under specific criteria, (2) the context is fixed as to add the proposition triggered. Step (1) set the conditions for the acceptance of the proposition and they differ from author to author. Soames is clear in defining this condition as uncontroversiality<sup>9</sup>, while von Stechow revitalized the acceptance/rejection criteria of Lewis. For both authors, accommodation is solved in this first step. Thus it seems that the main difference in scenarios (1) and (2) is that in (2) the common ground involves the proposition presupposed, while in

---

<sup>9</sup> Others, in a similar vein have postulated akin conditions such as uncontroversiality (Grice 1981), undoubtability (Sadock), consistency (Gazdar 1979), among others.

(1) what is operating is some type of new information processing. Presumably, this operation cannot be equated to a regular acquisition of new information as we are dealing with the particular context settled by the projection problem. That is, we are dealing with information process without the background guarantees of presupposition sharing. This setup was what the accommodation phenomenon was called to solve in the first place.

At this point, I will make a remark to Soames approach and a similar one to von Fintel's. Both remarks aim at clarifying how the common shared background is modified from step (1) to step (2) in order to become capable of dealing with the proposition conveyed by the presupposition triggered. The point is the following: somehow and in the one hand, the projection problem assumes *some* modification must be made or must occur in order to incorporate the presuppositions triggered by the phenomenon –if not there would not be any *problem* at all-. It appears as if accommodation has taken this role. At this stage, the problem seems to point only to a deficiency of the common ground in admitting a presupposition that was not already part of it. It is a truism that conversation is not blocked by the projection problem, thus either the common ground approach must be revisited or it should be shown how it can explain the way in which conversational exchange is still possible. But, on the other hand, if accommodation only emerges once this modification has already been made, then it seems the common ground was actually capable of actualizing itself without any other special aid. Under this last hypothesis, accommodation seems only to be the result of a process that was already available for participants to make. What was then the purpose of recalling it? My presumption is that the projection problem is not a trivial one: it runs a modification that allows this kind of phenomenon within conversational exchanges and which is in need of further explanation.

So our concern rests on the context fixing presupposition accommodation supposes between step (1) and (2). Let's take a look at the first remark. In regard to Soames' analysis, it is worth noting that if uncontroversiality (we will take a closer look to its definition further on) has consequences on the configuration of the context of evaluation, it is only because is taking into account the content conveyed



by presupposing *P*. His definition of *Utterance Presupposition* (Soames 1982: 486) runs as follow:

An utterance *U* presupposes *P* (at *t*) iff one can reasonably infer from *U* that the speaker *S* accepts *P* and regards it as uncontroversial, either because:

- a. *S* thinks that is already part of the conversational context at *t*, or because
- b. *S* thinks that the audience is prepare to add it, without objection, to the context against which *U* is evaluated.

Consequently, the criterion of uncontroversiality regards the proposition *P* presupposed. *P* is what has to be noncontroversial and thus be incorporated as a new feature of the context of evaluation. At this point we can ask whether *P*'s content is what is at stake here or rather propositionality. In the second case scenario, we would be dealing with *correctness*: did the assertion presupposed a truth-value content? This hypothesis seems at least bizarre. Were that the case, something other than the projection problem would have arisen, conversational maxims would have been mistakenly flouted, etc. We are left with the first case scenario, which is *acceptance* of content. This stance thus assumes that at this stage the propositional content presupposed is already available in the common ground. So context has already been changed, i.e. common ground has been updated, at step (1) with no need of any further steps. But this claim crash into (PT) described at the beginning of this paper.

Von Fintel argues against Soames' position in the same vein. In the first place, he claims that the common ground is capable of explaining the presupposition of *P* and that that is the reason why it can be updated: "the common ground must satisfy the presuppositional requirements before the update can be performed, not actually before the utterance occurs" (von Fintel 2006). In the second place, what we have called *correctness* is in von Fintel's account already fixed by the fact that presuppositions are a phenomenon specified by the semantics. Only then can they represent a proposal of update for the common ground when an assertion is made. Therefore, we should take a more careful look to the first step involved in presupposition accommodation. What exactly is going on there? As it was previously observed, not a presupposition specification in the

sense of semantic definition. Just like von Fintel points out, presupposition trigger already comes embedded with semantic determination.

If we take a closer look to von Fintel's two-step analysis, similar consequences as those remarked in Soames's are reached. The first step was that "the fact that the utterance was made becomes common ground" (von Fintel 2006). This fact is prior to including the asserted proposition to the common ground. While the common ground has automatically updated in order to recognize the utterance, it is not changed as to incorporate the new proposition before accommodation occurs in step one. One question can be raised: in which non trivial sense can be said that the very fact of the act of saying was added to the common ground? How is the first step different from local or semantic composition? Again, what seems to be at issue here is assertability or rather correctness other than acceptability. In any case, not content acceptability. But, once more, that is not an efficient way of targeting the projection problem because it drowns the issue into a general account of assertability.

Yet, and as it was pointed out by Lewis and von Fintel's criteria, accepting or rejecting the proposition presupposed is a necessary step before accommodation is made. Consequently, it seems that dividing the effects assertions have in the conversational context into two steps leads us to the awkward theoretical situation in which the propositional content is already available before accommodation comes into scene. But wasn't presupposition accommodation the clause we needed in order to acknowledge information that was not already part of the common ground? We need to elucidate what kind of modification is run by accommodation in this middle step –in which the act of stating the utterance becomes common ground- before acknowledging what does the projection problem shed light on.

Barbara Abbott makes a similar claim when she states that Stalnaker's common ground view "runs the risk of doing away with the distinction between presupposition and assertion altogether" (2009: 529). Nevertheless, it differs from the point presented here in that she reduces the projection problem to the increase of information during a conversational exchange. But, as Stalnaker points out in his response, "this is a problem only if one ignores the differences between the

common ground and what is actually common knowledge or belief" (2009: 543). Were that the case, presupposition trigger would not need a separate theoretical account from that of assertion. But the whole point of the projection problem is to indicate those cases in which the need of accommodation shows that the content conveyed was not part of the common ground prior to the utterance. Contrary to Abbott's opinion, I will hold that there remains something to be explained within the two-step framework and that Stalnaker's view is suitable for that job.

This call should guide us to an account of presupposition accommodation that:

1. allows us to deal with information process without the background guarantees of presupposition sharing,
2. renders clear how accommodation deals with the context fixing it supposes at step (1),
3. specifies the constraints that the content of presupposing  $P$  imposes on the common ground and
4. let us acknowledge what does the projection problem shed light on.

### **Simplicity of what? Linguistics and truth compare notes**

***María Inés Corbalán e Giulia Terzian***

It is well known that notions of simplicity, economy, parsimony are virtually ubiquitous in philosophy. What is also well known is that such notions seem to play an important role in philosophical and scientific theorizing, but at the same time are notoriously hard to pin down. This makes them particularly interesting objects of study. In this paper we propose to dig a little deeper in order to arrive at a better understanding of simplicity & co, and thus hopefully foster new and

fruitful debate on the topic. In particular, we will focus on their role in the domains of formal theoretical linguistics and of formal theories of truth.

One reason for this choice is the presence of certain striking commonalities between these two areas of research, both in general and more specifically where simplicity is concerned. We briefly mention some of these here.

Even before simplicity and its cognates enter the picture, we can observe that the following features are common ground of generative linguistics and truth theories. First, both fields attribute a substantial role to a subject's intuitions. In linguistics, intuitions are heavily relied upon, both for the issuing of grammaticality judgements and, consequently, as a means to collect evidence in favour of a particular theory. Similarly, truth theorists often appeal to intuitions concerning the applicability of the truth predicate, for instance in order to

motivate the inclusion (or exclusion) of certain axioms in their theory.

Secondly, it is widely accepted that both language in general, and the concept of truth in particular, are acquired from the earliest stages of cognitive development. This sets them apart from most other fields of philosophical inquiry.

Related to the above, there is a wide consensus in both areas that both these objects of study enjoy a certain elementary quality; and, simultaneously, an immensely powerful applicability potential. Put differently: both language and truth are in some sense basic; at the same time, once an agent 'possesses' or knows a language (respectively: the concept of truth), they also possess the (potential) capacity e.g. to construct an infinite number of grammatical sentences (respectively: judge the truth/falsity of infinitely many sentences, etc).

There is one more point of contact between the two areas, which will be the key focus of our talk. In both these contexts, appeals to simplicity &co are reasonably commonplace; we will present a selected number of quotes from the literature that witness this fact. In particular, both in the generative linguistics and in the truth-theoretic debate simplicity appears to be sought after as both a goal and a means to guide both theorizing and theory choice. What interests us, however, are the following less-observed facts. First, that discussions of simplicity as a property of theories -- i.e., as a theoretical virtue -- often mask the assumption that simplicity is also a property of the object of study. Second, that the latter assumption seems to be implicitly taken to justify the former. Put differently, we observe that there is a particular reasoning move that is frequently made in both domains: namely, the move from ascriptions of simplicity to the object of study, to ascriptions of simplicity to the respective theory. Consider, for instance, the following quotes (among many):

""There's no a priori reason to think that approaching grammatical issues in this way guarantees success. It's possible that the language faculty is just ""ugly"", ""inelegant"", ""profligate"", ""unnatural"", and massively redundant. If so, the minimalist project will fail. However, one can't know if this is so before one tries. And, of course, if the program proves successful, the next question is why the language faculty has properties such as elegance and parsimony."" ([1]: 7)

""Horwich [...] emphasizes that truth is a simple concept. [...] We shall argue that in this Horwich is basically correct: the core content of the concept of truth is captured by a natural and simple collection of Tarski-biconditionals."" ([2]: 200)

At first glance, these strike one as highly intuitive claims. Our worry is that they are in fact argumentatively quite weak. Our discussion will thus be guided by the following two questions, reflecting the two facts observed earlier:

(1) What is the justification for holding that either the language faculty or truth are themselves simple? In particular, does either assumption admit of a justification that is independent of the success of the respective overarching theory?

(2) What is the justification, in each domain, for moving from object-simplicity to theory-simplicity?

In this talk we propose not only to address these questions, but to stage a dialogue between the two areas of inquiry. For, on the one hand, the currently most influential programme in generative linguistics -- the minimalist programme -- is predicated precisely on the idea that the language faculty and linguistic theory respectively are, and ought to be, economical. Moreover, this has been accompanied by a sustained reflection on the notions of simplicity &co, at least as far as linguistic theory is concerned. Thus, while linguistic minimalism still owes us an answer to questions (1)-(2) above, it is also in a position to offer truth theorists an insight into theoretical simplicity. On the other hand, within the truth-theoretic domain there is no such strong correlation between the claim that truth is simple, and the demand that this simplicity

be reflected by the theory. Thus one finds truth theorists committed to the former but not the latter, or viceversa, or both. This is interesting for our purposes

insofar as it indicates that the two can be separated. At the very least, this seems to be a healthy methodological practice -- one from which linguists might themselves benefit.

## References

Hornstein, N. and Nunes, J. and Grohmann, K. (2005) **Understanding minimalism**, CUP.

Horsten, L. and Leigh, G. (2017) 'Truth is simple' **Mind** 126: 195-232.

## O que podemos dizer acerca dos juízos analíticos?

*Michelle Cardoso Montoya*

Pretendemos em nossa apresentação, traçar algumas discussões pontuais sobre qual seria o teor dos juízos analíticos propostos por Immanuel Kant na *Crítica da Razão Pura* (1ª versão, 1781; 2ª versão, 1787). Para tanto, partindo da definição de juízos analíticos presente na *Crítica* e em *Prolegômenos a toda metafísica futura* que possa apresentar-se como ciência (1783), e em seguida, das interpretações de Frege, Carnap, Quine, Kripke e Searle para a noção de “analítico”, trataremos dos problemas imbrincados em algumas delas. Proporemos por fim, que a partir desses autores, é possível termos três leituras acerca desses juízos, a saber, a lógica, a semântica e a epistêmica, em que apontaremos alguns motivos para ficarmos com a terceira.

## Russell e a análise da linguagem

*Murilo Garcia de Matos Amaral*

A apresentação vai explorar a noção de análise da linguagem em dois momentos da filosofia de Russell. O primeiro diz respeito ao período em que ele defende o atomismo lógico, conjugando a análise da linguagem e uma teoria que considera a sensação como sendo uma relação de familiaridade entre sujeito e objeto. Neste contexto, um dos resultados esperados da análise da linguagem é a

identificação de símbolos simples que denotam “átomos lógicos” – ou seja, objetos com os quais o sujeito possui familiaridade. O segundo momento diz respeito ao período em que Russell passa a evitar a noção de sujeito e, por isso, a negar o caráter relacional da sensação. Ao negar que a sensação é uma relação de familiaridade entre sujeito e objeto, Russell suprime os átomos lógicos de sua filosofia. Portanto, não se pode dizer que, depois disso, Russell continua concebendo a análise da linguagem da mesma maneira. O objetivo da apresentação é identificar os aspectos metodológicos da análise da linguagem que se preservam e que se perdem na passagem de um momento a outro.

### **Dismissing Semantic Coordination**

*Paolo Bonardi*

#### **1- Millian Russellianism and semantic relationism**

Millian Russellianism is a theory of meaning propounded in the 1970s-1980s by David Kaplan, Nathan Salmon and Scott Soames. According to it, statements (1) and (2), containing the coreferring names “Cicero” and “Tully”, may differ pragmatically or cognitively but not semantically: both express the Russellian proposition (represented by the sequence) (1p).

(1) Cicero admires Cicero.

(2) Cicero admires Tully.

(1p) <Cicero, admiring, Cicero>

In his 2007 monograph *Semantic Relationism*, Kit Fine has maintained (like Frege and contra Millian Russellians) that the difference between (1) and (2) is semantic. In order to account for it, Fine does not appeal (like Frege) to the problematic notion of a mode of presentation (whose identity conditions, I have argued somewhere else, are irretrievably obscure) but he appeals to a semantic relation called coordination: on his view, (1) expresses the positively coordinated proposition (1p\*) (comprising the positive coordination link C+ between the two occurrences of Cicero), whereas (2) expresses the negatively coordinated proposition (2p\*) (comprising the negative coordination link C–).

(1p\*) <<Cicero, admiring, Cicero>, C+>

(2p\*) <<Cicero, admiring, Cicero>, C->

Fine's notion of coordination between names stems from his semantics of variables. Consider the formulas (3) and (4) and assign Marcus Tullius Cicero to the free variables "x" and "y" as their value. Under this assignment, according to Fine, (3) expresses (1p\*), whereas (4) expresses (2p\*); in fact, in (3) "x" and "x" take coordinated values, whereas in (4) "x" and "y" take their values independently of one another.

(3) x admires x

(4) x admires y

## 2- Goals

Contra Fine and in defense of Millian Russellianism, in my talk I will argue that Fine's notion of semantic coordination between names is fundamentally obscure; I will propose to replace it with a non-semantic and subjective notion of coordination that in my PhD dissertation I called cognitive coordination or treating as the same. As regards the notion of semantic coordination between variables, I will argue that such coordination is just a metaphor for something else, viz. for what Russell in his classic article "On Denoting" called a propositional function.

## 3- Dismissing semantic coordination between names

Fine offers three characterizations of the notion of coordination between names.

### 3.1 *The intuitive characterization*

Characterization 1: In a statement like (1), "Cicero" and "Cicero" are positively coordinated in the sense that they represent their referent as the same; by contrast, in a statement like (2), "Cicero" and "Tully" are negatively (i.e. not positively) coordinated in the sense that they do not represent their referent as the same (even though it is the same).

From Characterization 1 some have deduced:

Characterization 1\*: Two coreferring token names are positively coordinated iff they are tokens of the same name (type).



Counterexample: Suppose that I say (1) with the wrong intention to refer to different Ciceros but de facto referring to the same person. In this case, two tokens of the same name, “Cicero”, are negatively coordinated.

### 3.2 *The test*

Characterization 2: Two coreferring token names, N1 and N2, within a piece of discourse, D, are positively coordinated iff no (sincere and reflective) hearer who understands D can sensibly raise the question of whether the referent of N1 and N2 is the same.

My (forthcoming) objection: Characterization 2 is circular. For, based on it, coordination turns out to be grounded in the notion of understanding a discourse comprising two coreferring names, which is in turn grounded in the notion of apprehending a coordinated sequence of propositions expressed by that discourse, which involves coordination itself.

### 3.3 *The proper definition*

Characterization 3: The coreferring token names N1 and N2 are positively coordinated iff it is a semantic requirement/necessity that N1 and N2 corefer.

Fine’s (forthcoming) reply to further objections of mine (forthcoming) concerning Characterization 3 and, more specifically, the notion of semantic requirement: “I never attempt[ed] to give a definition of the notion [of semantic requirement] and I believe that, for the purposes of semantic enquiry, [this notion] should be taken as primitive.”

My response: the notion of semantic requirement is too sophisticated to be taken as primitive; something should be said about what a semantic requirement concerning token names is; otherwise, Fine’s notion of coordination between names is – in my opinion – another creature of darkness besides modes of presentation.

## **4- Dismissing semantic coordination between variables**

As regards the semantic content of (3) and (4), taking my cue from Kaplan (personal communication) and Salmon (Frege's Puzzle, ch. 1, fn. 4), I would distinguish three cases:

- "x" and "y" in (3) and (4) are free and no value is assigned to them: if so, (3) and (4) express the propositional matrix (3p).

(3p) <\_\_, admiring, \_\_>

- Cicero is assigned as a value to "x" and "y" in (3) and (4): if so, (3) and (4) express the Russellian proposition (1p).

- "x" and "y" in (3) and (4) are bound to quantifiers: if so, (3) and (4) have different semantic contents, viz. they respectively express the propositional functions (3f) and (4f). (3f) is a function of one variable, whose domain is the universe of individuals and whose codomain is a subset of the universe of singular propositions. This function works as follows: it takes any individual from the domain, e.g. Cicero; it fills both gaps in the propositional matrix (3p) with that individual; and it gives as a value a singular proposition, e.g. (1p).

(3f)  $\lambda x \langle x \text{ admires } x \rangle$

By contrast, (4f) is a function of two variables, whose domain is the set of all pairs of individuals, and whose codomain is a subset of the universe of singular propositions. This function works as follows: it takes any pair of individuals, e.g. <Cicero, Caesar>; it fills the first gap in (3p) with the first element of the taken pair, i.e. Cicero, and fills the second gap in (3p) with the second element of that pair, i.e. Caesar; finally, it gives as a value the singular proposition (5p).

(4f)  $\lambda x \lambda y \langle x \text{ admires } y \rangle$

(5p) <Cicero, admiring, Caesar>

## Uma explicação gramatical ao paradoxo de Moore

***Pedro Henrique Nogueira Pizzutti***

O presente trabalho tem por objetivo lidar com aquilo que ficou conhecido para literatura filosófica como o “paradoxo de Moore”. O referido paradoxo se encontra associado a afirmações na primeira pessoa no presente do indicativo do tipo: (i) chove, mas eu não creio que chove; (ii) chove, mas eu creio que não esteja chovendo. Ou, em termos mais gerais, onde *p* representa um fato: (i) *p*, mas eu não creio que *p*; (ii) *p*, mas eu creio que não-*p*. Tais sentenças são as chamadas “sentenças Moore-paradoxais” e é importante ter em mente que Moore sustentou que essas sentenças são simples absurdos quando ditas na primeira pessoa no presente do indicativo, mas que quando ditas na terceira pessoa, tais sentenças possuem sentido. Assim, o paradoxal nessas sentenças é o fato de haver juízos verdadeiros sobre um indivíduo que ele próprio não pode afirmar com sentido na primeira pessoa do presente do indicativo. Pretendo nesse trabalho apresentar uma forma de explicar o absurdo dessas sentenças baseando-me majoritariamente na filosofia de Ludwig Wittgenstein com alguns empréstimos da filosofia de John L. Austin. Como medida metodológica foco no primeiro tipo de sentença citada, a saber, “*p*, mas eu não creio que *p*”. Não obstante, gostaria de deixar claro que as sentenças “Moore-paradoxais” são sentenças que raramente, ou nunca, aparecem na linguagem do cotidiano no sentido em que seriam absurdos, ou seja, não parece ser um lance de nossos jogos de linguagem a descrição de um fato seguido da afirmação, séria e epistêmica (visto que poderia ser uma expressão de incredulidade com a chuva pegando um indivíduo qualquer de moto e sem capa a caminho de uma reunião importante), da não crença nesse fato. Uma explicação do absurdo dessas sentenças nos moldes wittgensteinianos deve, como apontado por Darlei Dall’Agnol em um artigo de 2007, se atentar para as regras de uso de verbos como “creer”, “saber”, etc. Quando Wittgenstein discute, nas Investigações filosóficas em sua segunda parte, o “paradoxo de Moore”, Wittgenstein sustenta a ideia de que muitas vezes a sentença “Eu creio que *p*” é utilizada como “*p*”. É evidente que quando utilizada no modo anteriormente referido, uma sentença “Moore-paradoxal” apresenta uma contradição e, conseqüentemente, constitui um absurdo. Contudo, isso aparentemente não dá uma resposta satisfatória ao

problema, visto que parece não esgotar o uso do verbo “crer”, principalmente na primeira pessoa no presente do indicativo e também não explica a assimetria existente entre dizer uma sentença do tipo “Moore-paradoxal” na primeira pessoa no tempo presente e no passado, nem tampouco a assimetria entre asserir tal tipo de sentença em primeira e terceira pessoa. Para tentar equacionar o problema do absurdo das sentenças “Moore paradoxais” pretendo: (i) Explicar a assimetria entre asserir sentenças do tipo “Moore-paradoxais” em primeira/terceira pessoa e passado/presente da primeira pessoa, sustentando que na primeira pessoa no presente do indicativo o verbo crer tem um uso expressivo, enquanto nos outros casos as sentenças são descritivas; (ii) Apresentar a gramática do verbo crer; (iii) se atentar para um uso do verbo crer semelhante ao “eu acho”, no sentido de: agirei de acordo com a crença em  $p$ , embora tenha consciência de que não estou em condições de constituir um conhecimento acerca de  $p$ ; (iv) apresentar a gramática do verbo saber; (v) sustentar que o conhecimento, o saber, é um tipo de crença, cuja diferença de uma crença expressa no crer está nas razões que suportam a crença e a tornam um conhecimento; (vi) Uma vez que a o conhecimento é um tipo de crença, a frase “Moore-paradoxal” “ $p$ , mas eu não creio que  $p$ ” apresenta uma contradição de crenças que exclui o indivíduo dos nossos jogos de linguagem como uma asserção irracional e, portanto, sem sentido; (vii) Uma vez que o verbo crer na primeira pessoa no presente do indicativo não tem um uso descritivo, talvez ele seja melhor julgado em termos de felicidade e infelicidade, termos apresentados por Austin quando tratou dos, por ele chamado, verbos performativos.

### **Diamonds don't shine forever**

***Pedro Mendes de Lemos***

In standard semantic frameworks for ‘historical modalities’, a possibility modal of such stripe – oft-christened “diamond” in general – is viewed as an operator quantifying existentially over a set of historical possibilities sharing a same past, but differing with respect to the future. One well-known puzzle involving historical diamonds is that certain constructions involving them seem to invariably

sound odd and unassertable; viz. whenever they express conjunctions in the form of ‘ $\varphi$ , and(yet) possibly not- $\varphi$ ’, where  $\varphi$  is a future-directed expression in indicative mood.

Some, such as DeRose (1998), have taken these puzzling phenomena to underpin the view that a possibility modal must invariably bear an epistemic sense (rather than metaphysical) whenever they are scoping over future-directed contents phrased in the indicative mood, and they back the explanation by merging usual frameworks of epistemic modals into a pragmatic account that takes assertoric force to usually signal knowledge of the expressed content.

This work argues for a second option of interpretation, by deriving the defective behavior of such constructions from the view that the possibility modal is assessment-sensitive (in the sense proposed by MacFarlane, 2003, 2008, 2014), along with the view that asserters undertake the commitment to defend their claims from any context of assessment.

We provide two claims to the effect that our theory seems to be on the right track: (1) First, it offers a direct connection between mood morphology of the modal and the default logical operator that glosses it at the relevant level of abstraction; viz. that the assessment-sensitive modal is the default operator when the modal is phrased in the indicative mood; (2) And second, our theory sides with a view of language use that integrates well with an often sought conception of possibility that could stand in a middle ground between actuality and counterfactual possibilities. For in our theory the modal is neither too strong as to make it simply collapse into actuality, nor is it too weak as to stand true even if the prejacent proposition ends up false in the actual world. We thereby conclude that metaphysical readings can be pleaded consistent with an ordinary account of communication that takes modal claims to vary in their truth-status, and possibly perishing in standing true.

## References

- K. DeRose. Simple might's, indicative possibilities, and the open future. **The Philosophical Quarterly**, 48(190), 1998.
- J. MacFarlane. Future contingents and relative truth. **The Philosophical Quarterly**, 53 (212):321–336, 2003.

J. MacFarlane. Truth in the garden of forking paths. In M. García-Carpintero, editor, **Relative Truth**. Oxford University Press, 2008.

J. MacFarlane. Assessment Sensitivity: **Relative Truth and its Applications**. Clarendon Press, 2014.

### **Wittgenstein on Analysis of Time and Solipsism**

*Rafael Fernandes Mendes dos Santos*

The aim of the paper is to analyze the chapters V and VII of the Philosophical Observations, more specifically those parts where Wittgenstein reflects upon the possibility of giving a phenomenological account of the structure of Temporality, focusing on its relationship with his up-to-date view on Solipsism, with the purpose of evaluating Wittgenstein's conception of Self and Memory at that period of his philosophical work. To this end, I shall first restate problems concerning the application of the logic of the Tractatus logico-philosophicus, namely the logical incompatibility between elementary propositions and also Wittgenstein's attempt of preserving the Tractatus' main theses by furthering down the analysis of these propositions to their phenomenal scope. According to the Tractatus, the logical analysis of a proposition must lead to the grid of elementary propositions by which it is built on. On its turn, an elementary proposition is built on names – logical indefinables – in direct relationship with simple objects, their ontological counterpart, on which the tractarian harmony between language and reality depends. At the fundamental level of the conditions of possibility of sense, the relationship between names and objects is fully determined by the logical coordination between those elements. That is, their possibility of combination is a priori and so entirely independent of the execution of a complete logical analysis, which supposedly arrive at the chain of objects which makes up a state of affairs. In this manner, the sense of an elementary proposition is solely grounded on logical demands and its sense independence of the truth of any other elementary proposition is a distinguished consequence of its purely logical commitments. However, once identified at 6.3751, the logical incompatibility between elementary

propositions opened the door to a new approach towards the nature of the logical analysis, by which Wittgenstein begun to investigate in more details the phenomena of time and color. Wittgenstein tried to analyze the structure of time together with the phenomena of memory, in order to try to establish the source of the temporal sequence of facts. Especially in the chapter VII of the Philosophical Observations, the difficulty in articulating the possibility of measuring time in its phenomenal feature seems to pose a problem to the whole phenomenological project and, more than that, to Wittgenstein's intent of preserving the logical frame of the Tractatus. In this paper, I shall bring into play the PO version of Solipsism, by which an actual experience is the “only reality”, contrasting it with his view on time and memory.

### **Sellars e o problema de compreensão de regras**

***Taigon Marques Gonçalves***

De acordo com uma das duas principais concepções de significado linguístico na filosofia contemporânea – chamada comumente de “teoria do significado como uso”, o significado de uma expressão é o papel que ela desempenha dentro da linguagem da qual faz parte em função de regras; e compreender uma expressão é obedecer às suas regras de uso. Essa concepção, no entanto, é a primeira vista vulnerável a uma objeção arrasadora, segundo a qual essa tese acarreta a impossibilidade de se explicar o aprendizado linguístico. Ela foi identificada explicitamente por Wilfrid Sellars – ele próprio um grande defensor dessa concepção - em seu artigo *Some Reflections on Language Games*. Esta objeção pode ser apresentada, clara e sucintamente, da seguinte maneira:

(1) Aprender a usar uma expressão *a* na linguagem *L* é aprender a obedecer à regra de uso de *a* em *L*;

(2) A regra de uso de *a* é dada por uma sentença *R* em uma metalinguagem *ML*, de modo que *R* contém as expressões *b*, *c*... ;

(1) e (2), juntamente com a tese de que compreender a é obedecer às regras de uso de a, nos dão

(  
3) Aprender a obedecer à regra de uso de a em L pressupõe compreender a sentença R em ML;

e

(4) Aprender a obedecer à regra de uso de a pressupõe obedecer as regras de uso de b, c..., que ocorrem na sentença R em ML.

Ora, mas para cada expressão em qualquer linguagem (e toda metalinguagem é também uma linguagem) temos um enunciado semelhante a (2). Isso nos leva a:

(5) A regra de uso de b em ML é uma sentença R' em MML, que contém as expressões j, k, l...

(6) Aprender a obedecer a regra de uso de b em ML pressupõe compreender a sentença R' em MML;

e

(7) Aprender a obedecer a regra de uso de b em ML pressupõe obedecer as pressupõe compreender j, k... que ocorrem na sentença R' de MML.

Como tal procedimento pode ser repetido indefinidamente, o resultado é que um sujeito (que não possuísse uma linguagem inata) jamais viria a aprender qualquer expressão linguística de qualquer linguagem. Dado que essa conclusão é obviamente falsa, a sugestão imediata é que a tese inicial deve ser abandonada.

Frente a este argumento, um defensor da teoria do significado como uso tem duas estratégias a disposição. A primeira é apontar que o regresso é gerado essencialmente pela tese (1), ao identificar o aprendizado linguístico com obediência a regras. Um comportamento de obediência à regra envolveria necessariamente uma consciência da regra e das suas circunstâncias de aplicação por parte do sujeito, e é isso que gera o regresso. Pela tese (1), para que um sujeito saiba usar a expressão a, ele deve ter consciência da regra de uso de a, o que envolve, entre muitas outras coisas, ser capaz de justificar seus usos de a por



referência à sentença R. Mas para que ele tenha consciência de R, é necessário que o sujeito tenha consciência também das regras de uso das expressões que aparecem em R, e assim por diante. A solução, seguindo a essa linha de raciocínio, seria reformular (1) utilizando um tipo de comportamento que não vinculasse necessariamente o aprendizado linguístico com consciência das regras da linguagem.

A segunda estratégia consiste em afirmar que, enquanto a tese (1) está perfeitamente em ordem, um dos passos lógicos dados na geração do regresso é equivocados. Seguindo esse caminho, a sugestão mais óbvia seria apontar que o erro está no passo dado de (1) e (2) para (3). A sentença R seria uma formulação linguística da regra de uso de a, mas, assim se propõe a solução, compreender a formulação linguística da regra em ML não deve ser algo necessário para compreender a própria regra. Uma coisa é a regra em si, outra, a sua roupagem linguística. Dado que a regra pode ser apreendida independentemente da sua roupagem, o regresso é evitado.

Sellars utiliza a primeira estratégia em sua resposta, rejeitando a tese de que a consciência de regras por parte do sujeito possa de algum modo prescindir da linguagem. Ele postula a existência de um tipo de comportamento que não envolva a consciência da regra por parte do sujeito, mas que ainda assim, possa ser considerado um comportamento governado por regras – na medida em que ele guarda alguma relação com o comportamento dos sujeitos que efetivamente obedecem às regras. Sellars chama-o de comportamento governado por padrão (*pattern-governed behavior*), e toma o caso dos animais adestrados como paradigmático para explicar o seu ponto. Quando um cão responde adequadamente às ordens de seu dono (ex: “Senta!”), ele evidentemente não tem consciência da regra – não compreende a regra – mas ainda assim, seu comportamento não é uma mera regularidade natural; o comportamento do cão é resultado de um processo de treinamento por alguém que de fato possui compreensão da regra (“Rex deve sentar-se quando eu falo “Senta!”).

Sellars explica dessa maneira como é possível um sujeito aprender a usar uma linguagem sem pressupor que ele já compreenda uma metalinguagem. Os membros da comunidade linguística são primeiro aprendizes da linguagem,

exibindo um comportamento governado por padrão, tal como animais adestrados. No entanto, na medida em que seres humanos desenvolvem suas capacidades cognitivas e adensam o seu repertório linguístico, em algum momento os sujeitos passam a compreender as expressões linguísticas que utilizam – isto é passam a ter consciência das regras que governam seu uso e, conseqüentemente, passam a exibir um comportamento de obediência a regras.

### **The necessity of Origin and the Rigidity of Names: Kripke versus Salmon**

*Thainá Coltro Demartini*

Salmon, along with Donnellan's comments on Putnam's work, analyses the direct reference theory in *Reference and Essence* and also in 'How not to derive essentialism from direct reference theory'. His intent is to analyse the premises that would supposedly lead a champion of names as rigid designators to the introduction of the metaphysical topic of essential properties and essential identities established through scientific discoveries. Meanwhile, Kripke, as a defender of the direct reference theory, specially in *Naming and Necessity* and 'Identity and Necessity', sticks to the idea of names as rigid designators and explains this semantical phenomena appealing to our intuitions related to modal and epistemological contexts.

Kripke's agenda starts with a semantical concern, but as soon as he frames his account of reference in modal terms, he launches into issues concerning the possibility of contingent a priori truth and necessary a posteriori truth, de dicto and de re modality and essentialism (at least he faces the problem of how we are supposed to deal with these notions). It is a possibility to fathom all these thesis as part of the same package, since Kripke apparently extends the consequences of his philosophy of language's approach to the epistemological and metaphysical fields. So all his theory would come as consequences from a simple basis of the rigidity or non-rigidity of terms. Salmon's main occupation in his works mentioned above is to point that although the line of reasoning here sketched is a plausible one, it is not irresistible. According to Salmon, actually, we cannot derive any essentialist theory from the direct reference theory alone with only trivial and

uncontroversial metaphysical claims. To him, our own intuitions (to which Kripke appeals when considering possible worlds) come wrapped with an irreducible metaphysical premise that is so obvious to us that not even Kripke (nor Putnam) could notice.

Salmon's argumentation, specially on his article, focuses on the Principle of Necessity of Origin exemplified by Kripke as a case of essential property of material objects. Salmon aims to go from a specific instantiation of Kripke's to a global underline of the temptations we should avoid in Kripke's project. Salmon considers among his punctual claims Kripke's haecceitist position (i.e., all and each intra-world identity has a correspondent trans-world identity). According to his criticism, that position would lead Kripke to take the essential properties as a sufficient condition to trans-world identity in order to prove them as necessary conditions to the existence of the object to which they belong. But also some other consequences would follow, such as (i) the difficulty presented for us to come up with a general essentialist thesis, since Kripke develops only particular cases that cannot be translated to formal logic and sentences including variables (that can be instantiated by any particular within the framework); (ii) that the rigidity of names is not even necessary to the argument, any rigid term would do.

We stand by the idea that Salmon's is not the only possible interpretation of Kripke's example, neither of Kripke's reasoning. If we take into consideration Kripke's semantical theory as a propaedeutic tool that indicates how we are supposed to use the possible worlds vocabulary, his semantics can favor the essentialist discourse in a way Salmon couldn't avoid. Even if we cannot reassure such a principle like the Origin on its own, Kripke's work presupposes that hiperessentialist views are wrong right from the start. Besides, Kripke's haecceitism, if really taken seriously, wouldn't cause such questions of transworld identity and would never depend on the definition of sufficient conditions for identity as Salmon claims to be the case.

On this presentation, we may try to build a better overview of Kripke's agenda, showing that it includes some essentialist import, inasmuch as his direct reference theory is seen as a methodological task we should go through as we approach the possible worlds. In addition, focusing on his haecceitist position we

can highlight some of Kripke's main concerns, such as (i) the distinction of identity and identifying properties and their relations to the object, and (ii) the meaning of a name being drained/exhausted by its referent going hand in hand/reflecting with the object itself and its behaviors on counterfactual situations (i.e. possible worlds). These considerations should be enough to review Salmon's treatment of the Principle of Origin and reconsider whether his criticism was based in the sufficiency of such a principle. By the end, we may try to answer to what extent we can save Salmon's arguments against Kripke's scientificism.

### **As regras do jogo da impertinência da dúvida**

***Wagner Teles de Oliveira***

Ter situado a prática como esfera originária da significação é, sem sombra de dúvida, a principal reviravolta feita pelas considerações filosóficas de Wittgenstein, cuja expressão mais bem acabada ganha corpo nas Investigações Filosóficas. A partir disso, passa-se a compreender que a determinação dos juízos e das ações é tecida a partir dos modos de agir constituídos em meio às coisas, fatos e comportamentos os mais corriqueiros. Nada havendo, assim, de étéreo ou misterioso nas formas que se instalam, em meio às práticas, como referência da expressão de pensamentos, manifestação de sentimentos e da compreensão de significações. O uso da linguagem passa, por isso, a ser o exercício de técnicas de ação e reação simbólicas de acordo com regras que não poderiam ser instituídas num universo distante dessas mesmas ações e reações, o que quer dizer que a margem de manobra da significação não é estruturada previamente aos atos significativos. É no contexto conceitual desenhado por essa concepção prática da significação que tem lugar a noção de jogo como modelo de compreensão da linguagem. As regras que presidem o jogo não podem mais atuar à maneira de uma majestade que o governa à distância, sendo elas próprias implicadas pela relação entre os elementos relevantes à significação, como fatos mundanos, crenças, percepções, atividades simbólicas, atitudes não verbais e objetos, não podendo desfrutar da condição de anterioridade em relação aos lances do jogo, sendo, de resto, impedidas de constituir uma estrutura a priori delimitadora de toda

espécie de manipulação simbólica e não simbólica. Por essa perspectiva, a dinâmica interna do jogo depende do constante comércio entre atividades simbólicas e não simbólicas, bem como da ação recíproca entre elas, o que permite conceber a linguagem como um desenvolvimento sofisticado de formas de ação bem mais simples. As atividades simbólicas e não simbólicas concernidas pelos jogos desenvolvem-se tendo em vista as formas de ação em que se baseiam, tendo como traço fundamental dispensar qualquer espécie de especulação intelectual, pois nem o seu funcionamento, nem tampouco o domínio das técnicas de que depende o seu exercício requerem a enunciação das normas que as estruturam. Esse ponto de vista implica compreender as regras às quais as atividades humanas se submetem como não separadas do contexto de sua aplicação por nenhum hiato intelectual. As regras são indissociáveis das práticas que as tornaram necessárias e, portanto, das formas simples de ação das quais os casos de sua aplicação mais sofisticados são um desenvolvimento. Tal maneira de conceber as regras é, na verdade, subsidiária da ideia segundo a qual o jogo de linguagem não remonta a uma origem que possa ser identificada com o pensamento, como também da recusa intransigente de que haja uma gênese da significação que não esteja inscrita na mesma esfera à qual pertencem as ações significativas, verbais e não verbais. Mas não se trata também de tão simplesmente identificar a origem do jogo com a ação ou o instinto. Parece tratar-se, mais do que isso, de compreender o entrelaçamento entre ação e reflexão como constitutivo do jogo, o que encontra na noção de certeza desenvolvida por Wittgenstein uma forte aliada. A caracterização da certeza como algo animal assinala tanto o caráter irrefletido de sua assimilação pelas práticas quanto do seu exercício, que consiste em determinar a margem de manobra das ações e juízos. Essa maneira de compreender a certeza consiste num dos principais aspectos da concepção prática da significação desenvolvida por Wittgenstein em seus textos tardios, sobretudo por concorrer para o estabelecimento da prioridade lógica da ação sobre a reflexão que tanto a caracteriza. A ideia central, aqui, é a de que a ausência de dúvida funcionaria à maneira de fundamento da ação, do que se conclui sem pestanejar que não haveria lugar para a dúvida em jogos elementares. Afinal de contas, é a eles que a expressão de sentimento, a manifestação de

sentimentos, a comunicação de pensamentos, a compreensão de significações, os diversos modos de agir, os comportamentos mais corriqueiro e tudo o mais se reportam. Porém, é exatamente porque as coisas se passam assim que temos ampla margem para perguntar se a dúvida poderia ser impertinente em jogos elementares. É dessa questão que pretendemos tratar, não sem explorar as consequências de compreender o instinto como a fonte originária da significação.

### **Sobre a sustentabilidade do argumento da metáfora**

*Yuri de Lima Rodrigues*

O problema que me interessará aqui consiste nas dificuldades de sustentabilidade do que Devitt (1991) chamou de Tese da Metáfora (TM). A TM foi abordada por Dummett (1975, pp. 18-21; 1978, pp. xxv-xxx). Eu a enuncio do seguinte modo:

(1) Tese da Metáfora. Nós não podemos decidir definitivamente qual é a Condição Ontológica de Dependência (COD) de um objeto sem uma mediação prévia adequada.

Antes de seguir em frente com a investigação filosófica será preciso esclarecer o significado de algumas expressões na TM. Por “condição ontológica de dependência” entendo a classe das propriedades mais genéricas de um objeto  $x$  que determinam se há dependência entre a existência de  $x$  e a existência de conhecimento humano sobre  $x$ . Por demandas metodológicas analisarei essa classe em três subclasses: (i) objetos materiais, (ii) objetos abstratos e (iii) objetos ficcionais. Por “mediação” entendo a menção de uma propriedade  $\alpha$  por meio de uma propriedade  $\beta$ . O critério de adequação da mediação é determinado pelo objetivo de decidir definitivamente a COD de um objeto. O significado de “prévia” em 1 é prioritariamente lógico. Isso significa que se nós não usarmos uma mediação adequada para decidir terminantemente a respeito de uma COD, então nós nos envolveremos em algum problema lógico. As seguintes alegações de Dummett (1993) podem ser usadas como premissas para sustentar uma variedade da TM (TM-2) e montar o Argumento da Metáfora (AM):

(2) Em um conjunto de debates a respeito da COD de qualquer objeto não há qualquer classe apropriada de objetos a ser estudada.

(3) No outro conjunto de debates a respeito da COD de qualquer objeto nos quais há algum tipo de objeto a ser estudado não é a existência dos objetos que realmente importa, mas a objetividade das declarações que fazemos sobre eles.

(4) Logo, nós não podemos decidir definitivamente qual é a COD de um objeto  $x$  sem decidir a respeito da objetividade das declarações nas quais  $x$  é referido.

De que modo a decisão a respeito da objetividade de uma declaração  $D$  deveria nos forçar a aceitar determinada posição a respeito da COD dos objetos referidos por  $D$ ? A posição de Dummett é que se decidirmos que a objetividade de  $D$  depende de termos uma prova para  $D$ , então estamos falando de uma declaração cuja COD dos objetos referidos é ser ficcional; já se decidirmos que a objetividade de  $D$  depende de que  $D$  seja o caso, então estamos falando de uma declaração cuja COD dos objetos é ser material ou ser abstrata (de um ponto de vista platônico). No entanto, eu me oponho à visão de que uma prova é capaz de nos fornecer qualquer base plausível para defender que determinado objeto  $x$  tem certa COD porque ainda que tenhamos uma prova para a  $D$  na qual  $x$  é referido ainda assim não obtemos garantias de que  $x$  tem certa COD. A minha posição é que a única maneira de fazê-lo é identificando o que é ser o caso para a declaração em análise e isto, por sua vez, nos leva a uma inevitável circularidade. Foi dito que para decidir qual é a COD de um objeto  $x$  temos que saber o que é para uma declaração  $D$  (na qual  $x$  pretende ser referido) ser o caso e para decidir o que é para  $D$  ser o caso é preciso saber se os nomes em  $D$  referem. No entanto, para saber disso é preciso saber qual é a COD de  $x$  para que possamos estabelecer as condições de referencialidade do nome que pretende referir  $x$  e verificar se de fato ocorrer referência.

## Filosofia da Mente e da Cognição

### The Structure of Experience: James and Husserl

*André Leclerc*

Analytic philosophers do not have a great predilection for dynamic models. It took decades after the works of Vienna Circle to introduce the notions of tradition, paradigm or research program in the philosophy of science. And when they speak about experience, it is the representational character of experience or the subjective qualities of conscious sensorial experience which are the main concern. The resulting description is usually static. My aim is to provide an analysis of experience from the point of view of philosophy of mind, but my suggestion is to take as the main feature of experience its phenomenal continuity, its constant “moving forward.”

But different things are called ‘experience’ and some are more complex than other. I will first examine different uses of the word ‘experience’ to clear the way and to set aside possible cases of circularity. There is nothing wrong with our linguistic practices and I suggest that the best way to respect them is to choose one common characteristic to all these uses and construct an “umbrella term.” I suggest that this characteristic is precisely phenomenal continuity. Thence, dreams and the simple humming of a tune in your head (a quasi-hearing), will count as experiences as well as cognitive experience or the real hearing of a melody.

In modern philosophy, Hobbes was the first to recognize its importance in his theory of “mental discourse.” William James (who calls it ‘stream of consciousness’) and Husserl (*Bewusstseinsstrom*) described it as the most fundamental feature of experience. That constant moving forward of experience allows us to include beneath our umbrella term, dreams, the humming of a tune, and mental activities like imagining and remembering that do not involve directly sensorial impression, alongside experiences that involves sensorial impressions, like the hearing of a tune, perception, non-epistemic seeing, etc. Phenomenal continuity is the common denominator of all sorts of experience. I shall try to understand phenomenal continuity in terms of horizontal intentionality, a kind of



intentionality that operates at a sub-personal level. Then, the structures of retention and protension described by Husserl are presented and explained. I also present Husserl's reticulum of time showing how it works for temporal objects like melodies.

According to James, continuity here means two things: 1) "That even when there is a time-gap the consciousness after it feels as if belonged with the same consciousness before it, as another part of the same self" (Psychology: Briefer Course, 1961, p.158); that is, when we wake up, there is nothing strange about what we feel, it is like a new chapter of the same biography and we just carry on as usual; 2) "That the changes from one moment to another in the quality of the consciousness are never absolutely abrupt". (Idem, 1961, p.158).

But there could be problems when the time-gap is excessively long that I will illustrate by using Rip van Winkle's story. The moral of that story is that cognitive experience presupposes abilities (dispositions) to track our thoughts and former experiences and to form judgments of similarities. It also presupposes stability in the world of experience and also on the part of the epistemic agent.

## **The phenomenology of acting and its relation to the belief in different kinds of action control**

***Beatriz Sorrentino Marques***

The present investigation is centered on a discussion about the control human agents are believed to have when they act intentionally and its relation to the phenomenology of acting that accompanies these actions. I will divide the discussion into two main points: (1) a conceptual understanding of the phenomenology of acting, and (2) different conceptions of control and which of them may apply to human agents based on the phenomenology of acting. The sense of acting has come recently into the attention of the cognitive sciences, springing considerable curiosity about the mechanisms that give rise to it and its relevance to the production of actions, as well as the conception of the sense of acting. Well-known philosophers and cognitive scientists have proposed that the sense of acting is not a blocked whole; it is composed of different elements (Marcel 2003, de Vignemont 2004, Synofizik 2008, Pacherie 2008, Gallagher 2012). I follow

Synofzik (2008) and Gallagher (2012) in conceptually dividing these elements into pre-reflective and reflective. This division emphasizes that some of the elements associated to the phenomenology of acting are part of the sense of acting itself, and they spring from the main mechanism that give rise to it, the comparator-model. Other elements are reflective; i.e., judgements the agent makes about the experience, based on some of her beliefs about herself, the world, and her action. Considering the association between the sense of acting and the comparator-model, a control mechanism in action production, one may ask what kind of control can be associated to the phenomenology of acting. A more striking question might be how the phenomenology of acting relate to the belief human agents have that they are in control of their intentional actions. To answer this question, first I will elucidate the kinds of control related to intentional action. Second, I will associate the kinds of control to elements of the phenomenology of acting; the latter is often considered as justification (but not the only justification) for the belief that agents have control over their actions. Finally, considering what we know about the phenomenology of acting, I will argue whether the belief that agents have these kinds of control is justified or not. I accept Fischer's (1994, 2012) distinction between regulative control and guidance control, and I consider whether motor control should also be listed as a relevant kind of control in human action. I will argue that each kind of control can be associated to a specific pre-reflective or reflective element of the phenomenology of acting, which grounds how the agent perceives the control she has over her action. Clearly, how the agent perceives the control she has can be different from the control she in fact has in the production of her action. I defend that a reflective element of the phenomenology of acting that grounds the agent's belief on her freedom (conceived as the ability to do otherwise) is in fact the basis for the belief that one has regulative control over one's actions. Guidance control is a different issue; according to Fischer (1994, 2012) certain criteria related to the agent's reasons must be met in order for an agent to have guidance control over her action. This makes room for the discussion about whether the pre-reflective aspect of the phenomenology of acting implicitly meets these criteria, or whether the reflective aspect is necessary to meet them. Finally, I turn to motor control. The investigation of the phenomenology of acting and of the

comparator-model has shown that motor control is relevant to the production of action and to the sense of control agents have over their actions. Agents usually report they have a sense of control when the action production does not face significant obstacles. If one accepts the representational theory, there is reason to believe that it plays a role in the generation of representations of one's own agency (Bayne 2011), which is relevant to self-attribution of action, and of responsibility for one's action (Haggard 2017). Finally, I defend the claim that the phenomenology of acting cannot be evidence for regulative control, but it can ground the belief in the relevance of guidance control and motor control for the production of action, and for the agent's self-attribution of action and responsibility for it.

## **O Frame Problem e as dependências contextuais do pensamento**

***Carlos Henrique Barth***

A sensibilidade ao contexto é uma das marcas distintivas da inteligência humana, pautando sua racionalidade teórica e prática. Compreender o modo flexível como pensamos e agimos em função de um número potencialmente infinito de situações é um desafio central para a filosofia da mente. No caso das teorias representacionalistas, as tentativas de lidar com efeitos contextuais no pensamento geralmente oscilam entre duas abordagens: a primeira busca fixar as possíveis situações em que sistemas cognitivos como nós podem se encontrar. Estas são tipificadas por meio de estereótipos onde os efeitos contextuais relevantes são previamente mapeados, tornando possível responder adequadamente a cada situação. Dentre os exemplos de abordagens deste tipo estão os Frames de Minsky e os Scripts de Schank, oriundos das pesquisas da Inteligência Artificial Clássica. A segunda abordagem não tipifica situações, mas sim o modo como lidamos com as variadas formas de dependência contextual. Adquirir uma noção da situação em que nos encontramos, por exemplo, é uma tarefa análoga à de compreender uma expressão, e envolve lidar com elementos análogos a indexicais, demonstrativos, modulações etc. Nesta concepção, tais dependências contextuais podem ser resolvidas por procedimentos fixos. Assim, explicar a sensibilidade humana ao contexto é descrever os processos cognitivos

corretos para cada forma de dependência. Um exemplo deste tipo de abordagem pode ser encontrado na Teoria da Relevância de Sperber e Wilson. Contudo, há uma pergunta específica que se mostra especialmente desafiadora para as duas abordagens: como explicar nossa capacidade de determinar o que é relevante em um dado contexto, quando a relevância dos critérios possíveis é ela mesma dependente do contexto? Na primeira abordagem, esta dificuldade se manifesta no fato de que os critérios usados para determinar o estereótipo adequado para a situação em que nos encontramos são, eles mesmos, dependentes de contexto. Na segunda abordagem, o problema se manifesta de modo similar: a forma da dependência contextual pode, ela mesma, variar em função do contexto. Ambas as manifestações podem ser tomadas como diferentes versões de um mesmo problema clássico: o Frame Problem. Originalmente apresentado como um problema específico de abordagens logicistas da Inteligência Artificial Clássica, o Frame Problem foi posteriormente redescrito por Dennett como sendo um problema filosófico de caráter epistemológico: como explicar nossa capacidade de circunscrever os elementos relevantes quando revisamos nosso conjunto de crenças, isto é, como explicar que não nos perdemos em meio a um número potencialmente infinito de inferências possíveis, mas inúteis? Contudo, para além da dimensão epistemológica o problema se manifesta também, e talvez principalmente, na dificuldade de explicar a sensibilidade ao contexto sem abrir mão do representacionalismo. Autores como Dreyfus entendem que este é um desafio insuperável, defendendo o abandono do representacionalismo e um embutimento completo do sistema cognitivo no ambiente. Embutir, neste caso, significa descrever as relações entre o sistema cognitivo e seu ambiente de modo não representacional (em termos de sistemas dinâmicos, por exemplo). Contudo, sugere-se aqui uma hipótese alternativa: uma solução adequada para o Frame Problem parece demandar apenas que os processos cognitivos estejam sujeitos a elementos que, embora não representacionais, afetem as entidades semânticas presentes no pensamento, ou seja, é suficiente aceitar que efeitos contextuais possam transcender o que pode ou deve ser representado. Assim, abandonar o representacionalismo seria precipitado. O que se faz necessário é repensar o papel das representações, permitindo que o próprio pensamento apele a

elementos contextuais sem representá-los. Esta ideia, já apresentada por John Perry, pode ser encontrada também na noção de representação orientada à ação de Michael Wheeler. Assim, o papel do Frame Problem neste debate, sugere-se, é o de ajudar a medir o grau adequado de dependência contextual no pensamento em teorias representacionistas da mente, ou seja, delinear o grau adequado de embutimento do sistema cognitivo no ambiente.

### **Acerca del monismo**

***Claudio Marín***

El Monismo de Doble Aspecto (MDA) es la teoría que sostiene que la realidad a nivel fundamental es tanto mental como física, tanto experiencial como no-experiencial. Así, frente al problema mente-cuerpo y particularmente frente al “problema difícil” de la conciencia (hard problem of consciousness), el MDA se presenta como una alternativa no reduccionista respecto de lo mental, pues para la teoría tanto lo mental como lo físico se encuentran a un mismo nivel fundamental en la naturaleza. Para algunos autores esta teoría está asociada a lo que Chalmers entiende por “Monismo Tipo F” (Tipe F Monism), aunque creo, puliendo un poco la interpretación de la teoría, debería asociarse de manera más directa con lo que Strawson argumenta como “Monismo M&P” (Mental&Physical Monism).

Como argumenta Strawson, el MDA es además una forma de panpsiquismo, es decir, aquella teoría que afirma que lo mental es ubicuo y fundamental en la naturaleza. Se podría decir, utilizando las distinciones de Chalmers, Blamauer y otros, que el MDA es particularmente un “panpsiquismo constitutivo” (constitutive panpsychism), es decir, aquel panpsiquismo que sostiene que toda macro realidad (tanto mental como física), se constituye a partir de micro elementos fundamentales (tanto mentales como físicos).

Dicha forma de panpsiquismo sería la que particularmente adolecería de un problema por varios teóricos (incluso panpsiquistas) insoluble. Dicho problema es el “problema de la combinación” (the combination problem). Este problema, en su forma estándar ya enunciada por William James, afirma que no es posible bajo una simple agrupación o suma de micro elementos mentales o experienciales constituir

una realidad mental macro, como la que poseen los seres humanos por ejemplo. Eso es así porque si se entiende que la realidad mental, particularmente la conciencia, posee un carácter unitario, no tiene sentido decir que ella se constituye a partir de micro elementos mentales. Así, para el problema de la combinación, ninguna suma de micro cualidades ni ninguna suma de micro sujetos puede producir una nueva realidad mental, sin mediante ello negar una propiedad central de la conciencia, esto es, su unidad.

Frente a este problema existen diversos autores panpsiquistas o afines al panpsiquismo que han tomado una clara posición. Existen quienes intentan evadir el problema, formulando alternativas panpsiquistas que no se rijan bajo los principios panpsiquistas del MDA. Así, por ejemplo, Blamauer sostiene alternativas panpsiquistas tanto dualistas como idealistas para esquivar el problema. En esta misma línea, Goff, argumentará a favor de un tipo de panpsiquismo emergentista, que también eludiría el problema. También existen quienes enfrentan el problema a partir de los propios principios del MDA, argumentando que bajo dicho marco sí es posible enfrentar y dar solución al problema (v. gr. Strawson y Skrbina). Pero también existe otra alternativa al problema, la cual sostiene que dicho problema en realidad no tiene sentido para el MDA panpsiquista y, por lo tanto, no es propiamente un problema para esta teoría.

De acuerdo a Blamauer, el problema de la combinación para un panpsiquismo como el MDA, surge porque esta teoría supondría que la manera de entender la existencia de lo macro mental debe seguir la misma lógica con la que se entiende la existencia de lo macro físico, esto es, por agregación o suma de micro elementos. Sin embargo, argumentaré, que ello no es el caso.

Para el MDA, tanto lo experiencial como lo no experiencial a nivel fundamental se encuentran a un mismo nivel. Esto es lo que quiere decir que una única y misma realidad es fundamentalmente tanto mental como física. Mientras que lo que sostiene Blamauer daría cuenta de una comprensión errónea del MDA, al pensar que lo que ella sostiene es que a nivel fundamental lo físico es también mental. En la segunda formulación destacada se evidenciaría una cierta preeminencia de lo físico respecto de lo mental, lo que justificaría que lo mental se intente explicar bajo la lógica de lo físico. Mientras que en el primer enunciado

destacado se afirma que lo mental y lo físico se encuentra a un mismo nivel, por lo que nada justifica que la explicación de lo mental deba desarrollarse a partir de la misma lógica que lo físico.

En otros términos, lo que argumentaré es que el problema de la combinación para un panpsiquismo como el MDA surge de un error categorial, al suponer que las categorías con las cuales se aborda la realidad física pueden ser aplicables de la misma manera a la realidad mental, cuestión que simplemente no tiene sentido.

De lo anterior se podrían deducir dos cuestiones no menores para la comprensión del MDA como una teoría panpsiquista: en primer lugar, que el MDA en sentido estricto no puede ser clasificado como un panpsiquismo constitutivo, como Strawson y Skrbina supondrían; conjuntamente con lo anterior además es posible afirmar que el problema de la combinación no es un problema para el MDA.

Dichas conclusiones, sin embargo, no implican que el MDA se haya librado de sus principales obstáculos, pues aún le queda por explicar cómo es que en una única y misma realidad fundamental pueden coexistir realidades diversas (experienciales y no-experienciales). Algunas orientaciones para enfrentar dicha problemática también expondré como epílogo en el artículo.

### **Perceiving without, and with, content: in search of a fundamental theory of perception**

***Deyvisson Fernandes Barbosa***

What exactly is cognition? From my point of view, this is the most fascinating question in philosophy of mind. For many leading philosophers of mind and cognitive scientists, the answer seems quite simple: cognition is an intellectual process that always entails representational content. To be in a representational state is, as Hutto & Myin (2017, 10) tell us, “to take (“represent”, “claim”, “say”, “assert”) things to be a certain way such that they might not be so”. To put it another way, to have representational content is to assume “the existence of some kind of specified correctness condition” (Ibid, emphasis added). From this intellectualist perspective, there is no room for thinking about the mind (including

perception, memory, and imagination) as representationally contentless. Campbell (2014a), for instance, is best-known for defending such a view. On his view, the very notion of a contentless perception does not make much sense. It is, Campbell advocates, “manifestly implausible” (2014, 175). Taking the opposite view, some contemporary thinkers have fostered enactivist approaches in order to understand the fundamental nature of cognition. Importantly, these trends come in different varieties. They share, nevertheless, a set of assumptions. According to the enactivist program, mentality is not to be understood as an internal, individual, and intellectual process [or entity] that takes place in our brain. It should be viewed, rather, as “a kind of situated enactive, embodied activity” (Hutto & Myin, 2017, 09). Following this view the Sensorimotor Enactivism, as broadly advanced by Nöe (2004), emphasizes the practical, relational, and dynamical features of perception. On his account, perception is “not something that happens to us, or in us. It is something we do” (Noë, 2004, 01). Despite his substantial challenge to the representationalist tradition, Noë (2004) remains conservative insofar as he maintains that representational content plays a pivotal role in many of our cognitive states, such as perception and imagination. On Noë’s own words, perceptual experience has “genuine representational content” (Noë, 2004, p.17 emphasis added). Accordingly, perceptual experience is inherently representationally contentful. In an attempt to radicalize the enactivist approach developed by Nöe (2004), Hutto & Myin (2013; 2017) promote the fortunes of what they coined the “Radically Enactive, Embodied Account of Cognition”, henceforth REC. At the heart of the REC approach lies the contrast between contentless cognition, as far as basic minds are concerned, and contentful cognition, as far as sociocultural-practice-mastering minds are concerned. This contrast is key to Hutto & Myin’s duplex-account of cognition. Explicating this theory, Hutto & Myin (2017) make clear that they don’t “deny that minds have any content” (Shapiro, 2014a, 212). What Hutto & Myin (2017, 89) actually deny, I shall argue, is the view according to which “lack of content entails lack of mind”. In rejecting that representational content is the mark of basic, contentless cognition, REC rejects the “most foundational notions of representational cognitive science” (2017, 36). To accept the REC view is, they hold, to accept that cognition is best explained in terms of the



organism's previous history of interactions with the environment. Our previous history of interactions, Hutto & Myin (2017, 172) claim, explains "what, why, and how we perceive". In the same way, Clark (2015b, 5) argues that we perceive "the patterns that matter for the interactions that matter". Bearing the contrast between these two enactivist approaches in mind, I aim to make a positive contribution to the debate. In this talk, I am interested in exploring how the duplex-account offered by RECers can lead us to a new way of thinking about perception. This is my starting point. Inspired by Radical Enactivism lights, I challenge the very traditional (and complicated) conception about perception once I advocate that only some forms of cognition involve "representing objects and states of affairs" (Satne, 2017). In discussing such challenge, I will point out a possible way of investigating how Radical Enactivism could lead us to a better way of thinking about a Fundamental Theory of Perception, or FTP. Finally, I should be able to deal with some objections to my approach, as follows: (i) If only some cases of perceiving require content, what is the theoretical substitute needed to contentless cases of perceiving? (ii) If it is the case that Hutto & Myin (2017) are right about duplex-account power, how can we deal with the problem of error in contentless cases of perceiving? (iii) Once radical enactivism intends to be a revolutionary program, what more is needed in order to make a more radical theory of perception possible?

### **Micro illusion, arbitrariness and naïve realism**

*Filipe Herkenhoff Carijó*

Naïve realism about perceptual experience is the view that in veridical experience we are directly aware of the external objects we pre-philosophically take ourselves to be directly aware of, such as cats, trees and clouds. I will argue against it by providing new reasons for thinking that the argument from illusion works. Historically, one of the major forces driving philosophers away from naïve realism has been the argument from illusion, reconstructed as follows:

11 Illusory experience does not consist in direct awareness of external reality.

I2 Veridical experience consists in direct awareness of external reality if and only if illusory experience does. (A corollary of the traditional claim that veridical experience and illusory experience share their nature).

I3 Therefore, veridical experience does not consist in direct awareness of external reality. Naïve realism is false.

Since the second half of the 20th century, the argument has lost the popularity it once enjoyed. Philosophers such as Austin, Hinton and McDowell have found ways of motivating either a denial of I1 or a denial of I2. As frequently mentioned in the literature, the motivation for those premises seems to have normally been an acceptance of dubious principles according to which the appearance of an experience is sufficient for determining its real nature (such as the Phenomenal Principle of the sense-data theorists). Critics have pointed to the fragility of such principles and have argued that to take them for granted is to beg the question. They may well be right that the question has normally been begged against naïve realism in that way. I1 and I2 should still be held true, however, for reasons that are wholly independent of such principles.

Concerning I2, I argue, drawing on empirical, psychological findings about color perception, that the experiences we call veridical are, as a matter of contingent fact, illusory. It is a familiar fact that illusion comes in degrees: things can look very different from the way they are, as when a blue thing looks black, or only slightly different from the way they are, as when a turquoise thing looks celeste. What we call veridical perceptions, I argue, are in fact micro illusions: they're experiences whose illusoriness we normally do not, and normally cannot, spot through introspection alone. It takes scientific, psychological investigation to reveal their illusoriness. Thus all so-called veridical experience is of the same kind as illusion because it is illusory. That makes I2 at least contingently true.

As for I1, I argue that those who deny it face an argument from vagueness and arbitrariness similar to the problem from vagueness and arbitrariness arising in debates about mereological composition. Roughly, the problem is this: philosophers of perception who wish to defend a general theory of perceptual phenomenology are required to provide an answer to the following question: when is an object a

direct object of perceptual awareness? Naïve realists must come up with an answer that does justice to our naïve intuitions about which objects we perceive (persons, chairs, cars, etc., as opposed to brains, retinas, light-rays, the air around us, etc.), for naïve realism is the view that we directly perceive those objects that we pre-philosophically think we do. But our intuitions about this, as it turns out, are vague, and any attempted precisification will be arbitrary. Naïve realists who deny I1 thus face a dilemma: their general theory of perception must be either vague or arbitrary; in either case, it is indefensible. The problem is made deeper by the fact that the vast majority of their rivals – sense-data theorists, qualia realists, internalist representationalists and even naïve realists who accept I1 – can point to clear-cut principles for identifying the direct objects of perception.

I1 and I2 are therefore true, and the conclusion follows: veridical experiences do not consist in direct awareness of external objects."

### **Collective Singular Thoughts**

***Ludovic Soutif***

Our talk is an attempt to bring together two lines of inquiry into the nature of mental states that run parallel in the literature. One is concerned with the directedness of, at least, some of our conceptual mental episodes at particulars (as well as at properties) and focuses almost exclusively on so-called singular thoughts had by individuals. The other deals with possible instances of collective thought (and other propositional attitudes) had either by individuals, groups thereof, or social collectives. That the two lines intersect is beyond doubt. For one thing, both singular and collective thoughts are instances of intentional attitudes, the only difference being that singular thoughts are directed at particular objects while collective thoughts are jointly directed at objects, states of affairs, goals or values. So, a study of intentionality naturally encompasses both phenomena. For another, it is fairly obvious from our everyday practice of thought ascription that singular thoughts are not only had by individuals, but also by groups of people or social collectives. A promising way of tackling the issue of collective singular thoughts is to consider the (necessary and sufficient) conditions for the singularity and

collectivity of thoughts discussed in the respective literatures. When these conditions obtain, collective singular thoughts occur – as can be reasonably expected. This will be our guiding thread throughout the talk. To begin with, we consider a number of approaches to singular thought had by individuals and show that an approach combining cognitive and metaphysical features should be preferred. We then focus on the semantic interpretation of so-called we-sentences – one of the ways collective thoughts are expressed in language – and show that the best account is one on which we refer at times to a plural subject, at times to a kind, at times to a set of individuals picked out by contextually salient properties. Since, on this account, some readings of we are available on which the thought is singular (in the sense spelled out in the first section), yet the stance towards it is necessarily taken by individuals, the next question to ask is How can stances be shared by individuals towards the same singular thought? Relying on a distinction between different ways to pinpoint the collectivity of thoughts (in either the content, the mode, or the subject), we supply – in the closing section – reasons to prefer some combinations of accounts of singularity and collectivity over others meant to capture aspects of the semantics of we emphasized in the second section of the talk.

### **Reason and Rationality: Rationality Reconceived for Radically Enactive Cognition**

***Giovanni Rolla***

An account of perceptual abilities is committed to the *Myth of the Given* if it does not acknowledge that perceptual states have a conceptual character, for it cannot explain how perceptual deliverances would be open to rational evaluation. If conceptual abilities are not drawn on *in* perception, perceptual states lack the required semantic and syntactic structures to be used as reasons for perceptual beliefs, thus being precluded from entering the realm of rational assessment. Such is McDowell's influential take on the matter (1994), which sparked a live discussion in epistemology and philosophy of mind (see, e.g., Smith, 2002).

Although conceptualists – such as McDowell (1994) and Brewer (2001) – and non-conceptualists – such as Peacocke (1992, 2001) and Evans (1982) –

disagree on whether perceptual states have *conceptual* content, they tend to agree that perceptual states have *some* content. At the very least, to perceive is to *represent* a state of affairs under accuracy conditions. In the cognitive sciences, the claim that perceptual cognition has representational content has been under attack since the Pragmatic Turn (Engel et al., 2013), specifically through the emergence of Radically Enactive and Embodied Cognition (henceforth, REC) – e.g., Hutto & Myin (2013, 2017), Chemero (2009), Di Paolo, Burhmann & Barandiaran (2017). RECers argue that it is possible to explain a basic level of cognition (which includes at least some cases of perceptual cognition) through the exercises of sensorimotor abilities. Sensorimotor abilities are selected through phylogenetic and ontogenetic developments that shape the organism's ability to engage proficiently with its environment, thus yielding perceptual states by sensorimotor engagement. If that is correct, representational states (and content more generally) are epistemologically otiose in explaining at least some levels of cognitive activity. Therefore, not all cognition is representational.

If a non-conceptualist account of perception is “mythical” because it implies that perceptual states cannot manifest reason-giving relations, it follows *a fortiori* that radically enactive views of cognition are mythical as well. Thus, REC appears to be prone to the Myth of the Given. Although that seems to be a substantial problem for enactivists, the very naturalistic framework within which REC emerged appears to sanction a dismissal of the Myth of the Given as a mere a priori inconvenience. If our best scientific endeavors do not call for content (representational or conceptual), then we must reconsider whatever a priori arguments exclude the possibility of contentless cognition. Moreover, as long as REC emphasizes that perceptual deliverances are not *passively acquired*, but *achieved* through the exercise of sensorimotor abilities, the myth is easily demystified. That is, for instance, Alva Noë's (2004, 2012) take on the Myth of the Given – although it is possible to construe his view as smuggling propositional knowledge into enactivism, thus distancing it from REC (see Rowlands 2010, for this criticism).

But the Myth of the Given is no mere inconvenience, for it also challenges REC's capacity to scale up. Scaling up is a desideratum for any account that aims

to understand human cognition in its complexity. For REC, this means explaining higher levels of cognitive activity, such as rationality, from a bottom-up perspective. But if RECers cannot offer a common explanatory ground between basic and higher cognition, then their program risks its explanatory integrity. In this scenario, it turns out that what is being given is not perception and its deliverances, but rational evaluation. I call this the *Reverse Myth of the Given*.

That is not to say that all of REC's proponents and sympathizers have not paid due attention to the problem of how to situate rationality within the enactivist framework. Susan Hurley, for instance, argues that, if action and perception are mutually constitutive, we should not conceive our cognitive architecture as primarily vertical in structure, with a dedicated layer for all cognitive matters starkly situated between crude perceptual stimuli and goal-related actions (what she famously called the "sandwich conception"). A better model of cognitive architecture has a horizontal structure, where each layer or module of cognition is dedicated to a specific task and "loops dynamically through internal sensory and motor processes well as through the environment." (2001: 7), ensuing a dynamical interplay between perception and action in the emergence of cognition. Accordingly:

Rationality might emerge from a complex system of decentralized, higher-order relations of inhibition, facilitation, and coordination among different horizontal layers, each of which is dynamic and environmentally situated [...] Rationality reconceived in horizontally modular terms is substantively related to the environment. It does not depend only on internal procedures that mediate between input and output, either for the organism as a whole or for a vertically bounded central cognitive module. Rather, it depends on complex relationships between dedicated, world-involving layers that monitor and respond to specific aspects of the natural and social environment and of the neural network, and register feedback from responses. (2001: 10).

Thus, an account of rational procedures that is not inimical to REC has to change its focus from content manipulation (giving and assessing reasons, for example) to other capacities. In this presentation, I follow Hurley's lead and develop the account of I call *Radically Enactive Rationality* (RER), thus distinguishing

reason and rationality as two cognitive capacities despite their being traditionally bundled together. In the view advanced here, to reason is to monitor and to be able to report rational procedures, whereas rational procedures are aimed primarily at maintaining the organism's homeostatic control within its immediate environment. Rationality does not call for contentful cognition, but also does not exclude it. The virtue of this strategy is to avoid the Reverse Myth of the Given by granting that rational evaluations share the same kind of explanation that basic cognition does within REC, namely: rational evaluations are measures of efficiency of goal-related tasks within environmental constraints. In this talk, I present RER in its details and I conclude by considering some objections.

## References

- Brewer, Bill. 2003. **Perception and Reason**. Oxford: Oxford University Press.
- Chemero, Anthony. 2009. **Radical Embodied Cognitive Science**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- Dretske, Fred. 2006. "Minimal Rationality." In **Rational Animals?**, edited by Susan Hurley and Matthew Nudds, 107–16. Oxford, New York: Oxford University Press.
- Di Paolo, Ezequiel, Thomas Burhmann, and Xabier Barandiaran. 2017. **Sensorimotor Life: An Enactive Proposal**. Oxford, New York: Oxford University Press.
- Engel, Andreas K., Alexander Maye, Martin Kurthen, and Peter König. 2013. "Where's the Action? The Pragmatic Turn in Cognitive Science." **Trends in Cognitive Sciences** 17 (5): 202–9. doi:10.1016/j.tics.2013.03.006.
- Evans, Gareth. 1982. **The Varieties of Reference**. Edited by John McDowell. Oxford: Clarendon Press.
- Hurley, Susan. 2001. "Perception and Action: Alternative Views." **Synthese** 129: 3–40.
- Hutto, Daniel D., and Erik Myin. 2017. **Evolving Enactivism: Basic Minds Meet Content**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- Hutto, Daniel D., and Erik Myin. 2013. **Radicalizing Enactivism: Basic Minds without Content**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press.
- McDowell, John. 1994. **Mind and World**. Cambridge: Harvard University Press.

- Noë, Alva. 2012. **Varieties of Presence**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Noë, Alva. 2004. **Action in Perception**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press.
- Peacocke, Christopher. 2001. “Does Perception Have a Nonconceptual Content.” **The Journal of Philosophy** 98 (5): 239–64.
- Peacocke, Christopher. 1992. **A Study of Concepts**. Cambridge: MIT Press.
- Rowlands, Mark. 2010. **The New Science of the Mind, From Extended Mind to Embodied Phenomenology**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- Smith, Nicholas H., ed. 2002. **Reading McDowell: On Mind and World**. London and New York: Routledge.

## **A experiência consciente enquanto produto da memória<sup>1</sup>**

***Glaupy Fontana Ribas***

O objetivo do presente trabalho é contrapor duas teorias que buscam explicar quais processos neurais dão origem a experiência consciente. Em um primeiro momento apresentarei a teoria de Peter Carruthers, que afirma que o fluxo de consciência surge a partir da memória de trabalho. Posteriormente apresentarei a teoria de Matt e Bill Faw, na qual a consciência é equivalente a uma memória, surgindo, portanto, dos mecanismos formadores da memória episódica. Mesmo que ambas sejam teorias afirmem que a consciência surge a partir da memória, os mecanismos neurais da memória de trabalho e da memória episódica são bastante diferentes, o que acarreta em implicações muito distintas em ambas as teorias. Apresentarei também o relato de caso do paciente H.M., pois este serve para que possamos testar ambas as teorias e verificar qual delas consegue fornecer uma explicação plausível do caso. E, por fim, utilizando critérios como coerência teórica e embasamento empírico, argumentarei que a teoria de Peter Carruthers é a teoria que melhor explica os mecanismos geradores da experiência consciente.

---

<sup>1</sup> Autora: Glaupy Fontana Ribas. Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Filosofia Universidade Federal de Santa Maria



## 1. A consciência enquanto produto da memória de trabalho

Peter Carruthers traça a distinção entre os diversos tipos de consciência, como a consciência de acesso (aquela que gera os estados que são globalmente transmitidos e estão disponíveis para o relato do sujeito) e a consciência fenomênica (a qual se trata de como é a experiência para o sujeito). Na consciência de acesso acontece o que Carruthers chama de transmissão global, sendo este o processo através do qual qualquer tipo de estado mental se torna consciente para o sujeito; esse processo acontece quando um estado que está em áreas corticais pré-conscientes é alvo da atenção, e então se torna disponível para processamento consciente.

O processo de transmissão global é efetuado pela memória de trabalho, sendo que esta funciona como um *global workspace* que combina vários tipos de processos, como computação de representação, planejamento, tomada de decisão, foco da atenção, etc., de modo a produzir uma representação atual e contextualizada da realidade para que possamos responder comportamentalmente a ela. Assim, a memória de trabalho seria a responsável por efetuar a transmissão global e tornar os estímulos, tanto internos quanto externos, conscientes para o sujeito, pois é nela que são sustentadas e manipuladas as representações de tais estímulos.

O que torna possível que uma informação seja transmitida globalmente é o foco fornecido pela atenção, assim, quando prestamos atenção a um estímulo, ele pode ser transmitido, caso ele passe despercebido pela atenção, ele não é transmitido e não se torna, portanto, consciente. Dessa forma, temos o *acesso local* (quando um estímulo ainda não foi focado pela atenção e não está sendo transmitido globalmente, e o *acesso global*, que é quando esse estímulo é enviado para diversas áreas cerebrais e torna-se acessível para o indivíduo.

Existem atualmente três teorias que abordam a relação entre a consciência de acesso e a consciência fenomênica. A primeira delas afirma que são dois conceitos que, na ontologia, se referem à mesma propriedade, ou seja, duas formas de nomear a mesma coisa. A segunda afirma que os conceitos se referem a propriedades diferentes, mas que ambas as propriedades são co-instanciadas no cérebro. E a terceira afirma que a consciência de acesso e a consciência

fenomenal são conceitos diferentes, e, além disso, ontologicamente são propriedades diferentes. Me posicionarei a favor da primeira dessas teorias, dado que a consciência de acesso é um processo consciente, e qualquer estado consciente vem acompanhado de uma experiência subjetiva, com representações ricas de aspecto fenomênico.

## 2. A consciência enquanto produto da memória episódica

Matt Faw e Bill Faw (2016) se propõem a apresentar um modelo de como acontece a *experiência subjetiva neurotípica* (NSE), sendo esta a experiência subjetiva de indivíduos neurologicamente intactos.

O cérebro possui várias áreas especializadas em funções diferentes. Um grupo de áreas que tem alta comunicação entre si é chamada de *rede*, e duas principais redes são aquela que é responsável por assuntos extrínsecos (relação do sujeito com objetos e eventos de “fora da mente”) e aquela que é responsável por assuntos intrínsecos (eventos mentais: pensamentos, imaginação, etc.).

A *default mode network* (DMN) é a rede responsável pelos estímulos intrínsecos, pois é ativada quando não está havendo tarefas orientadas pelo mundo. Ela é responsável pela apreensão de conceitos, planejamento de tarefas, rever memórias, figurar o passado, antecipar o futuro, sonhar acordado, etc. A *extrinsic network* (EN) é a rede composta pelos departamentos extrínsecos, e ela lida com o mundo exterior: *inputs* sensoriais (as informações que vêm dos cinco sentidos), *outputs* motores (resposta comportamental ao estímulo, tais como fala e movimento), e é também conectada ao departamento da atenção, aquele decide em quais estímulos devemos pôr nosso foco. Os níveis mais altos da hierarquia de processamento relatam de volta para as simples para a correção de erros. O que é processado pelas diversas áreas do cérebro é, então, mandado para o HC (*hippocampal complex*, ou com complexo hipocampal), que é responsável pelo armazenamento dessas informações, ele conecta todas elas e as organiza em um “pacote de dados”, que não é nada além do engrama da memória episódica, engrama esse que é então, armazenado. O engrama possui uma grande quantidade de informações (conclusões advindas de várias áreas do cérebro para o HC) codificadas em um esquema de *pointers* que funciona como *hyperlinks*, sendo

que estes fazem a conexão com as áreas que criaram essas conclusões. Quando esses engramas do hipocampo são ativados, eles trazem um evento de volta para a mente, ou seja, o ato de lembrar acontece quando esses *pointers* ou *hyperlinks* reativam as áreas corticais que estavam ativas durante a experiência original, causando o ato de “reviver”.

Os autores afirmam que

A hipótese central do artigo é que a relação bilateral entre o HC e as outras redes é um *loop de feedback* contínuo. Tanto as memórias antigas como as recém formadas são mandadas de volta para os departamentos que as geraram permitindo correção de erros e processamento preditivo, o qual prepara as várias regiões para os cálculos dos próximos momentos. Assim como no ato de lembrar, é a ativação desses departamentos que dá origem à sensação de experienciar. Assim, nesta teoria, é o engrama da memória episódica que carrega a informação que dá origem à NSE. O HC é o como um arquivo e a recuperação do governo central, mas também o que transmite as informações para o resto do cérebro. Ele une todas as informações que recebe e manda essa nova história (que é o engrama) para ativar a DMN e EN. Essa reativação, acreditamos, é equivalente ao que pessoas neurologicamente intactas conhecem como “experiência subjetiva”. (FAW, FAW, 2016, p. 4, tradução nossa).

Os autores reiteram que há uma distinção relevante entre o relatório e o que está sendo relatado, por exemplo: quando vemos vermelho, isso acontece porque um cone da retina é ativado quando atingido por um determinado comprimento de luz, e então esse cone envia um relato para o cérebro; ele não envia nada vermelho para o cérebro, ele envia um “pacote de dados” que o cérebro decodificará como significando vermelho. Há, portanto, uma distinção entre a *informação neural que a ativa a experiência* – o que eles chamam de engrama da memória episódica – e o *evento de experienciar em si* – que é a NSE. O engrama da memória episódica é o relatório do complexo hipocampal, e a ativação desse engrama é o que causa a NSE; ou seja, o processamento neural é a causa da experiência, não é a experiência em si.

### 3. O caso empírico do paciente H.M.

Um caso teste para ambas as teorias é o caso do paciente H.M., que teve quase todo seu hipocampo removido cirurgicamente devido à epilepsia. Ele não consegue formar uma simulação detalhada da realidade, como navegar no espaço mentalmente, fazer projeções futuras, imaginar e ensaiar comportamentos para situações sociais; ele também não possui a capacidade de formar novas memórias (amnésia anterógrada), e nem recordar memórias antigas (amnésia retrógrada).

Apesar de estar desperto, interagir com a realidade e com as outras pessoas, saber de seus estados internos e ter um curto senso de continuidade, Faw e Faw propõem que H.M. não possui NSE, dada a sua falta de hipocampo. Pois, mesmo que do ponto de vista de um observador externo esses fatores nos levassem a afirmar que H.M. é um ser consciente, de acordo com a teoria, nenhuma dessas características faz parte da NSE. Os autores afirmam que a “experiência” que ele possui é diferente da experiência daqueles indivíduos que possuem hipocampo; ele possui somente o relatório de redes primárias de processamento neural, enquanto que aqueles indivíduos que possuem os relatórios do hipocampo possuem a ativação cortical causada por um tipo específico de informação neural (engrama). Essa ativação *representa* subjetivamente processos como capacidade de resposta, personalidade, etc., mas não deve ser confundido com tais processos” (FAW, faw, 2017, p. 12, grifo do autor, tradução nossa). Ou seja, mesmo que os processos ocorram, H.M. não possui representação subjetiva dos mesmos, não possui consciência fenomenológica.

Quanto à hipótese de Matt e Bill de que a ativação neural causada pelo engrama da memória episódica gera a experiência consciente, argumento que esta é uma hipótese corajosa, mas ela vai de encontro aos estudos das ciências empíricas, que afirmam que tal ativação causa o processo de relembrar ou evocar uma memória. E neste processo lembramos de uma memória *enquanto* memória, pois ela se apresenta para o sujeito como tendo acontecido no passado, e não como se fosse a experiência no tempo presente.

Já na teoria de Carruthers o fluxo de consciência acontece na memória de trabalho, e esta é intocada, tanto pela amnésia retrógrada, quanto pela anterógrada. Inclusive é o caso que pacientes com ambos os tipos de amnésia tem seu funcionamento restrito ao funcionamento da memória de trabalho, já que eles

não podem formar novas memórias.

A memória de trabalho não é um tipo genuíno de memória, pois ela não envolve aquisição, armazenamento e evocação de informação (que são os critérios das ciências cognitivas para definir algo como memória), assim, a memória de trabalho não tem como função armazenar informação, ele é somente um espaço onde *representações* são mantidas e manipuladas.

A memória de trabalhado combina a atenção, memórias de curto e longo prazo, recuperação [de memórias], computação de representação, planejamento e tomada de decisão, para produzir *representações* internas de curto prazo direcionadas para um objetivo” (DUDAI, 2002, p. 249, tradução nossa, grifo nosso).

Assim, a experiência de H.M. é descontextualizada em relação ao passado, e sem prospecção detalhada em relação ao futuro, mas dentro dessa teoria, não precisamos afirmar que o paciente H.M. não possui experiência consciente para conseguirmos manter a coerência da teoria. A experiência que H.M. tem é deficiente, porém ele possui experiência consciente, e esta é advinda das representações que estão na memória de trabalho.

## Conclusão

Após avaliação das teorias, onde tive como critérios coerência teórica e embasamento empírico, argumento que, apesar das grandes similaridades no embasamento empírico de ambas as teorias, Carruthers possui um sistema teórico mais coerente. A reativação cortical proposta por Matt e Bill Faw é melhor entendida como a causa da recordação de uma memória, e não como a experiência em si. Quanto ao paciente H.M., concluo (seguindo as ciências cognitivas) que o mesmo não possui a capacidade de recordar pois não possui hipocampo para ativar as áreas corticais necessárias para a recordação, e concluo também (a partir de Carruthers) que ele possui experiência consciente advinda da memória de trabalho.

## Referências

CARRUTHERS, P. **The centered mind**: what the science of working memory shows us about the nature of human thought. New York: Oxford University Press,

2015.

FAW, M.; FAW, B. Neurotypical subjective experience is caused by a hippocampal simulation. **Wiley Interdisciplinary Reviews: Cognitive Science**, [S.l.], 21 set.

2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1002/wcs.1412>>. Acesso em: 29 set. 2016.

### **Conteúdo perceptivo, particularidade e identidade fenomenal**

*José Gladstone Almeida Júnior*

Tomando como ponto de partida a ideia comum à corrente representacionista em Filosofia da Mente de que as experiências conscientes perceptivas desempenham a função de transmitir informações ao indivíduo que as instancia por meio de representações dos objetos, propriedades e relações do mundo, este artigo objetiva analisar três concepções acerca do conteúdo de tais experiências. São elas: (1) conteúdo singular, concepção segundo a qual os objetos percebidos são eles mesmos parte do conteúdo das experiências; (2) conteúdo existencial, que afirma que estes conteúdos são melhor compreendidos como proposições existenciais, não tomando os objetos particulares como seus constituintes; (3) conteúdo lacunar, de acordo com a qual os conteúdos perceptivos se caracterizam como uma espécie de função proposicional não saturada que é preenchida somente em casos de percepções verídicas. Estas concepções serão analisadas de modo a esclarecer as respostas fornecidas por elas para o problema da ilusão perceptual e o problema da alucinação perceptual. Por fim, será considerado até que ponto estas concepções se adequam aos dois desideratos da metafísica da percepção denominados por Schellenberg de desiderato da particularidade e desiderato da identidade fenomenal.

### **An argument from the phenomenology of time in favor of an anti-representational account of the predictive processing framework**

*Juan Camilo Espejo Serna*

The Predictive Processing Framework (PPF) promises an explanation of perception on the basis of an elegant mechanism where bottom-up sensory information is met with top-down prediction. Perception, on this view, is an ongoing process where the brain uses stored "knowledge" to predict the patterns of response elicited by sensory stimulation in a way that progressively reduces the errors in such predictions (Hohwy 2013, Clark 2016). According to Hohwy (2013), PPF provides a computational mechanism through which perception comes about that tells us the way to get information from the external world from sensory data. But, Hohwy claims, PPF also tells us how perception seems to us from the first person. "[PPF] explains not just that we perceive but how we perceive: the idea applies directly to key aspects of the phenomenology of perception" (2013, 1). Thus, PPF is not meant to be a neuro-computational model only; it has direct consequences for the way we conceive our own lived perceptual experience. In this paper I wish to consider the ensuing view of the temporal structure of perceptual experience and how it provides the basis for an argument in favor of a non-representational understanding of PPF.

Wiese (2016) argues that it is possible to have a PPF account that also explains the phenomenology of temporal perceptual experience. He attempts to capture this feature of the phenomenology of temporal perception by taking experience to have synchronous proper parts which are directed at different times corresponding to that of the perceived event in time. On his view, the brain represents consciously experienced, temporally extended sequences at a small timescale in a way that accounts for the phenomenology of experience through probabilistic representations of features as having been present in the recent past, as being present now, and as continuing into the near future. To perceive the event of a ball moving across the table is, on this view, to have a set of probabilistic representations that represent different temporal parts of said event as happening in the past, the present and the future.

I will argue that Wiese's suggestion is not helpful, for, at best, it accounts for a succession of experiences without there being an account of an experience of succession. A set of representations with different time indexes in the past, present

and future is not, in and of itself, a representation of a time span that involves past, present and future, that is, it is not a representation of an extended period of time. It fails to capture the phenomenology of temporal experience.

If the aim is to explain the phenomenology of experience as purportedly captured by James's dictum according to which 'a succession of feelings, in and of itself, is not a feeling of succession' (James 1890), I will argue that Wiese's proposal is insufficient. It is also necessary to show that each of the relevant features experienced as being past, present and future are also experienced as being a part of a single, temporally extended experience. That is, an account of temporal experience requires not only representations of features with a temporal index corresponding to past, present and future; one has to have a way to account for the way in which the features presented as being at different times are also presented as part of a larger temporally extended whole that is also being experienced. According to this, temporal experience ought to be construed as an experience as of features at a time  $N$  before  $T$ , at a time  $T$  and at a time  $M$  after  $T$  where these features are experienced as parts of an extended whole that covers the time from  $N$  to  $M$ .

Though an experience need not have the properties of that which is experienced (Tye 2003), I will show how the distinctive character of temporal experience as captured by James's dictum is best accounted for if we consider experience itself to have a distinct temporally extended profile (Hoerl 2013, Soteriou 2013). This delivers us a picture of temporal perceptual experience as a mental occurrence that unfolds over time, that has different temporal parts and successive phases, just as that of which it is an experience of.

Finally, I will show, following Soteriou (2013), how considering temporal experience itself to have a temporal profile raises a problem for an interpretation of PP that takes experience to have representational content. If we adopt a representational view of experience and take temporal experience has parts, we must answer the following question: what is the representational content of the whole and the parts of the experience? Though representational contents might have parts, these parts do not occur successively and thus it would not be possible to say for each of the parts of the mental occurrence that is a temporal experience



what part of representational content of the whole experience corresponds to it. For although the mental occurrence may be something that unfolds over time, the representational content in terms of which the experience is individuated is not. This suggests that PP is better off not trying to find a representational content in terms of which a temporal experience is individuated. I finish with some the suggestion that a form of Radical Enactivism, a non-representationalist view of cognition, might be better suited to account for this aspect.

## References

- Clark, Andy. 2016. *Surfing Uncertainty*. Oxford: Oxford University Press.
- Hoerl, C. (2013). "A succession of feelings, in and of itself, is not a feeling of succession." *Mind*, Volume 122.
- Hohwy, Jakob. 2013. *The Predictive Mind*. Oxford: Oxford University Press.
- James, William. 1890. *The Principles of Psychology*, 2 Vols. London: Macmillan.
- Soteriou, Matthew. 2013. *The Mind's Construction*. Oxford: Oxford University Press.
- Wiese, Wanja. 2015. "Predictive Processing and the Phenomenology of Time Consciousness: A Hierarchical Extension of Rick Grush's Trajectory Estimation Model". In T. Metzinger and J. Windt (eds.), *Open MIND*. Frankfurt, Germany: MIND group.
- Tye, Michael. 2003. *Consciousness and Persons*. Cambridge, Mass: MIT Press

## **The semantic aspect of language: The naturalist approach and the relevance of the intuitions**

***Nathalia Cristina Alves Pantaleao***

We aim at analyzing the language's semantic aspect naturalization hypothesis and its explanatory relevance when related to a mechanical approach of mind, as pointed out by proponents of the Computational Theory of Mind. In this context, the naturalized semantic realism is conceived as involving no relevant computable mental elements in the process of meaning's attribution. Unlike such

approach, we believe that intentionality is one of them. Thus, we will discuss the following problem: Can a naturalistic approach be computational? In order to answer such question we will investigate the relationship between natural semantic content and the computational rules of linguistic manipulation. On one hand, from the Naturalistic approach (DRETSKE, 1981, 1988; FODOR, 1987, 1990) semantics is a product of natural facts such that the connection between thought-vehicles (symbols) and their contents, which occurs without the mediation of Intentional concepts. Such authors argue that semantics are derived from mental contents without intrinsic intentionality. On the other hand, the Computational Theory of Mind (CHOMSKY, 1967, 2005; FODOR, 1975, 2001) conceives the semantic aspect of language as developed from syntactic structures and from the processing of linear information, which is possible due to the biological structural arrangement of certain individuals. In both paradigms, semantics is deprived of speaking subject's intentionality and depends only on its representational (unintentional) state. Finally, based on the limits of computation, we will argue that intentional mental concepts could be relevant, since a naturalistic and (possibly) computational approach of the semantic aspect of language it is not enough to encompass such properties.

### **The relations of mental content and the 'staticist externalism'**

***Rodolfo Garcia***

Putnam's (1975) Semantic Externalism and Burge's (1979, 1986) Social Externalism are the beginning of a much-discussed program in the Philosophy of Mind. Even so, so far, it has not been taken into account that static, determined, and stable structures are the conceptual cores of their conceptions of environments and their relations with individuals. This manuscript emphasizes an alternative view where these issues are seen as more dynamical, a view championed by an approach that it calls Dynamicist Externalism. The manuscript also discusses some externalist advances as Jackman (1999, 2005) and Bernecker (2009) but also Clark & Chalmers (1998) different family type of externalism. Dynamicist externalism thesis states that individual's mental states and involved contents are constitutively dependent on relations to the environment and one where those relations are

usually more dynamical and interactive than those offered by staticist externalisms, and that this dependency is possible due to the active role of the individual where her intrinsic and interacting cognition is implicated. Dynamicist externalism approach shed light on the relevance of interactions between individuals and environments in order to individuate mental states and attribute contents.

## **Introduction**

Externalism is a label for different kinds of approaches in the Philosophy of Mind. This manuscript stresses a distinctive view that Putnam's (1975) Semantic Externalism and Burge's (1979, 1986) Social Externalism, and some developments as Jackman's Temporal Externalism (1999, 2005) and Bernecker's (2009) Pastist Externalism, have overlooked.<sup>1</sup> All this externalist program assume affiliations between individuals and specific environments. In particular, they assume that individuals' conceptions are linked to specific environments implying that their mental states are anchored to the way they conceive an environment is set up. Then, static, determined, and stable structures of the physical and social environment characterize mental states and content attribution and introduce a passive view of individuals' conceptions.

The advocated approach which labels this static and anchored view of mental states, their attributions and passive view of individuals as 'Staticist Externalism' is called in contrast 'Dynamicist Externalism.' Also, this alternative approach proposes a different view of the implicit elements that staticist externalism conceive in the relationship between individuals and environments, one where there are no static and determined stable structures in physical and social environments and where individuals play an active role in their conceptions. This manuscript has three sections. In the first section, five types of staticist externalism approaches are exposed, in the second section, the main features of our dynamicist approach are displayed and, in the third section, this manuscript propose a discussion between dynamicist externalism and staticist externalism.

### **I. Types of staticist externalism**

*1.1- This lecture additionally asserts that Clark & Chalmers' (1998) Active Externalism is a different versión of staticist externalism*

This section exposes the conceptual staticist structures of Putnam's (1975) Semantic Externalism, Burge's (1979, 1986) Social Externalism, Jackman's (1999, 2005) Temporal Externalism and Bernecker's (2009) Pastist Externalism and Clark & Chalmers (1998) Active Externalism. Semantic externalism states that there are external factors to individuals that help to determine terminological meanings. Two main factors are considered: natural kinds and a sociolinguistic state of the collective linguistic body (SSCLB). Different twin scenarios are used to show that these external factors help to determine meanings. In any of its versions, these scenarios assume that individuals belong to the way both a particular physical reality and a particular society are set up. In the former case, in that some natural kinds are finished structures and, in the second case, that unitary and stable structures of thinking constitute societies. Then, no matter if the individual is not situated in the surroundings to which she belongs to or ignores its physical compositions and what experts may know about them. When she uses terminology that matter to those fields to which the experts subscribe, their meanings are linked to the way physical reality is structured and the way experts and other members of such society know about (if they know) these issues. Therefore, for this approach individual's surroundings play a decisive role in the characterization of her concepts and mental states, i.e., of content attributions and mental states individuation.

Burge's (1979, 1986) Social Externalism for its part, state that there are social, external factors that determine how to characterize individuals' concepts and mental states. Similar to semantic externalism, different twin scenarios are used to show that these external factors are the basis to obtain such characterizations. In any of its versions, these scenarios assume that individuals belong to a particular society and the way it is set up, i.e., that unitary and stable structures of thinking constitute societies. Then, no matter if the individual is not situated in the social surrounding to which she belongs and also if she ignores or doubts part of what others and experts which are associated to that society know about them. When she uses any terminology, involved concepts are linked to the way experts and other members of such society know about these issues. Therefore, for this approach individual's social surroundings play a decisive role in the characterization of content attributions and mental states individuation.

On the other hand, Jackman's (1999, 2005) Temporal Externalism state that there are future factors that determine the characterization of individuals' concepts and mental states. This approach uses diachronic scenarios to show that these factors help to determine such characterizations. In any of its versions, these scenarios assume that individuals belong to a particular society and the way it is set up and that they both are linked to the way particular future facts are set up. Then, no matter if the individual does not use a particular term again. When she uses related terminology, involved concepts are linked to the way future herself and social surroundings in the future conceive those matters. Therefore, for this approach future issues play a decisive role in the characterization of content attributions and mental states individuation.

Bernecker's (2009) Pastist Externalism for its part state that there are past environmental facts that determine the characterization of individuals' memory states. This approach assumes that the same external factors considered by semantic externalism and social externalism are the basis of such characterization. Then, it maintains that individuals belong to the particular way both physical reality and a society are set up. Hence, no matter if the individual is no situated in the surroundings to which she belongs to or ignores its physical compositions and what experts may know about them. When she remembers something that uses any terminology, involved concepts are linked to a past relationship she had to a particular environment and consequently to the way that surroundings are set up and the way experts and other members of such society know (if they know) about these issues. Therefore, for this approach, individuals' past relationship to particular environments play a decisive role in the characterization of her memory states, i.e., of memory content attributions and memory states individuation.

The last approach considered is Clark & Chalmers' (1998) Active Externalism. This approach states that there are present and active external factors that interact with individuals that help to determine a characterization of their mental states. Different everyday examples are used to show that some cases of

those interactions are the basis to obtain such characterizations. The main thesis of this approach states that cognition extends into the environment as a unified process, blurring the borders between the inside and the outside cognition.

What makes this unification possible is that environmental extensions are considered as similar to intrinsic cognitive resources, i.e., as stable factors that prevail even when no present interaction is the case. Then, different than other externalist approaches, active externalism considers that present, external and proximal factors (which include other's cognition) make significant contributions to mental states and play as extensions of individual's cognitive resources. Therefore, for this approach, a present interacting environment (which include other's cognition) play a decisive role in the characterization of plenty content attributions and mental states individuation.

## **II- Dynamicist externalism**

Dynamicist Externalism states that there is a dynamical relation between an individual and the environment that helps to determine a characterization of individual's concepts and mental states. This approach uses the same scenarios and examples than semantic externalism, social externalism, temporal externalism, pastist externalism and active externalism, to indicate that there is an alternative story where the environment is more dynamical than those approaches conceive it. But also, individual's relations to it are equally more dynamical, and individuals are more active in conceiving their own views. Hence, for dynamicist externalism, these issues are the basis to obtain such characterizations.

These assumptions avoid any compromise to anchoring individuals' thoughts to particular and static physical and social environments and a particular and static view of them. Consequently, for this approach, dynamic relations between a dynamic environment and an active conceiver play a decisive role in the characterization of content attributions and mental states individuation. Dynamicist externalism thesis states that individual's mental states and involved contents are constitutively dependent on relations to the environment and one where those relations are usually more dynamical and interactive than those considered by staticist externalism view. Nevertheless, this approach considers that this conception of dependency depends on the active role of the individual where her intrinsic and interacting cognition is implicated.

## **III- Discussion: interactionism vs. parallelism**

Considered externalists approaches could maintain that dynamicist externalism is not incompatible to one particularity of the way they individuate mental states and attribute mental contents. They can say again that mental states are individuated outside the individual in a parallel position by considering involved dynamical relations without taking into account the resulting view of an individual's cognitive interaction with an environment. For example, by saying that mental states are individuated and contents attributed by considering the dynamics that are at stake in expert's fields and the way this affects the SSCLB in her surroundings and by forming nearby hypothetical statements to this task. The interactionist response to this point of view is that sooner or later in being consistent with dynamism the parallelist has to appeal to direct interactions, i.e., has to consider individuals' resulting cognitive view to adjust many of their outcomes. This last issue has to be essential for both interactionists and parallelists parts because this means that there is more information at stake for mental attributions and individuations.

## Conclusions

Static, determined, and stable structures of the physical and social environment could characterize mental states and content attribution, but in a minor grade than staticist externalism considered. As a consequence, there is a place for a passive view of individuals' conceptions. Nonetheless, increases of environmental complexities and for this very reason of relational complexities between individuals and environments have negative consequences for staticist externalism. The higher the relational complexity is, the better the explanatory power of dynamicist externalism. So conversely, the fewer the relational complexity is, the better explanatory power of staticist externalism. In any case, increases or decreases of relational complexities do not exclude that dynamicist and staticist described phenomena could coexist in any of both situations. So, even though dynamicist externalism cannot refute completely staticist externalism, it can stress that there is more to consider than what the latter acknowledges. Dynamicist externalism picture is consistent with adopting coexistence of dynamicist and staticist described

phenomena while staticist externalism is not, therefore dynamicist externalism exceed it in explanatory power. On the other hand, dynamicist externalism in its interactionist version is consistent with adopting parallelist outcomes that feedback its own results while parallelism is limited to its own information. Interactionism exceeds parallelism in data sources and for this very reason in explanatory power.

## References

- Bernecker, S. (2009). **Memory: A Philosophical Study**. Oxford University Press.
- Burge, T., (1979). "Individualism and the Mental," **Midwest Studies in Philosophy** 4: 73-121.
- , (1986). Intellectual norms and foundations of mind. **The Journal of Philosophy**, 83(12), 697-720.
- Clark, A., & Chalmers D. (1998) "The Extended Mind." *Analysis*, vol. 58, no. 1, pp. 7–19.
- Jackman, H. (1999). **We live forwards but understand backwards: Linguistic practices and future behavior**. *Pacific Philosophical Quarterly*, 80(2), 157-177.
- , (2005). Temporal externalism, deference, and our ordinary linguistic practice. **Pacific Philosophical Quarterly**, 86(3), 365-380.
- Putnam, H. (1975) "The Meaning of 'Meaning'," **Mind, Language and Reality: Philosophical Papers** Volume 2, Cambridge: Cambridge University Press.

## The dual proposal for the minimal conditions of intentionality

*Sergio Farias de Souza Filho*

Teleosemantics and other naturalist theories of mental representation are often criticized of being too liberal on the requirements for a given state to constitute a representation. A theory of representation is too liberal when it treats certain states as representations when they are clearly not representational. Behind this objection lies the problem of demarcation: what are the limits of intentionality? What is the border of intentionality in the sense that it distinguishes the most primitive representational states from nonrepresentational ones? The objection that a theory is too liberal is just the objection that it has drawn the limits of intentionality too low. Naturalist theories are accused of being too liberal because they treat the



following states as representational states when they are not representational: detection of light in amoeba or planaria for phototaxis (FODOR, 1987, p. 10-11); a reptile's body states which varies with the heat of the sun (BURGE, 2010, p. 303-4), etc. But what is the lower border of intentionality that distinguishes the limiting cases of representational states from non-representational ones? The solution to this problem requires the establishment of minimal conditions for intentionality - those conditions satisfied by the most primitive representational states but not by nonrepresentational states.

The debate on minimal conditions for intentionality is focused on the distinctive explanatory role of positing representational states in intentional explanations of behaviour. So, this debate is important to clarify the nature of intentional explanations in cognitive sciences. Consider a cognitive theory that posits a representational state in a given organism to explain its behavioural output. According to the intentional explanation, the organism behaves in such and such way because it represents the presence of a given external condition. Provided that this state plays the distinctive explanatory role of representational states in the explanation of behaviour, the assignment of a representational status to it is explanatorily justified and so it should be treated as a genuine representational state. That is the explanatory criterion for the assessment of proposals for minimal conditions for intentionality: are the states that satisfy these minimal conditions explanatorily justified?

In this paper, I will develop my proposal for the minimal conditions of intentionality, the dual proposal. It establishes the success pattern and the constancy mechanism conditions. I will argue that the positing of a given representational state by a cognitive theory to explain the behaviour of a given system is explanatorily justified only if it satisfies these minimal conditions. In the first part, I will develop the success pattern condition. Its starting point is the assumption that intentional explanations have the distinctive power of explaining success, that is, the explanation of the circumstances under which the behaviour is successful or not (RAMSEY, 1927; PAPINEAU, 1993). The success of a given behaviour consists in the achievement of a given external result, in the sense that success assessments of behaviour by intentional explanations presupposes that

the organism pursues a given external result by producing this behaviour. This feature of intentional explanations gives rise to the success pattern condition for minimal intentionality: a state of a given organism is representational only if (a) there is a success pattern present on the behavioural output; (b) the organism uses the representational state as a proxy for the presence of the relevant external condition. Hence, the positing of a given representational state that satisfies this condition is explanatorily justified since it gives rise to an explanation of behaviour that is capable of explaining when it is successful or not. That seems to be the distinctive explanatory power of representational states.

Nevertheless its initial plausibility, the success pattern condition alone is too liberal in light of the explanatory constraint. The delivered demarcation is too liberal because it treats states like paramecia and amoebas that are clearly not representational as representational states. In these cases, everything about the behavioural output is fully explainable by a nonintentional explanation that specifies the causal chain from the presence of the relevant external condition to the production of the behavioural output and that posits the external result pursued by the organism via the production of this behaviour. Such non-intentional explanation is fully capable of explaining success. So, these states do not have the distinctive explanatory power of representational states and their positing as representational states is not explanatorily justified.

But how to avoid this problem? It is required here the establishment of another minimal condition for intentionality that together with the success pattern condition captures the distinctive explanatory power of representational states and delivers a demarcation proposal that includes only states that are explanatorily justified to be posited as representational states. I will propose a variation of the constancy mechanism condition (STERELNY, 1995; BURGE, 2010) according to which it is a minimal condition for the intentionality of a given state that the organism employs a constancy mechanism in the production of this state. The employment of the constancy mechanism allows the state to still represent the same distal condition despite a variety of proximal stimuli coming from the external environment to the organism's sensorial apparatus. The positing of this state as a representation by an intentional explanation gives rise to three explanatory powers

- the generality, prediction and counterfactuality powers. Together with the explanatory power of explaining success given rise by the satisfaction of the success pattern condition, these powers constitute the distinctive explanatory power of representational states.

The conclusion will be that it is explanatorily justified to posit a given state as a representation provided that it satisfies the success pattern and the constancy mechanism conditions.

### **Sense-data, Sensations and Physical Properties**

*Sofia Inês Albornoz Stein*

As stated by Quine (1966, p. 667), Russell in *Analysis of Mind* (1921) and in *Analysis of Matter* (1927) detached himself from a strongly phenomenalist form of logical atomism, which presupposed a subjective acquaintance with atomic sense-data as the foundation of all knowledge, and achieved a still imperfect naturalism, which wasn't yet a strong physicalism, but which interpreted sense-data as neutral particulars and not anymore as subjective atomic qualities. Quine claims that Russell drifted in the direction of naturalism because his description of the neutral elements of experience were dependent of natural science and of scientific findings and these neutral elements weren't anymore objects of introspection. In 1914, Russell still considered James' and Mach's neutral monism as a throwback to idealism, because the neutral elements which would link material world to experienced world would be sensations. However, Russell became gradually aware that the neutrality of these elements was exactly their capacity to be described by a variety of scientific laws, that could be called psychological or physical. Russell's decreasing emphasis on introspection, or on first person privileged access to her own experiences, and on the concept of acquaintance in writings prior to *The Analysis of Mind* (1921), as in ""The Relation of Sense-data to Physics"" (1914b) and ""On Propositions: What They Are and How They Mean"" (1919), contributed to Russell's choice of neutral monism. According to Russell (1921), when he already accepted neutral monism, there is a relativity in scientific laws and how they are labeled, that is, he states that in the future we can imagine new kinds of laws that

aren't in a strict sense mental nor physical. Russell claims in "On Propositions" that James' neutral monism was making more sense, as he was realizing the importance of linking the physical objects of scientific research, particularly the brain, to the investigation of mental activities. Even so, we remain intrigued by which kind of objects or properties sensations would be for Russell, since we are still dependent on the physical-phenomenal dichotomy, that seems still insurmountable. In "Panpsychism and Panprotopsychism", Chalmers (ALTER & NAGASAWA, 2015, p. 262) asks: "Is Russellian monism a form of physicalism, dualism, or something else? As before, this is a largely verbal question that we need not settle. We could say that it is a form of broad physicalism but not narrow physicalism, and leave it at that. Still, it is interesting to look more closely at the question of whether, on a Russellian monist view, (proto)phenomenal properties (that is, phenomenal or protophenomenal properties) are physical properties." According to Tully (1988), it was not neutral monism that led Russell to choose the expression "sensation" to replace "sense-datum", but apparently, he was searching for a proper term to describe something not strictly speaking mental, and which could be described from a comprehensive science of the human mind. In this context of discussion, I will also comment on the so-called Russellian structuralism that Alyssa Ney describes as sustaining that: "... the intrinsic physical feature responsible for our sensation of pinkness is more similar to that responsible for our sensation of redness than that responsible for our sensation of blueness. But it is impossible for us to have knowledge of these physical features that goes beyond their relational structures." (ALTER & NAGASAWA, 2015, p. 353). My goal is to show that Russell (1921) isn't defending an idealism of sensations or a property dualism, which sustains the irreducibility of sensations to neuronal processes. Russell's physicalism, interpreted from a pragmatic criticism of introspection and of sense-data first person discourse, can clarify the kind of scientism Russell was presupposing in his philosophy of mind, and how this was linked to his metaphysical claims about sensations. Today, neurosciences do not prove the existence of Russell's neutral elements, the sensations (1921), that would be at the same time the sensory data and the sense experience. But they have plenty of data

as evidence for a link between the impact of objects on our sensory neural surfaces — nerve endings — and our “subjective” experience of this encounters.

## References

- CHALMERS, David. Panpsychism and Panprotopsyism. In: ALTER, Torin; NAGASAWA, Yujin (Eds.). **Consciousness in the Physical World: Perspectives on Russellian Monism**. New York: Oxford University Press, p. 246-276, 2015.
- QUINE, W. V. “Russell's Ontological Development.” **The Journal of Philosophy**, v. 63, n. 21, American Philosophical Association Eastern Division Sixty-Third Annual Meeting, Nov. 10, 1966, p. 657-667.
- NEY, Alyssa. A Physicalist Critique of Russellian Monism. In: ALTER, Torin; NAGASAWA, Yujin (Eds.). **Consciousness in the Physical World: Perspectives on Russellian Monism**. New York: Oxford University Press, p. 346-369, 2015.
- RUSSELL, B. “The Relation of Sense-data to Physics” (1914b). In: \_\_\_\_\_. **Mysticism and Logic**. London: Longmans, Green, p. 145-79, 1918.
- RUSSELL, B. “On Propositions: What They Are and How They Mean” (1919). In: \_\_\_\_\_. MARSH, Robert Charles (Ed.). **Logic and Knowledge**. London & New York: Routledge, p. 285-320, 1956.
- RUSSELL, Bertrand. **The Analysis of Mind**. London: George Allen & Unwin Ltd.; New York: The Macmillan Company, 1921.
- RUSSELL, B. **The Analysis of Matter**. London: Kegan Paul, 1927.

## Desire's Own Reasons

### *Uku Tooming*

Are there considerations that count directly in favor or against a desire in virtue of its attitudinal nature? Let us call those considerations 'Desire's Own Reasons' (DOR). The claim that DOR exist is debatable. Desires are often seen as psychological conditions which are to be managed and controlled by agents and which are not themselves directly responsive to reasons.

In my paper, I will argue for an account of DOR which acknowledges the differences between desires and other attitudes while still maintaining that desires

are directly reason-sensitive in a limited sense. Such reasons should be effective in the sense that awareness of them in one's imagination should directly affect the strength of one's desires, and they should be accommodating in that they should apply to all normally functioning desires. I will claim that DOR are constituted by considerations that bear on whether a content has affective appeal.

In order to argue for my own proposal, I will first consider an intuitive suggestion as to what DOR might be (where 'x' stands for the content of desire<sup>1</sup> and p stands for a proposition):

DES: p is a DOR regarding x iff p bears on whether x is desirable

Does this proposal satisfy the effectiveness and accommodatingness desiderata? It is not clear if this proposal can satisfy the effectiveness requirement. There are presumably many considerations which bear on whether a content is desirable but which are not effective in the required sense. Consider Earl who is convinced that financially supporting poor people is desirable yet, despite his judgment, goes to great length to keep all his earnings to himself. Earl is aware that helping poor people is desirable but this doesn't have any effect on his desires.

In response, one could argue that Earl's desire to keep his money is in an important sense abnormal and should be treated as a state which falls out of the accommodatingness requirement. Unfortunately, this claim is problematic for empirical reasons. Presumably, it is not a part of the desire system's proper functioning that its outputs align with one's evaluative judgments. Therefore, the kind of desire that Earl has is not abnormal. To find DOR, we should see if there are any considerations to which desires are directly sensitive in virtue of the kind of attitude they are. What could be those considerations?

My response draws from the Elaborated Intrusion model of desire according to which a consideration, p, can have a direct effect on a desire for x only if it makes x appear affectively appealing in one's imagination. An imagining that p has an effect on that desire only when it highlights positively valenced aspects of x. Conversely, if imagining that p turns the agent's attention to negatively valenced aspects of the content, the desire is weakened. The effectiveness of some consideration on desire thus depends on whether it makes the content of desire to

appear appealing by the agent. What does it exactly take for a content to appear appealing in one's 1 I thereby leaven it open whether the content of desire is a proposition or something else.2 imagination? I take it that for x to appear appealing one has to represent the affective state that one would have if x obtained. If the represented state is positively valenced, x has affective appeal.

We now have a constraint on how a consideration can be effective in shaping one's desire, namely, it has to make the content of desire appear affectively appealing. A proposal that respects this constraint goes as follows:

AFF:  $p$  is a DOR regarding x just in case  $p$  bears on whether x appears appealing

Does AFF meet the two desiderata, effectiveness and accommodatingness? We already saw how it satisfies effectiveness. AFF is also accommodating: for instance, Earl's desire to keep his money can be accounted for by AFF because it is sensitive to the fact that keeping the money appears appealing to him, although his evaluative judgment suggests otherwise. Elaborated Intrusion model is supposed to characterize all normally functioning desires.

How radically different is AFF from DES? By missing a reference to desirability, AFF seems to dispense with the intuition that desires are attitudes which are responsive to what is desirable. However, I think that we can argue for an important link between AFF and desirability by taking x's affective appeal to speak in favor of x's desirability. It is plausible to think that for x to appear affectively appealing is for x to seem desirable and if an agent has such a seeming, then its phenomenal character grounds prima facie justification for believing that x is as it seems. It grounds this justification because the phenomenal character of affective appeal makes a difference as to whether one has a reason to think that x is desirable. Suppose that at t1, someone imagines a possible state of affairs and does not have any reason to believe that this state is desirable. Suppose also that at t2, s/he begins to find this state of affairs affectively appealing. It is natural to think that, other things being equal, s/he acquires a reason to think that the state in question is desirable and it is the phenomenal character of the experience at t2 in virtue of which s/he acquires that reason.

In conclusion, I argued in this paper that if there are desire's own reasons, then these are limited to a rather small set of considerations, namely, those that pertain to whether the content of desire appears affectively charged in a relevant way. The proposed view also entails that if there are norms that intrinsically apply to desires, then these norms need to take into account the affective states of agents in order for them to be able to follow them.

### **Diferentes perspectivas sobre o auto-engano e um insight fenomenológico-existencial**

***Veronica de Souza Campos***

Essa comunicação lança um olhar panorâmico sobre algumas das abordagens tradicionais na literatura de inspiração analítica acerca da noção de auto-engano e apresenta brevemente um insight fenomenológico-existencial, argumentando que ele pode oferecer uma contribuição interessante para o tratamento filosófico do problema.

O que exatamente está em jogo nos fenômenos que costumamos tipificar como “auto-engano”? Trata-se de um sujeito induzindo a si mesmo à posse de crenças contraditórias, ou é algo que não envolve crença? Há uma intenção cínica por trás do auto-engano, ou ele se assemelha mais a uma forma de ingenuidade? Essas perguntas admitem uma miríade de possibilidades de resposta, o que significa que o auto-engano é um fenômeno altamente contencioso: praticamente todos os seus aspectos, incluindo sua definição e casos paradigmáticos, são uma questão de controvérsia entre os filósofos.

Aparentemente, auto-engano é a conduta de uma pessoa que parece sustentar uma crença falsa ao mesmo tempo em que seus comportamentos sugerem que ela tem consciência de que aquela crença é falsa. Ou seja, é uma situação em que os três pontos seguintes são satisfeitos: 1.  $\neg p$  é verdadeiro. / 2. X reconhece que (1), onde reconhecer algo implica acreditar que tal é verdadeiro. / 3. X toma p como verdadeiro, i.e., X acredita que p.

Provisoriamente delineado assim, o auto-engano parece ensejar dois paradoxos lógicos, que a literatura sobre o tema costuma denominar “paradoxo



estático” (o auto-enganador deve conhecer a verdade, para realizar a enganação; e não conhecer a verdade, para sofrê-la) e “paradoxo dinâmico” (sendo o auto-engano um evento não-acidental, o auto-enganador deve conhecer sua intenção de enganar, para poder executá-la; e não conhecê-la, para poder ser vítima dela); e esses paradoxos parecem fazer do auto-engano um acontecimento impossível. Não obstante, temos a forte impressão de que ele é bastante possível, na medida em que nossa história, cultura, filosofia e senso comum descortinaram, ao longo dos séculos, que há fenômenos que, graças a pelo menos alguns de seus traços mais gerais, parecem recair sob aquela descrição. Se o auto-engano parece real mas suas condições de possibilidade são contraditórias, como compreendê-lo?

Observando a investigação sobre o auto-engano na literatura filosófica de inspiração analítica recente, vemos que os autores se dividem quanto à maneira de lidar com os supramencionados paradoxos, de modo que suas várias posições podem ser agrupadas segundo duas linhas de corte macro, ou pontos de vista gerais: as abordagens “intencionalistas” e as “não-intencionalistas”; e as que aqui optamos por chamar, para fins didáticos, de “inconsistentistas” e “não-inconsistentistas”. Os intencionalistas aceitam a ideia básica de que há uma intenção por trás do auto-engano, isto é, de que ele não é acidental, mas envolve certa intenção de adquirir ou mater uma crença falsa, ao passo que os não-intencionalistas negam isso. Os inconsistentistas, por sua vez, aceitam a ideia básica de que o auto-engano envolve a posse de crenças inconsistentes (i.e., contraditórias entre si), ao passo que os não-inconsistentistas a negam. Os intencionalistas se dividem entre inconsistentistas e não-inconsistentistas, ao passo que os não-intencionalistas em geral são também não-inconsistentistas.

Abordagens intencionalistas inconsistentistas, como as de Sorensen (1985), Rorty (1988), Pears (1984) e Davidson (1982) são divisionistas: recorrem a algum tipo de partição (ou temporal, ou com respeito a centros de agência na mente do indivíduo) para explicar a posse de crenças com conteúdo contraditório; e graças a isso elas têm certa dificuldade em escapar à falácia do homúnculo. Já os intencionalistas não-inconsistentistas, como Talbott (1995), e os não-intencionalistas, como Mele (2001), negam que o auto-engano envolva a posse de crenças contraditórias e tentam explicá-lo como sendo uma questão de crença

motivacionalmente enviesada, i.e., uma questão de o indivíduo distorcer as evidências disponíveis de modo a interpretá-las convenientemente a certa crença falsa. Essas duas abordagens, por sua vez, têm dificuldade em explicar a atitude paradoxal/ambígua que o sujeito tem em relação às evidências que ele está enviesando, pois parece que o próprio enviesamento pressupõe reconhecer as evidências (pelo que elas são) e ao mesmo tempo negá-las.

É possível que uma intuição fenomenológico-existencial, que encontramos num texto de 1943 do filósofo francês Jean-Paul Sartre, seja capaz de lançar alguma luz sobre o problema – talvez o auto-engano seja oriundo da estrutura da própria atitude crença envolvida, e não da posse de crenças contraditórias ou do processo de enviesamento. Segundo esse insight, o indivíduo que crê sabe que o que possui é mera crença (e não verdade com garantias) e a crença envolvida no auto-engano é de um tipo peculiar tal que sua estrutura implica saber que as evidências ou provas disponíveis, se houver, não contam a favor de seu conteúdo e sim contra ele. Toda crença envolve tomar como verdadeiro aquilo de que não temos garantia se é ou não verdadeiro. Porém as diversas atitudes que unificamos sob o nome “crença” não têm a mesma estrutura: a crença “devocional” (que é o tipo de crença que está em jogo em casos de auto-engano), diferentemente da crença “epistêmica”, é uma atitude que o sujeito adota justamente por perceber que as evidências disponíveis não dão amparo àquilo em que ele quer acreditar. Isso significa que a própria crença devocional (digamos, de que p) implica a crença epistêmica de que as evidências disponíveis no mundo não corroboram p.

Se o insight fenomenológico-existencial estiver correto, as abordagens tradicionais podem se beneficiar dele para ampliar seu poder explicativo e superar o dilema que se origina da suposição de que a atitude adotada por um auto-enganador frente ao conteúdo falso que ele sustenta e atitude que é adotada por ele frente às evidências que desabonam esse conteúdo são atitudes de um mesmo tipo. Se o que há são dois tipos distintos de atitude, avançamos no sentido de dissolver o paradoxo dinâmico. Adicionalmente, avançamos na direção uma possível solução terapêutica: resolver o problema do auto-engano passa pelo esclarecimento de que toda crença devocional é, ao menos parcialmente, uma atitude desonesta, na medida em que afirma mais do que sabe.

## Filosofia da Moral e Política

### **Evolutionary perspectives on normativity**

***Adriano Naves de Brito***

The normative phenomenon is ubiquitous in human interactions, emerging in a wide range of fields studied by social science and considered as one of the essential traits of human's way of life. The modern subjectivist tradition of social science has been based on a model in which elements like self, freedom and reason play the most relevant roles in explaining normativity by connecting beliefs to behaviours by means of motives that are non-reducible to preferences, desires or impulses. The approach is non-naturalistic and poses a problem to make sense of ethics in an evolutionary perspective, since it is based on elements natural science cannot give an account of. From the point of view of natural science, normativity is a property of the world because beings similar to us are in the world trying to manage complex changes. For us, and for other sentient beings, to cope with changes is vitally important for our survival, or for our simply being a viable biological creature. The more complex the behaviour of an individual in a changing environment, the more complex the image of it that she should be able to elaborate, and the more important it is for her to anticipate changes, to control them and to manage unpredictability. In a bare scientific sense, this is what all normativity is about: improving prediction. Behaviour complexity has been an emerging effect of evolving processes, which goes hand in hand with normative complexity. Individuals must satisfy their needs by adapting to the environment and by making the environment adapt to them. That happens at the bare biochemical level, where information is processed without the intervention of neural processing, and it can also happen by adding to that level the complexity of neural biochemistry. Everything is biochemistry, that is for sure, but the menus of the possible outcomes are different and can be radically different in both systems when the neural network becomes more complex. In the first scenario, the outcome depends on what happens along the biochemical chain of reactions put forward by the interaction between individual and environment, while in the second scenario the outcome depends on that and on what happens along the chain of biochemical reactions that

take place inside the individual's neuro system while processing inputs from the world. The behaviour menu can grow dramatically from one scenario to another, alongside the need for behaviour control and, therefore, for normativity. While in the first scenario we can talk about what "will be", in the second, it might make sense to talk about what "ought to be". The more complex the individual and the more flexible her behaviour, the greater the need for behaviour control. When the menu of possibilities meets information processing through a neural network, behaviour gains another dimension, namely the neural, and with that dimension behaviour control also jumps into the level of neural constraints among individuals' interactions. That is why, in the latter scenario, it starts to make sense to talk about 'ought to be', instead of simply 'will be'. From a mere naturalistic point of view, normativity among highly complex biological individuals with neural information processing still has to do with managing unpredictability. Only now this is done through behavioural control. In this paper I will discuss normativity in general in order to turn into normativity as it is conceived in social science and then with a focus on normativity based on reasons. I will argue in favor of a naturalistic approach to normativity by means of a defense of a concept of human will (beings with the highest complex neuronal systems evolution has produced) which can provide a bridge between social and natural science, rather than giving further reason to sustain a dualistic approach to them. Moreover, I will claim that mental qualities usually alleged to be essential for assigning personality, agency, and moral responsibility, such as rationality, self-consciousness, and freedom, are neither sufficient nor necessary for a naturalistic characterisation of moral agents, or for explaining normativity in human evaluative practices. A view which can give to evolutionary ethics a much more suitable bases than modern subjectivist tradition of social science could ever provide.

### **Uma defesa da tese da separabilidade entre direito e moralidade**

***Andrea Faggion***

Após uma breve explicação do sentido em que se pode dizer que o direito como tal levanta algum tipo de pretensão (e aqui eu me valerei fortemente do

trabalho de John Gardner), passo a defender uma posição segundo a qual, embora faça sentido atribuir pretensões ao direito, o direito, por sua própria natureza, não teria que levantar qualquer tipo de pretensão moral. Assim, criticarei tanto a influente tese forte de Joseph Raz, segundo a qual o direito levanta necessariamente uma pretensão de autoridade moral, quanto a tese mais fraca comumente associada a Philip Soper e Robert Alexy, segundo a qual o direito levanta necessariamente uma pretensão de justiça ou correção moral. Considero que o ponto de vista que eu defenderei deva ser considerado hartiano, sobretudo, quando se tem em vista o debate entre Herbert L. A. Hart e Raz sobre as pressuposições necessárias da justificação da imposição de uma obrigação pelo direito. Grosso modo, podemos dizer que a posição de Hart é que a imposição de uma obrigação pode ser juridicamente justificada independentemente de uma moralidade política, tome ela a forma de uma teoria da autoridade ou da justiça. Eu reconheço as insuficiências da argumentação de Hart a favor de sua tese, mas apresentarei argumentos que considero mais fortes, inspirados pelas obras mais recentes de Frederick Schauer e, especialmente, de Matthew Kramer.

### **O Problema da Sorte Moral e a Punição**

***Denis Coitinho Silveira***

"O objetivo central desta apresentação é investigar o fenômeno da sorte moral e sua relação com o problema da justificação da punição legal. Após esclarecer o que é sorte moral e seus diferentes tipos e mostrar qual é o problema para a justificação da punição, defenderei que a estratégia de assimetria entre censura e elogio parece resolver o problema da sorte circunstancial e constitutiva. Posteriormente, apontarei que a concepção conativa de censura parece solucionar o problema da sorte resultante. Por fim, estipularei que o uso de um padrão normativo intersubjetivo se mostra mais consistente para enfrentar este complexo problema, a saber, em que aspectos aleatórios ao controle do agente influenciam na censura moral e legal recebida.

Note-se que o fenômeno da sorte moral parece nos apontar para um certo paradoxo, uma vez que censuramos e responsabilizamos moralmente alguém pelas escolhas e ações que estão sob seu controle; mas, em certos casos,

censuramos os agentes, ou os censuramos com maior intensidade, por determinadas ações que estão ligadas a certas condições aleatórias que vão muito além da escolha inicial tomada. Por exemplo, o resultado da ação, as circunstâncias históricas na qual o agente escolhe, bem como a constituição de personalidade e temperamento que é a base mental da escolha (NAGEL, 1979, p. 27). Williams diz que quando introduziu a expressão “sorte moral” ele queria sugerir um “oxímoro”, pois ela parece se contrapor ao raciocínio moral padrão que considera a vida moral como isenta de sorte (WILLIAMS, 1993, p. 251).

Mas, quais seriam estes aspectos significativos que estariam além do controle do agente e que seriam tomados como referência no julgamento moral? Tomando por base a classificação de Nagel, estes aspectos aleatórios seriam de quatro tipos: a constituição mental da pessoa (constitutive luck), as circunstâncias da escolha (circumstantial luck), as causas da ação (causal luck) e os efeitos da ação (resultant luck). Todos estes fenômenos parecem apontar para um mesmo problema, a saber: eles se opõem a ideia de que um agente não poderia ser mais culpável por algo que vai além de seu controle voluntário, de forma que seria irracional elogiar ou censurar alguém por alguma ação ou omissão que a pessoa não tivesse controle (NAGEL, 1979, pp. 27-34).

Agora, qual o problema que a sorte moral parece nos colocar para quando tentamos justificar a punição legal? Inicialmente, o fenômeno parece exigir ou uma justificação do porque esses elementos aleatórios ao controle do agente não seriam levados em conta para atribuição da penalidade ou uma mudança no sistema penal, com a equalização de certas penas, ou mesmo com a atenuação ou aumento de outras. Por exemplo, como justificar que a pena atribuída para um ato imprudente (como o de beber e dirigir) com vítima seja substancialmente maior que a do ato imprudente sem vítima, considerando que ambos foram igualmente culpados da imprudência ou que a pena atribuída para o crime de fato realizado seja maior que a do crime apenas planejado, também considerando que haja uma equivalência em sua culpabilidade? Ou, alternativamente, como justificar que as condições sociais e econômicas da escolha não sejam levadas em consideração na doseometria da pena? Aqui o problema seria: ou podemos justificar esta distinção e não consideração das condições da escolha ou teríamos a obrigação de modificar o código penal brasileiro em uma direção de reconhecimento do fenômeno em questão.

Para enfrentar o problema exposto, inicio com a utilização de uma concepção de agente mais pedestre que parece comportar adequadamente uma assimetria entre elogio e censura moral, com foco na virtude da integridade, que parece resolver os problemas da sorte circunstancial e constitutiva. Esta concepção pedestre se contrasta fortemente com uma concepção de agência humana pura, em que as mesmas razões que nós teríamos para elogiar seriam usadas para censurarmos os agentes (WALKER, 1993, p. 247). Essa assimetria entre elogio e censura parece se dar em razão da percepção de que todo o ser humano é também produto de certas condições naturais e sociais que estão além de seu controle absoluto e, assim, seria legítimo elogiar as pessoas pelos atos certos feitos pelas razões corretas que são em grande parte o resultado de um tipo específico de educação e fatores sociais e econômicos, mas não seria legítimo censurá-las por esses mesmos fatores em razão deles serem aleatórios à vontade do agente (WOLF, 1990, p. 87).

Posteriormente, utilizo a concepção scanloniana de censura que parece resolver o problema da sorte resultante. Scanlon defende que a censura é mais do que uma avaliação negativa do caráter do agente e que ela não envolve nenhum tipo de sanção ou punição. Ao contrário, ela estaria ligada às expectativas e intenções que seriam modificadas em razão de uma certa ação errada que foi feita por um agente. Dizer que uma pessoa é censurável por uma certa ação é dizer que esta ação mostra algo sobre as atitudes do agente em relação aos outros que prejudica essa relação, como, por exemplo, descaso, imprudência, negligência, egoísmo etc. E, então, a censura seria uma resposta apropriada que se daria aos agentes por não terem levado os outros em consideração, ou por terem deteriorado as relações intersubjetivas, resposta esta que implicaria em uma mudança de expectativa em relação ao bem-estar e futuro destes agentes que agiram erroneamente (SCANLON, 2010, pp. 128-129).

Por fim, defenderei que uma maneira mais adequada de tratar do problema da sorte moral e punição seria com o reconhecimento de que estamos sempre em uma comunidade moral e política na qual assumimos determinados deveres e que essa quebra de compromissos com a comunidade como um todo ou com parte dela poderia justificar uma mudança nas expectativas, disposições e desejos que constituem nossas relações intersubjetivas. Deste ponto de vista intersubjetivo, seríamos responsáveis não apenas por nossas intenções ou disposições, mas,

também, pelas consequências de nossos atos que seriam uma manifestação de nossas intenções (SCANLON, 2003, pp. 219-229 e THOMSON, 1989, pp. 204-208).

### **Life and Non-existence: a full account of the attitudinal asymmetry**

***Diogo Santos***

Our attitudes towards the moment of our death usually range from concern to right out fear. However, generally speaking, we do not display the same range of attitudes towards the moment of our birth; quite on the contrary the latter is usually met with indifference. Typically, we worry about becoming non-existent, but not about becoming. Furthermore, it is quite natural to think that death is bad (for us) because and so far it deprives us of pleasures we would otherwise have experienced, and that explains not only why we are concerned about it, but also why it is reasonable to be concerned about it. But if death is bad because it can deprive of pleasurable experiences, then so is birth, for the latter can also deprive of the same sort of experiences. Ceasing to exist at Ty deprived us of the experiences after Ty. Analogously, coming into existence at time Tx deprived us of experiences before Tx. Therefore, and assuming that we should display negative attitudes towards what is bad for us, it is unreasonable to be concerned about the moment of our death but not about the moment of our coming into existence. This is roughly the Mirror Image Argument presented by Lucretius (see Lucretius [2001] or Rosenbaum (1989) for a more refreshing formulation) adapted against the deprivation account of the badness of death. Thus, for the deprivation account the “Lucretian Challenge” consists in explaining why we are not concerned and why should we not be concerned about our prenatal non-existence.

Brueckner and Fischer (1986) present one of the most prominent attempts to justify the attitudinal asymmetry towards both non-existences. They do this via a general temporal principle about experiencing goods which states that “we are indifferent to past pleasures and look forward to future pleasures.” (p. 219) The temporal bias explains what Brueckner and Fischer call the “Commonsense Asymmetry” – i.e. “that in general (and apart from special circumstances) we regard our prospective deaths as bad and to be regretted, whereas we are relatively



indifferent to the fact that we were born when we actually were born, rather than earlier” – one can further justify the bias by appealing to some biological story about being indifferent to past pleasures and looking forward to future pleasures and, thus, explaining why displaying the asymmetry is rational.

One of the major issues with the temporal bias is that, as Yi (2012, 2016) points out, prenatal non-existence can also deprive us of future pleasures, and not only of past pleasures (e.g. Belshaw, 1993 also raises a similar point). If cases where prenatal non-existence deprives of future pleasures are pervasive (as Yi believes they are), the temporal bias does not explain the attitudinal asymmetry.

Brueckner and Fischer (2014) reply to Yi’s objection by claiming that the “denial of the Lucretian Symmetry and an acceptance of the Commonsense Asymmetry in attitudes” is independent of the special cases that Yi has presented, because “one’s birth constitutes a similar sort of deprivation to the exact moment of one’s death only if one holds fixed the total amount of pleasure in the future and only adjusts the beginning of one’s life.” (p. 745) Since, Yi’s cases involve not holding fixed the total amount of pleasure in the future when considering the deprivation of prenatal non-existence, Yi’s objection is thus accommodated and the temporal bias explanation vindicated.

Nonetheless, we argue that there is no motivation to hold fixed the total amount of pleasure in the future and only adjust the beginning of one’s life. In many cases there is a strong connection between the moment of our birth and what we are deprived of in the future that is not captured with the requirement of holding fixed the total amount of pleasure in the future. Thus, there is a reasonable sense of deprivation in which prenatal non-existence can deprive one of future pleasures (we call it “Global Deprivation”). Contrary to what Brueckner and Fischer argue, the Lucretian challenge is still a challenge for a deprivationist account that uses the Global Deprivation notion – i.e. one still needs to deny the Lucretian Symmetry – for both non-existences deprive in the same sense (globally). Furthermore, the attitudinal asymmetry occurs even when using Global Deprivation. When persons consider prenatal non-existence and what it deprives them of, they consider how initiating existence earlier may better their future (and not just the beginning of their lives) – specifically how it may alter the value of their lives in the future. Yet, even then, they are generally relatively indifferent towards prenatal non-existence. This entails that Brueckner and Fischer’s account does not fully answer the Lucretian

challenge, for it does not explain the attitudinal asymmetry in these circumstances. To do so, we cannot hold the amount of future value fixed. We show how the attitudinal asymmetry can be fully accounted for by connecting persons' attitudes towards non-existence with persons' attitudes towards lives. It is easier for us to make such connection when it comes to postmortem non-existence than when it comes to prenatal non-existence. The explanation is straightforward: if post-mortem non-existence deprives us of positive value, then the counterfactual life where we would die later is preferable to the actual life, however there is no such implication when it comes to prenatal non-existence. Thus, we are typically concerned with postmortem non-existence, because it is more easily connected with bettering our lives, while we are not typically connected with prenatal non-existence.

Finally, we point out to an interesting consequence that stems from not using a notion of deprivation that requires holding the total amount of value in the future (for prenatal non-existence) fixed. The distinction between preference over lives and preference over non-existences becomes clearer. We argue that this is an advantage of using the global notion.

### **Undoing one's past**

***Eduardo Vicentini de Medeiros***

"The main idea of mental time travel (MTT) has been functionally connected with planning or imagining one's future situations. The episodic memory impacts on our capacity to move imaginatively towards possible scenarios ahead. Consequentially, Gerrans & Kennett (2010,2016) urges us to agree that MTT is essential to moral agency. In this paper, we suggest that whether we conceive the specific varieties of MTT as something more than remembering one's past and imagining one's future, then the capacity to undoing one's past by episodic counterfactual thinking must be considered essential to moral agency at the same foot.

### **Habitual actions as a Challenge to the Standard Theory of Action**

***Flavia Felletti***

Turning off the alarm clock, making coffee, and jumping on the right bus to work are just few of the many things that we do out of habit. Overlooked for long time, habits and habitual action recently gained a substantial attention among philosophers. Part of the reason for this is that they might pose a challenge to the Standard Theory of Action (STA).

The STA claims that an event is an action only if it is intentional under some description, and it explains the intentionality of actions in terms of (non-deviant) causation by the agent's mental states, in its most recent formulation intentions (Bratman, 1987).

Whether habitual actions are caused by intentions is a matter of controversy. Pollard (2006), Di Nucci (2011) and (Douskos, 2017) argued, for instance, that the STA, at least without substantial revisions, cannot account for habitual actions. By contrast, some endorsers of the STA tried to accommodate habitual actions within the framework of this theory by appealing to some sort of non-decisional intentions, such as automatically formed intentions (Mele, 1992; Clarke, 2010; Roughley, 2016; Fridland, 2017).

I discuss here three arguments against the STA explanation for habitual actions and the replies have been provided or might be provided to these arguments.

Firstly, the argument from the distinctive phenomenology and lack of preceding deliberation characteristic of habitual actions. As Di Nucci (2011) points out, a first problem with the STA explanation is that it does not make justice to the phenomenological difference between habitual actions such as turning on the light when entering a dark room and "strategic actions" such as buying a ticket to Vietnam. These second kind of actions require a lot of wondering, weighting pros and cons, comparing options. Habitual actions are instead typically executed without having in mind what one is doing.

This brings about a second problem for the STA explanation. Indeed, habitual actions do not require deliberation, the process from which intentions typically arise. Intentions are generally defined as mental state whose content is a plan, and we do not seem to form such kinds of mental state before acting habitually. The intentions required would thus be some kind of *sui generis* intentions, the postulation of which would required a good argument.

An argument for the existence of automatically formed intentions relies on phenomenological evidence and it has been provided by Roughley (2016). I will reply to such argument that a different explanation for the phenomena is available, which it does not appeal to the causal power of non-decisional intentions.

Secondly, the argument from habitual action slips. Actions slips consist in the execution of habitual actions despite an initial intention to act otherwise. Claiming that such actions are caused by some sort of non-deliberative intentions would force us to accept that the agent of action slips has two inconsistent intentions. However, given that intentions are typically thought of as involving commitment to a course of action, we would be obliged to accept that agents of action slips are irrational because they commit themselves to two distinct and incompatible plans. I will reject this conclusion as a counter-intuitive and bad description of the underlying mechanisms of action slips.

Finally, the argument from conflictive motives. Central to the argument is the fact that, when a habit is consolidated, the connection between the agent's motives and the actions performed out of that habit becomes looser, even to the point of disappearing, as a number of psychological studies show (Neal & Wood, 2009, 2011; Wood and Neal, 2007) as it also appears evident in the case of unwanted habits which agents continue to exercise.

If any kind of automatically generated intention would be in play here, it would be an intention which conflicts with the agent's motives. Accepting that such kind of intentions are in play would require a departure from the idea that intentions are associated with agents' goals and desires, a consequence that we might be reluctant to accept upon the consideration that an alternative explanation for habitual actions is available.

I conclude that we lack sufficient reasons for postulating the *sui generis* intentions required by endorsers of the STA, moreover appealing to such intentions might require to endorse that intentions are often independent or even go against the agent's motives, which might represent a significant departure from what is commonly believed. However, by allowing that habitual actions are not caused by intentions at least two important issues arise.

Firstly, we would need an alternative explanation for such habitual actions. An alternative explanation for habitual actions which does not appeal to causation by intentions, I submit, can be easily available. My explanation for habitual actions

appeal to causation by the agent's habits and the triggering situations to which such habits are associated. In brief, if an agent A has a habit of  $\phi$ -ing in a situation S, she will by default  $\phi$  in S, unless she intends to do otherwise (and pays enough attention to avoid action slips) and unless changes in the situation disrupt her habitual  $\phi$ -ing. Though my explanation needs refinement, it has the immediately noticeable advantage of being the most parsimonious because it does not require postulating any kind of *sui generis* intentions. Furthermore, it appears more in line with the empirical literature on habits and habitual actions compared to the STA explanation.

Secondly, given that intentionality has been regarded as the primary criteria for action individuation, we would be in need of a criterion which grants for habitual actions to be intentional despite not being intended or to be actions despite not being intended. Proposal on both directions already exist within the philosophy of actions (Chan, 1995; Pollard, 2006; Di Nucci, 2011) and are worth considering. Providing a definitive solution to this issue falls however outside the scope of my paper and would require further research on the topic.

## References

- Bratman, M. (2000). **Intention, plans, and practical reason**. Stanford, Calif.: CSLI.
- Chan, D. K. (1995). Non-Intentional Actions. **American Philosophical Quarterly**, 32(2), 139–151.
- Clarke, R. (2010). Skilled Activity and the Causal Theory of Action. **Philosophy and Phenomenological Research**, 80(3), 523–550. <https://doi.org/10.1111/j.1933-1592.2010.00339.x>
- Di Nucci, E. (2011). Automatic actions: challenging causalism. **Rationality Markets and Morals, Forthcoming**. Retrieved from [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1930826](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1930826)
- Douskos, C. (2017). Habit and Intention. **Philosophia Philosophia (United States)**, 1–20.
- Fridland, E. (2017). Automatically minded. *Synthese*. <https://doi.org/10.1007/s11229-014-0617-9>
- Mele, A. R. (1992). **Springs of action: understanding intentional behavior**. New York; Oxford: Oxford University Press.

- Neal, D. T., & Wood, W. (2009). Automaticity in Situ and in Te Lab: The Nature of Habit in Daily Life. In E. Morsella, J. A. Bargh, & P. M. Gollwitzer (Eds.), **Oxford Handbook of Human Action** (pp. 442–457). Oxford University Press.
- Neal, D. T., Wood, W., Wu, M., & Kurlander, D. (2011). The pull of the past: when do habits persist despite conflict with motives? **Personality & Social Psychology Bulletin**, 37(11), 1428–1437. <https://doi.org/10.1177/0146167211419863>
- Pollard, B. (2006a). Actions, Habits and Constitution. **Ratio**, 19(2), 229–248. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9329.2006.00322.x>
- Pollard, B. (2006b). Explaining Actions with Habits. **American Philosophical Quarterly**, 43(1), 57–69.
- Roughley, N. (2016). Intentions, Decisional and Nondecisional. In **Wanting and Intending** (pp. 259–291). Springer Netherlands. [https://doi.org/10.1007/978-94-017-7387-4\\_9](https://doi.org/10.1007/978-94-017-7387-4_9)
- Wood, W., & Neal, D. T. (2007). A new look at habits and the habit-goal interface. **Psychological Review**, 114(4), 843–863. <https://doi.org/10.1037/0033-295X.114.4.843>.

**"In discussions of charity and international aid, non-philosophers occasionally make the following argument: "There is so much suffering in the world that my actions cannot make a difference. Therefore, I have no obligation to help."**

***Hayden Wilkinson***

Of course, this is unconvincing, even by a standard consequentialist view which judges acts purely by the total value which results from them. No matter how great or small the total value in the world, an increase in value is still an increase and a decrease a decrease.

They may, however, be partly right. Consider a world with infinite total value. Given the vagueness of infinity, any acts which add (or remove) finite amounts of value to the world fail to increase (or decrease) that total. Indeed, by the standard consequentialist view, all acts would be permissible, no matter how distasteful!

Such a world would be problematic for a consequentialist. According to leading theories of cosmology, however, we may inhabit such a world.

Take the standard  $\Lambda$ -Cold-Dark-Matter cosmological model – it predicts that our universe will persist forever and that, over time, quantum fluctuations will produce every physically possible phenomenon infinitely many times (Dyson et al. 2002; Carroll, 2017). Alternatively, take the theory of inflation – it predicts that our universe is spatially infinite with ‘bubble’ regions, much like our own, situated beyond our visible horizon. Inflation also entails that, for every physically possible phenomenon, infinitely many instances of it occur in other regions (Garriga & Vilenkin, 2001). Another alternative is the Many Worlds Interpretation of quantum mechanics. Some quantum experiments have infinitely many possible output states, each of which is simultaneously realised (Osnaghi & Freitas, 2009; Tegmark, 2010). Infinitely many of these would contain morally valuable phenomena. Thus, all three of these physical theories entail that our universe contains infinitely many instances of any phenomena we might consider morally valuable.

Consider the standard consequentialist view, adapted from Brown (2011) and Sinnott-Armstrong (2015).

Standard consequentialism: An act is permissible if and only if it maximises the total (aggregated, equally-weighted) moral value in the world.

Moral value may be anything which instantiated (in some non-zero, finite quantity  $\epsilon$ ) by all instances of some physically possible phenomenon, no matter their location. This might be a conscious human brain experiencing pleasure for some duration, or anything else one might choose. There is at least one possible phenomenon which instantiates some moral value  $\epsilon > 0$ .

By all three physical theories, there will occur infinitely many instances of  $\epsilon$  value in our universe, and no possible actions of ours can prevent this. Assuming that there exists only positive value, then the total aggregated value will be positively infinite for all actions. Therefore, all actions maximise total value; all actions are permissible.

If we also accept the existence of negative value, then we have infinitely many instances of it too, no matter our actions. (Note that this assumes that moral value has a ratio-scale structure, as is the convention of ethics.) The total aggregate of negative values will be negatively infinite. Aggregate this with the positive values and the overall total is undefined. With undefined totals, no action produces a lesser total than any other; no actions are impermissible.

Whether we consider only positive value or we consider both, in a universe such as ours, standard consequentialism judges no possible actions as impermissible. This is surprising - consequentialism is frequently described as an overly demanding ethical theory. In fact, in our universe, it demands nothing at all!

This problem was identified by Ramsey (1928) and, independently, by Segerberg (1976) and Nelson (1991). Valuable discussion of it can be found in Vallentyne (1993), Garcia & Nelson (1994), Vallentyne & Kagan (1997), Lauwers & Vallentyne (2004), Knobe et al. (2016), Bostrom (2011), and Arntzenius (2014). Nevertheless, with the exception of Knobe et al., it has been treated predominantly as an abstract problem which applies not to our actual universe. Even Knobe et al. only recognise the problem as applying if a particular physical theory – inflation - holds. The contribution of this paper is to show that the problem does apply, based on a wider selection of physical theories, and to explicitly examine how (and which) moral theories are affected.

Indeed, similar results arise for other ethical views. If we take standard formulations of satisficing consequentialism, scalar consequentialism, prioritarianism, egalitarianism, or the maximin criterion, we obtain the same result - no possible action is impermissible in our universe.

This result may seem to be cause for celebration – we may do whatever we like! Nonetheless, it conflicts with almost every intuition we have in individual cases. The combined intuitive weight of our judgements in all individual cases is greater than that of the theory. When faced with such forceful intuitive disagreement, we should not apply the moral theory to our physical circumstances so much as we should apply the physical circumstances to our moral theory, and reject it.

Therefore, we must reject this formulation of consequentialism (and the many individual theories covered by this broad definition). So too, we must reject common forms of satisficing consequentialism, scalar consequentialism, prioritarianism, egalitarianism, and the maximin criterion.

This is not to deny that anything even resembling consequentialism (or these other views) could be true. Instead, we have reason to make use of more resilient formulations, such as those proposed by Vallentyne & Kagan (1997), Bostrom (2011), Arntzenius (2014), and Jonsson & Voorneveld (2017), although each of these theories encounters considerable problems (which are beyond the scope of this paper).



Many of those proposals are presented as solutions to the purely hypothetical scenario of living in an infinite universe. The main contribution of this paper is to show that this is not merely hypothetical and that, in our actual world, standard consequentialism most likely faces this problem. Dealing with infinite value is not merely an interesting puzzle for the consequentialist to ponder, but a problem which urgently requires a solution."

### **Stocker's Schizophrenia, Alienation, and a Solution**

*Huzeyfe Demirtas*

Stocker (1976) argues that modern ethical theories cause a disharmony between one's motivation and justifying reasons for action. Since harmony is mark of a good life, living lives guided by these ethical theories will lead to living not-so-good, fragmented lives. The disharmony will be too costly also because it will alienate us from values like love and friendship. Stocker's paper continues to generate a wide literature of responses. I will firstly proceed to present the problem and give a new interpretation of it (§1). There are two kinds of responses in the literature: one, Stocker's arguments don't apply to a particular moral theory; and two, the kind of disharmony Stocker identifies isn't intolerably disruptive. I will present the responses to Stocker's challenge, and argue that none of them succeeds (§2). I will also dig a bit further and want to capture the heart of the problem, and identify the conditions a solution has to take into account (§3). Then I will present my solution (§4). I will argue that we have good reasons to think that morality is neither the only, nor the authoritative source of justification for action. In my view, we could be motivated to act out of personal values like love and friendship, and be justified by these values—even if it is sometimes morally wrong to so act. In addition, I will argue that an action could be overdetermined—done out of more than one consideration at once. Once these points are acknowledged, we will have large enough room for the realization of values like love and friendship, and won't suffer the kind of disharmony Stocker identifies.

### **Realismo Naturalista em Ética**

*Ísis Esteves Ruffo*

"É ponto comum dizer que o texto *Princípios Éticos* de G. E. Moore inaugura a discussão metaética. De fato, a preocupação que guia o texto não é a busca por uma teoria normativa da ética, mas um tipo de fundamentação para as teorias normativas. A estratégia traçada por Moore tem por ponto inicial avaliar as definições oferecidas para um termo, que podemos considerar, central nas discussões éticas: o termo 'bom'. A partir de uma definição oferecida para 'bom' é possível traçar uma teoria que abarque também os outros termos morais como 'certo', 'errado' e 'mau' e, assim, compreender quais as características especiais do discurso ético.

O objetivo de Moore, conforme ele explicita, não é oferecer uma lista das coisas, ou mesmo princípios que são chamados bons pelo falante habitual, o que Moore pretende é encontrar, caso exista, o significado do termo 'bom'. "Encontrar o significado", ao longo do texto de Moore, é identificado com encontrar uma relação de analiticidade entre o termo a ser definido e algum predicado. A noção de analiticidade é uma noção filosófica com raízes antigas, mas que se tornou especialmente relevante a partir das pesquisas da fundamentação da matemática no século XX. Kant foi o primeiro autor que delimitou a noção de analiticidade, mas na ocasião não estava especialmente interessado por ela.

Segundo Kant, os juízos analíticos, são aquele cujo enlace entre sujeito e predicado se dá por identidade e, por essa mesma razão, os juízos analíticos não acrescentam nada ao sujeito pelo atributo, apenas são formas de explicar o sujeito, ou seja, de tornar claras as noções que estão envolvidas em algum termo. Uma definição nestes moldes, contudo, só pode ser oferecida para aquilo que Moore denomina noções complexas, ou seja, aquelas que, segundo Moore, designam objetos que se compõe de partes que podem ser mentalmente separadas. Quando se realiza uma boa definição desse tipo os termos usados na própria definição não podem ser ulteriormente definidos, pois tais termos são noções simples. Para Moore, 'bom' é uma dessas noções simples. A partir daqui temos, portanto, um problema, pois não seria possível oferecer uma definição do próprio termo além dele mesmo.

Aqueles que argumentam, contrariamente a Moore, que 'bom' designa uma noção complexa, são acusados de cometer uma falácia definicional, a saber, a falácia naturalista. Isso porque, segundo Moore, qualquer definição oferecida para

'bom' será, sempre, insuficiente devido as características peculiares do termo a ser definido. Moore, para endossar sua posição, apresenta um argumento que ficou posteriormente conhecido como o Argumento da Questão em Aberto, com a seguinte estrutura:

Dado:  $X \text{ é bom} = X \text{ é P.}$  (verdadeira por definição).

Sendo P uma propriedade qualquer. Admitimos que é uma questão genuína perguntar de qualquer caso particular X se ele é bom. Nesse caso, X será bom se, e somente se, X for P. Se o caso particular investigado for o próprio P também teremos uma pergunta genuína do tipo "P é bom?". Ou seja, podemos perguntar sobre o próprio P se ele mesmo é bom. Sendo que nesse caso, a resposta será: P é bom se, e somente se, P for P, o que é uma relação trivial e, portanto, não parece uma análise correta da pergunta "P é bom?". Ou seja, aceitamos que a pergunta sobre se P é ou não bom é, de fato, uma pergunta. Não temos como saber de antemão a resposta dessa pergunta, diferente de uma pergunta sobre se P é igual a si mesmo cuja resposta já é assegurada pelo princípio de identidade. Temos, então, que aplicar qualquer definição de 'bom' para um caso particular não é suficiente para responder se esse caso cai ou não sob a extensão do predicado original. Isso indica que não há uma relação de sinonímia entre a definição e o termo.

Após Moore, a noção de analiticidade e definição foi desenvolvida por outros autores. É objetivo desta apresentação discutir algumas dessas variações e quais consequências isso trará para o argumento de Moore. É, também, um objetivo desta apresentação discutir outras formas de identificar 'bom' com algum predicado não-ético e que não sejam impedidas pelo argumento de Moore. Isso porque, ainda que se recorra a novas noções de analiticidade, ainda seria possível argumentar que ao investigarmos nossas intuições comuns, percebemos que nenhuma definição oferecida para o termo 'bom' está de acordo com nosso entendimento comum do uso do termo em questão o que levaria a descartar tais definições por serem incorretas.

Entretanto, podemos defender, conforme pretendemos apresentar, que uma análise que envolva expressões verbais que não são sinônimos e que, portanto, não sejam imediatamente captadas por nossas intuições, podem indicar a mesma coisa, pois nem todas as relações de identificação precisam ser transparentes. Podemos fazer isso evocando as considerações sobre o Paradoxo da Análise de

Langford ou as noções semânticas de Kripke-Putnam que defendem a possibilidade de identidades metafísicas que não sejam conhecidas a priori. Com isso, podemos alegar que uma análise entre o termo ‘bom’ e algum predicado não-moral não precisa captar nossas intuições iniciais para que seja uma análise correta, basta que as noções envolvidas sejam equivalentes em algum dos sentidos descrito acima.

### **Debunking Arguments Meet Well-being Theories**

*Jorge Oseguera Gamba*

"In the recent years there has been developments in two fields of psychology that have created important debates in philosophy, and more particularly in theories of value. One of them is evolutionary psychology, which can offer a naturalistic explanation of moral phenomena and has been a source of arguments that “debunk” morality and other theories of value. The other field is positive psychology, whose empirical findings about happiness have shed new light on old debates about well-being. The issue I will address lies in the intersection of these debates. I will inquire on whether debunking arguments (as proposed by Street 2006) give us a good reason to reject realist theories of well-being. Debunking arguments are directed against value theories, which include theories of well-being, but no analysis has been done in the contemporary literature of how well-being theories can respond to debunking arguments, so I will undertake this task.

First I explain what a theory of well-being is, as opposed to theories of other concepts like happiness. Two questions have to be answered by a theory of well-being: a descriptive one and a normative one. The descriptive question is about what are the characteristics of a life that is going well. And the normative one asks what makes a life with those characteristics valuable. For the present purposes, I will focus on the normative question and categorized value theories into two mutually exclusive and jointly exhaustive sets, depending on how they answer to these questions about the nature of value: “Do valuable things possess their value independently of our valuing them? Or does their value always depend, at least ultimately, on our taking them to be valuable?” (Street 2008, 207). Realists answer

positively to the first question, and non-realist to the second. Hedonism, for example is a realist theory, since on this view claims about well-being are true in virtue of the phenomenology of pleasure and pain, which is independent of how pleasure or pain is evaluated. On the other hand life-satisfaction theories are non-realist, since being satisfied with your life is an evaluative attitude that you take towards your life.

After categorizing well-being theories into realist and non-realist, I will explain the debunking argument as formulated by Street and how it applies to theories of well-being in order to sketch three different strategies that can be used to respond to debunking arguments and analyze the problems they might face. One strategy is to reject the debunker's challenge by arguing that debunking arguments are self-defeating because they prove too much. It has been argued that if debunking arguments are successful, the skepticism would extend to areas outside value theories, leading us to a global skepticism and undermining the debunking arguments (Shafer-Landau 2012). But the debunking argument cannot be extended to other areas of philosophy. Perceptual beliefs, for example have to be truth-tracking in order to be adaptive, while evaluative beliefs don't have to, they can be systematically false and still adaptive.

A second strategy is to offer a scientifically sound account of our evaluative judgments about well-being that tracks stance-independent evaluative truths. A naturalistic theory like hedonism could be a viable option. But this type of theories face problems while answering the normative question of well-being in a realist way.

A third strategy is to argue that we have a way of knowing the stance-independent truths about well-being that does not rely on our evaluative judgments. This could be done in two different ways. The first way would be to set aside our common sense judgments about well-being, since they might be contaminated by the evaluative attitudes whose truth-tracking is being questioned, and focus on the scientific research that is being done about well-being. But this presents one problem: psychologists or other scientists studying well-being are also using their common sense judgments about well-being to fix their object of study. The second option is to deparature our intuitions about well-being from any evaluative judgments and offer an account of the purely descriptive elements of well-being. This could be achieved by offering a theory in which our evaluative beliefs play no epistemic role

in constructing the theory. The problema is that the resulting theory might be just a theory about happiness and not about well-being, which would not account for the normativity essential to well-being, but it could work as a good start to then offer a solution of the normative challenge.

These are the three strategies that a realist theory of well-being could offer as a defense from debunking arguments in value theory. But they are all problematic. The main challenge that these theories face is how to give a satisfying response to the normative question.

## Responsibility for Unfreedom

*Joshua Kissel*

This essay is part of a larger project on how we should conceptualization freedom and how this conceptualization helps guide our actions at the individual level and as members of collectives interacting with social, political, or economic institutions. In this essay I briefly defend a conceptualization of Freedom as the Robust Absence of Constraints (FRAC). I then focus my essay on explaining the relationship between this conception and our practice of demanding justification for the instances of unfreedom that actually obtain in the world. Both as a means of buttressing my own account and responding to objections which suggest some alternative theories of freedom better make sense of our practice of distributing responsibility for remedying unfreedoms<sup>1</sup>.

The first section of the paper then defends my account of freedom (FRAC). According to FRAC “An individual, Zee, is free to do X, iff, robustly, there are no socially remediable constraints on her doing X”<sup>2</sup>. FRAC is a robust and non-moralized account which is not neatly republican or liberal<sup>3</sup>. Part of the motivation

---

<sup>1</sup> In particular, moralized accounts of freedom like Philip Pettit’s republicanism or Robert Nozick’s liberal libertarianism. On these accounts a justified constraint isn’t really an unfreedom at all.

<sup>2</sup> Where X can be an act (leave the room, vote in the election), or realization of a state of affairs (be HIV-Negative, be free of a virus). This definition is modeled on the definition of freedom as independence presented in List, Christian & Valentini, Laura (2016). Freedom as independence. *Ethics* 126 (4): 1067.

<sup>3</sup> Despite the framing in terms of constraints which is popular in liberal political philosophy, in practice, FRAC shares similarities with the freedom as power or capability accounts defended by figures like

for my acceptance of FEP is that it helps us better think about and act morally<sup>4</sup>. According to FEP an individual is unfree whenever they are unable to do some X and that X is such that it calls for justification. That is, we might imagine someone is responsible for fixing it. For example, my inability to jump 1000 feet does not make me unfree, but my inability to jump at all because you shackled me to a chair does. However, because FRAC is not moralized, we can also say I am unfree without claiming I am objectionably so. An unfreedom only becomes objectionable when someone is in fact responsible for eradicating my unfreedom<sup>5</sup>. For example, if I am shackled to the chair because I am a danger to myself or others, I am unfree but I may not be wronged given my unfreedom. However, if you, as a representative of an unjust government, shackle me, I am unfree and objectionably so.

It is therefore clear that FRAC makes the question “what justifies unfreedom?” particularly important. In the second and central part of my essay I focus on that question. My principal claim is that answering this justificatory question about responsibility suggests that we not focus on who caused or was morally complicity in bringing about X. This is because the answer to that questions is importantly distinct from the more important question “who can and should fix X.” It may be the case that the individual who caused the unfreedom in question is responsible, however, I think it is not clear that this always obtains nor that where

---

John Dewey, Amartya Sen, R. H. Tawney and others.

<sup>4</sup> I find FEP attractive insofar as it is able to meet two desiderata I have for a theory of freedom, order by importance: 1. The functional-role desideratum: The conception picks out as sources of unfreedom those modal constraints on action (by which we mean actual or possible constraints) that stand in need of justification. 2. Actionability desideratum: An account of freedom should be such that it is usable by individuals or associations who want to realize a better world. The first desideratum is from List & Valentini, “Freedom as Independence”, 1049. This is an idea I share with David Miller who writes that “By showing that some agency (person or persons) is morally responsible for an obstacle to X’s action, we show both that the obstacle has origins of the right kind and that its nature is such as to count as a constraint on freedom.” See Miller, David (1983). Constraints on freedom. *Ethics* 94 (1):66-86. Especially page 80.

<sup>5</sup> This is an idea I share with David Miller who writes that “By showing that some agency (person or persons) is morally responsible for an obstacle to X’s action, we show both that the obstacle has origins of the right kind and that its nature is such as to count as a constraint on freedom.” See Miller, David (1983). Constraints on freedom. *Ethics* 94 (1):66-86. Especially page 80.

the cause is natural rather than human/social/agential in origin, there is necessarily diminished responsibility. What I hope to show is that a proper understanding of the nature and role of responsibility here will enable us to better navigate ethical life at both the individual and institutional level.

### **Tolerância e racionalidade nas ciências**

***Kleyson Rosário Assis***

Em *Objetivismo, relativismo e verdade* (2002), Rorty estabelece de maneira genérica duas formas através das quais os seres humanos reflexivos supostamente dariam sentido às suas vidas: uma ligada à história e à relação desta com a comunidade e outra “a partir da descrição de si mesmos como estando em relação *imediata* com a realidade não-humana (2002, p.37 – *grifo meu*). Na primeira manifesta-se o desejo por solidariedade, enquanto na segunda manifesta-se o desejo por objetividade. Para a última, quanto mais os membros de sua comunidade se distanciam em direção a algo independente dela, quanto mais se aproximam da objetividade, enquanto a primeira reserva-se às práticas de sua comunidade e não se questiona acerca da relação dela com algo exterior, não-humano.

Na descrição rortiana da tradição ocidental (Rorty, 2002), a objetividade é estabelecida como o ponto central de sua constituição enquanto civilização, ao mesmo tempo em que há um abandono paulatino da solidariedade. A balança já teria pendido para a objetividade desde os gregos antigos, quando estes buscaram de maneira implacável a verdade, sem se questionarem se ela poderia ser boa ou não para a sua comunidade. A ligação normativa entre a verdade e o bem faz parte do dogma platônico que se reflete fortemente na tradição ocidental. A objetividade da verdade, formulada segundo essa tradição, é não-provinciana, transcendente, independente de contextos, está além de um olhar restrito de qualquer comunidade e se lança cada vez mais a um olhar de fora, a-histórico, não submetido a idiosincrasias. Na medida em que se mantém uma preocupação com a construção de uma relação especial entre crenças e objetos, que garanta a



diferenciação entre as crenças verdadeiras e as falsas, a lógica do realismo continua a imperar. Daí a necessidade dessa tradição de

construir uma epistemologia que tenha espaço para um tipo de justificação que não é meramente social, mas natural, e que aflora da própria natureza humana; uma justificação que vem a ser possível através de uma ligação entre esta parte e o resto da natureza. [...] Para serem verdadeiramente racionais, os procedimentos de justificação precisam conduzir à verdade, à correspondência com a realidade, à natureza intrínseca das coisas. (Rorty, 2002, p.39)

Rorty defende que a pretensão de ir além de nossa comunidade, em direção a um contato direto com a natureza das coisas, perdura na tradição ocidental e pode ser encontrada tanto no iluminismo quanto na contemporaneidade. No iluminismo, essa pretensão se manifesta na crença de que a física é a ciência que proporciona esse acesso privilegiado à natureza, o contato direto com algo independente do humano. Posteriormente, com o avanço das ciências naturais, outras áreas da cultura (instituições sociais, políticas e econômicas) começam a reivindicar o mesmo grau de objetividade das ciências e, com ela, de justificação racional. Onde racionalidade é a expressão de uma natureza humana global, a-histórica, capaz de transcender a simples concordância até representar a realidade como ela é em si mesma. Na contemporaneidade, essa crença permaneceria a mesma:

Muito da retórica da vida intelectual contemporânea toma como assegurado que a meta da investigação científica para o homem é compreender 'estruturas subjacentes', ou 'fatores culturalmente invariáveis', ou 'padrões biologicamente' determinados'. (Rorty, 2002, p.38)

Desde a perspectiva de Rorty, o que há de equivocado nessa retórica é a insistência em conceber o mundo como possuidor de uma substância, algo imutável, fixo, que precisa ser desvendado ou alcançado – o Ser, ou a Verdade. E, por outro lado, o homem como possuidor de uma propriedade inalienável, a racionalidade. Esta compreendida expressamente como método, caminho pré-estabelecido, estabelecimento prévio de critérios, capacidade de predição. Pode ser que poetas e artistas não saibam exatamente onde chegarão ou qual o

resultado de suas obras. Juízes, por sua vez, podem ter critérios claros para a pronúncia de uma sentença e negociantes frequentemente têm metas bem definidas, assim como estratégias para alcançá-las. Nem os poetas, artistas, juízes ou negociantes são vistos como irracionais, mas também não são tomados como paradigmas de racionalidade. Este lugar foi ocupado na tradição ocidental pela ciência. Conforme Rorty:

nós parecemos ter um critério claro para o sucesso de uma teoria científica – literalmente, sua capacidade de predizer e, por conseguinte, de nos tornar aptos a controlar alguma porção do mundo. Se ser racional significa estar apto a estipular critérios antecipadamente, então é plausível tomar a ciência natural enquanto o paradigma de racionalidade. (Rorty, 2002, p.57)

O conhecimento fundamentado na racionalidade, entendida como “uma questão de aplicação de critérios” (Rorty, 2002, p.42), seria o único genuinamente objetivo, não provinciano, que ultrapassa o reino das opiniões e aporta no porto seguro da verdade. Nesse sentido, realistas desejam fundar a solidariedade na objetividade. Aquilo que é compartilhado por todos é justamente o que há de mais objetivo, independente, autônomo. Para Rorty, a verdade é o tópico que satisfaz esse desejo tido como universal. A crença de que todos os homens desejam a verdade, juntamente com a de que a verdade corresponde à realidade e que, por fim, essa teria uma natureza, é que alimenta o desejo de se fundar a solidariedade na objetividade.

Por outro lado, o pragmatismo tal como propagado por Rorty, deseja reduzir a objetividade à solidariedade, e nesse sentido dispensa tanto a metafísica quanto a epistemologia, além de atribuir à verdade um caráter instrumental: é verdadeiro aquilo que é útil para nós. Dessa forma, não espera das crenças nenhum tipo de avaliação que considere se as mesmas correspondem aos objetos de maneira natural, não-local e necessária. Na verdade, não espera nem mesmo que as crenças correspondam à realidade. Apenas enfoca o caráter de utilidade que elas podem ter para nós e, como tal, sua condição provisória. Afinal, crenças podem ser substituídas.

De um ponto de vista pragmático, dizer que a crença que se apresenta agora para nós como racional não precisa ser *verdadeira* é simplesmente

dizer que alguém pode surgir com uma ideia melhor. É dizer que há sempre espaço para uma crença aperfeiçoada, desde que uma nova evidência, ou novas hipóteses, ou todo um novo vocabulário, também a acompanhe”. (Rorty, 2002, p.39 – *grifo do autor*)

Entendido dessa forma, o pragmatismo consiste numa filosofia disposta a cooperar no enfrentamento dos problemas postos pelo mundo. Por isso ele está sempre disposto à novidade, à revisão de sua rede de crenças a fim de superar o seu estado atual em busca de crenças melhores. Trata-se de uma dinâmica de conhecimento em que todas as crenças podem ser postas na mesa. Ao fim, as melhores crenças são aquelas que são mais úteis para nós e não as mais *verdadeiras*. E “nós”, desde o ponto de vista assumidamente etnocêntrico de Rorty, significa os liberais, os democráticos. Sua postura etnocêntrica não é uma escolha, mas simplesmente uma imposição da própria condição humana enquanto formada por membros que pertencem a comunidades distintas. Estes veem a si mesmos com desavenças passíveis em sua maioria de serem superadas através do diálogo, sem qualquer referência a algum tipo de critério superior ao qual se possa recorrer.

O termo propositadamente provocativo que Rorty encontrou de frisar para situação de dependência que temos de nosso contexto social e cultural para nossas asserções sobre o mundo foi *solidariedade*. A questão que se impõe é: Pode a solidariedade, como sugere Rorty, substituir o critério epistêmico da objetividade nas ciências? Para ele, o problema da justificação é um problema da relação entre nossos enunciados sobre o mundo e não um confronto entre nossos enunciados e o mundo, uma vez que a própria ideia de representação (mental ou semântica) seria fruto de um desejo fracassado de “espelhar a natureza”. Portanto, a objetividade deveria ser pensada como fruto desse confronto entre enunciados, intersubjetivamente, de maneira livre e aberta, capaz de nos conduzir a uma “concordância não-forçada”. Para ele, já que nem nossa mente nem nossa linguagem podem representar o mundo tal como ele é em si mesmo, a justificação de nossas crenças, inclusive as científicas, não é nem objetiva nem subjetiva, e sim social. Este trabalho tem como meta investigar e mostrar que as condições necessárias para se pensar as ciências como uma atividade antes solidária que

objetiva envolvem, no mínimo, dois aspectos: o primeiro diz respeito à própria compreensão do conceito de racionalidade, que em Rorty se aproxima de uma qualidade ética/política, a tolerância (abertura para o diálogo, a capacidade de não responder agressivamente às diferenças, a capacidade de fazer encontros livres e abertos); o segundo, intimamente ligado ao primeiro, e que o possibilita, tem um caráter historicista, trata-se da própria ideia de tolerância como surgiu na modernidade ocidental após a (ou na tentativa de) separação entre a religião e a política, uma herança da tradição iluminista que remete aos discursos de filósofos como Voltaire, Rousseau, Diderot, Bayle, Montesquieu, dentre outros. Embora a ideia de tolerância tenha nascido a partir desse conflito entre religião e política, hoje ela se amplia na tentativa de resolver conflitos no âmbito dos Estados nacionais (internamente, como questões raciais, culturais, sexuais etc.) e relações internacionais (grupos étnicos, fronteiras, civilizações etc.) (Santos, 2010). Esses discursos fazem parte da sugestão na agenda filosófica rortiana para a manutenção de sociedades democráticas e diversas culturalmente. O passo adiante dele é redescrever o conhecimento, inclusive o científico, partindo dessa tradição. Propositadamente, Rorty substitui critérios epistêmicos por políticos ao priorizar a solidariedade na produção do conhecimento científico. A clareza sobre suas motivações permitirá explorar as potencialidades e os limites de sua proposta.

## Referências

- Rorty, Richard. **Objetivismo, relativismo e verdade**. Trad. Marcos Antônio Casanova, 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.
- Santos, Antônio Carlos dos (Org). **O outro como problema: o surgimento da tolerância na modernidade**. São Paulo: Alameda, 2010.

## **Moral objectivity and convergence in desires: two (possible) objections to Michael Smith's constitutivism**

***Lucas Mateus Dalsotto***

Many authors (see, e.g., Sayre-McCord 1988; Enoch 2011) have embraced in metaethicists what may be called moral realism, that is, the view according to which moral claims purport to report facts and are true if they get the facts in the right way. Michael Smith (1994, p. 12) is one of those who have supported that idea. In *The Moral Problem*, he defends the thesis (which is widely known as the objectivity thesis) that our “moral statements of the form ‘It is right that I  $\Phi$ ’ express a subject’s belief about an objective matter of fact, a fact about what is right for her to do.” To show it is true, he contends that one has a reason to do a certain action just in case all fully rational agents would desire to do that in the same circumstances. That view presupposes that all fully rational agents will agree on a common set of idealized desires about what they have normative reason to do. But that is a conceptual question. Smith also needs to show that a convergence in desires will emerge substantively. And in order to do that, he takes two different routes. The first route consists in offering an argument according to which there is a historical tendency towards agreement. Smith (1994, p.187) argues that the “empirical fact that moral argument tends to elicit the agreement of our fellows gives us a reason to believe that there will be a convergence in our desires under conditions of full rationality.” And the best explanation of that historical tendency is our substantive convergence upon a set of extremely unobvious a priori moral truths. The second route consists in defending that there are some constitute desires of the ideal agency and that having them is part of having an ideal psychology. Smith (2013, p.24) maintains that each ideal agent has the following two dominant final desires: (a) a desire not to interfere with the current and future exercise of the deliberative capacity to have knowledge of the world in which she lives; (b) and a desire to help to ensure in the future the deliberative capacity to have knowledge of the world in which she lives and the deliberative capacity to achieve her final desires in it. A fully rational agent has to desire these things themselves in order to properly function as an ideal agent. However, I suspect that Smith fails on both routes, not giving any compelling reason to expect that a substantive convergence is forthcoming. In regards to the first route, I understand

that, in order to show that moral disagreements can disappear over time, Smith needs to provide us with a non-empirical reason that a convergence in desires will be attained. The issue is that it is needed to show that there is a necessary convergence among agents' normative reasons through a rational argument despite disagreement, since a consensus on moral matters can be explained by means of several non-rational processes. My argument against Smith's account then turns out to be that convergence is less probable than disagreement if there is no normative standard for the correctness of the desires that we would want ourselves to have if we were fully rational. I think that if there is no 'point' in which agents can agree prior they engage in a rational debate, then the probability that all ideal agents will end up with the same set of desires after due process of deliberation is extremely low. With respect to the second, it strikes me that Smith's theory is not able to provide us with any persuasive reason to believe in the idea that all fully rational agents will agree on the same set of idealized desires. To show that, I discuss two main challenges that Smith's constitutivism seems to face. The first challenge is that the justification for the symmetry argument either rests on a question-begging argument or there is none. In either case, the symmetry argument lacks rational justification and so a convergence in desires is threatened, since other's interests would not matter to any particular agent. The second challenge is that Smith's picture on rational requirements can differ significantly from moral requirements, undermining thus the reduction of morality to rationality. I therefore follow the conclusion advocated by Richard Joyce (2001, p. 86) that Smith's theory "will amount to an error theory of normative reasons." My argument goes like this. By failing to show that an agreement among agents' idealized desires will emerge over time and space, Smith fails to show that our claims about normative reasons can be objectively correct. And by doing so, his account collapses into the idea that our moral judgments are always false, given they are based on a massive error of presupposition. As a result, all Smith's labors will be for the error theorist in the end.

**Responsabilizar melhor: Algumas considerações conceituais**

***Marcelo Fischborn***

De acordo com um entendimento recorrente na literatura especializada, dizer que alguém é moralmente responsável por uma ação significa dizer que é adequado responder a esta pessoa de uma certa maneira em função de sua ação. As respostas típicas da responsabilidade incluem, por exemplo, culpar ou condenar o agente por sua ação (quando se tratar de ações moralmente negativas) ou elogiá-lo (quando se tratar de ações moralmente positivas). Neste trabalho, chamarei de 'práticas de responsabilização' ao conjunto de respostas típicas da responsabilidade que são realizadas por algum grupo de indivíduos. Tendo esta noção em mãos, a questão central para este trabalho é: O que está envolvido na ideia de que as práticas de responsabilização possam ser aprimoradas ou tornadas melhores? O trabalho buscará dar uma contribuição inicial sobre o que, em termos conceituais, está envolvido na ideia de que se possa aprimorar as práticas de responsabilização. Nesse âmbito, o foco será nas questões valorativas (especialmente éticas) que permitirão falar que, por exemplo, as práticas de responsabilização realizadas em certo intervalo de tempo são melhores do que as práticas de responsabilização realizadas em outros intervalos. Adicionalmente, o trabalho também buscará indicar em que medida a preocupação com o aprimoramento das práticas de responsabilização está já presente na literatura tradicional sobre a responsabilidade moral e o livre-arbítrio. E, ainda, buscará mostrar como a efetivação do aprimoramento das práticas de responsabilização depende de se responder questões pertencentes a disciplinas outras que a filosofia. Por exemplo, para dizer que as práticas de responsabilização realizadas em certo período de tempo são melhores do que aquelas realizadas em outros períodos, é preciso que tenhamos uma descrição adequada do funcionamento dessas práticas nesses diferentes instantes. Como buscarei ilustrar, essas descrições são um dos elementos que dependem de investigações de tipo empírico que não são tipicamente consideradas parte da filosofia. Essas considerações permitirão ilustrar, ao final, como a noção de aprimoramento das práticas de responsabilização permite estruturar uma investigação interdisciplinar que envolve não apenas setores da filosofia, mas também disciplinas científicas como a psicologia, a criminologia, entre outras. Em síntese, portanto, este trabalho buscará fazer uma exploração inicial sobre os

pressupostos conceituais da possibilidade de que as práticas de responsabilização possam ser aprimoradas, ilustrando em seguida como essa possibilidade se relaciona com a investigação filosófica tradicional sobre a responsabilidade moral e ilustrando, por fim, como a promoção do aprimoramento da responsabilização depende de uma investigação interdisciplinar.

### **A estrutura psicobiológica de comportamentos normativos em lobos selvagens**

***Matheus de Mesquita Silveira***

A proposta desta apresentação é realizar um avanço na discussão acerca da função que mecanismos psicobiológicos de sociabilidade desempenham no comportamento normativo de mamíferos de vida social complexa. Estudos no campo da etologia de lobos (*Canis lupus*) apontam que a empatia, instintos sociais e laços de contiguidade e consanguinidade que permeiam as relações sociais da espécie consistem numa característica natural que permite a ocorrência de reações emocionais com relação à aprovação e censura de comportamentos socialmente relevantes. A hipótese é de que essa base biológica inclina estes animais a desenvolverem relações sociais complexas de base não contratual ou deliberativa, mas a partir da transformação de vínculos sociais em relações normativas pautadas sincretismo emocional e exigências recíprocas. O objetivo a ser compreendido é em que sentido mecanismos psicobiológicos de sociabilidade operam como reguladores do comportamento normativo em pequenos grupos e como isso se relaciona com o modo como são realizadas distinções morais ordinárias. O foco da investigação estará em identificar os elementos naturais que estão na base desse comportamento, de modo a explicá-lo sem recorrer a elementos metafísicos. Apresenta-se como candidata a responder essa questão o modo como estes mecanismos se desenvolveram em mamíferos de vida social complexa, e como agregam um elemento intersubjetivo às emoções, de modo a que elas tenham força de inibir comportamentos em animais com comportamento social flexível. O esclarecimento que se pode almejar com essa abordagem é o de uma revisão do escopo de investigação sobre os quais se desenvolveu o



comportamento normativo e qual sua relação com fenômeno moral. Análises laboratoriais e observações comportamentais deverão prover os dados que atestam qual a natureza da relação entre emoções e normatividade, identificando que mecanismos naturais são necessários e estão vinculados à capacidade de realizar distinções desse tipo.

### **Strong Externalism About Reasons**

*Rafael Graebin Vogelmann*

"Ordinary moral thinking seems to presuppose both that moral requirements provide those to whom they apply with reasons to act and that they apply to everyone. These presuppositions are captured by a couple of thesis: (Moral Absolutism) for every agent  $\alpha$  and every action  $\Phi$ , if  $\Phi$ -ing is morally required, then  $\alpha$  is morally required to  $\Phi$  and (Moral Rationalism) for every agent  $\alpha$  and every action  $\Phi$ , if  $\alpha$  is morally required to  $\Phi$ , then  $\alpha$  has a reason to  $\Phi$ . Taken together these thesis entail that (Categorical) for every agent  $\alpha$  and every action  $\Phi$ , if  $\Phi$ -ing is morally required, then  $\alpha$  has a reason to  $\Phi$ . (Categorical), however, is in tension with other commonly held thesis. A number of philosophers (such as Bernard Williams, Christine Korsgaard, Michael Smith and Derek Parfit) hold that having a reason to act in a particular way entails that one would have some motivation to act that way if one was fully rational. These philosophers claim that (State Internalism) for every agent  $\alpha$  and every action  $\Phi$ , if  $\alpha$  has a reason to  $\Phi$ , then if  $\alpha$  does not have a desire (in a suitable broad sense) to  $\Phi$  and  $\alpha$  is fully informed, then  $\alpha$  is not fully rational. Further, it seems reasonable to claim that one is rational to the extent one conforms to some procedural rules of reasoning (for instance, one does not violate rules of logic, is capable of instrumental reasoning and of imposing coherence upon one's set of beliefs and attitudes, perhaps by means of engaging in exercises of reflexive equilibrium) and, thus, that an agent can be deemed irrational (to some degree) for lacking a particular desire only if the agent could come to acquire that desire by engaging in procedurally correct rational deliberation. This idea is captured by the claim that (Accessibility) for every agent  $\alpha$  and every action  $\Phi$ , if the fact that  $\alpha$  does not have a desire to  $\Phi$  and is fully

informed entails that  $\alpha$  is not fully rational, then a desire to  $\Phi$  is accessible to  $\alpha$  via procedurally rational deliberation.

(Categorical), (State Internalism) and (Accessibility) jointly contradict the supposition that some actions are morally required even though some agents can deliberate perfectly well (as far as procedural rules are concerned) without developing a desire to perform these actions. (Categorical) and (State Internalism) jointly entail that, for every agent  $\alpha$  and every action  $\Phi$ , if  $\Phi$ -ing is morally required, then the fact that  $\alpha$  does not have a desire to  $\Phi$  and is fully informed entails that  $\alpha$  is not fully rational. And this last claim and (Accessibility) jointly entail that, for every agent  $\alpha$  and every action  $\Phi$ , if  $\Phi$ -ing is morally required, then a desire to  $\Phi$  is accessible to  $\alpha$  via procedurally rational deliberation. This claim, on its turn, contradicts the supposition that (Supposition) for some agent  $\alpha$  and some action  $\Phi$ ,  $\Phi$ -ing is morally required and a desire to  $\Phi$  is not accessible to  $\alpha$  via procedurally rational deliberation.

The argument is valid. We must, therefore, reject at least one of its premises. Williams has usually been read as putting this argument forward in his *Internal and External Reasons* in an attempt to deny (Categorical). If we want to hold on to (Moral Absolutism) and (Moral Rationalism) we must reject some other premise. A number of philosophers (most prominent among which are Korsgaard and Smith) have proposed to save (Categorical) by denying (Supposition) and claiming that for any agent there is a solid procedural deliberative route that leads to the development of a desire to perform any action that is morally required of her. (Accessibility) has also been the target of objection – Parfit claims, for instance, that one can be declared irrational for lacking a desire even though it is not accessible to one via procedurally rational deliberation. (State Internalism), on the other hand, has often been regarded as a platitude. I will argue, in contrast, that it is possible to save (Categorical) by rejecting (State Internalism). Rejecting (State Internalism) amounts to accepting Strong Externalism about Reasons. According to this thesis, one can have a reason to  $\Phi$ , be perfectly informed and rational and still lack any desire to  $\Phi$ . That is, one can flout reasons one does have without irrationality. The goal of this paper is to show that Strong Externalism is a viable position.

I will start by briefly raising some doubts about the prospects of saving (Categorical) by denying either (Supposition) or (Accessibility). I will then argue that (State Internalism) is not a triviality as it is often made out to be. The claim that a fully informed agent has a reason to perform a particular action, completely fails to respond to it and yet does not expose herself to the accusation of irrationality, can be made sensible if we add that she (while being otherwise a sane person capable of normal reasoning and deliberation) is unable, through no fault of her own, to grasp that reason. This entails that, in one such case, the agent's inability to grasp the reason must be explained by appeal to something other than a local pocket of irrationality. On occasion, that can be explained by the sheer complexity and subtlety of the reasoning involved in grasping that reason, but this explanation cannot account for all relevant cases. I then propose that an agent's inability to grasp a moral reason can usually be explained by her failure to grasp a particular substantive pattern of moral inference and that this failure, on its turn, can be explained by the fact that her moral sensibility was not properly shaped (by her moral education, by the moral discussions she was exposed to and by her experiences). Finally, I argue that one should not be troubled by the claim that our ability to grasp patterns of moral inference is grounded on the particular shaping of our sensibility, for the same is true of any kind of reasoning.

**Autoridade e normatividade num “mundo amplo”: considerações sobre decisões sociais em contextos de grande incerteza**

*Ramiro de Ávila Peres*

"Partimos do argumento do “elogio da passividade” de Huemer (2012), aplicável a situações em que ignoramos as consequências da ação – em especial, no domínio das ciências sociais, que careceriam de poder preditivo. Afinal, como a ação tende a um fim, a decisão de agir é irracional se não podemos crer, justificadamente, que podemos obter os fins visados – ou auto-derrotável, se agir de acordo com a decisão nos impede de chegar a esse fim.

Em política, essa objeção serve para libertários e democratas radicais atacarem a autoridade baseada em expertise; um raciocínio análogo explicaria a hesitação de A. Greenspan, ex-presidente do FED, em elevar as taxas de juros para evitar a bolha imobiliária – o que teria prevenido a crise financeira de 2007 (Schefczyk, 2016). Outrossim, malgrado a canônica separação entre fato e valor, o argumento abala a suposta «divisão de trabalho» entre teorias morais e teorias da decisão – pois aquelas serão inaplicáveis se não esclarecerem como o agente pode/deve formar juízos racionais sobre as consequências (prováveis/futuras) das ações prescritas. Nessa linha temos as usuais imputações de auto-derrotabilidade ao utilitarismo (Elster, 2016) - mas objeções análogas podem ser feitas a teorias deontológicas (Gibbard, 2007; Dennett, 1986). Uma divergência em filosofia política explicada por teorias da decisão distintas é disputa das concepções de contrato social de Rawls e de Harsanyi (Binmore, 2005).

Todavia, no limite, a objeção levaria à impossibilidade da ação racional simpliciter, porquanto impossível agir sem ter expectativas sobre o futuro; nem poderia servir para favorecer teorias particulares, como o libertarismo – pois não se pode mostrar que levaria ao estado de coisas desejado. O primeiro problema, arguimos, está na adoção de uma teoria da decisão “inocente”, adequada apenas para planos e resolução de problemas (uma estrutura relativamente simples); a introdução de incerteza e de múltiplos objetivos e restrições demanda uma teoria da decisão racional ao estilo de Ramsey e Savage – onde probabilidades subjetivas funcionam como a “lógica da crença” (quantificando a incerteza subjetiva), e preferências são ordenadas segundo uma função-utilidade. Acrescido o princípio de razão insuficiente de Laplace (i.e., inexistindo informação, eventos complementares são tidos por equiprováveis), chamamos esse modelo de Bayesianismo (Binmore, 2009). Assim, podemos definir melhor as noções de “incerteza” e “ignorância” a partir da supressão de pressupostos do modelo (como a distribuição precisa e completa de probabilidades sobre estados possíveis) a fim de melhor representar como lidamos com problemas de decisão com nossa racionalidade limitada em contextos mais realistas. Também somos levados a considerar de que forma nossa inteligência evoluiu - como um sistema de distintas estruturas especiais que operam como “savants idiotas” (ensejando uma

explicação para preferências inconsistentes a partir do teorema de Arrow, 1950) e usam processos de julgamento computacionalmente mais eficientes (heurísticas) - os quais, extrapolados para situações em que dão resultados sub-ótimos, acarretariam vieses (Kahneman, 2012), entre os quais estaria nossa aversão à incerteza (Ellsberg, 1961). Contudo, ao contrário de outros vieses da racionalidade, a aversão à ambiguidade permanece mesmo quando reconhecida pelo agente; mas ela tende a desaparecer em contextos de apostas, ou quando ele supõe que a distribuição de probabilidades decorre de um processo aleatório (Binmore et al., 2012).

Aduzimos que, além de não nos representar adequadamente (uma limitação descritiva), o Bayesianismo não responde bem (normativamente) em “mundos amplos” (large worlds), pois sua epistemologia tem “pontos-cegos” no que tange a catástrofes (Cooke, 1985) e a eventos da primeira pessoa (Binmore, 2009). Seria inaplicável também a algumas interações estratégicas, afins ao dilema do prisioneiro iterado, quando não há “conhecimento comum da racionalidade” (Gintis, 2009). Logo, havendo “grande incerteza” e risco de desastre, devem-se buscar alternativas, como o critério maximin – evitar os piores resultados (Shrader-Frechette, 2014). Nessa linha, elencamos outros princípios e normas sociais que também funcionam como “restrições” ao procedimento de decisão nas interações sociais sob incerteza – a exemplo do princípio da precaução no direito ambiental e do princípio da prudência em contabilidade, que incentivam as empresas interessadas a tornarem públicas suas informações privadas.

Isso acarreta o risco de que nossas ações sirvam mais para constituir uma reputação que para atingir os objetivos declarados; sugerimos, porém, que normas desse tipo podem contribuir para interações sociais mais estáveis - considerando estabilidade, eficiência e equidade como desiderata de normas sociais (Binmore, 2005). Por fim, arguimos que isso inclui a função de autoridades - o que nos permite reavaliar o dilema de Greenspan.

## Referências

- Arrow, K. (1950). "A Difficulty in the Concept of Social Welfare". **Journal of Political Economy**, 58 (4): 328–346. doi:10.1086/256963
- Binmore, K. (2005). **Natural Justice**. New York: OUP.
- (2009). **Rational Decisions**. Princeton: Princeton University Press.
- Binmore, K.; Stewart, L.; Voorhoeve, A. (2012). "How much ambiguity aversion? Finding indifferences between Ellsberg's risky and ambiguous bets". **Journal of Risk and Uncertainty**, 45:215–238. doi:10.1007/s11166-012-9155-3
- Cooke, R. (1986). "Conceptual fallacies in subjective probability". **Topoi** 5 (1):21-27. doi:10.1007/BF00137826
- Dennett, D. (1986). "The Moral First Aid Manual". **The Tanner Lectures on Human Values** na Universidade de Michigan em 7 e 8 de Novembro de 1986.
- Ellsberg, D. (1961). "Risk, Ambiguity, and the Savage Axioms". **Quarterly Journal of Economics**, 75 (4): 643–669. doi:10.2307/1884324
- Elster, J. (2016). **Sour grapes: Studies in the subversion of rationality**. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Gibbard, A. (2007). "Thinking How to Live with Each Other". **The Tanner Lectures on Human Values** na Universidade da Califórnia, Berkeley, de 28 de fevereiro a 2 de março de 2006.
- Gintis, H. (2009). **The Bounds of Reason: Game Theory and the Unification of the Behavioral Sciences**. Princeton: Princeton University Press.
- Huemer, M. (2012). "In Praise of Passivity". **Studia Humana**, 1 (2):12-28.
- Kahneman, D. (2012). **Rápido e devagar: duas formas de pensar**. Trad. Cássio Leite. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Schefczyk, M. (2016). "Financial Markets: applying argument analysis to the stabilisation task". In: S. O. Hansson e G. H. Hadorn (Eds.), **The Argumentative Turn in Policy Analysis: Reasoning about Uncertainty**, pp. 265-90, Springer, 2016.
- Shrader-Frechette, K. (2014). **Tainted: How philosophy of science can expose bad science**. New York: OUP.

### **Against animal replaceability: a restriction on consequences**

***Ricardo Miguel***

Animal replaceability is supposed to be a feature of some consequentialist theories, like utilitarianism. Roughly, an animal is replaceable if it is permissible to kill it because the disvalue thereby caused will be compensated by the value of a new animal's life. This would not be a worry if the conditions for such a compensation were hard to establish. Yet, plausibly, improved forms of meat production can attain them. Thus, the enterprise of grounding ethical vegetarianism in such theories is somewhat compromised. As is, consequently, their status as an alternative to rights-based theories in animal ethics. Recognizing replaceability as a weakness, some utilitarians (e.g. Višak (2013, 2016)) have tried to cut its link with utilitarianism. I will here add my voice to this project. However, instead of seeing the culprit in the usual suspects (hedonism, maximization, wide attribution of moral status), I propose a restriction on consequences: consequences of sequences of actions cannot be consequences of the isolated actions in the sequences. Given this, the main argument is simple: utilitarian replacement requires that the compensating value be a consequence of the killing; but this value is a consequence of a sequence of actions which involves the killing plus some additional actions (raising the new animal, taking care of him, etc.); therefore, since, via the restriction, such value is not a consequence of the killing, there is no utilitarian replacement. I conclude with two motivations for the restriction: firstly, and most importantly, it prevents the value of conditional actions from trivially influencing the value of the actions on which they are conditional; secondly, the restriction is also a useful reply to at least two other objections to consequentialism, the "accordion effect" of action and the cluelessness problem.

### **The Identity-Enactment Account of Familial Duties**

## ***Saba Bazargan-Forward***

### **I**

Familial duties are agent-centered duties to give moral priority to the closest members of our family. But where do these duties come from? ‘Antireductionists’ argue that familial relationships yield *sui generis* duties. Alternatively, ‘reductionists’ identify familial duties with special duties. Special duties arise from what you have done to others or what others have done to you. For example, reductionists ground parental duties in two special duties: the duty to keep promises, and the duty to care for those we’ve made vulnerable. If you agree to provide for a child’s needs, or you are responsible for creating someone with such needs, then you must provide for those needs, unless that duty is transferred to someone else. By identifying familial duties with special duties, reductionists make sense of the extra weight we must give family by identifying it with the extra weight special duties afford.

The purpose of this paper is twofold. First, I argue that reductionism has difficulty explaining the radical priority of our familial duties. Second, I present an alternative reductionist analysis of familial duties – the ‘Identity-Enactment Account’ – which not only accommodates the radical priority of our familial duties, but also characterizes such duties in an intuitively compelling way. On this account, our strongest familial duties are special duties to adopt and enact a practical identity in which the duty’s beneficiary features prominently.

### **II**

To see why special duties are not strong enough to ground familial duties, consider the following case.

#### **‘Daughter Rescue’**

I can save either my daughter from drowning or three strangers, but I can’t save all four.

Arguably I have not just a permission but a duty to choose my own child, even though this comes at the cost of allowing three others to die. (This is not a duty to kill – it is instead a duty to refrain from saving the greater number).



Supposing this is correct, how do we account for it? According to reductionism, the parental duty I have toward my child is a special duty to fulfill a promise to care for the child, and/or a special duty to care for the child as a result of having made her vulnerable.

Consider the promissory duty first. It's doubtful that such a duty can warrant choosing one's own child in Daughter Rescue. To see this, consider an impersonalized version of the case:

'Promise Rescue'

I made a promise to you, a stranger, to save your life should it ever be endangered. One day I encounter a situation in which I can either save you from drowning, or three strangers – but I can't save all four.

Presumably, no such promise can ground a permission to rescue you if doing so means failing to save three others. Those circumstances describe the defeaters for such a promise. So if we think that I do indeed have a duty to save my child's life in Daughter Rescue, then we cannot ground that duty in a promise. Promises are not strong enough to capture the strength of familial duties.

Recall, though, that reductionists also identify parental duties with the special duty to care for those we have made vulnerable. The problem, though, is that the duties foster-parents have to their adopted children do not include a special duty to protect those whom they have made vulnerable, since by hypothesis foster-parents did not create the adopted children.

The upshot is that familial duties require us to do what no special duty can warrant. This suggests that we cannot use those special duties as a hook upon which to hang our familial duties.

### III

I believe reductionists need to radically rethink the content of the special duties in which our familial duties consist. Specifically, our strongest familial duties are not special duties to protect and promote the welfare of those to whom the duties are owed, simply. Instead, according to:

'The Identity-Enactment Account

Our strongest familial duties are special duties to protect and promote the welfare of the duty's beneficiary by adopting and enacting a practical identity in which the duty's beneficiary features prominently.

Recall that our strongest familial duties enjoin us to grant radical moral priority to family. A mere promise to protect and promote their welfare falls short. We can grant much greater moral priority by essentially making their welfare ours – i.e., by incorporating them into our practical identity. This yields agent-centered permissions which permit us to give their interests much greater weight than any mere promise could. The special duty to protect and promote their interests then requires that we then act in accordance with those permissions.

In Daughter Rescue, I have an agent centered permission to treat my daughter preferentially, where this permission derives from the role she plays in personal projects constitutive of my practical identity. The same agent-centered permission allowing me to save myself at the cost of failing to save three strangers also allows me to do the same for my daughter, because her well-being is constitutive of my practical identity.

Adverting to our practical identities in this way is a promising strategy in part because, unlike special duties, our reasons to act in accordance with the ends specified in our practical identities possess sufficient reason-giving force to warrant choosing one's own child in cases like Daughter Rescue. Unlike special duties, these agent-centered permissions can do the heavy lifting necessary to meet the Stringency Condition.

The Identity-Enactment account characterizes familial duties in an intuitively appealing way. There are people who can legitimately demand a prominent place in our mental lives for the protection and intimacy that prominence affords. Our familial duties are special duties to accommodate that legitimate demand. We can meet that demand by adopting and enact a practical identity in which the duty's beneficiary features prominently. I argue that incorporating such individuals into our practical identity in this way, and then acting in accordance with the permission doing so affords, provides the duty's beneficiaries with the sort of protection and intimacy intuitively characteristic of familial duties.

## **El emotivismo de Ayer ¿verificacionista? Una nueva interpretación del emotivismo**

**Santiago Alejandro Vrech**

Transcurrido más de un siglo de existencia, la metaética tiene ya su propia historia. Con motivo de ello, ciertos historiadores de las ideas se han dedicado a realizar una historia de los problemas, teorías y argumentos que la metaética, a lo largo del siglo XX, ha dejado tras sí. An introduction to contemporary metaethics (2003), Metaethics: an introduction (2011) y Metaethics: a contemporary introduction (2015) son obras que dan pruebas de ello.

Ahora bien, estas obras comparten un equívoco. Pues al momento de interpretar el emotivismo propuesto por Ayer, tal como éste es desarrollado en el capítulo VI de Language, Truth and Logic (1956), los autores malinterpretan a Ayer, puesto que explican la teoría emotiva a partir de y sustentada por los principios positivistas.

Cabe señalar que el mismo Ayer sostuvo que esta interpretación estaba errada y en la introducción a la segunda edición de LVL en 1946 escribió:

The emotive theory of values, which is developed in the sixth chapter of this book, has provoked a fair amount of criticism; but I find that this criticism has been directed more often against the positivistic principles on which the theory has been assumed to depend than against the theory itself (...) consequently, even if it could be shown that these other statements were invalid, this would not in itself refute the emotive analysis of ethical judgments; and in fact I believe this analysis to be valid on its own account (Óp. cit., p. 20).

Los autores citados, al establecer que Ayer llega al emotivismo a partir de las tesis generales del positivismo lógico, le atribuyen a Ayer el siguiente argumento:

(1) Todas las proposiciones literalmentesignificativas son o sintéticas o analíticas. Las analíticas son significativas en virtud de su definición. Las sintéticas en virtud de su método de verificación. Toda oración que no

corresponda a ninguna de estas dos clases, será considerada una pseudo-proposición carente de significado literal.

(2) Las oraciones éticas no son enunciados analíticos. Dada cualquier oración ética de la forma S1 “X es Q”, donde ‘Q’ es remplazado por un término ético, tal que S1 sería, por ejemplo, “X es bueno”, nunca se daría el caso de que S1 pueda ser verdadero en función del término ‘X’ dado que el significado de ‘Q’ no está contenido en ‘X’. Así, “dentro” del término ‘ayudar’ no está contenido el término ‘bueno’ [“ayudar es bueno”].

(3) Las oraciones éticas no son enunciados sintéticos. Dada cualquier oración ética de la forma S2 “X es Q”, donde ‘Q’ es un término ético, nunca se daría el caso de que pueda indicarse un suceso empírico con el cual S2 quedaría verificado. Así, la oración “matar es malo” no tiene posibilidad de ser verificada empíricamente.

(4) Por lo tanto, de (1), (2) y (3) se sigue que las oraciones éticas no son ni proposiciones analíticas ni sintéticas, con lo cual se concluye que no pueden ser analizadas en términos de veracidad o falsedad, no siendo sino pseudo-proposiciones que carecen de significado.

En el trabajo presentaré tres (3) argumentos que buscarán defender la tesis de que adscribirle tal argumento a Ayer es errado.

Expondré aquí, brevemente, un argumento: si se sostiene que Ayer deriva el emotivismo de sus principios positivistas, no se puede establecer que las oraciones éticas tengan significado emotivo. Todo lo más, de acuerdo con esta línea de pensamiento, las oraciones éticas son iguales que las oraciones metafísicas. Sin embargo, Ayer no escribe que la ética deba ser eliminada. Tampoco mantiene que la ética sea verborragia o sinsentido. Entonces, puesto que las oraciones éticas no están en el mismo nivel que las metafísicas, la “interpretación ortodoxa” se ve con este problema: establecer que las oraciones éticas tienen significado emotivo no puede derivarse solamente a partir de los principios positivistas, puesto que de éstos lo único que se considera es el significado cognoscitivo o literal. Así, dado que desde los principios positivistas no se puede establecer una caracterización fundamental que Ayer hace de los juicios

éticos (que tienen significado emotivo), entonces, no puede sostenerse plausiblemente que Ayer derive el emotivismo de los principios positivistas.

He aquí, presentado muy escuetamente, uno de los tres argumentos que desarrollaré contra la “interpretación ortodoxa” del emotivismo de Ayer.

Luego, tras exponer los argumentos, el panorama con el que me encuentro es el siguiente: Si no hay buenas razones para establecer que el análisis metaético de Ayer consiste en una extensión de las tesis positivistas-empiristas ¿Cómo interpretar el emotivismo de Ayer? Lo que propongo, pues, finalmente, es brindar una nueva interpretación del emotivismo de Ayer que pueda (A) ser tajantemente separada del marco positivista-empirista y (B) válida por sí misma.

De esta manera, la pretensión del trabajo es, doble: por un lado y específicamente, el trabajo busca contribuir a la adecuada comprensión de la teoría emotiva de Ayer; por el otro, y mediante la realización de lo primero, el trabajo contribuye a una mejor historización de la metaética, mediante la adecuada presentación de las tesis, argumentos e ideas del autor.

## Referencias

- Ayer, A. J. (1952) **Language, Truth and Logic**. New York: Dover Books.
- Ayer, A. J. (1954) “On the analysis of moral judgments”. En: **Philosophical essays**. London: Palgrave Macmillan.
- Fisher, A. (2011) **Metaethics: An Introduction**. Durham: Acumen
- Hudson, W. (1974) **La filosofía moral contemporánea**. Madrid: Alianza Editorial.
- Miller, A. (1998) “Emotivism and the verification principle”. En: **Proceedings of the Aristotelian Society**. N° 98, pp: 103-124.
- Miller, A. (2003) **An Introduction to Contemporary Metaethics**. Oxford: Polity Press.
- Moore, G. E. ([1903] 2004) **Principia Ethica**. New York: Dover Books.
- van Roojen, M. (2015) **Metaethics: A Contemporary Introduction**. New York: Routledge.
- Warnock, G. J. (1967) **Contemporary moral philosophy**. London: Macmillan.
- Warnock M. (1968) **Ética contemporánea**. Barcelona: Labor.

## História da Filosofia Analítica

### Concepts and Linguistic Transactions

**André Joffily Abath**

In recent years, different routes have been followed by those researching concepts. In Psychology, the focus has mostly been on seeking to identify the structure of our category representations. In Philosophy, much effort has been put in trying to provide possession conditions for full mastery of concepts – Peacocke (1992) is an exemplary case. However, little attention has been given to understanding the requirements that individuals in their linguistic transactions put on conceptual thought. Even if conditions for full mastery of concepts can be given, it needs to be pointed out that individuals in different linguistic transactions might put different requirements on the way we conceptually think about categories, objects, properties etc. Consider, for instance, a case in which a speaker S makes the following request to a friend:

(R1) Please bring me a few jabuticabas from the supermarket.

It should be uncontroversial that, in uttering (R1), S assumes that her friend is able (or quickly becomes able) to perceptually identify jabuticabas. If she did not, S's request would be left unattended. But consider a different request, also concerning jabuticabas:

(R2) Please give Daniel an idea of what jabuticabas are.

In uttering (R2), S need not assume that her friend is able to perceptually identify jabuticabas. She might only assume that her friend is in possession of some rough characterization of jabuticabas, such that it is a fruit native from southeastern Brazil – and that her friend is in position to express it linguistically. This, after all, would suffice for S's request to be attended.

In this paper, I will argue that cases such as these offer us a new route for a research on concepts. I will explore this route, firstly, by defending a view according to which having a concept is having knowledge of given sort: the knowledge of what something is. To have the concept of a jabuticaba is to know what jabuticabas are. Secondly, I argue that, whether or not conditions for fully knowing what something is can be given, linguistic transactions such as the ones presented above – but also cases of declarative, non-imperative linguistic transactions - should be understood as typically putting specific requirements on the hearer's knowledge of what something is. More specifically, the idea is that speakers, by producing utterances, typically require of hearers that they know what something is in specific ways. For instance, by uttering (R1), S should be taken as requiring of her friend that she is (or quickly becomes) able to perceptually identify jabuticabas, but she need not be requiring that her friend is in possession of a technical characterization of the fruit. In order to substantiate this point, I will make use of Korta & Perry's (2011) notion of target intention. Roughly, the idea here is that speakers in producing utterances about an object intend that hearers think of the object in some specific way – applied to the present purposes, speakers intend that hearers know what the object is in some specific way. The upshot is that, whether or not conditions for fully knowing what something is can be given – and thus conditions for full concept mastery -, what matters most for the success of our linguistic transactions is that speakers and hearers are in tune regarding specific ways of knowing what something is.

## References

- Korta, K. & Perry, J. 2011. **Critical Pragmatics: An Inquiry into Reference and Communication**. Cambridge: Cambridge University Press.
- Peacocke, C. 1992. **A Study of Concepts**. Cambridge MA: The MIT Press.

## **The Structuralist Criterion of Ontological Commitment in Quine's Mature Philosophy**

**Dirk Greimann**

"In his seminal article 'On What There is' (1948), Quine defended his much discussed quantificational criterion of ontological commitment according to which a theory is committed to recognize the domain of its quantifiers. At this time, he defended a physicalist ontology with physical objects as ground elements that recognizes also sets because they are considered to be indispensable in science.

In 'Ontological Relativity' (1968), he revised his theory of ontological commitment in a fundamental way that is designed to do justice to the behavioral indeterminacy of the ontological presuppositions of theories. He argued that we can replace, by means of proxy functions, the objects contained in the domain of a theory by other objects in such a way that both the logical structure of the theory and its empirical content are preserved. To take this into account, he adopted a relativistic theory of ontological commitment according to which the ontological presuppositions of a theory are relative to manuals of translation for that theory.

In 'Whither Physical Objects' (1979), Quine used the proxy function argument to defend a hyper-Pythagorean ontology whose ground elements are pure sets. Physical objects are reduced to pure sets by means of proxy functions as follows. First, physical objects are replaced by their space-time regions and these regions by sets of quadruples of numbers that represent the space-time points of which these regions consist. Then, the numbers and the quadruples of numbers are replaced by pure sets. This reduction inverts the ontological evolution of physics, whose point of departure is the ontology of physical objects. Mathematical objects like numbers and space-time regions are introduced into physics only at a later stage because of the auxiliary services they provide. Nevertheless, the reduction of physical objects to pure sets is justified, he argues, because it is suggested by physics itself.

A short time later, in 'Things and Their Place in Theories' (1981), Quine returned to his robust physicalism according to which physical objects are the ground elements of ontology. During this period, he did not justify his realism about



physical objects with the principle of ontological commitment, but with his naturalism, considered as “the recognition that it is within science itself, and not in some prior philosophy, that reality is to be identified and described” (1981, 21). To account for the indeterminacy of ontological presuppositions, he endorsed a structuralist criterion of ontological commitment according to which we are not committed to acknowledge a specific ontology, but we are free to choose between various isomorphic ontologies.

Finally, in *Pursuit of Truth* (1990), he derived from his structuralist view of ontological commitment the thesis of the ‘indifference of ontology’, according to which ontology does not really matter, because the truth of our overall theory of the world does not depend on the ontology we choose. It implies that the principle of ontological commitment is more or less empty, because it does not constrain our ontology in a substantive way. This is Quine’s final word about ontological commitment. He defends the same position also in, ‘Structure and Nature’ (1992), *From Stimulus to Science* (1995, 40-41) and ‘Naturalism’ (1995).

It has often been criticized that Quine’s relativistic account of reference does not really solve the problem of the indeterminacy of ontological presuppositions.

My aim in this paper is to make a much deeper criticism. The proxy-function argument does not actually show that we can replace the ontology of a theory without disturbing its logical structure or its empirical content. Rather, it shows that most sentences of our overall theory of the world are either false or neither true nor false. As Quine himself notes, his proxy-function argument is a generalization of Frege’s permutation argument (N, p. 259). The referential indeterminacy of theoretical terms established by Quine’s argument is parallel to the referential indeterminacy of abstract singular terms established by Frege’s Julius-Caesar problem. In both cases, the referential indeterminacy simply implies that the truth-values of the affected sentences are indeterminate. In Quine’s case, the problem is that the structural role of objects in theories does not provide definite descriptions with a descriptive content that fulfills the uniqueness presupposition of the sentences in which they occur. Thus, given the premisses of the proxy-function argument, the sentence ‘The highest mountain in Europe is the Mont Blanc’ is either false or neither true nor false, because there is a plurality of different objects

that fulfill the structural description contained in ‘the highest mountain in Europe’. As a consequence, the conclusions that Quine draws from the proxy-function argument do not actually follow. This applies not only to the structuralist criterion of ontological commitment, but also to the relativistic account of ontology.

As far as I can see, my argument is new. In section 1, I shall briefly describe the semantic foundations of the quantificational criterion. In section 2, the proxy-function argument is reconstructed. In section 3, the structuralist criterion is explained in detail. Finally, the task of section 4 is to show that Quine draws the wrong conclusions from the proxy-function argument.

### **Russell and Ryle: Monism, Memory, and Retrospection**

*Iva Apostolova*

This is an exploratory project into Bertrand Russell and Gilbert Ryle’s philosophies of mind. More specifically, it compares Russell’s views on introspection and memory with Ryle’s views on Retrospection. This comparison is inspired by a two-pronged belief: on the one hand, there are common and non-trivial philosophical roots between the two that are worth investigation; on the other hand, a continuity of ideas in their respective philosophies of mind, especially with regards to the move toward replacing introspection with a form of memory (present either explicitly or implicitly in both philosophers). Russell had always been ‘suspicious’ of the status of introspection as a cognitive faculty. Even during his acquaintance period, operating under a dualistic epistemological framework, Russell struggled with the status of the subject of cognition, knowable through introspection. This uncertainty of the cognitive status of the subject culminated in Russell pronouncing, in 1914, the reduction of the subject to a mere logical fiction. With this, the function of the cognitive faculty of introspection becomes even more obscured and unclear. In 1921 Russell announces the completion of the shift to neutral monism (James’s version was the one he felt the most at ease with) which complicates further (although with the intention of actually simplifying) the status of the cognitive subject and the role of introspection in the cognitive process. One of the things that stands out in the course of the slow transition to neutral monism is

that Russell sees the role of memory, understood as recollection of past events, as increasingly prominent. In following Russell's development in the neutral monist period and the increasing importance of the faculty of memory, we will turn to Ryle's views which reinforces some of the conclusions that Russell reached. Ryle (1949) thought that most of the work of introspection could be done by the genuine capacity of Retrospection. He concluded that there was no difference in kind between knowledge of one's own mind and knowledge of the minds of others. Ryle's treatment of Retrospection leaves a number of questions unanswered. In the second part of this project we examine how Retrospection might be seen to fit into Ryle's overall taxonomy of memory, whether it is a (necessarily) autobiographical capacity, and whether the process of retrospection is inferential or non-inferential. These matters are crucial in deciding the extent to which retrospection can carry the load of introspection, and the extent to which Ryle was correct in concluding that there is no difference in kind between self- and other-knowledge. We conclude that a preoccupation with denouncing Cartesianism may have prevented Ryle from an alternative, and arguably richer, conclusion: that the supposed asymmetries between self-knowledge and knowledge of other minds do not need to be rejected, but instead can be explained by an appropriate view of memory, something to which, we think, Russell would have been sympathetic.

### **Revisitando a história da filosofia analítica: o caso da teoria funcional do a priori**

***Jeferson Diello Huffermann***

"Um problema epistemológico de destaque debatido na filosofia dos últimos duzentos anos é a questão do conhecimento típico das ciências formais (Matemática, Lógica e, contenciosamente, Computação). Tradicionalmente, a estratégia é atribuir um estatuto diferenciado, de conhecimento a priori, ao conhecimento nas disciplinas dessa área, mesmo discordando acerca do que exatamente caracteriza tal estatuto. Uma reação quase imediata à filosofia crítica de Kant foi, no século XIX, a eliminação da noção de intuição pura na explicação filosófica do estatuto diferenciado de conhecimento a priori das disciplinas desse

domínio, a começar pelo Cálculo, seguida pela eliminação do apelo à intuição pura na Aritmética e na Geometria (Cf. Coffa, 1991).

Além disso, a estratégia de atribuição do estatuto de conhecimento a priori ao que se produz nas ciências formais, pelo menos até a metade do século XX, era comum também tratando-se do conhecimento dos princípios mais gerais e fundamentais da natureza (Cf. Greenberg, 2001; Stump, 2015); o conhecimento dos aspectos “puros” das ciências da natureza. Ao se investigar a discussão sobre o estatuto concedido ao conhecimento dos princípios fundamentais das ciências naturais, a noção de conhecimento a priori se revela, assim, de crucial importância. No resgate dessa discussão encontra-se uma proposta pouco explorada na bibliografia, a concepção funcional de a priori de Arthur Pap (1943, 1944 & [1946] 1968). A proposta foi somente marginalmente considerada e encontra-se praticamente obliterada na história da filosofia analítica. Contudo, além de ser uma concepção que merece atenção por si só, a teoria funcional do a priori de Pap pode ser compreendida como ocasião em que se entrecruzam ideias advindas de distintas vertentes filosóficas, como o convencionalismo de Poincaré, o pragmatismo de Lewis e Dewey, o neo-kantismo de Cassirer e o pensamento do Círculo de Viena (principalmente Schlick, Carnap e Reichenbach). O estudo da teoria ou concepção funcional do a priori de Pap, que se encontra nesse entrecruzar de ideais, pode contribuir para tentativas recentes de revisitar a história da filosofia analítica. Tentativas, por exemplo, como aquelas que consistem num esforço para rejeitar, entre outras coisas, o que veio a ser denominado como “mito de criação” da filosofia analítica: essa tradição filosófica seria uma criação revolucionária britânica por parte de Moore e Russell ao rejeitarem o idealismo britânico de seus mestres, ao qual Frege filia-se via Russell e principalmente Wittgenstein, seguindo posteriormente nessa tradição ao influenciar os filósofos do Círculo de Viena. Essa narrativa é incentivada pelas descrições biográficas do próprio Russell, subjacente em *The Revolution in Philosophy* ([1956] 1967), organizado por Ayer, e é ao menos parcialmente presente em abordagens contemporâneas, sendo o primeiro volume de *The Analytic Tradition in Philosophy* (Soames, 2014) um exemplo.

A rejeição do “mito” possibilitaria uma história alternativa da filosofia analítica que explica melhor porque certos insights foram mais explorados que outros – incluindo aqueles explorados na discussão acerca de um estatuto diferenciado para o conhecimento dos princípios basilares das ciências da natureza – e o modo a partir do qual foram explorados. Nessa história alternativa figuras “menores” como Bolzano, Brentano e Pap passam a ser personagens de maior importância na narrativa. Desse modo, visa este trabalho apresentar críticas ao chamado mito de criação da filosofia analítica e apresentar um esboço de narrativa alternativa, tendo como ponto de partida e de chegada a teoria funcional do a priori de Pap. Resumidamente, de acordo com Pap, os princípios da ciência são regras constitutivas dos fenômenos que visam explicar, de tal modo que a adesão a tais princípios é condição para sua inteligibilidade. Tais princípios formam uma rede conceitual que em certo sentido determina qual o fenômeno em questão. O insight de conceber a aparente necessidade condicional dos princípios basilares das ciências naturais como fundamentada num grupo bem articulado de conceitos, não mais na analiticidade ou em intuição pura, pode ser rastreado até discussões acerca do estatuto de conhecimento a priori do conhecimento geométrico ocorridas no século XIX. O que aproximaria discussões ocorridas no cerne da filosofia analítica com posições tais quais o convencionalismo de Poincaré e o a priori historicizado de Cassirer, ao melhor caracterizar antecedentes em comum.

### **Frege on Truth**

***Jim Hutchinson***

Frege says a lot about science, but interpreters usually try to understand the logical, linguistic, and mathematical work for which he is best known without paying much attention to his general philosophy of science. The upshot of this paper is that this is a mistake: Frege’s philosophy of science belongs at the center of any attempt to understand him. The reason is that Frege thought that what it is to be true involves playing a particular role in science. Since Frege’s thinking about truth is clearly central to all of his work, this means that Frege’s philosophy of science has consequences for all of that work.

The central argument for this interpretive claim is that at various points, Frege presupposes that what it is to be true is partly to a matter of playing a certain role in science: in particular, appearing in proofs. This is a substantive assumption, since it rules out certain things that we might have intuitively thought were true, even if unsuitable to figure in proofs.

For example, Frege denies that certain sentences which plausibly express truths really do so, on the grounds that they contain words that are unsuitable to figure in proper, proof-involving science. It is common-sense, as David Lewis once wrote, that “We can truly say that Sherlock Holmes lived in Baker Street, and that he liked to show off his mental powers.” But when Frege considers fictional terms, he reminds us that we are “concerned with truth in the strictest sense of the word,” and denies that these terms, which are “are illegitimate in science,” have the kind of meaning that allows them to contribute to expressing truths. Accordingly, such sentences are not true. He draws the same conclusion about vague terms, pointing out that when used in proofs or in the formulation of laws, these terms lead to “the fallacy known by the name of ‘Acervus’.” In response to the common-sense objection that “such words are used thousands of times in the language of life,” he replies: “Yes; but our vernacular languages are also not made for conducting proofs.” For Frege, what is unsuitable to figure in proper, proof-involving science cannot be true. This is why pointing out that our languages are not made for conducting proofs is relevant to the claim that the terms that are suitable in them are nonetheless not able to express truths.

This presupposition also appears in connection with Frege’s discussion of primitive truths. Consider the famous passage in which he claims that the problem of finding where a truth belongs in the analytic/synthetic, a priori/empirical dichotomy is “that of finding the proof of the proposition, and of following it up right back to the primitive truths.” Except for the primitive truths themselves, he is assuming that every truth has a proof. In another passage, he supposes that certain truths about numbers might be “unprovable” and immediately concludes that in that case they would all be “primitive truths.” But Frege introduces the status of “primitive truth” in connection with his official account of proof: a primitive truth is an ultimate premise in scientific proofs. He depends on this fact in arguments, denying

in §12 of the Foundations of Arithmetic that there can be infinitely many primitive truths, on the grounds that there is a “requirement of reason” that the “foundations” of a science—the ultimate premises of its proofs—must be “surveyable.” But this means that to assume that all truths are either provable or primitive is to assume that all truths can figure in proofs, whether as primitive truth or as conclusion.

This shows, then, that Frege is assuming that all truths can figure in a certain kind of proof, and that this is a substantive assumption with important consequences. I conclude by arguing that it is not at all surprising to find Frege presupposing this connection between truth and science. I draw attention to passages in which three very prominent philosophers at the time—Hermann Lotze, Hermann Cohen, and Wilhelm Windelband—all express the same assumption: that all truths figure in scientific proofs. This is, I think, another way in which Frege is not an “outsider”, but was in step with his philosophical context. I bring out the way that this view fits with the Neo-Kantian approach to philosophy inspired by Lotze and developed by Windelband and Cohen, and I argue that there are other indications that Frege shares this same conception of philosophy.

### **Understanding the Advantages of Honest Toil Over Theft: Russell's Logicism and the Axiom of Infinity in the Context of His Logical Atomism**

*Rodrigo Sabadin Ferreira*

"In several different occasions Bertrand Russell claimed that in Principia Mathematica he sought to demonstrate the thesis that “Mathematics and Logic are identical” (RUSSELL, B., 1914; 1919; 1937). In Principia Whitehead and Russell defined the set of natural numbers as the set of all sets of equinumerous finite sets. But in the Type Theory of Principia, the possibility of proving existence theorems about sets of any type  $t+1$  depends on the existence of entities of types  $t$ : if there are  $n$  entities of type  $t$ , then there are  $2^n$  objects of type  $t+1$ ; and so they were led to assume a proposition that asserts that the empty set is not a cardinal number as an undischarged hypothesis in order to prove several arithmetical theorems - most notably the one which asserts the infinity of the natural number series. This undischarged hypothesis became known as the “Axiom of

Infinity". However, as Russell recognized in several of his writings, this so-called axiom is not a logical proposition in any possible adequate sense of the term "logical". This led some commentators (KNEALE, W. & KNEALE, M., 1962; MUSGRAVE, A., 1975; PUTNAM, H., 1967 BOLOS, G., 1998;) to argue that Russell simply gave up the goal of developing Arithmetic as Logic, in favor of the "If-Thenist" position. According to these authors, Russell intended to demonstrate conditional propositions, the antecedents of which are non-logical propositions such as the Axiom of Infinity or the Axiom of Choice and the consequents are mathematical theorems. Boolos, in particular, frames Russell's position in terms of Carnap's twofold description of Logicism as a definability thesis and a provability thesis. According to Boolos, in *Principia* Russell wants to demonstrate only that mathematical truths can be expressed in terms of a purely logical vocabulary but not that mathematical truths follow from logical axioms alone.

The recent work of some commentators (LANDINI, G., 2011, 2010; KLEMENT, K., 2013) portrays a more interesting picture of Russell's views. On the one hand, Landini argues that Russell adopted the Axiom of Infinity due to his view that numbers are not objects in the Fregean sense, given that classes are understood as logical constructions in *Principia*. On the other hand, Klement argues that the goal of Russell's Logicism is to provide a reconstruction or analysis of mathematical theories in terms of Logic, not to prove every theorem of ordinary Mathematics from logical premises alone. Thus, Landini and Klement provide, respectively, a metaphysical (or anti-metaphysical) and a methodological motivation for Russell's adoption of the Axiom of Infinity.

My aim in this work we aim to further develop and defend the claims of Landini and Klement by putting Russell's conception of numbers as logical constructions and of logicism as a reconstructive enterprise in the context of his Logical Atomism and contrasting Russell's general conception of Logicism with the broadly Fregean outlook shared by commentators like Boolos, and Kneale & Kneale. What such critics claim is that *Principia* falls short of demonstrating that Arithmetic can be understood as a development of Logic. The main problem is that it is assumed that the question of what counts as development of Logic is straightforward: the standard of evaluation and comparison is Frege's development



of Arithmetic as Logic. For Frege, to say that Arithmetic is a development of Logic amounts to say that arithmetical laws are analytic propositions just like the propositions of Logic, from which they follow, and that numbers are logical objects. Landini's main contention is that according to Russell's conception of pure mathematics, the proposition that asserting that there are infinitely many natural numbers belongs to applied Mathematics and that Russell's position is that those who think otherwise are incorrectly committed to a (metaphysical) view of numbers as objects. We argue that what led Russell to this conclusion was his gradual realization - after the discovery of the contradictions - that Logic must work with the method of construction rather than postulation. This is due to the fact that one of the main tenets of Russell's Logical Atomism is that "in science, structure is the main study" (RUSSELL, B., 1924, p.340.). Logic and pure mathematics, being the most general sort of sciences, are the study of the most general sort of structure: they do not presuppose nor specify any sort of particular entities, nor presuppose their existence. In Russell's theory of types, it is a result about structure that if the number of individuals is finite, then the natural number series is finite. To say this is not to say that Russell adopted if-thenism or gave up Logicism, but that Russell's Logicism consists in a reconceptualization of Arithmetic in terms of Logic, taking Logic to be the study of the most general structural truths about reality. The correct conclusion then, is not that Logicism as he understood is false, but that propositions whose truth depends on the existence of any sort of entity of the lowest type do not belong to pure mathematics.

According to Russell's Logicism so understood, the logical inquiry into the Foundations of Mathematics shows what are the most fundamental assumptions of Mathematics and reveals that the truths of pure mathematics are truths of Logic, while propositions that cannot be proven without appeal to non-logical principles are propositions of applied mathematics. According to this reading, Russell's use of the Axiom of Infinity as an undischarged hypothesis in certain proofs is a coherent aspect of his logicist project, not something that renders it a failure. Thus, our assessment regarding Russell's use of the Axiom of Infinity in *Principia* is that it is a coherent aspect of his general conception of the relation between Logic and Mathematics.

## **A concepção de Henri Bergson acerca da memória e a sua relação com o debate contemporâneo**

***Úrsula Maria Coelho Lied***

A proposta deste trabalho é investigar a contribuição da filosofia de Henri Bergson para as discussões atuais sobre a memória. Atualmente, o debate concentra-se entre as teorias causalistas e as teorias simulacionistas acerca da memória. O primeiro grupo defende que entre a representação atual de uma experiência passada e esta experiência, há uma conexão causal. Por outro lado, o segundo grupo entende que a principal contribuição para as representações atuais a respeito de eventos passados surge das condições do momento presente, dispensando a necessidade de uma relação entre a experiência e a representação atual. Henri Bergson, no final do século XIX, apresentou a memória como uma faculdade prática, cuja função é auxiliar na tomada de decisões a partir das informações adquiridas anteriormente. De modo que são as condições do sujeito no momento presente que indicarão quais lembranças serão evocadas. Os conteúdos destas lembranças não são idênticos aos conteúdos do momento em que foram apreendidos, pois as lembranças, na sua concepção, alteram-se ao longo do tempo conforme novas informações são obtidas. Até este ponto, parece haver uma grande aproximação entre a filosofia bergsoniana acerca da memória e a compreensão simulacionista. Contudo, Bergson também entende que a lembrança retida depende da percepção, ocasionando uma representação, que o sujeito teve no momento da experiência, afirmando a existência de uma relação causal entre a representação no momento passado e a representação no momento em que a lembrança é evocada. Portanto, podemos reconhecer aspectos da memória na concepção bergsoniana tanto no modelo causalista, quanto no modelo simulacionista apresentados no debate contemporâneo. A nossa pretensão é, a partir da verificação sobre quais aspectos a filosofia de Bergson se aproxima e se afasta das teorias atuais, reconhecer a quais objeções ela está exposta, bem como que vantagens tem na pesquisa contemporânea em filosofia da memória. Assim como todo estudo relacionado à mente, o trabalho em torno da memória trouxe diversas descobertas e hipóteses no último século, ou seja, o conhecimento a

respeito do tema avançou significativamente desde as considerações realizadas por Bergson. Acreditamos que o resgate histórico é importante para evitar a possibilidade de que elementos inclusos em constatações filosóficas mais antigas, e que podem ser de interesse para a pesquisa atual, não sejam vistos. Dividiremos a apresentação deste trabalho em três seções: na primeira, abordaremos as teorias causalista e simulacionista da memória; na segunda, exporemos a filosofia da memória de Bergson; por fim, relacionaremos a compreensão bergsoniana acerca da memória com o debate atual para detectarmos quais aspectos foram derrotados e quais têm se mantido ao longo de todos estes anos após a publicação de Bergson.

## Lógica e Filosofia da Matemática

### Entre 1879 e 1893: sobre as mudanças na conceitografia

***Alessandro Bandeira Duarte***

No prefácio a *Grundgesetze der Arithmetik* (1893), Gottlob Frege afirma que a demora na publicação deste livro foi devida às mudanças internas que o sistema lógico dele sofreu, o que o levou a descartar um manuscrito quase completo. O objetivo da apresentação é considerar que este livro é exatamente aquele que Frege anunciou a Anton Marty em 1882. Mostrarei que estas mudanças internas estão relacionadas com a distinção entre sentido e referência de expressões, com a introdução dos valores de verdade como objetos e com a transformação do traço de conteúdo em um conceito (o horizontal). Com estas mudanças, Frege poderia introduzir o axioma IV e provar o teorema IVa no sistema lógico dele, o que lhe permitiu (1) ter uma teoria coerente dos percurso de valores, evitando o problema formal de Júlio César; (2) ter uma prova do Princípio de Hume a partir da definição explícita do operador-cardinalidade; e (3) ter uma regra uniforme para substituição de funções.

### **Seria o full-blooded platonism uma resposta ao problema epistemológico de Benacerraf?**

***Aline da Silva Dias***

Um dos problemas mais desafiadores ao platonismo matemático é o problema epistemológico de Benacerraf. O platonismo matemático sustenta que existem objetos matemáticos abstratos, isto é, objetos cuja existência se dá fora do espaço-tempo e totalmente independente de nós. De acordo com Benacerraf em seu artigo “Mathematical Truth”, seria difícil para o platonista apresentar uma boa explicação sobre como adquirimos conhecimento desse reino abstrato, uma vez que não haveria qualquer tipo de contato com ele. Há na literatura várias tentativas de resposta a esse problema pelos platonistas, mas a que abordaremos neste

trabalho será a de Mark Balaguer, chamada por ele de platonismo pleno (ou full-blooded platonism). Segundo ele, “todos os objetos matemáticos que possivelmente poderiam existir realmente existem” (BALAGUER, 1995, p. 304), e não importa se eles são criações, invenções, sonhos ou descobertas dos matemáticos. Abordaremos essa concepção de Balaguer levando em conta sua afirmação de que esta seria a melhor forma de platonismo para resolver o problema de Benacerraf, pois explicaria de maneira adequada como adquirimos conhecimento matemático sem que seja preciso tratar da questão a respeito do contato com objetos abstratos. A única coisa necessária é, segundo ele, que seja concebida uma teoria matemática internamente consistente, pois toda teoria matemática internamente consistente descreverá verdadeiramente alguma coleção de objetos matemáticos abstratos. Podemos dizer que de fato obtemos conhecimento de tais objetos, porque todos os objetos matemáticos possíveis realmente existem. Tendo em vista essa proposta de Balaguer, o objetivo deste trabalho será apresentar uma análise crítica desse tipo de platonismo pleno, argumentando que ele, assim como outros platonismos, tampouco se oferece como uma boa alternativa ao platonista, pois ainda falha em responder ao problema de Benacerraf. Isso porque o conceito de “consistência” apresentado pelo autor é problemático. Encontramos na história da matemática alguns exemplos de teorias que contradizem essa concepção de Balaguer. Diante disso, o trajeto deste trabalho será: em primeiro lugar, apresentar o problema de Benacerraf; em seguida, iremos expor a concepção platonista de Balaguer de modo mais detalhado; e, por fim, apresentaremos as objeções que podem ser levantadas contra ela, expondo as razões pelas quais essa concepção, além de não resolver o problema de Benacerraf, ainda apresenta outras dificuldades internas que a tornam inviável.

### **Recepção da Conceitografia: A resenha de Schröder**

***Allan Wolney Mesquita Santos***

Ernst Schröder (1841-1902), um dos mais importantes representantes da lógica booleana, em 1880 resenhou o livro de Frege publicado em 1879 intitulado

Begriffsschrift, eine der arithmetischen nachgebildete Formelsprache des reinen Denkens (Conceitografia, uma linguagem formular do pensamento puro decalcada sobre a aritmética) na Zeitschrift für Mathematik und Physik historisch-literarische Abtheilung volume 25 (pp 81-94). Tal resenha, que afirmava que a teoria da quantificação fregeana não “[...] justifica seus outros desvios da notação Booleana, que pode ser modificada ou estendida de maneira análoga sem dificuldades” [... Rechtfertigung seiner sonstigen Abweichungen von Boole’s Schreibweise zu finden ist, sondern auch bei der leizteren die analoge Modification oder Erweiterung mit Leichtigkeit sich anbringen lässt] (SCHRÖDER, 1880, pág. 91 à 92), foi o motriz para o artigo de Frege, publicado em 1883, chamado de *Über den Zweck der Begriffsschrift* (Sobre a finalidade da Conceitografia) na qual responde “Quero fundir os poucos sinais que introduzi com os sinais disponíveis da matemática para formar uma linguagem formular [...] Para tal objetivo, não podia empregar a notação de Boole” acerca da dificuldade de tal notação por utilizar sinais da soma e multiplicação da aritmética para representar, respectivamente, a disjunção e a conjunção. O objetivo dessa comunicação é entender a crítica de Schröder ao que ele considera ser a única inovação da Conceitografia: a teoria da quantificação.

### **Consequência lógica e constantes lógicas: um debate sobre pluralismo e neutralidade**

***André Nascimento Pontes***

O pluralismo lógico é comumente caracterizado como a tese de que há mais de uma lógica correta. Nesse sentido, ele se opõe ao monismo lógico que afirma haver apenas uma. Embora essa caracterização do pluralismo seja de fácil compreensão mesmo ao leitor iniciante, ela carece de posterior esclarecimento sobre como devemos entender, no contexto em questão, termos como “lógica” e “correta”. As perguntas fundamentais aqui são: o que é uma lógica? o que determina que uma lógica é correta? Lógicos e filósofos possuem compreensões e respostas distintas – e algumas vezes incompatíveis entre si – a respeito dessas duas questões. Diferentes modos de respondê-las implicam diferentes variantes do pluralismo. Algumas dessas variantes são trivialmente verdadeiras, ao passo que

outras estão envoltas em inúmeras controvérsias entre filósofos da lógica, na medida em que apresentam um quadro mais complexo de como se constitui a legitimidade de cada um dos múltiplos sistemas formais disponíveis e dos pressupostos assumidos por cada um desses sistemas. Ao longo do presente trabalho, eu irei comparar e avaliar criticamente duas das principais variantes do pluralismo lógico, nomeadamente, o pluralismo de consequência lógica e o pluralismo de constantes lógicas. Penso que ambas as variantes apontam para um resultado não ortodoxo em filosofia da lógica: a ideia de que a lógica, ao contrário do afirmam os manuais, não é neutra quanto ao conteúdo; ou que, na melhor das hipóteses, a tese da neutralidade da lógica deve ser vista apenas em um sentido restrito.

### **Lógica Temporal Relativística**

***Angell Mayara Maroco Magri***

A lógica temporal surgiu no século XX, com a obra do lógico Arthur Prior, como uma alternativa à limitação da lógica clássica que não leva em conta o tempo verbal das frases em sua análise da noção de consequência lógica. A lógica temporal, por sua vez, leva em consideração o tempo na formalização de sentenças e argumentos em pelo menos dois aspectos: 1) reconhecendo que certas frases usualmente mudam seu valor de verdade de acordo com o momento em que são enunciadas; 2) levando em conta que em alguns casos, o tempo verbal das sentenças que compõem um argumento influencia diretamente na determinação da sua validade ou invalidade. Isso significa que o mundo está, de algum modo, temporalmente estruturado. A forma como se caracteriza essa estrutura é essencial para se determinar como o valor de verdade de sentenças na lógica temporal depende do tempo. Concepções diferentes de passagem do tempo levam a sistemas lógicos temporais distintos. Por ser o tempo um conceito muito discutido, podemos encontrar inúmeras concepções de tempo ao longo da história da filosofia e também da física. Uma das formas de se pensar a passagem do tempo pode ser retirada da Teoria da Relatividade, desenvolvida pelo físico Albert Einstein. É conhecido que a noção de tempo na Teoria da Relatividade difere

daquele pensado na física clássica e em outras teorias físicas, inclusive com o surgimento de alguns “paradoxos” acerca da passagem do tempo. É esta concepção de tempo que interessa-nos investigar, partindo do problema de tentar compreender a noção de tempo dentro da Teoria da Relatividade e como esta noção de tempo pode ser usada para a construção de uma lógica temporal. Alguns esforços já foram feitos no desenvolvimento de sistemas lógicos temporais para a concepção de tempo da Teoria da Relatividade Restrita, mas apesar destes esforços, o conceito de tempo na Teoria da Relatividade parece não ter sido completamente investigado pela lógica. Isto se mostra no surgimento de questões como: o conceito de tempo da Teoria da Relatividade Geral difere de alguma forma do conceito de tempo da Teoria da Relatividade Restrita? Um sistema lógico temporal desenvolvido para a concepção de tempo da Teoria da Relatividade Restrita conseguiria capturar também o modelo de tempo da Teoria da Relatividade Geral? Frente a isso, e para um conhecimento mais abrangente da concepção de tempo da Teoria da Relatividade e sua relação com uma lógica temporal, faz-se necessário um estudo mais aprofundado destas áreas, e é este o problema que propomos investigar. Um trabalho desta natureza é importante para se compreender a estrutura lógica de uma das teorias mais conhecidas da física moderna, e como a filosofia pode contribuir na compreensão de aspectos da física, através de aplicações da lógica temporal.

### **Um olhar intuicionista sobre a tese de Church**

***Bruno Rigonato Mundim***

"A tese de Church propõe identificar a noção intuitiva de função computável (método efetivo, algoritmo, procedimento mecânico e outros sinônimos) à noção formal de função recursiva (máquina de Turing, função  $\lambda$ -definível e outras classes de funções equivalentes), i.e., uma função é computável se, e somente se, for recursiva. Assim, o objetivo principal da comunicação é apresentar dois exemplos de funções que se colocam como possíveis candidatas a um contraexemplo à tese de Church, analisando como a justificação do contraexemplo se fundamenta numa interpretação intuicionista da matemática.



Um dos exemplos consiste numa função característica cujo cálculo de seus valores depende de uma disjunção da qual não sabemos o valor de verdade de seus disjuntos:

$$f(n) = \begin{cases} 0, & \text{se a conjectura de Goldbach for verdadeira;} \\ 1, & \text{se a conjectura de Goldbach for falsa.} \end{cases}$$

Como não sabemos qual dos disjuntos é o caso, a função  $f$  parece contrariar o que intuitivamente admitiríamos como sendo uma função computável. No entanto, desde um ponto de vista clássico,  $f$  é uma função constante, pois se trata da função  $\lambda x[0]$  ou da função  $\lambda x[1]$ , apesar de não sabermos qual. Assim, dado que funções constantes são recursivas, teríamos um contraexemplo à parte da tese de Church que diz que toda função recursiva é computável. Consequentemente, se admitirmos tal fato, uma das conclusões que

podemos tirar é que uma demonstração não-construtiva concernindo a existência de uma função recursiva não garante a computabilidade de tal função.

O outro exemplo que pretendemos apresentar envolve a axiomatização, proposta por Kreisel, da teoria do Sujeito Criativo, de Brouwer. Interpretando  $M_m$   $p$  como “o matemático ideal obteve no momento  $m$  uma demonstração da proposição  $p$ ”, temos o que ficou conhecido na literatura como exemplo de Kripke:

$$g(n, m) = \begin{cases} 0, & \text{se } M_m n \text{ não pertence a } K; \\ 1, & \text{se não é o caso que } M_m \text{ não pertence a } K. \end{cases}$$

Neste caso, tal função é intuicionisticamente considerada computável, uma vez que o Sujeito Criativo pode decidir, em qualquer momento, se tem ou não a demonstração de uma determinada proposição. Contudo, se assumirmos o conjunto  $K$  como sendo recursivamente enumerável, mas não recursivo, podemos concluir, a partir do fato  $n$  não pertence a  $K \leftrightarrow \exists m g(n, m) = 0$ , que se segue da definição de  $g$  e da teoria do Sujeito Criativo, que  $g$  é uma função recursiva. Não

obstante, sendo  $g$  recursiva, o complemento de  $K$  é recursivamente enumerável, fazendo com que  $K$  seja recursivo, colocando-nos assim em contradição com a nossa hipótese, logo,  $g$  não é recursiva. Desse modo, contrariaríamos a tese de Church no sentido que diz: se uma função for computável, então ela é recursiva.

Apresentados tais exemplos, elucidaremos como eles levantam questões interessantes concernentes à disputa clássico vs intuicionista.

### **Análise retórica das provas diagramáticas euclidianas**

*Douglas Lisboa Santos de Jesus*

A recente literatura em historiografia e filosofia da prática matemática apresenta um novo cenário sobre o estatuto epistemológico dos diagramas. Resgatam-se aí algumas das principais discussões sobre a maneira como um sujeito pode obter conhecimento através de justificativas parcialmente baseadas em diagramas. O caso paradigmático a ser discutido aqui é os Elementos de Euclides, com especial atenção aos Livros I-VI. Uma objeção frequente às provas diagramáticas presentes nesta obra decorre da correta observação que o diagrama é uma instância física imperfeita, donde se seguiria que também uma prova diagramática é, de um ponto de vista lógico, imperfeita. Por conta disto, é muito comum entre comentadores e filósofos a alegação de que as provas euclidianas possuem “lacunas” inferenciais, cuja correção poderia ser feita mediante novos axiomas dentro duma concepção formal de prova. Na contramão desses argumentos, o propósito do presente texto é fazer uma defesa dum modelo de prova matemática parcialmente baseado em diagramas. O principal argumento apresentado pretende abrir espaço para uma nova interpretação do papel epistêmico dos diagramas na matemática. A análise aqui reivindicada busca reconsiderar a prática matemática prescrita pelos Elementos num modelo de justificativa que incorpore sua dimensão normativa, dependente, portanto, da audiência. Essa nova abordagem às provas diagramáticas euclidianas procura alicerçar-se nalgumas categorias da retórica clássica, dentro da tradição aristotélica, com especial interesse nos entimemas (e o conceito de audiência, já

mencionado). Espera-se, com isso, mostrar que as supostas lacunas inferenciais poderiam ser aclaradas no contexto de uma prática matemática baseada em provas diagramáticas onde algumas afirmações não precisariam ser explicitadas verbalmente, posto que é subentendido pela audiência.

### **(De)motivating gluts**

***Ederson Safrá Melo***

Paradoxos semânticos, como o paradoxo do Mentiroso, são tomados como uma das principais motivações para a tese dialeteísta de que há contradições verdadeiras (dialeteias). Os argumentos do tipo do Mentiroso surgem facilmente em linguagens naturais através de princípios intuitivos de raciocínio e da linguagem natural. Diante do paradoxo do Mentiroso, dialeteístas argumentam que a sentença do Mentiroso é verdade e falsa; i.e., ela recebe um glut de valor de verdade. Em última instância, na perspectiva dialeteísta, os paradoxos semânticos nos ensinam que verdade e falsidade se sobrepõem (i.e., que há gluts) (Cf. Priest, 2006a; Beall, 2009). Em tal perspectiva, o dialeteísmo oferece uma resposta natural aos paradoxos semânticos: os princípios que levam ao paradoxo são mantidos e a contradição resultante é aceita como um fato da vida. (Cf. Priest, 1984; Priest, 2006b; Priest & Berto, 2018). Todavia, se levarmos em conta a perspectiva ordinária da verdade, parece que não temos uma sobreposição entre verdade e falsidade; sentenças podem ser verdadeiras ou falsas, mas não verdadeiras e falsas.

Embora possa parecer estranho afirmar a existência de contradições verdadeiras, dialeteístas apresentam um argumento contra as abordagens consistentes dadas ao paradoxo do Mentiroso. Dialeteístas, como Graham Priest, argumentam que toda tentativa de lidar com os paradoxos de maneira consistente conduz às versões mais fortes do paradoxo (conhecidas como Mentirosos estendidos). Como resultado, tem-se que a teoria obtém a consistência ao custo de deixar inexpressável uma noção patentemente exprimível na linguagem natural (Cf. Beall, 2008 para uma visão geral do problema). Com isso, Priest nos

apresenta a seguinte disjunção limitativa (que aqui vamos nos referir a ela como PDL): uma teoria de uma língua natural, como o português, ou é inconsistente ou é incompleta. Como as línguas naturais são semanticamente completas  $\neg$  – i.e., podemos expressar todas as suas verdades nela própria – Priest argumenta em favor da completude. Portanto, como neste contexto inconsistência é tomada como sinônimo de glut, temos que o argumento com base em PDL motiva a existência de gluts. A “prova” que uma linguagem semanticamente completa deve ter gluts é justamente a derivação do paradoxo do Mentiroso. Aqui vamos assumir, por questão de argumento, que isso é o caso; isto é, que a derivação do paradoxo do Mentiroso equivale a existência de gluts (embora esse argumento pode ser resistido; ver, por exemplo: Zadini, 2011; Zardini, 2015; Michael, 2016; Arenhart & Melo para maneiras distintas de resistir ao argumento). Desse modo, a garantia de gluts depende do objetivo dialeteísta de aceitar as línguas naturais com a sua capacidade expressiva e seus recursos dedutivos em detrimento de qualquer restrição artificial colocada para evitar a contradição proveniente do paradoxo do Mentiroso.

Diferentemente da lógica clássica, na perspectiva dialeteísta, a contradição não apresenta uma ameaça, uma vez que dialeteístas evitam a trivialidade restringindo a regra da explosão (que diz que, dada uma contradição, podemos derivar qualquer proposição – mais formalmente:  $\alpha, \neg\alpha \vdash \beta$ , para qualquer  $\beta$ ). Assim, a conclusão do Mentiroso (evidenciando a presença de gluts, neste contexto) não leva à trivialidade. De fato, esse é o desideratum dialeteísta, uma vez que dialeteísmo é definido como a tese de que algumas (e não todas) as contradições são verdadeiras. O dialeteísmo surge, portanto, como uma promessa da completude semântica que é motivada por PDL, via paradoxo do Mentiroso.

Todavia, em um artigo relativamente recente, Beall (2015) defende que a completude semântica oferecida pelo dialeteísmo é uma falsa promessa. Beall argumenta, através de um raciocínio paralelo ao PDL, que a completude expressiva leva à trivialidade pelo uso de paradoxos da validade (paradoxos do estilo do paradoxo de Curry que, ao invés de envolver condicional material, envolve a noção de validade). Com isso, Beall nos apresenta a seguinte disjunção limitativa (que aqui vamos nos referir como SDL): uma teoria de uma língua

natural, como o português, ou é trivial ou é incompleta. Dessa forma, de acordo com Beall, a completude expressiva leva à trivialidade diretamente (i.e., sem passar pela contradição), fazendo com que a típica restrição da explosão seja impotente para bloquear a trivialidade. Para evitar a trivialidade (como é o anseio dialeteísta), devemos ou evitar a completude semântica ou evitar algum princípio de inferência envolvido na derivação do paradoxo. Beall parece pensar que nenhum dos princípios envolvidos na derivação devem ser os culpados pela trivialidade, uma vez que são apenas princípios básicos sobre a relação de consequência, e, com isso, é justamente a completude que deve ser abandonada. Todavia, desistir da completude semântica equivale a desistir da motivação de gluts. Lembre que, com PDL, gluts foram motivados pela promessa da completude semântica. Assim, não temos completude semântica e não temos gluts – muito ruim para o dialeteísmo.

Diante da ameaça da trivialidade exposta pelos argumentos de Beall, Priest (2016) apresenta uma defesa em favor de gluts baseada em um movimento típico contra o paradoxo de Curry: devemos evitar a trivialidade restringindo uma das regras envolvidas na derivação da trivialidade que, no caso de Priest, é a regra subestrutural de contração. Há outras abordagens que restringem outras regras estruturais da validade, mas aqui iremos focar na abordagem de Priest (para uma visão geral de outras abordagens subestruturais, ver Beall, Glanzberg, Ripley, 2018, cap. 7). Agora, enquanto esse tipo de estratégia pode bloquear o argumento de Beall, ela também parece colocar problemas para a motivação de gluts: algumas abordagens para os paradoxos semânticos também barram a derivação do Mentiroso pela restrição da contração (cf. Zardini, 2011). Vamos argumentar que, com estratégia de Priest, a trivialidade é evitada ao custo de perder a motivação para gluts, pela via do paradoxo do Mentiroso. Em linhas gerais, vamos argumentar que os desafios de Beall podem ser estendidos para os casos dos princípios de inferências aceitáveis: paridade de raciocínio requer um tratamento igual para ambos paradoxos, Curry e Mentiroso. Assim, se alguém pretende evitar princípios intuitivamente razoáveis de raciocínio para evitar que um paradoxo seja derivado, a mesma atitude deve ser tomada em relação ao outro paradoxo. Como resultado, nós apresentamos a seguinte disjunção limitativa para os dialeteístas:

ou não temos nenhum de tais paradoxos, ficando sem trivialidade, mas também deixando gluts sem motivação, ou temos os dois paradoxos, obtendo gluts, mas também tendo a trivialidade. Qualquer escolha, obviamente, é ruim para os dialeteístas.

## Referências

- Arenhart, J. R. B., & Melo, E. S. Dialeteists' lies about the Liar. **Principia: an international journal of epistemology**. Forthcoming.
- Beall, JC. (2008). Revenge of the Liar. **New Essays on the Paradox**. Oxford University Press.
- Beall, JC. (2009) **Spandrels of Truth**. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Beall, JC. 2015. Trivializing sentences and the promise of semantic completeness. **Analysis** 75 (4), pp.573-584.
- Beall, JC., Glanzberg, M., Ripley, D. 2018. **Formal theories of truth**. Oxford: Oxford Un. Press.
- Michael, M. 2016. On a “most telling” argument for paraconsistent logic. **Synthese** 193, pp.3347-3362.
- Priest, G. 1984. Semantic closure. **Studia Logica** 43, pp.117-29.
- Priest, G. 2006a. In **Contradiction: a study of the transconsistent**. 2nd edition. Oxford: Oxford Un. Press.
- Priest, G. 2006b. **Doubt Truth to be a Liar**. Oxford: Oxford Un. Press.
- Priest, G. 2015. **Fusion and confusion**. *Topoi* 34, pp.55-61.
- Priest, G. 2016. Old wine in (somewhat leaky) new bottles. Some comments on Beall. **Australasian Journal of Logic** 13 (5), pp.89-95
- Priest, Graham & Berto, Francesco and Weber, Zach, "Dialeteism", **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Fall 2018 Edition), Edward N. Zalta (ed.), forthcoming  
URL = <https://plato.stanford.edu/archives/fall2018/entries/dialetheism/>.
- Zardini, E. 2011. Truth without contra(di)ction. **The Review of Symbolic Logic** 4 (4) pp.498-535.

Zardini, E. 2015. Getting one for two, or the contractors' bad deal. Towards a unified solution to the semantic paradoxes. In: T. Achourioti et. al. **Unifying the philosophy of truth**, pp.461-493. Springer.

### **On the idea of a Brouwerian relevance logic**

***Edgar Henrique do Nascimento Campos***

L.E.J. Brouwer developed a philosophical conception of mathematics as a mental activity in which mathematical objects, their properties, and their relations are mentally constructed out of the intuition of time. The latter, according to him, is the fundamental intuition of mathematics.

A consequence of such a view is his conception of logic as dependent on mathematics: a science that seeks and systematizes certain patterns in the language of mathematics, a linguistic report of mental mathematical constructions.

In this framework, what is preserved in a valid inference is not transcendent truth, like in classical logic, but mathematical constructibility. This means that valid inferences are linguistic structures that represent the mental activity of the subject in which the mathematical system described by the conclusion is *constructed out of* the mathematical system described by the premises.

As van Atten (2009) has argued, Brouwer's conception of logic can be understood as a relevance logic, since the priority of mathematics over logic establishes a criterion for assessing the validity of inferences that demands *a close connection between the mathematical systems described by premises and the conclusion*.

Based on this criterion, Brouwer developed his well-known criticism of the principle of excluded middle (PEM) and all the inferences based on it, considered unreliable because there is no guarantee that they represent actual or at least in-principle-constructible mathematical systems.

However, van Atten's claim seems to conflict with the actual development of intuitionistic logic because some formulae usually taken as fallacies of relevance within the tradition of relevance logics, such as

$$(1) \neg p \rightarrow (p \rightarrow q)$$

$$(2) q \rightarrow (p \rightarrow q).$$

were accepted as axioms in the formal system presented by Heyting (1930) and they have been considered valid in the standard intuitionistic logic since then.

The validity of formula (1) within the framework of intuitionistic logic was criticized by Kolmogorov (1925) in his first work on this subject and also by Johansson (1937), contributions which gave rise to the minimal logic.

Based on his interpretation of Brouwer's remarks on the hypothetical judgment, i.e., implication, van Atten (2009) argues that formula (1) above, which formally represents the inference usually known as *ex falso sequitur quodlibet* (EFQ), is not correct from a Brouwerian point of view.

Taking van Atten's considerations as our starting point, we argue that Brouwer's general conception of logic and his constructive understanding of implication and negation justify not only the rejection of PEM, all inferences based on it, and EFQ but also the rejection of formula (2).

This rejection of both formulas (1) and (2), the main examples of the so-called paradoxes of material implication, gives a stronger and more adequate meaning to the claim that Brouwer's logic is a relevance logic.

## References

- van ATTEN, M. On the hypothetical judgement in the history of intuitionistic logic (2009). In: GLYMOUR, C.; WANG, W.; WESTERSTAHL, D. (eds.) **Logic, Methodology, and Philosophy of Science: Proceedings of the Thirteenth International Congress**. London: King's College Publications, p. 122-136.
- BROUWER, L.E.J. *Collected Works. Vol. I: Philosophy and Foundations of Mathematics*. Edited by A. Heyting. Amsterdam: North-Holland Publishing Company, 1975.
- van DALEN, D. Kolmogorov and Brouwer on constructive implication and the Ex Falso rule (2004). **Russian Math. Surveys**, v. 59, n. 2, p. 247-257.



HEYTING, A. The Formal Rules of Intuitionistic Logic (1930). Translated by P. Mancosu. In: MANCOSU, P. (ed.) **From Brouwer to Hilbert. The Debate on the Foundations of Mathematics in the 1920s**. (1998). Oxford: Oxford University Press, chapter 24, p. 311-327.

JOHANSSON, I. Der Minimalkalkül, ein reduzierter intuitionistischer Formalismus (1937). **Compositio Mathematica**, v. 4, n. 1, p. 119-136.

KOLMOGOROV, A. On the principle of excluded middle (1925). In: van HEIJENOORT, J. (ed.) **From Frege to Gödel: A Sourcebook in Mathematical Logic, 1879–1931**. (1967). Cambridge, MA: Harvard University Press, p. 416-437.

KUIPER, J. **Ideas and Explorations. Brouwer's Road to Intuitionism** (2004). Ph.D. thesis, Utrecht University. *Quaestiones Infnitae* vol. XLVI.

### Generalised Tarski's Thesis Hits Substructure

*Elia Zardini*

At the core of the brand of logical pluralism promoted in a series of influential works by JC Beall and Greg Restall (e.g. their *Logical Pluralism*, Oxford University Press, Oxford, 2006) is “Generalised Tarski's Thesis” (henceforth GTT). According to GTT, a relation of logical consequence is characterised by the fact that, in every “case” where every premise is true, so is the conclusion, where the pluralism is delivered by the fact that there are several alternative but equally legitimate specifications of the notion of “case”, with different such specifications yielding different relations of logical consequence.

I will argue that GTT implies that many philosophically interesting substructural logics (non-reflexive, non-monotonic, non-transitive, non-contractive and non-commutative ones) are not relations of logical consequence. To wit, under every notion of “case” we have that:

- In every case where P is true, so is P, thereby ruling out non-reflexive logics.
- In every case where P is true and Q is true, so is P, thereby ruling out non-monotonic logics (here, I will briefly criticise Beall and Restall's conception of relevant logics, arguing that, in its attempt at putting together GTT, and so

monotonicity, with a presentation of relevant logics in sequent-style form, it has the very implausible consequence that there are no relevant logical truths save for the trivial truth ‘For some  $P$ ,  $P$ ’).

- If, in every case where  $P$  is true, so is  $Q$ , and, in every case where  $Q$  is true, so is  $R$ , then, in every case where  $P$  is true, so is  $R$ , thereby ruling out non-transitive logics.

- In every case where  $P$  is true, so are  $P$  and  $P$ , thereby ruling out non-contractive logics.

- In every case where  $P$  is true and  $Q$  is true, so are  $Q$  and  $P$ , thereby ruling out non-commutative logics.

Beall and Restall themselves briefly point out GTT’s clash with non-reflexive and non-transitive logics; my argument is to the effect that such clash is much more general, covering virtually every kind of substructural logic, and that it arises because, in spite of its advertised plurality-friendliness, GTT is actually hostile to plurality in many important respects. To wit:

- GTT is not sensitive to plurality in designated value, and therefore clashes with non-reflexive and non-transitive logics (which can be seen as admitting different designated values for the premises and for the conclusion, worse values for the premises and better ones for the conclusion in the case of non-reflexive logics; better values for the premises and worse ones for the conclusion in the case of non-transitive logics).

- GTT is not sensitive to plurality in the connection between premises and conclusion, and therefore clashes with non-monotonic logics (which can be seen as requiring stronger connections than mere preservation).

- GTT is not sensitive to plurality in occurrences of the same premise, and therefore clashes with non-contractive logics.

- GTT is not sensitive to plurality in models when testing for logical consequence, and therefore clashes with non-commutative logics (which can be seen as testing for logical consequence by looking at whether different premises are true in different models and at whether the conclusion is true in a yet different model).

I will then extend the argument to the effect that also the more general conception of logical consequence as necessary truth preservation clashes with substructurality, since the conception would seem to be just as insensitive to plurality as the more specific GTT is in almost all the respects in question (the exception being the respect constituted by plurality in models).

I will conclude by sketching a proposal as to how we can still uphold a broadly semantic conception of logical consequence which, like GTT and the conception of logical consequence as necessary truth preservation, grounds facts about logical consequence in facts about truth. Basically, the idea is that, given a specific substructural logic  $L$  (which we assume to be harmlessly extended with a truth predicate transparent over the sentences of the 'true'-free language), we can reinterpret conditionals of the form 'If 'P' is true and 'Q' is true and 'R' is true... and 'S' is true, then 'T' is true' by using the notions of (intensional) conjunction and of implication available in  $L$ . We can then ground facts about logical consequence in  $L$  in facts about truth by saying that the fact that, in  $L$ ,  $P, Q, R...S$  logically entail  $T$  is grounded in the fact that, in  $L$ , the conditional 'If 'P' is true and 'Q' is true and 'R' is true... and 'S' is true, then 'T' is true' is valid. I will argue in favour of this proposal and against a closely related variant according to which the grounding fact is rather the fact that the 'true'-free conditional 'If  $P$  and  $Q$  and  $R...S$ , then  $T$ ' is valid, essentially on the grounds that that variant is not sensitive to premise combination and would therefore wrongly ground, say, the fact that, in  $L$ ,  $P, Q$  entail 'P and Q' in the fact that, in  $L$ , the trivial conditional 'If  $P$  and  $Q$ , then  $P$  and  $Q$ ' is valid. One consequence worth highlighting of my proposal is that, for substructural logics, contrary to the contemporary vulgate (also inspired by Tarski's works) it is logical consequence that is grounded in logical truth rather than vice versa.

### **On the rivalry between logics**

*Evelyn Erickson*

This work proposes a pluralistic approach to logic in which the differences between logics can be explained in terms of kinds of rivalry between them. To this end, three different types of rivalry are proposed: meaning rivalry (based on

meaning variance between the logical connectives), structural rivalry (similar to the rivalry criteria proposed by Paoli [3, 4]) and entailment rivalry (based on the work by Blasio [1, 2]). These kinds of rivalry are defined and explored from the viewpoint of an abstract approach to logic and it is shown how this framework interacts with other approaches to pluralism.

[1] Blasio, C. Revisitando a lógica de Dunn-Belnap. *Manuscrito*, 40 (2), 2017.

[2] Blasio, C., J. Marcos and H. Wansing. An inferentially many-valued two-dimensional notion of entailment. *Bulletin of the Section of Logic*, 46 (3/4), 2017.

[3] Paoli, F. Quine and Slater on Paraconsistency and Deviance. *Journal of Philosophical Logic*, 32 (531), 2003.

[4] Paoli, F. Semantic Minimalism for Logical Constants. *Logique et Analyse*, 57 (227), 2014.

### **Plantinga's 'Free Will Defence' and Nieznański's 'Axiomatic approach to Theodicy': A new approach on the Problem of Evil**

***Gesiel Borges da Silva***

This work aims to discuss two contemporary approaches within current debates about the problem of evil in its logical aspect. The problem of evil is regarded as one of the most important issues in the history of philosophy, from Epicure to Hume, Leibniz, Voltaire, and other great philosophers; and this question is widely discussed also in contemporary analytic philosophy of religion, for example, by Mackie, Plantinga, Tooley, van Inwagen, Swinburne, among others. Here we deal with the logical problem of the evil, that is proposed by philosophers which argue that it is logically inconsistent to affirm both the existence of a perfect, omnipotent Creator and the existence of evil in general, concluding that theism is not logically consistent or rational (Mackie, 1971; Beebe, 2003).

Among the main lines of reasoning about this issue, we consider two relevant proposals, namely, that of Plantinga's Free Will Defence and the Leibniz-

Thomistic inspired Nieznański's Axiomatic Approach to Theodicy. In general lines, Alvin Plantinga (1974a, 1974b) provides an answer to a particular question proposed by Mackie (1971) about inconsistency of propositions commonly attributed to theism, in order to show that this objection cannot exhibit that there is explicit, implicit or formal contradictions between those propositions (1974a, p. 24). This project of defeating a particular question regarding the problem of evil driven against theism is called a *Defence*. But Plantinga goes beyond this and, with an approach based on modalities and semantic of possible worlds, he treats extensively other objections to theistic belief based on the problem of the evil, and concludes with a proposition that shows a possible reason why God could have had a way of allowing evil in the actual world.

His upshot is not only widely considered to achieve its goals successfully, as Mackie himself recognizes (1982, p. 154), but is also the paradigm of Defence as a strategy of answering the problem of evil. Theist, as Plantinga himself says (1974a, p. 10-11), is not obliged to know God's real reasons to allow evil; it is enough to support the rationality of theistic belief that He could have had it. But this position is not consensual: many other philosophers consider Theodicy a better, more complete answer to the problem of evil, as it is the case of Richard Swinburne (1988) and Jerry Walls (1991). Even Mackie questions to what extent Plantinga's Free Will Defence is a 'real solution' to the problem of evil (Mackie, op. cit., p. 154).

Thus we look to Edward Nieznański's approach to Theodicy (2007, 2008) as a possible answer to the logical problem of evil. The Polish author develops a complete formal system, based in the well-known Leibniz's Theodicy and the Thomist tradition, in order to justify God in face of situations in the world, and as his work is not widely known, we give here a short brief of it.

Nieznański begins with the definition of the properties of God. The author uses a dual-band calculus, where variables  $p$ ,  $q$  and  $r$  stand for situations, and variables  $x$ ,  $y$  and  $z$  stand for people;  $\varepsilon$  means "is" and  $\beta$  refers to "God" (2007, 202-203). He defines initially two basic concepts: "to want" ( $x\text{C}p$  means "x wants p") and "to know" ( $x\text{W}p$  means "x knows that p"), as well as the properties of omniscience (WW), infallibility (NM) and omnipotence (WM) according to Thomistic philosophical framework, deriving that God satisfies these properties (respectively,

$\forall p (p \rightarrow \mathcal{W}p)$ ,  $(\forall p(\mathcal{W}p \rightarrow p))$  and  $\forall p (\mathcal{E}p \rightarrow p)$ , as well as coherence of will (*koherentne(x,y)*) which is satisfied by God (ibid., 203-205). Then Nieznański defines permission ( $x\mathcal{D}p$ ) and opposition ( $x\mathcal{S}p$ ) regarding to situations ( $x\mathcal{S}p \leftrightarrow \mathcal{E}\sim p$  and  $x\mathcal{D}p \leftrightarrow \mathcal{W}Sp$ ). Some important theorems are deduced and relations between God's will, knowledge, allowance and opposition are clarified. (ibid., 205-208).

Henceforward, the philosopher develops a complete axiology of values, wherein he defines good (*d*), bad (*z*) and neutral (*n*) situations, and then derives relations between them and God. From these definitions and the theory established an effective denial of religious fatalism is derived: it is not the case that, for all that is, God wants it to be ( $\sim \forall p (p \rightarrow \mathcal{W}p)$ ), and it is not true that, for all situations, the fact that God knows a situation implies that he wants it ( $\sim \forall p (\mathcal{W}p \rightarrow \mathcal{E}p)$ ), among other theorems. To conclude, Nieznański defines the notions of cause (*P*) and responsibility (*O*) of beings regarding facts and the contingency (*K*) of situations. Then, he precises and denies religious fatalism (which tends to defend that evil is caused by God's active will and design): God is not the cause of everything that happens ( $\sim \forall p (p \rightarrow \mathcal{W}p)$ ); although he is responsible for what is good ( $(\forall p (\mathcal{D}p \rightarrow \mathcal{E}d))$ ), for what is evil he is not responsible ( $\forall p (p \in z \rightarrow \mathcal{D}p)$ ), for these situations are contingent and thus these are not subject to God's will or opposition ( $\forall p (p \in z \wedge \sim \mathcal{D}p \rightarrow \mathcal{E}K)$  and  $(\exists p p \in K \leftrightarrow \forall p (\mathcal{E}p \vee \mathcal{D}p))$ ). (ibid., 208-213).

One could say that Nieznański's approach differs very much from that of Plantinga's, and we agree with that claim in at least three different senses. First of all, in a methodological sense, while Plantinga's Free Will Defence is developed in natural language, although in a semi-formal one, Nieznański's Formal Theodicy is written in symbolic language, and formal methods and procedures are largely employed. It is well known that since Plantinga's works (and even because of them) a kind of formal procedure (i. e., probabilistic methods) has been extensively used to deal with philosophical issues (for instance, in discussions on the evidential problem of evil, exemplified by Plantinga and Tooley, 2008). But as formal logic preserves the relation of consequence, Nieznański's system assures the validity of the argument, by an effective procedure of deduction which preserves truth. This is very useful for the issue on the problem of evil, if we consider the appointments

made by Silvestre recently, on conceptual mistakes within discussions of the problem of evil in analytic philosophy of religion (Silvestre, 2017).

We should also consider the differences between a Defence and a Theodicy. As Nieznański himself affirms about his Formal Theodicy: “The whole of the axiomatic calculus tends to the conclusion that evil in the world of the omnipotent Creator results from the purposefully established fortuitousness within the laws of nature, in the name of man’s freedom of choice and possibilities of development” (p. 217). This seems to show that, alongside with other Theodicies, Nieznański’s approach affirms an alleged relation between God and bad situations, which is clearly stronger than to affirm that God has a possible reason to permit evil in the world (as in a Defence; cf. Plantinga, 1974a, p. 28). But if the claims made by Swinburne, Walls and Mackie (among others) are correct, we should consider Nieznański’s work as a possible answer to them. We thus have reasons to evaluate positively how this solution contributes to the current debate. As its formal approach with a semantic counterpart exhibits a clear, rigorous conceptual framework by which we can reconsider this important issue, we have also strong philosophical reasons on doing so.

Finally, as this work is part of an ongoing project that should culminate in a Master Thesis of the author, the next steps of this research should include a more detailed study of Nieznański’s system, in which we aim to prove its theorems, construct a model and study its properties. The importance of the current program of research lies in the relevant consequences it could have for the philosophical question about the relation between God and evil, which, in its turn, has decisive implications for the rationality of religious beliefs.

### **Acknowledgements**

We thanks CNPq for the financial support.

### **References**

- Beebe, James. R. (2003), **Logical problem of evil**, in: James Fieser & Bradley Dowden (eds.), *The Internet Encyclopedia of Philosophy*. URL = <http://www.iep.utm.edu/evil-log>.
- Mackie, John L. (1955), "Evil and omnipotence", **Mind**, New Series, Vol. 64, No. 254, pp. 200-212.
- Mackie, John L. (1982), **The miracle of theism: arguments for and against the existence of God**, Oxford University Press, Oxford.
- Nieznański, Edward. (2007), "Aksjomatyczne ujęcie problemu teodycei", **Roczniki Filozoficzne**, LV(1), pp 201-217.
- Nieznański, Edward. (2008), "Elements of modal theodicy", **Bulletin of the Section of Logic**, v. 37:3/4, pp. 253-264.
- Plantinga, Alvin. (1974a), **God, freedom, and evil**. Eerdmans, Grand Rapids.
- Plantinga, Alvin. (1974b) **The nature of necessity**. Oxford University Press, Oxford.
- Plantinga, Alvin. and Tooley, Michael. (2008), **Knowledge of God**, Blackwell Publishing.
- Silvestre, Ricardo Sousa. (2017). "Some thoughts on the logical aspects of the problem of evil". In: **2nd World Congress on Logic and Religion - The Book of Abstracts**. Warsaw.
- Swinburne, Richard. (1988) "Does theism need a theodicy?" **Canadian Journal of Philosophy**, Vol. 18, No. 2 (Jun., 1988), pp. 287-311
- Walls, Jerry. (1991) "Why Plantinga must move from defense to theodicy". **Philosophy and Phenomenological Research**, Vol. 51, No. 2 (Jun., 1991), pp. 375-378.

## Counterfactual Liars and Impossible Worlds

*Guilherme Araújo Cardoso*

"According to a general view on possible worlds semantics, a counterfactual sentence is false iff there is a (closest) world in which its antecedent is true and its consequent is false. Thus a counterfactual sentence with a necessarily false (impossible) antecedent is vacuously true. For example, the sentence ""If it were



not the case that  $2 = 2$ , then Santa Claus would be real" is vacuously true, because it is necessarily true that  $2 = 2$ . These sentences are usually called counterpossible conditionals.

One problem with counterpossible conditionals is that both " $A > B$ " and " $A > \sim B$ " (using  $>$  for subjunctive conditionals) are vacuously true, whenever  $A$  is necessarily false. From a classical view on Logic, for instance, both "if paracomplete logics were right, then Excluded Middle would still hold" and "if paracomplete logics were right, then Excluded Middle would not hold" are true sentences. Nevertheless, we tend to think of the first one as false and the second one as true. By taking both them as true sentences we lose sight of counterfactual reasoning. This is one of the main reasons to accept impossible worlds, as it is done by Routley (1989), Read (1995), Mares (1997), Nolan (1997), Brogaard and Salerno (2013), Berto (2010) and Priest (1997).

Special cases of impossible worlds are those in which we could find contradictions without triviality. Thus to accept impossible worlds would be a good strategy both to deal with counterfactual reasoning and (as a special kind of cases) to deal with inconsistent settings.

Consider now a sentence that says of itself that if it were true, something else would be the case, that means, a sentence  $G$ , such that,  $G$  is true iff  $T("G") > B$  is true (where  $T(x)$  is a truth predicate that preserves T-Rules). First,  $G$  cannot be true without triviality. Suppose  $G$  is true. By T-Rules,  $G$  is a true sentence with a true antecedent. This would also make  $B$  true, for any sentence  $B$ . Thus if  $G$  is true, anything is true. Nevertheless, if  $G$  cannot be true,  $T("G")$  is necessarily false and  $G$  is a counterpossible conditional. Let us now take the alternative view on counterpossibles and suppose an impossible (closest) world in which  $T("G")$  is true. By T-Rules, this is a world in which  $G$  is a true sentence with a true antecedent. Therefore, in this world  $B$  is also true. Unless the (closest) impossible world in which  $G$  is true does not preserve T-Rules, it is always a world in which its antecedent is true.

Sentence  $G$  works as a kind of liar sentence (more precisely, as a kind of curry sentence) inside the framework of impossible worlds semantics. By this argument looks like it is not really so easy to accept inconsistent worlds without

triviality. In this talk I intend to explore the consequences of liar counterfactual sentences inside the framework of impossible worlds and the consequences of the same sentences for truth theories.

### **Deciding the status of arguments in abstract argumentation frameworks: tableaux with boolean operations**

*Gustavo Bodanza*

P.M. Dung [3] has developed a model of abstract argumentation, called “argumentation frameworks”, to study the status of acceptance or rejection of arguments according to their interaction through an attack relation. Several “extension” semantics have been advanced to determine which subsets of arguments are deemed accepted. On the other hand, several proof procedures have been proposed to capture those semantics, as for instance dialogue games [2, 5].

We present here an alternative decision method for argument justification, inspired in analytic tableaux [1, 4]. This allows to decide on the satisfiability of a formula or set of formulas by developing a tree (the ‘tableau’) in which any formula becomes “expanded” according to the truth table of its principal connective. In a finite sequence of steps the procedure yields either the satisfiability or not of the formula(e). In our case, we want a method to decide if sentences like ‘argument a is in’ (accepted) or ‘argument a is out’ (rejected) are satisfiable with regard to the argumentation framework. Starting with a root sentence about the acceptance status of an argument, a tableau is build upon the different attack lines. Arguments along them are either expressed by their names alone, if accepted, or preceded by ‘~’, if rejected. At the end, the tableau results either open (i.e. without contradiction) or closed (i.e. with contradiction), implying that the original formula is either satisfiable or not, respectively.

Given a generic argumentation framework  $AF = \langle A, R \rangle$ , where A is a finite set of entities (the “arguments”) and R is a binary relation on A (the “attack” relation) we define a propositional language where the atoms are the names of the

arguments in  $A$ , such that 'x' is interpreted as 'x is in', an operator  $\sim$  that can precede atoms (' $\sim x$ ' is interpreted as 'x is out'), connectives  $\vee$  and  $\&$ , and boolean values 1 and 0. Then we introduce two kind of rules that enable to infer the status (in or out) of an argument given the statuses of its attackers, according to  $R$ . For every argument  $x$  in  $A$ , we have a rule (In  $x$ ) and a rule (Out  $x$ ). Let  $p[x]$  any formula in which occurs  $x$ . If  $x$  has attackers then the rule (In  $x$ ) enables to replace 'x' in  $p[x]$  by the conjunction of all the sentences ' $\sim y$ ' such that  $y$  is an attacker of  $x$ . This means that if  $x$  is in, then every attacker  $y$  of  $x$  should be out. If  $x$  has no attackers then the rule replaces 'x' by the boolean value 1, meaning that the hypothesis 'x is in' is true. The rule (Out  $x$ ), on the other hand, enables to replace ' $\sim x$ ' in  $p[\sim x]$  by the disjunction of all the sentences ' $y$ ' such that  $y$  is an attacker of  $x$ , meaning that if  $x$  is out then at least one of its attackers should be in. Finally, if  $x$  has no attackers then the rule replaces ' $\sim x$ ' by the boolean value 0, meaning that the hypothesis 'x is out' is false.

The tableaux are constructed by applying the rules successively, putting the consequences in a downward list. For example, assume we have arguments  $A = \{a, b, c\}$  and attacks  $R = \{(b, a), (c, a), (d, b)\}$ , and we want to know whether argument  $a$  is in or not. Then we write 'a' (our hypothesis) and trace a line under it to begin the tableau. Next we apply the rule (In  $a$ ) which yields ' $\sim b \& \sim c$ ', so we put this sentence below. The process continues by applying the rule (Out  $b$ ), yielding ' $d \& \sim c$ '. The rule (In  $d$ ) replaces ' $d$ ' by 1, since  $d$  has no attackers. Finally, the rule (Out  $c$ ) yields 0 in the place of ' $\sim c$ ' since  $c$  has no attackers, and the tableau is finished. Operating on the Boolean formula at the end of the tableau we obtain the value 0 (the tableau is closed), meaning that argument  $a$  cannot be accepted.

Special treatments will be needed in case that  $R$  has cycles. If cycles are of even length the tableau would produce an infinite repetition of the same formulae. For instance, let  $A = \{a, b\}$  and  $R = \{(a, b), (b, a)\}$ , then the tableau for  $a$  will repeat ' $\sim b$ ' and ' $a$ ' to the infinity. To cut this loop we introduce a third value,  $*$ , in the place of the firstly repeated formula (as expected, the behavior of  $*$  is such that  $(* \vee 1) = 1$ ,  $(* \vee 0) = *$ ,  $(* \& 1) = *$ , and  $(* \& 0) = 0$ ). This is a designated value which intended meaning is a "credulous" acceptance, weaker than the "skeptical" acceptance

expressed by 1. Indeed, \* corresponds to preferred acceptance, while 1 corresponds to grounded acceptance in Dung's semantics.

On the other hand, if the cycle is of odd length then the tableau will introduce two lines containing contradictory formulae. Though this yields a loop too, a stronger reason to abort the process here is the presence of a contradiction. In this case we introduce 0 in the place of the contradicting literal.

Satisfiability corresponds to open tableaux (i.e. final values 1 or \*), validity corresponds to open tableaux with final value 1, and unsatisfiability corresponds to closed tableaux (i.e. final value 0). As a result, we prove that if  $x$  (resp.  $\sim x$ ) is valid then  $\sim x$  (resp.  $x$ ) is unsatisfiable (but not vice versa).

## References

E. Beth, Semantic Entailment and Formal Derivability. Reprinted in J. Hintikka (ed.) **The Philosophy of Mathematics**, Oxford University Press, 1969.

C. Cayrol, S. Doutre, J. Mengin, **Dialectical Proof Theories for the Credulous Preferred Semantics of Argumentation Frameworks**. Proc. of the 6th ECSQARU, Springer (2001), 668-679.

P.M. Dung, **On the Acceptability of Arguments and its Fundamental Role in Non-Monotonic Reasoning, Logic Programming, and n-Person Games**. Artificial Intelligence 77 (1995), 321-357.

R. Smullyan, **First Order-Logic**. Dover Publications, 1998.

G. Vreeswijk, H. Prakken, **Credulous and Sceptical Argument Games for Preferred Semantics**. Proc. JELIA 2000, Springer (2000), 239-253.

## A lógica trivalente (Ł3) de Jan Łukasiewicz como uma resposta ao problema do determinismo

*Hênio Santos de Almeida*

Dentre os problemas clássicos com os quais a filosofia deve lidar encontra-se, a fortiori ratione, o determinismo – cujas principais teses foram primeiramente elencadas por Aristóteles (numa tentativa de refutá-lo) e, posteriormente, por Diodoro Cronos (empenhado em demonstrar sua consistência). E séculos depois

destes dois filósofos gregos foi a vez do filósofo polonês Jan Łukasiewicz afirmar: “tenho declarado uma guerra espiritual contra toda coerção que restringe a atividade criativa livre do homem”; e essa “guerra”, com a qual se comprometeu durante toda sua vida, configurou-se, por um lado, na afirmação da liberdade humana e, por outro, na demonstração da improcedência das teses deterministas. Assim, perfazendo seu projeto lógico-filosófico, entendeu que sobre alguns princípios lógico-aristotélicos (como o da bivalência e do terceiro excluído) repousava uma parte das bases argumentativas do determinismo; e isso o motivou a repensar a procedência de tais princípios e a construir uma lógica trivalente como solução ante o problema. Contudo, segundo a compreensão de Susan Haack a respeito do disposto até aqui, o fatalismo não se segue da bivalência e, portanto, “Łukasiewicz não forneceu uma boa razão para adotar sua lógica trivalente”. Mas tanto as críticas quanto as conclusões de Haack parecem não apenas desconsiderar alguns aspectos da crítica de Łukasiewicz à bivalência representada no princípio de não-contradição e do terceiro excluído, como também desconsideram seu conceito tardio de “causa” (presente em “O determinizme”). Assim sendo, nosso trabalho tenciona detalhar: a) o “Leitmotiv” que conduziu Łukasiewicz à sua lógica trivalente (Ł3); b) o equívoco da crítica de Haack ao sistema trivalente de Łukasiewicz; e c) as premissas admitidas por Łukasiewicz e que tornam sua argumentação consistente.

### **Frege and the problem of the informativity of logic**

*João Vitor Schmidt*

"Frege famously held, in the *Grundlagen* (FREGE, 1953), how logic can be informationally augmentative. Precisely, he argued how analytic judgements can be ampliative, against Kant's dictum that from analysis nothing can be gained besides what we already have in the first place (KANT, 1998). Frege's primary example was theorem 133 from the *Begriffsschrift* (FREGE, 1967), as he believed that from it, "[...] it can be seen that propositions which extend our knowledge can have analytic judgements for their content" (FREGE, 1953, §91). Given that Frege endorsed the existence of ampliative analytical judgements, he endorsed the non-triviality of his

logical system. This was an important point: if, as Frege intended, arithmetic is a more developed logic, and if arithmetic is a proper science as he also defended, then logic must embrace discoveries as well.

But this gives rise to the following problem. Logic is regarded as a deductive form of reasoning, since in any logically valid argument, the conclusion is supported solely by its premises: it simply restates the premises in such a way that no new information is added. If something else is added, then we lose the formal validity of the argument. That's why logical truths are said to be tautological or analytical. In the other hand, it seems clear that we in fact gain knowledge when we do logic, i.e. we accept the informativity of the conclusion, even though it suppose to be nothing more than what we already know as premises. In other words, we accept that the conclusion was somehow unexpected, or at least that we did not know it in advance. That's the main reason why people do logic: to verify and confirm the truth of some propositions. Hintikka (1970) called this the “scandal of deduction”: the fact that, although being essentially tautological, no satisfactory account has been given for the highly informational capabilities of logical truths.

It is not suffice to give a psychological answer to this conundrum (as logical positivists would might offer), as if our lack of awareness were simply a matter of lack of resources to efficiently compute all the logical consequences provided by a given proposition. This would suggest, as Hintikka (1970, p.135-136) puts it, the far-fetched idea that the work of a logician or mathematician resembles some “therapeutic exercises calculated to ease the psychological blocks and mental cramps that initially prevented us from being [...] ‘aware of all that we implicitly asserted’ already in the premises”.

There has been many attempted solutions to this problem which formalize the notion of information carried by deductions (see, e.g. Carnap and Bar-Hillel, 1952; Hintikka,1973; and D’Agostino & Floridi, 2008), and the discussions often deal with propositional or first-order predicative logic, as these are properly accepted as logic nowadays. The problem is akin to Frege’s own dispute with Kant, as he seems to offer a solution of his own for the scandal of deduction. And following Hintikka’s warning, his solution should avoid psychological considerations, to the risk of bringing logicism to failure.

But Frege's thesis of the informativity of logic deviates from recent proposals towards the scandal of deduction. Frege's logic is clearly a second-order system, with a different semantic that lacks meta-theoretical considerations. Nonetheless, some common points can be found. This is the main task of this talk: to address Frege's informativity thesis in the light of more recent results. The main point is the undecidability of second-order logics: no decidable/computable procedure can be given to offer the set of its validities. This means that the lack of resources to find all logically valid consequences of a given proposition is therefore not a psychological limitation. Thus, the informativity of Frege's logic seems to be not a psychological but rather a logical feature of his system of logic (this was first pointed out briefly by Landini, 2012). To better accommodate such meta-theoretical results (since they were unknown to Frege, who would probably not even accept them given the lack of a meta-theory in his logic), I discuss some fregean themes in order to avoid the conclusion that Frege was only accidentally correct in regarding logic as informative as he did.

## References

- CARNAP, Rudolf & BAR-HILLEL, Yehoshua. **An Outline of a theory of semantic information**. Research Laboratory of Electronics, Massachusetts Institute of Technology, 1952.
- D'AGOSTINO, Marcello & FLORIDI, Luciano. The enduring scandal of deduction. Is propositional logic really uninformative? **Synthese**. vol.167, Issue 2, pp 271–315, 2008.
- FREGE, Gottlob. Begriffsschrift, a formula language, modeled upon that of arithmetic, for pure thought. In: HEIJENOORT, Jean van (Ed.). **From Frege to Gödel: A Source Book in Mathematical Logic, 1879-1931**. Cambridge: Harvard University Press, 1967.
- FREGE, Gottlob. **The foundations of arithmetic: A logico-mathematical enquiry into the concept of number**. Oxford: Blackwell, 1953.
- HINTIKKA, Jaakko. Information, Deduction, and the A Priori. **Noûs**, vol. 4, no. 2, p.135–152, 1970.

HINTIKKA, Jaakko. **Logic, Language-games and Information**: Kantian Themes in the Philosophy of Logic. Oxford: Oxford University Press, 1973

KANT, Immanuel. **Critique of Pure Reason**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

LANDINI, Gregory. **Frege's Notation**: what they are and how they mean. Hampshire, England: Palgrave Macmillan, 2012.

### **Classes: As perspectivas de Frege e Russell a partir dos Principles of Mathematics**

*Lauro lane de Morais*

"Classes podem ser entendidas como totalidade de termos, coleção de termos, união de termos; para cada uma dessas noções correspondem métodos diferentes de defini-la. De acordo com Russell, "Classe pode ser definida ou extensionalmente ou intensionalmente. Isto é, podemos definir o tipo de objeto que é uma classe ou tipo de conceito que denota uma classe: essa é o significado preciso da oposição de extensão e intensão [...]." (RUSSELL, 2009, p.70.). Desse modo, se quisermos nos referir a uma totalidade de termos, podemos definir a classe acima de dois modos: (1) contando o número de termos que compõem essa classe; (2) asserindo algo que é dito sobre todos os termos que a compõem. (1) corresponde à noção de coleção, dada pela enumeração de seus termos. (2) corresponde à noção de conceito-classe, dada pela propriedade comum de seus termos.

Assim, podemos parafrasear (1) como a totalidade de "sendo  $x_1$ , sendo  $x_2$ , sendo  $x_3$ , ..., e  $x_n$  um  $a$ ";

Analogamente, (2) é parafraseado por " $x$  é um  $a$ ".

Todavia, tais perspectivas para a definição de classes não são tão claras, uma vez que sistemas lógicos podem utilizar-se de uma abordagem ou outra para definir tais e tais tipos de classes; dito de outro modo, existem posições intermediárias entre a pura extensão e a pura intensão (RUSSELL, 2009, p.67). Em vista do paradoxo tratado ao longo do Capítulo 10 – que parece indicar que o



ponto de vista intensional para definir classes inevitavelmente leva a contradições – o próprio Russell acredita que a abordagem extensionalista é a filosoficamente mais apropriada para se definir classes, todavia acredita que uma abordagem intensionalista é, em alguma medida, inevitável (2009, p.70).

Nos Apêndice A dos *Principles of Mathematics*, Russell faz uma análise detalhada do sistema fregeano e identifica-o como sendo mais intensional que o seu próprio (2009, p.520). Todavia, durante sua análise do corpus fregeano ele se defronta com o seguinte argumento a favor da perspectiva intensional:

Se  $a$  é uma classe de mais de um termo e se  $a$  é idêntica à classe cujo único termo é  $a$ , então ser um termo de  $a$  é a mesma coisa que ser um termo da classe cujo único termo é  $a$ , portanto é o único termo de  $a$ . Esse argumento parece provar que não apenas a abordagem extensionalista das classes é inadequada, mas que ela é totalmente inadmissível. Suponhamos  $a$  ser uma coleção e suponha que uma coleção de um termo é idêntica àquele termo. Então, se  $a$  pode ser tido como uma coleção, o argumento acima prova que  $a$  é o único termo de  $a$ . Não se pode escapar dizendo  $\in$  é uma relação do conceito-classe ou o conceito das classes ou a classe enquanto multiplicidade, pois se há uma entidade como a classe enquanto um, haverá uma relação que podemos chamar de  $\in$ , entre termos e suas classe enquanto um. Portanto, o argumento acima leva à conclusão que  $(\alpha)$  uma coleção de mais de um termo não é idêntica à coleção cujo único termo é ela ou  $(\beta)$  de forma alguma há coleção enquanto um termo de uma coleção de muitos termos, mas a coleção é estritamente e apenas muitos. (Ibid., p.523).

Todavia, como Russell nota, tanto  $(\alpha)$  quanto  $(\beta)$  levam, em última análise, a contradições; isso o leva à uma revisão de toda doutrina das classes até então exposta nos *Principles*. Em seguida, são identificados os principais modos de se definir classes:

Uma classe pode ser identificada com  $(\alpha)$  o predicado,  $(\beta)$  o conceito-classe,  $(\gamma)$  o conceito da classe,  $(\delta)$  o percurso de valor de Frege,  $(\epsilon)$  a conjunção numérica dos termos da classe,  $(\zeta)$  o todo composto de termos da classe.

Dessas teorias, as três primeiras, que são intensionais, têm o defeito que elas não fazem uma classe ser determinada quando seus termos são dados. As outras três não têm esse defeito, mas elas têm outras.  $(\delta)$  sofre de uma dúvida

quanto à existências de tal entidade [o percurso de valor] e também do fato de que, se percursos de valor são termos, a contradição é inevitável. ( $\epsilon$ ) é logicamente inobjetivo, mas [a conjunção numérica dos termos da classe] não é uma entidade singular, exceto quando a classe tem apenas um membro. ( $\zeta$ ) não pode sempre existir como um termo, pelo mesmo motivo que ; ele também não pode ser identificado com a classe, em vista do argumento de Frege. (Ibid., p.525).

A presente comunicação pretende analisar as críticas, tecidas ao longo do Apêndice A dos *Principles of Mathematics* à teoria dos percursos de valor de Frege, à luz das *Grundgesetze der Arithmetik*.

## Referências

FREGE, Gottlob. Letter to Russell. In: VAN HEIJENOORT, J. (Ed.). **From Frege to Gödel: a source book in mathematical logic, 1879-1931**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1971. pp. 127–128.

FREGE, Gottlob. **The basic laws of arithmetic: exposition of the system**. Translated by M. Furth. Berkeley: University of California Press, 1967.

RUSSELL, Bertrand. Letter to Frege. In: VAN HEIJENOORT, J. (Ed.). **From Frege to Gödel: a source book in mathematical logic, 1879-1931**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1971. pp. 124–125.

RUSSELL, Bertrand. **Principles of mathematics**. 3rd ed. [Oxford]: Taylor & Francis, 2009.

## Uma análise filosófica sobre provas de consistência

*Luiza Silva Porto Ramos*

"O programa de Hilbert foi um grande estandarte para motivar estudos sobre consistência. Mas tal programa fazia sentido dentro da concepção de Hilbert sobre teorias matemáticas, e tal concepção estava longe de ser consenso entre matemáticos da época. Com o surgimento de novas teorias e propostas de fundamentação para estas teorias, uma discussão relevante no início de século XX era o que poderia ser considerado válido como método de prova em teorias matemáticas. O ponto agravante para esta discussão é a distinção entre provas

finitárias e infinitárias, sendo estas últimas o motivo maior de contestação pelo meio matemático. Com o programa, intenção de Hilbert era mostrar que tudo o que era provado infinitariamente poderia ser provado finitariamente, ou seja, a conservatividade entre métodos abstratos e concretos. (Acreditamos ser importante elucidar estes conceitos, o que será feito mais adiante.)

No artigo *The Incompleteness Theorems*, C. Smorynski, 1977, faz uma prova de que se uma teoria com recursos finitários prova a consistência de uma teoria com recursos infinitários então a conservatividade é garantida. Por isso o interesse de Hilbert em estabelecer o programa de consistência, pois ela implicaria conservatividade (esta observação é feita em Shoenfield, 1967). Ainda, a conservatividade implicaria na verdade dos teoremas, pois seriam demonstrados no âmbito finitário, o que deveria ser pressuposto minimamente. Como sabemos, os teoremas da incompletude de Gödel foram um grande baque para o programa de Hilbert e a princípio pareceram dar indício de um distanciamento entre a verdade e consistência. Pois, pelo segundo teorema da incompletude de Gödel e o teorema da reducibilidade de Shoenfield, é possível mostrar uma teoria consistente e falsa.

No entanto, podemos analisar estes resultados pelo prisma da representabilidade, aproximando consistência de verdade, pois assim como não é possível representar o conjunto de teoremas também não é possível representar o enunciado de consistência. Ainda, o teorema da completude de Gödel também poderia indicar uma relação quase forte entre verdade e consistência, pois afirma que se uma teoria é consistente, então tem modelo. Mas sabemos que este modelo pode ser não standard, o que não nos diz muito sobre a verdade da teoria. E tampouco não podemos pressupor que a consistência implica na existência de um modelo, pois podemos obter um contra exemplo utilizando a aritmética de segunda ordem, de uma teoria consistente que não possui modelo.

Se ao tentarmos estabelecer uma relação fixada entre consistência e verdade parece escapar algo podemos procurar nas provas de consistência maiores indícios do que está faltando. De fato, com este trabalho pretendemos mostrar que é possível ter um ganho de entendimento sobre verdade de teorias através de provas de consistência. Podemos estabelecer algumas etapas comuns

que devem ser seguidas em provas de consistência, tanto finitárias como infinitárias. Estas seriam: estabelecer uma noção de verdade e uma implicação de correção segundo esta noção, e por último seria preciso mostrar que se a teoria é inconsistente, então há alguma fórmula dentro deste escopo de correção mas que não é verdadeira segundo a noção de verdade estabelecida. Portanto, qualquer prova de consistência tem uma concepção de verdade pressuposta e ao concretizar estas etapas ganha-se maior entendimento sobre a semântica da teoria.

### **Algumas objeções ao *salva veritate***

***Marcos Deyvinson Ferreira Damacena***

O filósofo Gottfried Wilhelm Leibniz, ou somente Leibniz – que é como o conhecemos –, viveu na segunda metade do século XVII e morreu na primeira metade do século XVIII (1646-1716). Uma das áreas sobre as quais ele se debruçou e na qual seu trabalho teve imensa importância nos séculos seguintes foi a Lógica. É exatamente esta disciplina que nos interessa, pois foi nela que ele propôs um princípio que muitas vezes é confundido com a Lei de Leibniz (adiante LL) ou com Princípio de Identidade dos Indiscerníveis (adiante PII) e que recebeu algumas críticas em formulações posteriores, estas que não foram feitas pelo próprio autor, o Princípio de Substituição, ou *Salva Veritate* (adiante PSV) – como prefere o autor.

Quem conhece a Filosofia de Leibniz bem sabe da importância que ele dava à Metafísica. Ela é basicamente o fundamento de todas as suas outras reflexões sobre os mais diversos assuntos. A Lógica de Leibniz é bastante influenciada pela sua Metafísica – isso pode ser visto claramente quando ele trata de conceitos e termos contendo predicados como a sua noção de Mônada. Outro aspecto da sua Lógica que parece ter raízes metafísicas é o PSV, que não raramente é confundido com os princípios estritamente metafísicos, a LL e o PII – essa confusão, segundo Duque (2007), é cometida também por Leibniz, o que acaba dificultando saber se se tratam de dois princípios distintos ou de apenas um.

O PSV foi passado adiante em nossa tradição e tornou-se conhecido como Princípio de Substituição. Conhecido desse modo, este princípio recebeu algumas objeções que carecem de réplica. Nesta comunicação intento dois objetivos. O primeiro é um posicionamento quanto à confusão entre os princípios, se é que podemos dizer falar no plural. O segundo, esclarecida a primeira confusão, é tentar responder, com base na Lógica e na Metafísica de Leibniz – o tanto quanto seja possível – às objeções, pois, como o princípio passou adiante na tradição, ao contrário da Metafísica de Leibniz, julgo ser útil voltar à Metafísica que outrora fundamentava tal princípio e observar como ele reage a tais objeções.

Leibniz apresenta ao menos, três princípios distintos, pois “[...] it transpires that the three labels just mentioned do not refer to the same concept.” (DUQUE, 2007, 96): *Lei de Leibniz*, *Princípio de Identidade dos Indiscerníveis* e *Princípio de Substituição*, ou *Salva Veritate*. O primeiro princípio pode ser formalizado da seguinte maneira:  $(x = y) \rightarrow (F) (Fx \leftrightarrow Fy)$ <sup>1</sup>; O segundo também pode ser formalizado:  $(F) (Fx \leftrightarrow Fy) \rightarrow (x = y)$ <sup>2</sup>; o terceiro não possui uma simbolização formal, mas pode ser apresentado como se segue: *Se dois termos [x e y] são iguais, então para toda proposição – verdadeira ou falsa – que contenha x ele poderá ser substituído por y sem que se altere sua verdade ou falsidade e vice versa*. Duque (2007) defende a existência desses três princípios, porém, apesar da diferença formal entre os dois primeiros, parece que ambos são princípios metafísicos<sup>3</sup> e o terceiro é lógico, ou linguístico. Esta parece ser uma distinção suficiente para minha argumentação.

A LL diz que “Those are the same of which one can be substituted for the other without loss of truth, such as triangle and trilateral, quadrangle and quadrilateral” (LEIBNIZ apud DUQUE, 2007, p. 96). Em outras palavras, se dois objetos são iguais, possuem propriedades iguais. O princípio em questão trata de

---

<sup>1</sup> Lê-se: Se x e y são iguais, então, para toda propriedade F, ela está em x se e somente se estiver em y. Ou seja, se são objetos iguais, compartilham propriedades.

<sup>2</sup> Lê-se: Se, para todo F, x tem a propriedade F se e somente se y tem a propriedade F, então x é idêntico a y.

<sup>3</sup> Os dois primeiros parecem ser maneiras diferentes que Leibniz utiliza para mostrar que duas Mônadas são iguais.

propriedades de objetos/coisas, ou melhor, propriedades de Mônadas, daí minha interpretação metafísica para ele. Ele diz, então, que podem existir Mônadas iguais se elas compartilharem as mesmas propriedades. Contudo, levando em conta a individualidade da Mônada, podemos dizer que este princípio diz que se elas são a *mesma*, ou *uma só*, elas têm as mesmas propriedades. O motivo disso é que, na *Monadologia*, Leibniz (1974) diz que uma Mônada não pode ser igual à outra, já que devem diferenciar-se uma da outra, ao menos, intrinsecamente.

O PII é muito semelhante à LL, isso pode ser percebido pela formalização. A diferença entre eles é a inversão de antecedente e conseqüente na condicional. O PII afirma que “Those terms of which one can be substituted for the other without affecting truth are identical” (LEIBNIZ apud DUQUE, 2007, p. 97). O primeiro princípio diz que se os objetos/coisas são iguais, têm as mesmas propriedades, este diz que, se têm as mesmas propriedades, são iguais – lembrando a formalização oferecida acima. Outra vez, aplicando o critério de individualidade das Mônadas, esses objeto/coisas que têm as mesmas propriedades são ou o mesmo ou idênticos – entendendo ‘idêntico’ como diferente apenas em propriedades que não são acessíveis de imediato, propriedades que não são mostradas de maneira explícita. Portanto, tanto a LL quanto o PII tratam de propriedades de Mônadas, ou seja, ambos são concernentes à Metafísica de Leibniz, não à Lógica, embora sua Lógica tenha muita influência da sua Metafísica – é até possível que, por conta dessa influência, o *Salva Veritate* seja uma derivação dos primeiros, mas adaptado à Lógica.

O PSV é diferente dos outros por dois motivos: é um princípio da linguagem formal, referindo-se tão somente a termos (MAUNU, 2002), e parece requerer uma bicondicional se fosse formalizado. De acordo com este princípio

Two terms are the *same* if one can be substituted for the other without altering the truth of any *statement*. If we have A and B and A enters into some true proposition, and the substitutions of B for A wherever it appears, results in a new proposition which is likewise true, and if this can be done for every such proposition, then A and B are said to be the same; and conversely, if A and B are the same, they can be substituted for one another as I have said (LEIBNIZ apud DUQUE, 2007, p. 97, grifo do autor).

O principal comentador que estou utilizando não formaliza este princípio, imagino que não o faz por conta da dificuldade que eu também me deparei para formalizar 'toda proposição que contenha A' e 'x pode substituir y e vice versa'. Em resumo, o PSV pode ser lido como 'x = y se e somente se em toda proposição P1, P2, P3, ... Pn que contenha x, ele possa ser substituído por y e vice versa'. Evidencio aqui a bicondicional cuja aparição é exclusiva deste princípio dentre os três. Parece que, neste caso, Leibniz espera que se conserve a condição de verdade dos termos. Desse modo, x e y seriam cambiáveis *se e somente se* tivessem as mesmas condições de verdade, o que é verdadeiro e falso para um é igualmente verdadeiro e falso para o outro – modernizando o vocabulário, eles teriam a mesma coluna final numa tabela-verdade<sup>4</sup>, seriam proposições ou termos equivalentes.

Apresentarei quatro contraexemplos levantados por Quine (1961) ao princípio de Substituição. Um deles fora descartado pelo próprio autor, contudo, tentarei responde-lo mesmo assim, pois pretendo dar uma resposta a partir do PSV como formulado por Leibniz e fundamentado em sua Metafísica.

O primeiro contraexemplo apresentado envolve uma confusão entre o que é predicado e o que é nome próprio. Se aceitarmos que Giorgione = Barbarelli e 'Giorgione foi chamado assim por conta do seu peso', então temos de aceitar também 'Barbarelli também foi chamado assim por conta do seu peso' – pelo PSV. Entretanto, a última proposição é falsa. Isso se explica se nós formos até a Metafísica de Leibniz. A Metafísica de Leibniz trata de predicados de conceitos, inclusive relações são predicados para ele. Portanto, o erro nesse contraexemplo é que 'foi chamado assim por conta de seu peso' não é o predicado, mas 'foi chamado de Giorgione por conta do seu peso'. Desse modo, a sentença correta seria 'x foi chamado de Giorgione por conta do seu peso', onde o x pode ser substituído tanto por 'Giorgione' quanto por 'Barbarelli' que as condições de verdade serão as mesmas. Quine chega à mesma reformulação da sentença, todavia, estou tentando utilizar como critério aqui a Metafísica de Leibniz.

---

<sup>4</sup> Sei que Leibniz não falava em valores verdade e que isso é relativamente recente, porém, acho que esta interpretação não é absurda e que ajuda a elucidar a diferença entre os princípios.

O segundo contraexemplo é um caso de confusão entre conceitos/termos e signos de conceitos/termos. Dado que Cícero = Tully, se em “Cícero’ tem seis letras’ substituímos ‘Cícero’ por ‘Tully’, teremos uma nova proposição, só que falsa. Neste caso, concordo plenamente com Quine (1961), a referência de ‘Cícero’ entre aspas simples não é a referência usual, por isso a substituição não é bem sucedida. Tentando enquadrar na teoria de Leibniz, quando falo de ‘Cícero’ entre aspas simples, não estou me referindo às propriedades do conceito, mas às propriedades do conjunto simbólico que tenho dentro das aspas – conceitos diferentes que possuem o mesmo nome. Portanto, a referência desse nome na sentença “Cícero’ tem seis letras’ não é a mesma que em ‘Cícero = Tully’.

O terceiro envolve modalidade. Aceitemos que ‘O número de planetas = 9’, ‘O número de planetas é maior que 7’ e ‘9 < 7’. A segunda proposição é contingente e a terceira é necessária, mas se fizermos a substituição, então a segunda se torna necessária e a terceira contingente, o que não poderia acontecer. Porém, poderemos perceber em Leibniz dois tipos de necessidade, uma do mundo atual e uma, dos mundos possíveis – pelo *Princípio do Melhor* (LEIBNIZ, 1974). Assim, a proposição ‘O número de planetas é maior que 7’ se transformaria em ‘O número de planetas no mundo atual é maior que 7’ – uma proposição também necessária. Se realizarmos a substituição semelhante à que fora feita de início, então ambas proposições continuariam verdadeiras e necessárias.

O último contraexemplo está relacionado a contextos opacos. Dada a igualdade ‘Estrela da manhã = Estrela da tarde’ e ‘Os babilônios acreditavam que Vênus era a estrela da tarde’. Se aplicarmos a substituição na segunda proposição, geraremos uma proposição falsa. Meu argumento é que isso ocorre porque o que está em jogo no contexto opaco não é nem Lógica nem Metafísica, ou seja, não é condição de verdade nem propriedades do termo, mas estados mentais do sujeito que assere à sentença. Desse modo, não é um problema para o PSV, já que é um princípio lógico, é um problema de Epistemologia.



## Referências

- DUQUE, Carlos. E. G. "Substitutivity". **Discusiones Filosóficas**. Ano. 8, n, 11, Enero-Diciembre/2007. pp. 95 – 108.
- LEIBNIZ, G. W.; NEWTON, I. **Textos selecionados**. Tradução de Carlos et al. São Paulo: Abril Cultura, 1974.
- LEWIS, Clarence. I. **A Survey of Symbolic Logic**. Berkeley: University of California Press, 1918.
- LOOK, Brandon C. "Gottfried Wilhelm Leibniz" **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Disponível em: << <https://plato.stanford.edu/entries/leibniz/>>>. Acesso em: 11/07/2018.
- MAUNU, Ari. "Indiscernibility of Identicals and Substitutivity in Leibniz". **History of Philosophy Quarterly**. V. 19, n. 4, October 2002.
- PARKINSON, G. H. R. **Logical Papers**. New York: Oxford University Press, 1966.
- QUINE, Willard V. O. **From a Logical Point of View**. New York: Harvard University Press, 1961.

### A 'normatividade' da lógica

**Samuel Vicente Basso Cibils**

A lógica é uma ciência que trata estritamente das relações de implicação e consistência dedutiva em linguagens formais. Todavia, outro *slogan* comum em livros e dicionários é a de que a lógica é uma ciência especial porque estabelece as normas para se raciocinar de forma adequada. No dicionário *Merriam-Webster Online*, por exemplo, o termo 'lógica' é definido como "a ciência dos princípios formais do raciocínio"<sup>1</sup>. No *WordReference.com*, a primeira definição de lógica é semelhante a esta: "a ciência que estuda os princípios que governam formas

---

<sup>1</sup> No original em inglês: "the science of the formal principles of reasoning". *Logic*. (s.d.). Acessado em 2 de julho de 2018, from <https://www.merriam-webster.com/dictionary/logic>.

corretas ou confiáveis de raciocínio.”<sup>2</sup> Alguns teóricos contemporâneos corroboram essa perspectiva ao afirmar que a lógica impõe restrições normativas sobre raciocínios. Todavia, a lógica teria uma relação especial com raciocínios se regras para validade de argumentos pudessem ser transpostas para regras para raciocínios. Essa transposição, contudo, não é clara, e atualmente intensos debates vêm sendo realizados para compreender onde está a dificuldade em acomodar noções centrais sobre raciocínios teóricos a regras sobre validade dedutiva. Nesse resumo apresentaremos: (a) em que sentido a lógica teria conexão normativa com raciocínios; (b) quais os princípios que conectariam a lógica ao raciocínio teórico; (c) quais as origens dessa concepção; (d) qual seria um dos obstáculos à normatividade da lógica.

Raciocínios são geralmente divididos em dois tipos: prático e teórico. Suponhamos que Jorge quer fazer tacos para a sua família. Para tanto, ele realiza um raciocínio prático sobre qual o trajeto mais rápido para chegar no mercado. Através de uma reflexão, Jorge decide qual ação ele deve tomar para comprar os tacos. Sua esposa, Joana, nesse ínterim, reflete sobre qual sobremesa seria ideal para acompanhar os tacos. Ela então delibera a respeito das preferências gastronômicas da família; pensa, por exemplo, nas restrições alimentares do seu filho, na dieta da filha e na disponibilidade dos produtos que ela recorda ter visto no mercado. Joana realiza um raciocínio teórico ao tentar chegar a uma crença sobre qual sobremesa irá compor seu jantar. Raciocínios teóricos são tradicionalmente concebidos como processos deliberativos e internos de revisão de crenças, também denominados de ‘pensamentos’.

Na história da filosofia, alguns exemplos dão sustentação à tese de que a lógica estabelece princípios para o pensamento/raciocínio teórico. Frege, por exemplo, afirma que “é comumente aceito que as leis lógicas são diretrizes que o

---

<sup>2</sup> No original em inglês: “the science that studies the principles governing correct or reliable ways of reasoning.” (Wordreference.com. 2018. Logic. [online] Acessado em: <<http://www.wordreference.com/definition/logic>>. [1 de junho de 2018].

pensamento deve seguir para chegar à verdade.”<sup>3</sup> Kant ao estender a lógica sob uma complexa taxonomia, afirma que a lógica geral trata especificamente das “regras absolutamente necessárias do pensamento, sem as quais não pode haver nenhum uso do entendimento”(KrV 52/ B76).<sup>4</sup> Seguindo a autoridade dessa tradição, a questão será mais específica; a saber: será que a lógica é normativa para os raciocínios teóricos?

Suponhamos que haja uma resposta afirmativa a essa questão. Nesse caso, é necessário mostrar como os princípios lógicos podem se conectar a normas para revisar crenças. Consistência lógica e fecho da implicação lógica são geralmente tomados como candidatos a desempenhar o papel de restrições dedutivas sobre as crenças de agentes racionais. Um princípio que conecta a lógica ao raciocínio teórico, por exemplo, afirmaria que *devemos* crer na consequência lógica de nossas crenças; ou, então, que devemos evitar ter crenças inconsistentes. Desse modo, dois princípios seriam os candidatos a conectar a lógica com normas para o raciocínio teórico.

O primeiro princípio, ou norma, é o de implicação (IMP). Esse princípio procura capturar a ideia intuitiva de que se creio na verdade das minhas crenças, essa verdade, por sua vez, se transfere para outras crenças. Segundo a regra lógica de *modus ponens*, se creio racionalmente que  $\langle P \rangle$  e também creio racionalmente que  $\langle \text{se } P \text{ então } Q \rangle$ , segue-se que *devo* vir a crer que  $\langle Q \rangle$ .

O segundo princípio é o da consistência (CON) que diz que devo evitar ter um conjunto inconsistente de crenças. Se creio num conjunto  $\{A_n, \dots, A_1\}$  e esse conjunto se mostra inconsistente, não devo seguir o princípio anterior. Isso porque, segundo a lógica clássica, um conjunto inconsistente de premissas implicam qualquer proposição e sua negação. Logo, o princípio prescreve que não devo aceitar a implicação de um conjunto inconsistente, mas, antes, que devo revisar minhas crenças a fim de evitar a inconsistência.

---

<sup>3</sup> Tradução do texto em inglês: “It is commonly granted that the logical laws are guidelines which thought should follow to arrive at the truth.” Frege, G. (1893) 2013. *The Basic Laws of Arithmetic*. Tradução de Philip A. Ebert e Marcus Rossberg com Crispin Wright. Oxford: Oxford University Press.

<sup>4</sup> KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. 5ª Edição. Trad.: Manuela Pinto e Alexandre Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

Há, no entanto, obstáculos que desafiam esses dois princípios e, por sua vez, desafiam a hipótese de que a lógica estabelece diretrizes para o raciocínio teórico. Vamos nos concentrar aqui apenas em uma objeção.

Suponhamos que um pesquisador reconhecido do departamento de biologia de uma universidade após uma extensa pesquisa decide publicar o que seria sua grande obra de pesquisa. No entanto, antes de enviar o trabalho à editora, ele inclui no prefácio do livro os seguintes dizeres:

“Gostaria de agradecer o apoio de todos os colegas que incentivaram meu trabalho. Os erros que certamente serão encontrados no livro são de inteira responsabilidade minha.”

Este é o cenário do paradoxo do prefácio, apresentado originalmente por Makinson no seu artigo de 1965. Cada uma das sentenças apresentada no livro exprime a crença do autor num conjunto de proposições. Ele não tem ideia, mas ele também crê que uma dessas proposições é falsa. Essa crença é sustentada pela tese de que é virtualmente impossível que todas as proposições que ele crê sejam verdadeiras - o autor sabe, por exemplo, que muitas coisas que ele acreditava mostraram-se falsas no presente. Uma proposição falsa pode ter origem em detalhes sutis como a ausência de alguma variável ou evidência empírica. O autor também sabe que não seria possível publicar o livro caso houvesse a necessidade de revisar cada uma das proposições apresentadas. Ainda seria possível que alguma delas fosse falsa mesmo com revisões minuciosas da obra. O mais racional é que o pesquisador mantenha a publicação do trabalho e, ao mesmo tempo, sustente, no prefácio, a crença de que há uma ou mais proposições falsas no livro. Podemos sintetizar em duas proposições o cenário do paradoxo:

1. O autor crê que: cada uma de as proposições apresentadas no livro é verdadeira.
2. O autor crê que: não é o caso que as proposições do livro são todas verdadeiras.

Para percebermos a inconsistência, vamos abreviar a crença do autor do prefácio pela letra ‘B’, as proposições pela letra P, e ‘n’ para a última sentença do livro. e as demais abreviações representam os operadores lógicos de conjunção ( $\wedge$ ), disjunção ( $\vee$ ) e negação ( $\sim$ ). Dessa maneira **1** e **2** podem ser traduzidas da

seguinte maneira:

1.  $B(P_1), B(P_2), \dots, B(P_n)$ .
2.  $B\sim(P_1 \wedge P_2 \wedge P_3 \wedge \dots \wedge P_n)$ .

Há um princípio epistêmico que afirma que crença racional é fechada sob conjunção; este é intitulado de *princípio do fecho conjuntivo*. Assim, se um sujeito S crê racionalmente que P e crê racionalmente que Q, então, seguindo este princípio, esse mesmo sujeito crê racionalmente que  $P \wedge Q$ . Podemos afirmar que esse princípio é amparado pelo princípio IMP, pois, de acordo com a lógica clássica, a partir de duas proposições  $\Phi$  e  $\psi$  pode-se derivar  $\Phi \wedge \psi$ . Ao aplicar o fecho conjuntivo a **1**, obtemos o seguinte resultado: Se creio em cada proposição  $P_i$  individualmente e, portanto, creio em  $B(P_1), B(P_2), \dots, B(P_n)$ , então deverei crer na sua conjunção:  $B(P_1 \wedge P_2 \wedge P_3 \wedge \dots \wedge P_n)$ . Logo, chegamos a duas crenças contraditórias entre si:

- 1'  $B(P_1 \wedge P_2 \wedge P_3 \wedge \dots \wedge P_n)$
2.  $B\sim(P_1 \wedge P_2 \wedge P_3 \wedge \dots \wedge P_n)$

Se **1'** e **2** são contraditórios entre si, o conjunto  $\Gamma = \{ (P_1 \wedge P_2 \wedge P_3 \wedge \dots \wedge P_n) \wedge \sim (P_1 \wedge P_2 \wedge P_3 \wedge \dots \wedge P_n) \}$  é inconsistente. O paradoxo do prefácio justamente exprime uma inconsistência entre o que o autor diz crer no prefácio e sua crença particular em cada proposição do livro.

O prefácio não deve ser concebido apenas como um caso isolado, pois também pode ser interpretado como uma metáfora para o modo como acomodamos nosso conjunto de crenças. Não somos seres epistemicamente infalíveis, pois o histórico de equívocos cometidos no passado motiva a indução forte de que temos crenças falsas no nosso conjunto atual de crenças. Logo, é racional supor que não é o caso que todas as crenças que possuímos sejam verdadeiras. Se isso faz sentido, o 'estado de prefácio' é um estado que deveríamos aceitar.

Esse resultado é indesejável para o princípio CON, pois, segundo esse princípio, o correto seria o autor do prefácio abandonar ou revisar suas crenças em cada proposição  $P_i$  contidas na obra. Analogamente, deveríamos revisar todo nosso conjunto de crenças para evitar inconsistências. Em suma, esse é um dos

obstáculos aos princípios que seriam capazes de estabelecer uma conexão entre a lógica e uma teoria sobre raciocínios teóricos.

### **A game theoretical analysis of the Gettier-cases**

***Santiago Jockwich Martinez***

A Game-Theoretical Analysis of the Gettier Problem: In epistemology, it was generally accepted that knowledge is justified true belief. Call this definition of knowledge the JTB-account of knowledge. In 1963, Gettier raised two counterexamples to the JTB-account. Most contemporary epistemologists find his analysis correct (Weatherson, 2006). As a result, the major task for the analysis of knowledge is to modify the JTB account for the sake of preventing any Gettierian counterexamples. This task is known as the Gettier problem.

Nonetheless, we observe that Gettier's analysis relies on intuitive understanding of several crucial notions on the JTB account of knowledge. In this paper, we attempt to explicate the meaning of these notions by game theory. This allows us to provide a clearer analysis of whether or not the Gettierian cases are real threat to the JTB-account. Moreover, we attempt to show that the Gettierian cases fail to undermine the JTB-account of knowledge.

Therefore, we review the Gettier problem and present our primitive diagnosis of the problem. Next, we present a game called the doxastic game to clarify truth and belief. In addition, we make use of the doxastic game to formulate a semantics of belief. Then, we first review a popular account of knowledge called the defeasibility account of knowledge (e.g. (Lehrer and Paxson, 1969; Annis, 1973; Swain, 1974; Lehrer 2000; Stalnaker 2006). In this account of knowledge, there is a condition called the no-defeater justification condition. In order to clarify this condition, Lehrer (2000) invented the justification game. We argue against the defeasibility account of knowledge but make use of the justification games to explicate the notion of justification. We call our account of justification the social account.

## **Sobre as bases cognitivas do raciocínio diagramático na geometria euclidiana**

***Tamires Dal Magro***

Uma visão amplamente aceita na filosofia da matemática atribui aos diagramas um papel meramente heurístico ou ilustrativo – e, portanto, prescindível – nas demonstrações matemáticas. Essa tradição – inspirada pelo Programa de Hilbert para a fundamentação da matemática – define demonstração como um objeto sintático composto por disposições finitas e inspecionáveis de sentenças. As demonstrações que fazem uso essencial de diagramas, isto é, que utilizam informações fornecidas pelas figuras, chegaram a ser vistas como não rigorosas e sem interesse para a filosofia; esse é o caso com respeito ao tipo de demonstrações encontradas nos Elementos de Euclides. As informações extraídas dos diagramas foram consideradas gaps dos argumentos.

Essa concepção contemporânea da demonstração, assim como a rejeição da relevância epistêmica dos diagramas, têm suas raízes no desenvolvimento da lógica simbólica e as discussões sobre os fundamentos da matemática tal como sucedeu no final do século XIX e princípio do XX. Essa tradição, dentro da qual se inserem autores como Russell e Tarski levou a uma concepção de demonstração matemática que se modela sobre sistemas axiomáticos: um conjunto de sentenças estruturadas em axiomas (ponto de partida da demonstração), e as sentenças que se seguem deles através de regras de inferência. Dada essa definição de demonstração, as visões padrão sobre o rigor e o conhecimento matemático foram conectadas com a possibilidade de uma reconstrução formal das demonstrações. Dessa perspectiva, o conhecimento matemático só pode ser alcançado quando possuímos uma demonstração formal.

No entanto, muito autores dentro de uma nova tradição em filosofia da matemática analisam o conhecimento matemático desde uma perspectiva baseada nas práticas matemáticas, sugerindo que, para uma compreensão mais rica do conhecimento matemático devemos levar em conta as comunidades matemáticas. Compreender o que regula uma prática, isto é, o que torna possível o conhecimento matemático, implica investigar as habilidades e os recursos dessas

comunidades. Considerando essa perspectiva, neste trabalho tomamos como ponto de partida a definição de prática matemática de Ferreirós (2016): “a prática matemática é o que faz a comunidade de matemáticos quando empregam recursos tais como frameworks (e outros instrumentos) sob a base de suas capacidades cognitivas para resolver problemas, demonstrar teoremas, formar teorias e (às vezes) elaborar novos frameworks” (p. 24). Nesse sentido, a pergunta correta para compreender a prática euclidiana é sobre as competências e habilidades que são empregadas para fazer inferências baseadas em elementos diagramáticos. A análise do conhecimento matemático sugerida por Ferreirós é pragmatista, baseada em agentes e historicamente situada.

Neste trabalho, argumentamos que, desde a perspectiva de análise proposta por Ferreirós, a geometria euclideana é autossuficiente e rigorosa; isto é, as inferências baseadas em diagramas não são gaps de argumentos como foi criticado tradicionalmente. Com esse propósito, primeiro exploramos as habilidades e competências requeridas no raciocínio diagramático nessa prática, um dos fatores chaves para entender porque tal prática foi bem-sucedida e confiável durante tanto tempo. Para isso, apresentamos alguns aspectos importantes da análise de Manders (2008a e 2008b) do uso dos diagramas na geometria euclideana, como a distinção entre aspectos exatos e co-exatos das demonstrações e a capacidade de reconhecer os aspectos diagramáticos (co-exatos). Essa capacidade, como mostraremos, é fundamental para o uso rigoroso e controlado dos aspectos diagramáticos em Euclides. No restante da primeira parte, apresentamos e exploramos outras habilidades que cremos ser igualmente importantes na prática euclideana, como as habilidades para construir, manipular e interpretar um diagrama de maneira adequada.

Na segunda parte deste trabalho, exploramos a hipótese de o uso de diagramas na geometria clássica se baseia em habilidades perceptivas básicas que se desenvolvem e são regimentadas cuidadosamente dentro de uma prática compartilhada de modo a evitar erros. Para isso, consideramos resultados de alguns experimentos sobre raciocínio espacial realizados por cientistas cognitivos como Dehaene et al (2006) e Van der Ham et al (2017). Argumentamos que esses experimentos apresentam fortes evidência para a tese de que existem



capacidades (perceptivas) básicas para o reconhecimento de aspectos co-exatos nos diagramas. Isso encaixa bem com o fato de que Euclides se fiou exclusivamente desses aspectos diagramáticos em suas demonstrações. Por fim, seguindo a distinção de Giardino (2016) entre três níveis de competência em geometria – (1) a capacidade de extrair invariantes do espaço circundante; (2) capacidades simbólicas; e (3) a compreensão da geometria abstrata –, caracterizamos as habilidades exibidas nos experimentos como pertencentes ao nível (1). Em outras palavras, essas habilidades são necessárias para a desenvolver a habilidade de raciocínio geométrico abstrato, mas não suficientes. Considerando isso, apresentamos algumas ideias – as quais serão exploradas em trabalho futuro p favoráveis à tese de que o nível (2) é fundamental para desenvolver um conjunto de conhecimento geométrico sofisticado como aquele exibido nos Elementos.

### Referências

- DEHAENE, S., IZARD, V., PICA, P., & SPELKE, E. (2006). “Core knowledge of geometry in an Amazonian indigene group”. **Science**, 311(5759), 381–384.
- FERREIRÓS, J. (2016). **Mathematical knowledge and the interplay of practices**. Princeton University Press.
- GIARDINO, V. (2016). “¿Dónde situar los fundamentos cognitivos de las matemáticas?”, in J. Ferreirós & A. Lassalle Casanave (Eds.), **El árbol de los números: cognición, lógica y práctica matemática** (23-50). Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla.
- MANDERS, K. (2008a). “Diagram-based geometric practice”, in P. Mancosu (ed.), **The philosophy of mathematical practice**. New York: Oxford University Press, pp. 65-79.
- \_\_\_\_ (2008b). “The Euclidean diagram”, in P. Mancosu (ed.), **The philosophy of mathematical practice**. New York: Oxford University Press, pp. 80-133.
- VAN DER HAM, I. J. M., HAMAMI, Y., & MUMMA, J. (2017). “Universal intuitions of spatial relations in elementary geometry.” **Journal of Cognitive Psychology**, 29(3), 269-278.

## Content Recarving, Functional Decomposition, and Subject Matter

*Vincenzo Ciccarelli*

In §64 of the *Foundations of Arithmetic*, Frege says that the content of a statement asserting the parallelism between two straight lines may be *recarved* in such a way that a statement asserting the identity of their directions obtains. In this talk, I propose an explication of the procedure of carving up a content grounded on the operation of functional decomposition; the main outcome will be understood in the setting of Yablo's theory of *aboutness*: more specifically, the procedure of content recarving will be proven to be a procedure of subject matter refinement.

In the first part of the talk, I introduce the notion of content of an expression as the characteristic function, i.e. the function that given an expression  $E$  and a possible world  $w$  associates the reference of  $E$  in  $w$ . In particular, the content of a sentence is intended as the function that associates to a possible world  $w$  the truthvalue of the sentence in  $w$ .

In the second part of the talk, I will take the operation of carving up the content as a functional decomposition, i.e. in the case of a sentence, carving up its content amounts to decompose its characteristic function into a *conceptual component* (i.e. a function that associates a truth-value to a certain  $n$ -ple of entities) and an *argument component* (i.e. a function that, given a possible world  $w$ , returns a certain  $n$ -ple of entities with which a given sentence is concerned in  $w$ ). Similarly, an operation of recarving a content  $C$  amounts to a decomposition of the conceptual component of a given carving of  $C$  into a new conceptual component and another function that I call *argument conversion*.

In the third part of the talk, I will show that there is a special kind of functional decomposition (called *mereological decomposition*) that may be used to define two relations of *functional parthood*: namely, when a function  $f$  is mereologically decomposed into an external component  $g$  and an internal component  $h$ , the binary relation “ $g$  is the *external component* of the decomposition of  $f$ ” (“ $h$  is the *internal component* of the decomposition of  $f$ ”) satisfies the fundamental axioms of mereology. I argue that these notions of functional parthood are helpful to understand Frege's passage about content recarving, specifically

insofar this procedure is described as the removal of “part” of the content of an expression followed by its distribution over other components of the sentence.

In the last part of the talk, I show two properties of mereological decompositions applied to a content function: 1) A content carving represented by a mereological decomposition is associated with a partitioning of the proposition (intended as a set of possible worlds) into non-singleton proper subsets, 2) A content recarving represented by a mereological decomposition is associated with a new partitioning obtained by merging the original partitioning. I will show that in the light of Yablo's theory of aboutness these two results may be respectively interpreted as 1) The highlighting of part of the subject matter of a sentence (i.e. a subject matter smaller than what Yablo calls *the largest subject matter*), 2) The refinement of the subject matter  $s$  of a sentence  $A$  into a subject matter  $s'$  included in  $s$ , where  $s$  was already given through a certain carving of the content of  $A$ .

## References

- G. Frege (1950) – **Foundations of Arithmetic** – Translation by J. Austin, Northwestern University Press
- S. Yablo (2008) – Carving the Content at the Joints - **Canadian Journal of Philosophy** 38 (2008)
- S. Yablo (2014) – **Aboutness** – Princeton University Press. M. Jago (2016) – Propositions as Truth-maker Conditions – *Argumenta*.

## Metafísica

### Atualismo, Antiatualismo e os Esquemas de Barcan

*Alan René Maciel Antezana*

"Esta comunicação visa abordar (i) as noções preliminares de atualismo, antiatualismo e suas relações com os esquemas de Barcan; (ii) algumas considerações acerca das diversas interpretações dos esquemas, além de suas defesas em Linsky & Zalta (1996) e em Cresswell (1991); (iii) a defesa dos esquemas apresentada por Timothy Williamson (2000;1998).

Se consideramos verdadeira uma sentença como (a) "É possível que aliens existam", poderíamos nos perguntar em virtude de que esta frase é verdadeira, pressupondo que aliens não existem. Poderíamos afirmar que há objetos possíveis e não atuais, i.e. objetos meramente possíveis, que satisfazem a propriedade de ser um alien. Desse modo, (a) é verdadeira porque há objetos possíveis e não atuais que são aliens. Chamamos este posicionamento de antiatualismo (ou possibilismo): há algo que não é atual. A negação do antiatualismo é o atualismo: tudo é atual. O atualista deve responder à questão sobre como se pode estabelecer o significado de uma frase como (a) sem recorrer a objetos meramente possíveis.

Os esquemas de Barcan tem um lugar central nesta questão. Esses esquemas são teoremas de lógicas modais normais combinadas com as leis da teoria clássica da quantificação, resultando em diferentes sistemas de lógica modal quantificada (LMQ). O esquema de Barcan, em sua formulação desnecessitada, pode ser parafraseado como (EB) "Se possivelmente existe algo que é F, então existe algo que possivelmente é F". Em uma exemplificação intuitiva, afirmamos que (b) "Se possivelmente existe uma montanha de ouro, então existe algo que possivelmente é uma montanha de ouro". A conversa do esquema de Barcan, em sua formulação desnecessitada, afirma que (CEB) "Se existe algo que possivelmente é F, então possivelmente existe algo que é F". Em uma exemplificação intuitiva, afirmamos (c) "Se existe algo que possivelmente é uma montanha de ouro, então possivelmente existe algo que é uma montanha de ouro".

Os esquemas podem ser contextualizados no debate entre atualistas e antiatualistas se se compreende que, pressupondo (EB) e (a) e instanciando o antecedente de (EB) com (a), podemos afirmar que existe algo que possivelmente é um alien. (EB) parece sugerir a existência de objetos meramente possíveis. Uma formulação equivalente de (CEB) afirma (CEB') "Se tudo necessariamente é F, então necessariamente tudo é F". (CEB'), juntamente com o pressuposto de que a exemplificação de uma propriedade implica existência, parece sugerir que (CEB') não permite objetos contingentemente existentes. Em geral, o antiatualista endossa o esquema de Barcan e sua conversa. Em geral, o atualista rejeita ambos os esquemas.

Linsky & Zalta (1994) afirmam uma interpretação de (EB) e (CEB) que parece incompatível com o essencialismo proveniente do que se chama de atualismo sério, i.e. o pressuposto de que a exemplificação de uma propriedade por um objeto implica a existência desse objeto. Esta interpretação sugere uma estratificação ontológica em objetos concretos e objetos abstratos. Linsky & Zalta (1994) sugerem uma ontologia de objetos contingentemente não concretos, i.e. objetos que não são concretos neste mundo possível, mas em outros mundos possíveis. Deste modo, dispensa-se o pressuposto de que o caráter concreto ou abstrato de qualquer objeto é essencial a este objeto. (EB) não afirma que há uma concreta montanha de ouro, portanto, mas somente que há uma montanha de ouro contingentemente concreta. (CEB), analogamente, não apresenta complicações maiores.

A alternativa de Williamson (2013) é semelhante à saída de Linsky & Zalta (1994). Um objeto deve poder ser concreto e poder ser não-concreto. Williamson afirma um caráter não exaustivo das categorias de objetos abstratos e objetos concretos, afirmando que o contraditório de concreto não é abstrato, mas não-concreto. O mesmo ocorre com o contraditório de abstrato, que não é concreto, mas não-abstrato. Ser concreto e ser abstrato seriam, portanto, propriedades contrárias. Objetos não-concretos e não-abstratos permitiriam uma interpretação satisfatória de (EB) e (CEB), embora acarretem uma ontologia maximal.

## **Reflections on the notion of Hierarchy of Desires in the debate on the existence of Free Will**

*Ana Maria Correa Moreira da Silva*

"In the contemporary debate on the problem of free will, one can differentiate between freedom of action and freedom of will. It is supposedly admitted that while being free to act is relatively easy in normal social conditions (adult persons in a democratic society, and so on), being free to desire is a little more complicated. We seem to have more control over our actions than over our desires; for example, I can choose not to drink a beer, but I can hardly choose not to wish to drink a beer.

Because of the difference between volition and action, there is an interesting point raised in the recent discussions about Compatibilism, the thesis that free will is compatible with a deterministic world, in which the past and laws of nature entail one unique future and, in this sense, predetermine our behavior. The so-called Mesh or Hierarchical Theories of Free Will introduce the notion of a Hierarchy of Desires, some of which are better, more valuable or even more desirable than other desires. This idea derives from the ancient opposition between reason and desire, according to which freedom consists in a certain conformity of desire to reason.

In the seminal paper "Freedom of the will and the concept of a person" (1971), Harry Frankfurt argues that the lack of freedom lies not in the inability to express one's desires in action, but rather in the nature of the desires themselves. Persons have the capacity for reflective self-evaluation, which can lead to the formation of higher-order desires, i.e., desires to have or not to have various lower-order desires. First-order desires are those which have actions as their objects, and second-order desires are those which have first-order desires as their objects, and so on. While nonhuman animals can have freedom of action, we, human animals, can have freedom of will as well. According to Frankfurt, in the former case, we can freely modify our actions, and in the latter case, we can freely modify our will, which tends to be a more valuable freedom.

The aim of this paper is to reflect upon this notion of a hierarchy of desires, in order to shed new light on the debate on the existence of free will, focusing on two topics.

First, we intend to elucidate to what extent the second-order desire is a mental state that is identified with a volition (a superior or better will), and not a mental state that sometimes can be simply identified with a thought. Undoubtedly there is a sharp distinction between (needful) wishes and (neutral) thoughts, even though both can be considered intentional states, in the broad sense of the concept of Intentionality, understood as the mind's capacity to direct itself on things. It seems to us that, when evaluating a first-order desire – in the sense of its goodness for ethical or practical purposes –, one is having a critical and rational thought (a first-order thought), and not a second-order desire.

Second, and related to the first topic, we will compare this hierarchy of desires with a similar notion, the hierarchy of thoughts. In the above case, we raised the possibility that we can form first-order thoughts to evaluate first-order desires (i.e., desires to act, and not to will). In this sense we can ask: are both hierarchies threatened by the possibility of an infinite regress, which will ultimately prevent the achievement of the desired freedom? In other words, are we really free when we can choose among different higher levels of mental states (desires or thoughts), potentially without an end?

Despite their differences in many aspects, we consider that desires and thoughts can have one important thing in common: the absence of our control upon them in the several occasions in which they simply pop up in our minds, apparently without our agency. These seem to be first-order mental states that, alone, cannot assure the freedom required by the hierarchical theories of free will. Whether there are relevant differences between these first-order thoughts and first-order desires for the problem of free will, as well as what the relation is between them, it is a very interesting and controversial topic, which will be handled in this paper only in an introductory manner.

## **The causal theory of memory, causality as production and causality as difference-making**

***César Schirmer dos Santos***

The aim of this talk is to claim that the conception of causality as difference-making is more appropriate than the conception of causality as production to explain some of the main metaphysical issues related to the causal theory of memory. Causal philosophers of memory claim that a subject S successfully remembers an event E if and only if:

1. The accuracy condition: the information that S retrieves at t<sub>2</sub> as denoting E is a more or less accurate representation of (i) the information that S acquired at t<sub>1</sub> as denoting E and (ii) of E itself.

2. The acquisition condition: S witnessed E first-personally.

3. The connection condition: there is a causal link between E and S's retrieval at t<sub>2</sub> of information about E.

Our focus is on condition 3. The main difference between causal and non-causal theories of memory concerns the connection between the act of remembering and what is remembered. There are two main kinds of non-causal theory of memory: retention theories of memory and simulationist theories of memory. Retention philosophers of memory claim that to remember E is to retain a former representation of E, and simulationist philosophers of memory claim that to remember E is to simulate E (i) accurately, (ii) internally and (iii) reliably. Causal philosophers of memory see similar problems in these two proposals. In the case of retention theory, the problem is that retentionist philosophers of memory don't explain the mechanism of retention, but probably, if they were to explain it, they would have to use causal notions. In the case of simulationist theory, the problem is that simulationist philosophers of memory don't explain the mechanisms responsible for the reliability of memory, but probably, if they were explain it, they would have to use causal notions. After all, if there is no causality involved in



reliable memory, all we would have would be an amazing correlation. So, the causal philosophers of memory claim, we have some grounds to accept a causal theory of memory and to reject a non-causal theory of memory. Now, our question is: how to understand the kind of causality involved in memory processes?

Some philosophers of causation claim that the concept of causation is plural – which means that there is more than one concept of cause. According to causal pluralists, the main concepts of cause are cause as production and cause as difference-making. To compare the two conceptions of cause, we could say that the concept of cause as production is related to four features:

- Regularity: the instantiation of the type of the cause is regularly associated to the instantiation of the type of the effect.
- Anteriority: the cause is anterior to the effect.
- Contiguity: there is no spatial or temporal interval between the cause and the effect.
- Necessitation: the occurrence of the cause necessitates the occurrence of the effect.

Of these four features usually associated to the concept of memory, we will focus only in necessitation. They are interested in two questions. First, is it the case that remembering is necessitated by some causes? Second, is better to interpret the kind of causation involved as being memory as production or memory as difference-making?

Usually, the causal philosophers of memory claim that the experience of an event E causes a memory trace, and that the memory trace is part of the cause – the other part of the cause being an environmental or attentional cue – of the remembering of E. How to understand memory traces as partial causes of rememberings? I submit that in this causal process, every kind of cause involved in the process is regularly associated to every kind of effect involved in the process (so, there is regularity), every cause is anterior to its respective effect (so, there is anteriority), there is spatio-temporal contiguity between every cause and every effect (so, there is contiguity) but there is no necessitation – it is possible that the

memory traces of event E are properly cued but there is no remembering because occurs some interference in the process. Having in mind that this process doesn't involve the necessitation of the effect by the cause, the have two main options. First, to reject that causation requires necessitation of the effect by the cause. Second, to review the description of the causal process. I claim that we have to review the description of the causal process. The problem is that we are supposing the conception of causation as production, but we have to suppose the conception of causation as difference-making.

When we talk of a cause as a difference-maker, we are trying to satisfy the modal intuition that the occurrence of the cause necessitates the occurrence of the effect. We would say, for instance, that S would not remember E in the present if S had not witnessed E in the past. The fact that S witnessed E in the past makes a difference. If S's present representation of E is accurate and involves information acquired by witnessing of E, then it is necessary that S's present representation of E is a memory state instead of another kind of intentional state – an imaginary state, for instance. We would say, also, that S would not remember E in the present if there were no sub-personal traces of E in S's body. The existence of memory traces makes a difference for the remembering of E. So, we claim that the conception of causation as difference-making is more appropriate than the conception of causation as production to explain the causal process of remembering. "

### **Resisting explanatory indispensability arguments: an analysis of some nominalistic approaches**

***Daniela Moura Soares***

A significant amount of nominalistic approaches in contemporary philosophy of mathematics has been developed as way to resisting one of the most seemingly plausible arguments for mathematical realism, namely the indispensability argument. The underlying idea of this kind of argument is that if mathematical entities such as numbers, functions, structures and sets did not exist (in any metaphysically robust sense), we would not be able to account for the vast

applicability of mathematics to the empirical sciences. This philosophical stance was originally endorsed by Quine (1948) and Putnam (1975), and more recently by some other mathematical realists like Colyvan (2001) and Baker (2005).

Indispensability arguments for mathematical realism aim to establish, then, that we ought to accept mathematical objects (which are abstracta, or at least non-physical objects, since it does not make sense to think of them as objects located in spacetime) in our ontology. However, the premises invoked to justify such a conclusion appeal to the following two apparently controversial claims: (a) if science is actually our best guide to comprehend the deepest structure of the reality, then we ought to be committed to all and only the entities that feature in our most successful scientific theories and (b) mathematical entities are featured, in an indispensable way, in numerous of our most successful scientific theories.

Thus phrased, this argument has given us the guidelines on how to be a nominalist about mathematics. There are a variety of nominalistic strategies which try to resist indispensability arguments for mathematical realism, but all of them fall into either what is called easy-road or hard-road nominalism. The crucial divergence between these two types of mathematical nominalism is the acceptability or rejection of indispensable uses of mathematical settings in our best scientific theories. Hard-road nominalists asserts that mathematics is just a tool we use in order to express our scientific theories in a simpler way, the belief that there are mathematical truths (and thereby mathematical entities) being completely unjustifiable. From this point of view, then, mathematics is not indispensable to the scientific work and hence the claim expressed in (b) is false. Establishing the plausibility of such thesis is, nevertheless, quite a hard task, since it would require their proponents to show that scientific theories (at least a huge amount of them) could be stated without quantifying over mathematical entities such as numbers and functions, and also to formulate the conservativeness of mathematics in a nominalistic way.

On the other hand, defenders of easy-road nominalism try to account for the indispensability of mathematics in the formulations of our best scientific theories, instead of denying it. A number of strategies along this line has been developed, and the most controversial matter in connection with this seems to rely on the

question of whether easy-road nominalists can account not just for the descriptive and representational role that mathematics has on empirical sciences such as physics, biology and the like, but also for the explanatory role played by mathematics in these sciences.

Colyvan (2010), however, argues that in spite of the nominalist's ability to accommodate the indispensability of mathematics in the formulation of approximately accurate empirical descriptions of the physical world, there are no plausible nominalistic strategies to account for the explanatory role of mathematics in some scientific theories. One of Colyvan's main ideas seems to be that when mathematical objects are being used to represent or describe some aspect of the physical world, it is perfectly acceptable to think of them as being mere fictions. Nonetheless, when it is used to explain some physical phenomenon, we cannot think of the explanations in which they figure as just metaphorical.

Leng (2012), however, rejects Colyvan's idea that the genuine explanatory power of mathematics in some of our best scientific explanations implies that it is impossible to provide a reasonable and complete nominalistic account of applied mathematics. One of Leng's central ideas is that although it is true that the explanations of some physical phenomena are essentially and genuinely mathematical — it is impossible to dispense with the mathematics used to formulate such explanations as well as to reasonably deny that mathematical settings really do explanatory work —, it happens that many such explanations are what could be called structural explanations. Providing a structural explanation for a given physical phenomenon consists basically in showing how the phenomenon at issue can be thought of as being an approximate instantiation of some mathematical structure. A defender of fictionalism about mathematics, however, does not need to posit abstract mathematical structures (which from the platonist's point of view exist in a mathematical realm, having their instances in the physical world) as they do not believe in the existence of mathematical truths. Therefore, it seems that a nominalist about mathematics (if she is simultaneously a fictionalist) could maintain that since our ontological commitment is restricted to instances of mathematical structures, we do not need to be ontologically committed to any mathematical entities, but rather only to physical ones, which (taken together) exemplify a

mathematical structure. Leng's idea is that Colyvan's examples of applied mathematics featuring in scientific explanations fit quite well with this kind of structural explanation, and that a promising nominalistic account of genuine mathematical explanations can be advanced.

In this paper, I aim to (a) discuss the plausibility of Leng's fictionalist approach, trying to explore Colyvan's (2012) criticism to it, and (b) address the more general question of whether it is really possible to develop any tenable easy-road strategy to account for the indispensable and genuine explanatory role that mathematics has on the empirical sciences.

## References

- BAKER, A. Are There Genuine Mathematical Explanations of Physical Phenomena? *Mind*, v. 114, n. 454, p. 223–238, 2005.
- COLYVAN, M. *The Indispensability of Mathematics*. New York: Oxford University Press, 2001.
- COLYVAN, M. There is No Easy Road to Nominalism. *Mind*, v. 119, n. 474, p. 285–306, 2010.
- COLYVAN, M. Road Work Ahead: Heavy Machinery on the Easy Road. *Mind*, v. 121, n. 484, p. 1031–1046, 2012.
- LENG, M. Taking it Easy: A Response to Colyvan. *Mind*, v. 121, n. 484, p. 983–995, 2012.
- PUTNAM, H. What is Mathematical Truth? *Historia Mathematica*, v. 2, n. 4, p. 529–543, 1975.
- QUINE, W. V. On What There Is. *The Review of Metaphysics*, v. 2, n. 1, p. 21–38, 1948.

## Order, Sense and Direction: Why Mathematics Spatializes Time

*Emiliano Boccardi*

Russell took the coherentization of calculus as pointing in the direction of the at-at theory of motion (and change): to say that an object moves during a time

period  $\Delta t$  is to say no more than it occupies different positions at different instants of times during  $\Delta t$ . So, far from providing us with a coherent notion of a state of change, the rigorized notions of limit and derivative, Russell thought, give us reasons to deny that there are any such things:

It is to be observed that, in consequence of the denial of the infinitesimal, and in consequence of the allied purely technical view of the derivative of a function, we must entirely reject the notion of a state of motion. [...] The reform introduced by Weierstrass in the infinitesimal calculus has rendered this rejection imperative. [Russell, 1903, p. 473, my emphasis].

This admittedly strange idea, according to which an object can move without ever moving had its enemies since when it was conceived. This is how James, echoing Bergson, expresses this worry:

whatever motion really maybe, it surely is not static; but the definition we have gained is of the absolutely static. It gives a set of one-to-one relations between space point and time-points, which relations themselves are as fixed as the points are. It gives *positions* assignable ad infinitum, but how the body gets from one position to the other it omits to mention. The body gets there by moving, of course; but the conceived positions, however numerous multiplied, contain no element of movement, so Zeno, using nothing but them in his discussion, has no alternative but to say that our intellect repudiates motion as a non-reality<sup>1</sup>.

Russell was well aware that the deflation of instantaneous velocity is somewhat puzzling. When contemplating an object's motion in a scenario in which time instants are discrete, he had to say: "It is never moving, but in some *miraculous* way the change of position has to occur between the instants, that is to say, not at any time whatever"<sup>2</sup>.

Standard physics textbooks tell us that the state of the universe at any time is determined by the state at any previous time plus the laws of physics. The state

---

<sup>1</sup> James 1987: 735.

<sup>2</sup> Russell 2001 [1929]: 51, my emphasis. See also Plato's discussion of the instant of change in his *Parmenides*.

of the universe at a time  $t$ , we are told, is given by the positions of all the particles at  $t$ , *plus their velocities at  $t$* . But, according to the Russellian view, the instantaneous velocities of the particles supervene solely on their positions at various times preceding and succeeding  $t$ , hence they add nothing to the state of the universe at exactly the time  $t$ . Now, the positions of particles at  $t$  have clearly no effect whatsoever on the positions in the immediate future of  $t$ . How could their velocities have any greater explanatory role, if they supervene solely on these positions themselves?

[W]hat typically gets referred to in the physical literature as an ‘instantaneous state’ of a Newtonian-mechanical universe, of course, is a specification of the position *and the velocities* of all the particles in the world at the time in question. But the trouble with that is just that specifications of the positions *and the velocities* of all particles in the world at one time are *not* conceptually *independent* of the specifications of the positions and the velocities of all the particles in the world at all other times”<sup>3</sup>.

All these arguments stem from the observation that instantaneous velocities, defined as the derivative of the kinematic function at an instant of time, are *neighbourhood* properties, not “intrinsic, fundamental properties had at a time, they are properties of finite, or infinitesimal, developments of states”<sup>4</sup>. They then proceed to argue that neighborhood properties are unsuited to fulfil the relevant explanatory role.

In this paper, I argue that the classical foundation of calculus has still more serious consequences than those pointed out by these authors: it makes mathematical structures unsuited to represent directed physical magnitudes, such as velocities, forces and accelerations. Most importantly, for our concerns, this entails that classical mathematics is unsuited to represent time as flowing and things as changing (since to represent time as flowing and things as changing one has to represent time as flowing and things as changing in one direction only). This provides both a vindication and an explanation for the fact, often emphasized by

---

<sup>3</sup> Albert 2000: 10, italics in the original.

<sup>4</sup> Arntzenius 2000: 195.

Bergson, and vigorously denied by Russell and his followers, that mathematics “spatializes” time.

In a nutshell, my argument proceeds from the observation that serial order, as conceived of by the classical foundation, is essentially undirected. To show that things are so, I draw from the literature on the senses of asymmetrical relations. According to the classical (Russelian) conception, asymmetrical relations have two senses, they can go *from* one of the terms *to* the other, or viceversa:

It is characteristic of a relation of two terms that it proceeds, so to speak, from one to the other. This is what may be called the sense of the relation, and is . . . the source of order and series. It must be held as an axiom that  $aRb$  implies and is implied by a relational proposition  $bR'a$ , in which the relation  $R'$  proceeds from  $b$  to  $a$ , and may or may not be the same relation as  $R$ . . . . The sense of a relation is a fundamental notion, which is not capable of definition” (Russell 1938: 95–96).

In a number of influential papers, some authors (e.g. Fine 2000, Williamson 1985, McBride 2007, Geach 1957) have noted that the classical conception cannot be sustained. Essentially, the problem appears to stem from a difficulty in picking up either direction. As noted by Peter Geach:

A relation neither exists nor can be observed apart from its converse relation; what is more, the concept of a relation and of its converse is one and the same indivisible mental capacity, and we cannot exercise this capacity without actually thinking of both relations together. [Geach, *Mental Acts*, London: Routledge, 1957, p. 33].

If things are so, then one cannot use these senses to ground the directionality of physical magnitudes as it is standardly done. After advancing my own argument to the effect that the senses of asymmetric relations present an ineliminable ambiguity, I show how the difficulty applies to the case of directionality and the arrow of time. The argument consists in showing how the impossibility to pick up either senses individually makes it impossible to distinguish mathematically the reverse description of a process (the description of the same process obtained by substituting the variable for time,  $t$ , with its inverse,  $-t$ ), from the description of the reverse process (the same sequence of states in the opposite direction).



Those persuaded that the passage of time and change are an illusion, of course, will be unimpressed by this argument. I shall conclude, however, that those who claim that the passage of time is illusory must also deny that it seems to pass. This, I argue, makes their view rather implausible.

## References

- Albert, D. Z., 2000, **Time and chance**, Cambridge (MA), London: Harvard University Press.
- Arntzenius, F., 2000, Are There Really Instantaneous Velocities?, **The Monist** 83: 187–208.
- Bergson, H., 1998 [1911], *Creative Evolution*, tr., Arthur Mitchell, New York: Dover.
- Dorr, C. 2004, “Non-Symmetric Relations”, **Oxford Studies in Metaphysics**, 1, pp. 155–192.
- Fine, K. 2000, “Neutral Relations”, **The Philosophical Review**, 109, pp. 1–33.
- James, W., 1987, **Writings 1902-1910**, Literary Classics of the United States inc., New York, NY
- MacBride, F. 2007, “Neutral Relations Revisited”, **Dialectica**, 61, pp. 25–56.
- Russell, B., 1938, **Principles of mathematics**, W.W. Norton & Company, inc, New York.
- , 2001 [1929], **The Problem of Infinity Considered Historically**, reprinted in Salmon, W. C., 2001, *Zeno's Paradoxes*, 2nd Edition, Indianapolis: Hackett Publishing Co. Inc.
- Williamson, T. 1985, “Converse Relations”, **The Philosophical Review**, 94, pp. 249–262.

## S5-denying Approach to Relativised Metaphysical Modality

*Fernando Furtado*

"Nathan Salmon (1989) argued (following Hugh Chandler (1976)) that things that are possible may be merely contingently possible instead of necessarily possible. Employing the possible world vocabulary, Salmon claims that what is

possible may vary depending on which possible world is being taken into consideration. According to Salmon's account, it is quite natural to suppose that several things that are impossible from a possible world  $w_1$  are entirely possible from the perspective of a different possible world  $w_2$ . This is equivalent to saying that things which qualify as viable possibilities from a possible world  $w_1$  might be different from the viable possibilities from a possible world  $w_2$ . In this sense, possibilities (and also necessities) are relativised to which possible world is being taken into consideration. This idea is incompatible with a widespread consensus according to which the logic for metaphysical modality should be as strong as the S5 modal logic system. From a semantic point of view, the idea is that an adequate theory for metaphysical modality requires models in which the accessibility relationship between possible worlds should be as strong as an equivalence relation. Since according to Salmon's semantics, the accessibility relation between possible worlds is weaker than equivalence (contrary to the consensus), philosophers may not have found themselves in a position to take Salmon's theory as seriously as it deserved. However, in a recent paper, Adam Murray and Jessica Wilson (2012) considered Salmon's central insights seriously and proposed an interpretation of it which, if successful, can eventually deliver all the benefits of a relativised description of metaphysical modality without encountering Salmon's problem. Hence, if they can successfully achieve their goal, then they will be able to provide an essentialist S5-friendly theory for relativised metaphysical modality. Unfortunately for the S5-friends, I shall argue, they do not achieve their goal; therefore, if I am right, they cannot provide an essentialist S5-friendly theory for relativised metaphysical modality.

This talk is organised as follows: firstly, I present Salmon's theory of modality (which I call 'S5-denying approach') and compare it with the standard interpretation of modality. Secondly, I explain Murray and Wilson's 'two-dimensional S5-friendly interpretation of relativised metaphysical modality' or '2D-interpretation' (I focus on only one of its implementations; the one with non-overlapping subspaces). Thirdly and most importantly, I put forward a few arguments against Murray and Wilson's proposal. This talk, therefore, can be understood as an indirect defence of Salmon's account of relativised metaphysical modality. Since it argues that if one is willing to

hold an essentialist theory for relativised metaphysical modality, then his best option in the market right now is to stick with Salmon's proposal, which (I shall argue) is the only genuinely essentialist interpretation of relativised metaphysical modality."

### **O naturalismo normativo e a prática científica**

*José Sérgio Duarte da Fonseca*

O naturalismo é a perspectiva amplamente recebida na filosofia contemporânea. A despeito da variedade de suas formulações, qualquer teoria de bases naturalistas precisa fornecer um quadro explicativo convincente sobre as relações entre as normas e o mundo natural. A necessidade da construção de tal quadro se impõe devido ao fato de que a visão científica, ao conceber o mundo natural como fundamentalmente anormativo, faz com que a normatividade (semântica ou epistêmica, ética ou política) seja algo como um “acréscimo indevido” ao mundo material, ao que “realmente

importa”. Com a admissão preliminar da anormatividade da natureza, qualquer que seja o quadro explicativo selecionado, ele estará comprometido desde já com a ideia de que há uma relação assimétrica entre o normativo e o anormativo, onde o normativo é concebido como uma instância dependente do fundamentalmente anormativo e, assim, eliminável ou superveniente ao mundo natural.

O problema que imediatamente se impõe quando adotamos a perspectiva naturalista é saber como a prática científica, sendo ela a um tempo inerentemente normativa e também responsável pela concepção do mundo como fundamentalmente anormativo, pode ser descrita em termos naturalizados, algo que Joseph Rouse chama, jocosamente, de problema da glândula pineal da filosofia contemporânea.

Em outros termos, a questão que se impõe é saber qual é o lugar da prática científica no mundo natural, tal como ela mesma o concebe. Meu objetivo é examinar uma outra possibilidade de afiliação ao naturalismo, postura à qual chamarei de “naturalismo normativo”, cujo pressuposto básico é a rejeição da tese

predominante da anormatividade do mundo natural, para saber de que forma, a partir desta nova perspectiva naturalista, seria possível naturalizar a prática científica sem as dificuldades apresentadas pela visão anormativa da natureza. Em particular, identifico a proposta do realismo agencial de Karen Barad (BARAD, 2007) e a abordagem enativista, proposta por Evan Thompson (THOMPSON, 2007) como dois exemplos desta forma distinta, i.e., normativa, de naturalismo. Examinarei essas duas perspectivas teóricas para saber se, e como, elas poderiam dar conta da tarefa de naturalizar a prática científica.

Apesar de suas diferenças, ambas as perspectivas teóricas têm em comum a proposição do naturalismo normativo, ou seja, ambas recusam visão assimétrica entre o normativo e o natural. O objetivo da palestra será mostrar que esses dois modelos possíveis do naturalismo normativo podem, uma vez combinados, produzir um avanço na direção de uma visão normativa do mundo natural.

### **The arguments of Della Rocca and Jeshion on the debate over Principle of Identity of Indiscernibles: an analysis of strategies and conceptual apparatus**

***Leonardo Gomes de Soutello Videira***

"The debate over the truth or falsehood of the Principle of Identity of Indiscernibles (PII) started in the 1930's with Max Black's example of the two non-identical, but indiscernibles, iron spheres in the symmetrical universe. The debate has never trully extinguished, it has just cooled down, however it has been reignited in a different light by the debate between Michael Della Rocca (who is defending the PII) and Robin Jeshion (who is not defending it, though not directly attacking it too). Della Rocca thinks that any argument that intends to defend Black's sphere example as a legit counter example to the PII, is committed to the brute metaphysical fact of non-identity between the two spheres. This commitment, according to him, leaves the door open for other examples that we intuitively would not accept, namely, examples of co-located non-identical indiscernible Black's spheres, or worse than that, multiple co-located non-identical indiscernible spheres. Della Rocca puts up a challenge: Why is it okay to accept primitive non-identity of the Black's spheres and partial overlapping spheres, but not multiple co-located

fully overlapping spheres that share all parts? His point is: it is not okay for any of them.

On the other side of this dispute, Jeshion agrees with most of Della Rocca's assumptions, but she believes that there are ways to justify the primitive fact of non-identity of bi-located indiscernibles without committing to the co-located cases (according to her, there are at least three ways). One of them is to invoke a principle she calls Weak Lockean Principle (WLP); the other is to show that there are some non-identical partial overlapping cases that are not okay too, showing that his dichotomy is not correct, so his challenge is not a fair one; and the last and most compelling, to show that one case is absurd because of our primitive concepts of objecthood and space, while the other is not absurd at all (according to our concepts of objecthood and space). At the end of her last argument she adds: "no further explanation is needed or sensible. Insisting on a more primitive explanation [...] is tantamount to dogmatically insisting on the truth of the very that Della Rocca is [...] arguing for". But is it? Why would one have to accept some principles like the WLP that she proposes as ground for Della Rocca's questions and not the PII? Why does one have to accept some facts as brute facts with no further inquiry? This is what I wish to debate at the end of this presentation.

First, I will sketch their arguments, then I intend to analyse their argumentative strategies and the conceptual apparatus to which they appeal to in their strategies, which seem somewhat problematic to me. Based on this apparatus and their strategies, I wish to raise some questions over what is permissible and what is not in this debate, for I think that some steps made by both sides are not permissible or, at least, for them to be made, they would need some preparation that is not done in their papers (e.g. to establish brute facts, to block further questioning without showing that the negation of the principle in question is absurd, to present a clear account of what space is, or at least give a more detailed account of which theory of space they are committed to, viz. substantialist or relational, physical or purely geometrical)."

## **Necessity, essence and explanation in Aristotle's theory of demonstration**

***Lucas Angioni***

"My proposal has two interrelated parts:

(1) A well accepted model to understand the relationship between essence and explanation focuses on the object which is an essence-bearer and, normally, an Aristotelian substance. Given an object O, it is O's essence that plays the important role to explain why O has certain attributes. On an expansion of this model, the explanatory role will be deployed not only by O's essence, but also by the essence of other substances, different from O, but relevantly related to O. Now, this model (and its expansion) is good to account for some things Aristotle says, but it is not the whole story. I argue against the exclusivism that has been monocratically ascribed to this model. On Aristotle's Posterior Analytics, what should be 'explained by its essence' in a scientific explanation is a complex explanandum liable to a predicative formulation (such as the privation of light in the moon, or the occurrence of a certain type of noise in the clouds). The explanandum is a state of affairs expressed in a predication. In order to capture what this explanandum is and why it is as it is, the attribute is more important (for instance, if we want to explain why animals are mortal, we are of course concerned with animals, but we are much more strictly focused on the specific attribute of mortality ascribed to them). Consequently, the appropriate explanans cannot be strictly the essence of the object O, but is rather the essence of the attribute P as attributed to O, which is equivalent to the essence of the explanandum qua explanandum. In order to attain the appropriate explanation of animal's mortality, our explanans should be connected to the animal's essence, but (more than that) should consist in the essence of mortality. Aristotle is committed to this notion of essence.

(2) According to Aristotle, O's essential attributes are necessary to O, and it is their essentiality that grounds their necessity, not the other way round. However, concerns with this issue has led us to ignore another interesting way in which Aristotle does use the notion of necessity (the expressions 'necessary', 'what cannot be otherwise' etc.), which is indeed the most important for his theory of scientific demonstration in the Posterior Analytics. The notion of necessity that is

central in the Posterior Analytics is not focused on predicative relations, but on explanatory relations (which are triadic): given a certain explanandum expressed in predicative form, a third item, the explanans, is called “necessary” in the sense of being the required one for the most appropriate explanation. This employment of the expression ‘necessary’ is not incompatible with the traditional view that demonstrative science require sentences that are necessarily true. But it has nothing to do with the notion of a necessarily true predication. Thus, when Aristotle says that demonstration (or scientific knowledge) proceeds from necessary principles, what he means is that demonstration hangs on the principles required for the most appropriate explanation of a given explanandum.

### **Events, Facts, and their formalization**

***Martin Adam Motloch***

"The objective of this text is to present an alternative logical formalization for Bennett's (1988) ontology and semantics of events which conforms more to his main idea that events are a subcategory of facts. Inspired by Reichenbach (1947) who suggested formalizing events by means of quantification over specific properties and using, as well, the results of the theory of predicate modifiers, we pretend to provide a sketch of a logico-ontological theory of events in higher order logic. The importance of events in everyday life, science, and philosophy is unquestionable. Human language, actions, perceptions manifest commitments to events. They are commonly conceived as numerically unique unrepeatable entities with localization in time and space. Bennett's semantics and ontology of events is based on the analysis of our linguistic referential apparatus with respect to events and facts. The distinction between perfect nominal and imperfect ones is fundamental. The imperfect nominals refer to facts. They give their complete nature explicitly, then facts are nothing else than exemplifications of properties; whereas perfect nominals are partial, incomplete descriptions of events which omit lots of details about them. We agree with Bennett that events constitute a subcategory of facts, though, complex and very detailed. In consequence, they are exemplifications of complex and rich properties. Although Bennett interprets the

semantics and metaphysics of events correctly, he does not succeed to convert these insights into logical formalization, au contraire, he merely uses a little modified version of the theory of Davidson (1967 e 2001). Conforming to Davidson, events are basic individuals, therefore not derived ontological entities which contradicts Bennett's own insight: Events are not basic items in the universe; they should not be included in any fundamental ontology (Bennett, 1988, p. 12). Besides of that the formalization leads to implausible results in coping with dependence of adverbs.

## References

- BENNETT, J. **Events and their Names**. Indianapolis: Hackett Publishing Co, 1988.
- BENNETT, J. "What Events Are". In: GALE, M. (Ed.). **The Blackwell Guide to Metaphysics**. Oxford: Blackwell, 2002, pp. 43-65.
- DAVIDSON, D. "Logical Form of Action Sentences", in N. RESCHER (Ed.). **The Logic of Decision and Action**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1967, pp. 81–95.
- DAVIDSON, D. **Essays on Actions and Events**, 2. ed. Oxford: Clarendon Press, 2001.
- REICHENBACH, H. **Elements of Symbolic Logic**. New York: Macmillan, 1947."

## O problema da composição mereológica e sua relação com a existência

*Rhamon de Oliveira Nunes*

"Em seus livros *Sobre a Pluralidade dos Mundos* (1986) e *Partes de Classes* (1991), David Lewis defendeu o que hoje é conhecido como universalismo mereológico, a saber, a tese segundo a qual toda e qualquer multiplicidade de objetos possui uma (e apenas uma) fusão. Esta tese se opõe diretamente à ideia de que os casos de composição, isto é, casos de ocorrência da relação de composição, precisam necessariamente satisfazer algum critério.

Segundo Lewis, se existem critérios para a ocorrência de um objeto composto, então é possível que algum caso de composição seja vago, uma vez que estes critérios só podem ser baseados em nossas intuições. Em outras



palavras, eventualmente a vagueza das nossas intuições seria herdada pelos critérios baseados nas mesmas. Seguindo o argumento, casos vagos de composição implicam necessariamente em casos em que é vago se um objeto composto existe ou não. Ou seja, da vagueza da composição Lewis deriva necessariamente a vagueza da existência. Mais recentemente, em *Tetradimensionalismo: Uma Ontologia da Persistência e Tempo* (2001), Ted Sider revisitou o argumento da vagueza original e apresentou uma nova versão para ele. Em linhas gerais, o argumento de Sider reside na mesma base do argumento de Lewis: (a) vagueza ontológica é incoerente e (b) o quantificador existencial não pode ser vago.

Uma vez que os argumentos da vagueza de Lewis e Sider residem numa concepção bastante específica de existência e predicação, a única forma de responder ao desafio imposto por eles é através de uma análise cuidadosa da noção de existência e sua relação com as propriedades de um objeto e a própria noção de quantificação. O presente trabalho é uma tentativa de esclarecer os pressupostos da concepção clássica de existência enquanto quantificador e sua relação com a predicação e, em especial, com a posse de propriedades vagas, mostrando que a posição de Lewis/Sider depende de certa leitura da regra de introdução do quantificador existencial. Em última análise, esta posição depende de uma metafísica que trata os objetos como feixes de propriedades. Finalmente, pretende-se mostrar como uma concepção de substâncias puras pode resolver o problema da vagueza, bem como suas consequências para a concepção quantificacional de existência.

### **Soft Facts and Contrafactual Dependence**

***Ricardo Santos***

"Suppose that I have smoked my last cigarette (in my entire life) in 2010. Does it mean that I cannot smoke a cigarette tomorrow? No. It just means that I will not do it, although I can. The fact that I have smoked my last cigarette in 2010 is a fact about 2010 – and as such it should be included in a complete description of the actual world in that year –, but it contrafactually depends on a fact about tomorrow,

namely, the fact that I will not smoke any cigarette tomorrow. Past facts of this kind, which contrafactually depend on other facts in future times, have been called soft facts, in contrast with hard facts, which are completely closed or ‘done with’, such as for instance the fact that there was a 7.0-magnitude earthquake in Haiti in January of 2010. There has been great controversy in contemporary metaphysics on how exactly should the distinction be drawn between these two kinds of facts – and I will review the main points of that discussion –, but in the end I will defend that the notion of contrafactual dependence is the right tool for us to build an adequate definition of soft facts. A past fact is soft, on my view, just in case were some future time to be different from how it will in fact be, then that past fact would not have obtained.

On the basis of this account of soft past facts, I will then discuss whether the acceptance of such facts commits one to the view that the future can affect the past, or to a form of backwards causation. One initially appealing reason to think that it does is by way of considering that, if we have alternative possible future courses of action open to us, but some parts of the past contrafactually depend on which possible future will be actualized, that entails there being also alternative possible pasts – and one would be determining or causing the past by choosing one of the possible futures. I will argue against this line of reasoning, contending that it is one thing to say that I am able to do something tomorrow such that if I were to do it, the past would have been at some point different from the way it was, and it is quite another to say that I am able to causally affect the past. I will conclude that the ability to do otherwise does not entail any form of backwards causation, even when some past fact contrafactually depends on the outcome of our free choice in the future.

### **An non-mental account for the ontological dependence of social entities**

***Valdenor Monteiro Brito Júnior***

"The question respective to the ontological dependence of social entities generally is answered by the thesis of mind-dependence. According to it, social entities ontologically depend on the mind (that is, mental states). This is the

majoritarian position in analytic social ontology. The mainstream position, represented by names as John Searle and Raimo Tuomela, joins this thesis of mind-dependence with a strong intentionalist program, grounding the entire social reality on the collective intentionality. There are divergent voices contrary to the mainstream, represented by names as Brian Epstein and Muhammad Ali Khalidi, that rejecting the strong intentionalist program. However, even these dissidents accept the thesis of mind-dependence (as discussed in Khalidi, 2016, asserting the mental sustenance of the social). In fact, this thesis seems to be a largely intuitive position to hold on for the question concerned. However, Rebecca Mason (2016) appoints the unclarity about what the thesis of mind-dependence really means: in some senses social entities depends on minds, but in others it does not hold on.

In this paper I shall argue that it is possible to formulate an alternative to the thesis of mind-dependence. I intend to propose a different metaphysical schema for placing social entities in the structure of reality.

In the majoritarian position, the relationship between social, mental and biological entities is vertical: the biological level grounds the mental level, and the mental level grounds the social level. It agrees with the picture of the thesis of the mind-dependence of social entities.

My proposal is that social entities (more exactly, all basic social entities) are not dependent on the mental states. As consequence of it, the relationship between social, mental and biological entities turn more complicated: the biological level grounds the mental level and the basic social one, and the basic social level and the mental level grounds a derivative social one.

I name this proposal as a behavioral functionalism about the social. Social entities ontologically depend on the patterns of certain behaviors produced by organisms. All basic social entities are functionally defined as a certain abstract behavioral pattern among organisms and the token of these types are concrete behaviors. Concrete behaviors satisfying the abstract specification does not depend on a specific physiology or psychology, and it warrants the autonomy of the social level in relation to the biological and the psychological levels. The relation between the social level and the biological one is non-causal: the social is constituted by behaviors, which are defined biologically. In contrast, the relation between the

social level and the mental one is causal: the social is caused by the mental states' causing the relevant behaviors.

My account allows that some social entities are psychologically and behaviorally defined as well the majoritarian position allows too. I consider these entities as derivative of most basic social entities, although the majoritarian position considers them as the fundamental social entities themselves. How do we settle this question?

Here I consider a specific methodology for settling the question between the majoritarian position and the behavioral functionalist one: the mereological or conceptual major. This razor works by taking the uncontroversial social entities (accepted both by the majoritarian account and the behavioral functionalist) and supposing them in a moment without the mental component and in another moment without the behavioral component. After these operation, what remains is a social entity yet? I argue that what remains after the cutting away of the behavioral component is a mental entity, although what remains after the cutting away of the mental component is a social entity yet. It provides prima facie support to the bigger importance of the behavioral component in the definition of the social entities.

## References

KHALIDI, Muhammad Ali. Mind-Dependent Kinds. **Journal of Social Ontology** 2(2), 2016, p. 223–246.

MASON, Rebecca. The Metaphysics of Social Kinds. **Philosophy Compass**, 11(12), 2016, p. 841–850.

## Propriedades como Classes de Tropos

*Valdetonio Pereira de Alencar*

Este trabalho analisa a conexão entre duas teorias: o Nominalismo de Classe e a Teoria de Tropos. O Nominalismo de Classe é uma solução para o problema dos universais. O fato de um particular a possuir uma propriedade F deve ser analisado como a sendo um elemento da classe dos F's. Essa posição teve uma formulação sistemática com Anthony Quinton e David Lewis. A principal

diferença entre esses dois tipos de Nominalismo de Classe consiste no uso que Lewis faz de seu Realismo sobre mundos possíveis para tentar solucionar o problema dos universais. Armstrong levantou uma série de críticas contra essa forma de nominalismo, como: o problema da coextensionalidade, o argumento causal, o problema da ordem de explanação, o problema de caracterizar uma classe como natural, o problema das condições de identidade e o problema das relações. Há, contudo, uma maneira de retomar essa posição utilizando a teoria de tropos. Essa admite a existência de propriedades, mas considera que propriedades são particulares, e não universais. Tropos são propriedades instanciadas. A ontologia clássica reconhece a categoria ontológica de propriedade instanciada desde o seu início, com Aristóteles. Essa categoria era reduzida à categoria de particular e a de universal nas teorias nominalistas e realistas tradicionais. A teoria de tropos vai além de apenas reconhecer a categoria de propriedades instanciadas. Nessa teoria, essa categoria não é redutível a outras categorias, como particular e universal. Alguns teóricos de tropos defendem que precisamos apenas de tropos como categoria ontológica não redutível. Há uma forma de reabilitar o Nominalismo de Classe se propriedades forem analisadas como classes de tropos. Os particulares  $a$  e  $b$  possuem a propriedade  $F$  em virtude dos tropos  $f_1$  e  $f_2$ , componentes dos particulares  $a$  e  $b$ , pertencerem à mesma classe dos tropos  $f_s$ . A unidade dessa classe é primitiva, isto é, não deve ser analisada através de outras categorias ontológicas, como universais. A unidade da classe também não pode ser explanada recorrendo à semelhança entre os elementos pertencentes à mesma. A unidade de uma classe possui semelhança com a noção de classe natural em Quinon e Lewis. Toda propriedade estabelece uma classe, mas nem toda classe estabelece uma propriedade. Precisamos discernir quais classes servem para explicar propriedades. As classes úteis para esse propósito são as classes naturais. Podemos diferenciar duas versões do Nominalismo de Classe de Tropos: a de Stout e a de Ehring. A diferença entre esses autores não se deve à análise das propriedades como classes de tropos. Eles discordam sobre a natureza do tropo. Por isso, não haverá um tratamento prioritário dessa questão. O objetivo deste trabalho consiste em mostrar como esse Nominalismo de Classe de Tropos é superior ao Nominalismo de Classe Tradicional. Mostro como as

críticas clássicas contra essa posição podem ter uma resposta melhor dentro da Teoria de Tropos. Tome-se, por exemplo, o problema da coextensionalidade. É possível termos duas propriedades distintas F e G, tal que, para todo objeto a, a possui F se e somente a possui G. Poderíamos formar classes a partir dos objetos que possuem essas propriedades. Pelo princípio de coextensionalidade, a classe dos Fs seria idêntica à classe dos Gs. Não teríamos, conseqüentemente, como diferenciar essas duas propriedades na ontologia de classes. Com uma concepção realista de mundos possíveis, o Nominalismo de Classe Tradicional pode lidar com o problema da coextensionalidade. Contudo, foi preciso introduzir um novo tipo de particular para lidar com esse problema. O Nominalismo de Classes de Tropos conseguiria resolver facilmente esse problema sem a necessidade de se comprometer com uma determinada visão de modalidade. As propriedades F e G não são reduzidas à classe de tropos. O particular a é F em virtude do tropo f1, componente do particular a pertencer à classe dos tropos fs. O particular a é G em virtude do tropo g1, componente do particular a pertencer à classe dos tropos gs. Os tropos f1 e g1 são copresentes e compõem, conseqüentemente, o mesmo particular a. Como esses tropos são distintos, a classe dos fs e a classe dos gs não serão idênticas. Temos, assim, como diferenciar ontologicamente as F e G em uma ontologia de classes, desde que os elementos dessas classes sejam tropos. Assim como o problema da coextensionalidade, outros problemas apresentam uma solução mais satisfatória no Nominalismo de Classe de Tropos. Por último, pretendo apresentar que mesmo sendo uma teoria superior em relação ao Nominalismo de Classe Tradicional, o Nominalismo de Classe de Tropos ainda possui deficiências. Em especial, analiso o problema das relações e o problema da ordem de explanação.

## Lista de Autores/Títulos

- ABATH, André Joffily** (UFMG) – *Concepts and Linguistic Transactions* **Hist**
- ACOSTA-NAVAS, Diana** (Harvard University) – *Speaking and Silencing* **Ling**
- ALENCAR, Valdetonio Pereira de** (UFCariri) – *Propriedades como Classes de Tropos* **Met**
- ALMEIDA JR., José Gladstone** (UFRJ) – *Conteúdo perceptivo, particularidade e identidade fenomenal* **Met**
- ALMEIDA, Hênio S. de** (UFES) – *A lógica trivalente ( $\mathcal{B}$ ) de Jan Łukasiewicz como uma resposta ao problema do determinismo* **Lóg**
- ALVES, Marcos Antonio (c/ Pedro Bravo de Souza)** (UNESP) – *Pode o problema da indução ser resolvido por alguma proposta bayesiana?* **Epist**
- AMARAL, Murilo Garcia de Matos** (UFBA) – *Russell e a análise da linguagem* **Ling**
- ANGIONI, Lucas** (UNICAMP) – *Necessity, essence and explanation in Aristotle's theory of demonstration* **Met**
- ANTEZANA, Alan Renê Maciel** (UnB) – *Atualismo, Antiatualismo e os Esquemas de Barcan* **Men**
- APOSTOLOVA, Iva** (Dominican University College) – *Russell and Ryle: Monism, Memory, and Retrospection* **Hist**
- ASSIS, Kleyson Rosário** (UFRB) – *Tolerância e Racionalidade nas Ciências* **Etic**
- AZAR, Roberto Miguel** (Universidad de Buenos Aires) – *¿La Inferencia a la Mejor Explicación conduce a un realismo de leyes?* **Met**
- AZEVEDO, Gustavo de** (UNICAMP) – *Referring to Fictional Objects* **Lóg**
- BANDEIRA, Francisco D. de Andrade** (UFC) – *Por uma visão estrutural da informação* **Epist**
- BARBOSA, Deyvisson F.** (PUC-RJ) – *Perceiving without, and with, content: in search of a fundamental theory of perception* **Men**
- BARCELOS, Robson da Rosa** (UFSM) – *Autoconhecimento de crenças: empirismo, racionalismo e racionalidade* **Epist**
- BARTH, Carlos Henrique** (UFMG) – *O 'Frame Problem' e as dependências contextuais do pensamento* **Men**

- BERNECKER, Sven** (UC-Irvine, Universität zu Köln) – *Explanatory Reliabilis* **Epist**
- BIBILONI, María** (Universidad Nacional de La Plata) – *Accommodation within context sensitive terms* **Ling**
- BOCCARDI, Emiliano** (UFBA) – *Order, Sense and Direction: Why Mathematics Spatializes Time* **Met**
- BODANZA, Gustavo** (Universidad Nacional del Sur) – *Deciding the status of arguments in abstract argumentation frameworks: tableaux with boolean operation* **Lóg**
- BONARDI, Paolo** (Université de Genève) – *Dismissing Semantic Coordination* **Ling**
- BONELLA, Alcino Eduardo** (UFU) – *O mal aparente e o argumento da esquizofrenia moral* **Rel**
- BORGE, Bruno** (Universidad de Buenos Aires) – *Philosophical Issues in Laws of Nature: Metaphysics and Epistemology* **Met**
- BORGES, Rodrigo** (PUC-RG) – [título a definir] **Epist**
- BRITO JR., Valdenor Monteiro** (UFSC) – *An non-mental account for the ontological dependence of social entities* **Met**
- BRITO, Adriano Naves de** (UNISINOS) – *Evolucionary perspectives on normativity* **Étic**
- BUENO, Otávio** (University of Miami) – *Wittgenstein and Pyrrhonism* **Epist**
- CAMARGO, Leandro Bortolotto** (UNICAMP) – *O problema do conceito cavalo em Frege* **Ling**
- CAMPOS, Edgar Henrique do N. (c/Abílio A. Rodrigues Filho)** (UFMG) – *On the idea of a Brouwerian relevance logic* **Lóg**
- CAMPOS, Veronica de Souza** (UFMG) – *Diferentes perspectivas sobre o autoengano e um insight fenomenológico-existencial* **Epist**
- CANI, Renato Cesar** (UFSC) – *Ceteris paribus laws: do we need dispositions?* **Met**
- CARDOSO, Guilherme Araújo** (CEFET-MG) – *Counterfactual Liars and Impossible Worlds* **Lóg**
- CARIJÓ, Filipe Herkenhoff** (UFRJ) – *Micro illusion, arbitrariness and naïve real* **Met**
- CARVALHO, Eros Moreira de** (UFRGS) = *On the nature of hinge commitments* **Epist**



- CASANAVE, Abel Lassalle** (UFBA) – *Hilbert e a tradição do conhecimento simbólico leibniziano* **Log**
- CIBILS, Samuel Vicente Basso** (PUC-RS) – *A 'normatividade' da lógica* **Lóg**
- CICCARELLI, Vincenzo** (UNICAMP) – *Content Recarving, Functional Decomposition, and Subject Matter* **Lóg**
- CID, Rodrigo Reis Lastra** (UFMG) – *As leis da natureza e os casos de Tooley* **Met**
- COELHO, Bruno** (UNIFESP) – *Neo-Pyrrhonism: a defense* **Epist**
- CORBALÁN, María Inés** (c/ **Giulia Terzian**) (UNICAMP) – *Simplicity of what? Linguistics and truth compare notes* **Ling**
- COSTA, Mayra Moreira da** (UFMG) – *Causalidade Indeterminística e Fenômenos Quânticos* **Ciên**
- CROCE, Michel** (University of Edinburgh) – *On fake news, partisan epistemology, and epistemic responsibility* **Epist**
- CUTER, João Vergílio G.** (USP) – *A concepção simbólica da aritmética no Tractatus de Wittgenstein* **Ling**
- DAL MAGRO, Tamires** (UNICAMP) – *Sobre as bases cognitivas do raciocínio diagramático na geometria euclidiana* **Lóg**
- DALSOTTO, Lucas Mateus** (UFSM) – *Moral objectivity and convergence in desire* **Étic**
- DAMACENA, Marcos Deyvinson Ferreira** (UFS) – *Algumas Objeções ao Salva Veritate* **Lóg**
- DANTAS, Danilo Fraga** (UC-Davis) – *No Rationality through Brute-Force* **Epist**
- DEBARRY, Daniel M. C. Xavier** (UFMG) – *Conceitualismo e Lida Absorvida: O Debate entre John McDowell e Hubert Dreyfus* **Epist**
- DEMARTINI, Thainá C.** (UNICAMP) – *The necessity of Origin and the Rigidity of Names: Kripke versus Salmon* **Ling**
- DEMIRTAS, Huzeyfe** (Syracuse University) – *Stocker's Schizophrenia, Alienation, and a Solution* **Étic**
- DEROY, Ophelia** (Ludwig-Maximilians-Universität München) – *Are perceptual biases conceptual biases?* **Men**
- DIAS, Aline da Silva** (UFPR) – *Seria o full-blooded platonism uma resposta ao problema epistemológico de Benacerraf?* **Lóg**

- DORIA, Thiago Andrade F.** (UFBA) – *Notas sobre a filosofia da psicologia no Tractatus de Wittgenstein* **Ling**
- DUARTE, Alessandro Bandeira** (UFRRJ) – *Entre 1879 e 1893: sobre as mudanças na conceitografia* **Lóg**
- ERICKSON, Evelyn** (UFRN) – *On the rivalry between logics* **Lóg**
- ETCHEVERRY, Katia M.** (PUC-RS) – *Virtue Epistemology, Fake-Barns and Epistemic Frankfurt cases* **Epist**
- FAGGION, Andrea** (UEL) – *Uma defesa da tese da separabilidade entre direito e moralidade* **Étic**
- FELLETTI, Flavia** (University of Duisburg-Essen) – *Habits, Habitual Actions, and the Standard Theory of Action* **Men**
- FERREIRA, Rodrigo Sabadin** (UFGRS) – *Understanding the Advantages of Honest Toil Over Theft: Russell's Logicism and the Axiom of Infinity in the Context of His Logical Atomism* **Hist**
- FIGUEIREDO, Florian Franken** (UNICAMP) – *Wittgenstein's Practical Turn in the Early Manuscripts* **Ling**
- FIGUEIREDO, Nara M.** (USP) – *Is discrimination of color due to comparisons of experiences?* **Met**
- FISCHBORN, Marcelo** (UFSM) – *Responsabilizar melhor: Algumas considerações conceituais* **Étic**
- FONSECA, José Sérgio Duarte da** (UFPI) – *O naturalismo normativo e a prática científica* **Met**
- FREITAS, Ana Margarete B.** (UFBA) – *Agência epistêmica e o valor da reflexão* **Epis**
- FURTADO, Fernando** (Universidade de Lisboa) – *S5-denying Approach to Relativised Metaphysical Modality* **Met**
- GAMBA, Jorge Oseguera** (Florida State University) – *Debunking Arguments Meet Well-being Theories* **Étic**
- GARCIA, Rodolfo** (Universidad del Valle) – *The relations of mental content and the 'staticist externalism'* **Men**
- GENUNCIO, Luisa Luze Brum** (UFRJ) – *Semantic Value for Names in Fiction* **Ling**

- GONÇALVES, Taigo Marques** (PUC-RJ) – *Sellars e o problema de compreensão de regras* **Ling**
- GREIMANN, Dirk** (UFF) – *The Structuralist Criterion of Ontological Commitment in Quine's Mature Philosophy* **Hist**
- GUIMARÃES, Hiago Mendes** (UFSC) – *Seria a demarcação entre ciência e não-ciência uma questão retórica?* **Met**
- GUIRADO, Matías** (Universidad de Buenos Aires) – *The conceptual plausibility of pandispositionalism* **Met**
- GUITARRARI, Robinson** (UFRRJ) – *Objetividade científica e subdeterminação das teorias pelas boas razões* **Ciê**
- HARTMANN, Stephan** (Ludwig-Maximilians-Universität München) – *Varieties of evidence* **Ling**
- HORST, David** (UNICAMP) – *Belief, correctness, and reason* **Epist**
- HUFFERMANN, Jeferson Diello** (UFGRS) – *Revisitando a história da filosofia analítica: o caso da teoria funcional do a priori* **Hist**
- HUTCHINSON, Jim** (UC-Berkeley) – *Frege on Truth* **Ling**
- JACKSON, Elizabeth** (University of Notre Dame) – *A Defense of Belief-Credence Dualism* **Epist**
- JESUS, Douglas Lisboa Santos de** (UFBA) – *Análise retórica das provas diagramáticas euclidianas* **Log**
- KEELING, Evan** (USP) – *Color Vision and Color Realism* **Met**
- KELP, Christopher** (University of Glasgow) – *Précis to Knowledge First Virtue Epistemology* **Epist**
- KISSEL, Joshua** (Northwestern University) – *Responsibility for Unfreedom* **Etic**
- KREMPEL, Raquel** (USP) – *Color terms and perception* **Met**
- LECLERC, André** (UnB) – *The Structure of Experience: James and Husserl* **Men**
- LEMONS, Pedro Mendes de** (UFG) – *Diamonds don't shine forever* **Ling**
- LIED, Úrsula M. Coelho** (UFMS) – *A concepção de Henri Bergson acerca da memória e a sua relação com o debate contemporâneo* **Met**

<b>LISTON, Gelson</b> (UEL) – <i>Linguagem Científica, uma Abordagem Instrumentalista</i>	<b>Ling</b>
<b>LUDLOW, Peter</b> (University of Michigan) – [título a definir]	<b>Ling</b>
<b>LUZ, Alexandre Meyer</b> (UFSC) – <i>Knowledge First Virtue Epistemology and The Aim of Inquiry</i>	<b>Epis</b>
<b>MAGRI, Angell Mayara M.</b> (UFSC) – <i>Lógica Temporal Relativística</i>	<b>Lóg</b>
<b>MARQUES, Beatriz Sorrentino</b> (UFMT) – <i>The phenomenology of acting and its relation to the belief in different kinds of action control</i>	<b>Men</b>
<b>MARTINEZ, Santiago Jockwich</b> (UNICAMP) – <i>A game theoretical analysis of the Gettier-cases</i>	<b>Lóg</b>
<b>MARTONE, Filipe</b> (UNICAMP) – <i>Semantic Minimalism and Languages as Social Objects</i>	<b>Ling</b>
<b>MEDEIROS, Eduardo Vicentini de</b> (UNISC) – <i>Undoing one's past</i>	<b>Etic</b>
<b>MELO, Ederson Safra</b> (UFM) – <i>(De)motivating gluts</i>	<b>Lóg</b>
<b>MERLUSSI, Pedro</b> (UNICAMP) – <i>Philosophical issues in laws of nature</i>	<b>Met</b>
<b>METTINI, María Guadalupe</b> (Universidad Nacional del Litoral) – <i>Intuition, visualization and the grasp of Laws of nature in thought experiments</i>	<b>Met</b>
<b>MIGUEL, Ricardo</b> (Universidade de Lisboa) – <i>Against animal replaceability: a restriction on consequences</i>	<b>Etic</b>
<b>MIRANDA, Sérgio</b> (UFOP) – <i>Teísmo 2.0</i>	<b>Rel</b>
<b>MONTOYA, Michelle Cardoso</b> (UFRJ) – <i>O que podemos dizer acerca dos juízos analíticos?</i>	<b>Ling</b>
<b>MORAES, Deivid Junio</b> (UFOP) – <i>A epistemologia de Xenófanes e os limites do conhecimento metafísico</i>	<b>Epist</b>
<b>MORAIS, Lauro lane de</b> (UFS) – <i>Classes: As perspectivas de Frege e Russell a partir dos Principles of Mathematics</i>	<b>Lóg</b>
<b>MOROKAWA, Rosi Leny</b> (UFRJ) – <i>São os Ready-mades e a Arte Conceitual compatíveis com uma definição estética de arte?</i>	<b>Est</b>
<b>MORRIS, Jeremy</b> (Ohio University) – [título a definir]	<b>Epist</b>
<b>MOTLOCH, Martin Adam</b> (UFPI) – <i>Events, Facts, and their formalization</i>	<b>Met</b>
<b>MUNDIM, Bruno Rigonato</b> – <i>Um olhar intuicionista sobre a tese de Church</i>	<b>Lóg</b>

- NAKANO, Anderson Luis** (USP) = – Conhecimento proposicional e simbólico: a distinção wittgensteiniana entre “wissen” e “kennen” **Lóg**
- NAVIA, Ricardo** (Universidad de la República) – *Some remarks on the Role of Intuitions in a (moderately) naturalized philosophy* **Epist**
- NUNES, Adriano Lucas Conceição** (UFBA) – *Precisamos Falar Sobre Injustiça Epistêmica* **Epist**
- NUNES, Rhamon de Oliveira** (UFRJ) – *O problema da composição mereológica e sua relação com a existência* **Met**
- OLIVEIRA, Rogel Esteves de** (PUCRS) – *Bayes e o testemunho de milagres* **Rel**
- OLIVEIRA, Tiago Luis Teixeira de** (Colégio Pedro II) – *Uma proposta em dois passos para reabilitar o realismo experimental* **Ciên**
- OLIVEIRA, Wagner Teles de** (UEFS) – *As regras do jogo da impertinência da dúvida* **Ling**
- PANCIERA, Marcos J. Junges** (UFSM) – *O conceito de memória em Aristóteles através de sua fundamentação pela física* **Met**
- PANTALEAO, Nathalia Cristina A.** (UNICAMP) – *The semantic aspect of language: The naturalist approach and the relevance of the intuitions* **Men**
- PERES, Ramiro de Ávila** (UFGRS) – *Autoridade e normatividade num “mundo amplo”: considerações sobre decisões sociais em contextos de grande incerteza* **Etic**
- PERINI, Ernesto** (UFMG) – *Articulating a theory about unarticulated constituents* **Lóg**
- PIROZELLI, Paulo** (USP) – *O caminho até a Estrutura* **Ciên**
- PIZZUTTI, Pedro Henrique Nogueira** (UEL) – *Uma explicação gramatical ao paradoxo de Moore* **Ling**
- POLAKOF, Ana Clara** (Dominican University College) – *Do abstract nouns always denote the abstract?* **Ling**
- PONTES, André Nascimento** (UFAM) – *Consequência lógica e constantes lógicas: um debate sobre pluralismo e neutralidade* **Log**
- PORTUGUAL, Agnaldo C.** (UnB) – *O Argumento Bayesiano da Experiência Religiosa em favor do Teísmo* **Rel**
- PRITCHARD, Duncan** (UC-Irvine) – *[título a definir]* **Epist**

- PRITCHARD, Duncan** (University of California-Irvine) = *Précis to Epistemic Angst*  
Epist
- RAMOS, Luiza Silva Porto** (UnB) – *Uma análise filosófica sobre provas de consistência*  
Log
- RAYO, Agustin** (MIT) – *On the Open-endedness of Logical Space*  
Log
- REINOSO, Guadalupe** (Universidad Nacional de Córdoba) – *Wittgenstein and neo-Pyrrhonism*  
Epist
- RIBAS, Glaupy Fontana** (UFSM) – *A experiência consciente enquanto produto da memória*  
Met
- RODRIGUES FILHO, Abílio Azambuja** (c/ **Edgar Henrique do N. Campos**) (UFMG) – *On the idea of a Brouwerian relevance logic*  
Log
- RODRIGUES, Luís Estevinha** (Universidade de Lisboa) – *Propositional epistemic luck: an unnecessary account of the basing relation*  
Epist
- RODRIGUES, Tiegue Vieira** (UFSM) = *Some problems for Pritchard's treatment of closure-based skeptical paradox*  
Epist
- RODRIGUES, Yuri de Lima** (UFC) – *Existe um problema de escopo na Teoria Causalista da Verdade?*  
Ling
- ROLLA, Giovanni** (UFPI) – *Reason and Rationality*  
Men
- RUFFINO, Marco** (UNICAMP) – *Illocutionary Acts in Mathematics*  
Ling
- RUFFO, Ísis Esteves** (UFMG) – *Realismo Naturalista em Ética*  
Étic
- SALATIEL, José Renato** (UFES) – *Natural propositions and the logical space of reasons*  
Epist
- SALLES, João Carlos** (UFBA) – [título]  
Ling
- SALLES, João Carlos** (UFBA) – *Virtudes da Análise Filosófica*  
Epist
- SALVATORE, Nicola Claudio** (UNICAMP) – [título a definir]  
Epist
- SALVATORE, Nicola Claudio** (UNICAMP) = *Two Worries on Pritchard's Epistemic Angst*  
Epist
- SANTOS, Allan Wolney M.** (UFS) – *Recepção da Conceitografia: A resenha de Schröder*  
Lóg
- SANTOS, César Schirmer dos** (UFSM) – *The causal theory of memory, causality as production and causality as difference-making*  
Met

- SANTOS, Daniel Ramos dos** (UFBA) – *O problema da condição de garantia da norma do conhecimento* **Epist**
- SANTOS, Diogo** (Universidade de Lisboa) – *Life and Non-existence: a full account of the attitudinal asymmetry* **Etic**
- SANTOS, Felipe R. L.** (UFBA) – *Vice Epistemology and Inquiry* **Epist**
- SANTOS, Igor Lucas Adorno** (UFBA) – *A noção de expressão no Neo-Expressivismo de Dorit Bar-On* **Ling**
- SANTOS, Rafael Fernandes M. dos** (UFBA) – *Wittgenstein on Analysis of Time and Solipsism* **Ling**
- SANTOS, Ricardo** (Universidade de Lisboa) – *Soft Facts and Contrafactual Dependence* **Met**
- SCHMIDT, João Vitor** (UNICAMP) – *Frege and the problem of the informativity of logic* **Log**
- SECCO, Gisele Dalva** (UFRGS) – *Conhecimento simbólico e prática matemática desde o Tractatus* **Log**
- SERNA, Juan Camilo Espejo** (Universidad de la Sabana) – *An argument from the phenomenology of time in favor of an anti-representational account of the predictive processing framework* **Men**
- SIEVERS, Juliele Maria** (UFAL) – *O lugar dos experimentos de pensamento no âmbito normativo* **Ling**
- SILVA E SILVA, Thiago Wesley da** (USB) – *Filosofia e Crítica em David Hume* **Est**
- SILVA FILHO, Waldomiro J.** (UFBA) – *A dialectical perspective on epistemic reflection* **Epist**
- SILVA, Adriano Marques da** (UFPB) – *Quantificadores e cognição visual* **Lin**
- SILVA, Ana Maria C. Moreira da** (PUC-RJ) – *Reflections on the notion of Hierarchy of Desires in the debate on the existence of Free Will* **Met**
- SILVA, Gesiel Borges da** (UNICAMP) – *Plantinga's 'Free Will Defence' and Nieznanowski's 'Axiomatic approach to Theodicy': A new approach on the Problem of Evil* **Log**
- SILVA, Kariane Marques da** (UFMS) – *Injustiça epistêmica: uma dimensão ética da vida epistêmica* **Epist**

- SILVA, Marcos** (UFAL) – *Middle Wittgenstein on negation, material incompatibilities and inferential thicknes* **Ling**
- SILVEIRA, Denis Coitinho** (UNISINOS) – *O Problema da Sorte Moral e a Punição* **Étic**
- SILVEIRA, Matheus de Mesquita** (UFCS) – *A estrutura psicobiológica de comportamentos normativos em lobos selvagens* **Étic**
- SIMION, Mona** (Cardiff University) – *Saying and Believing: The Norm Commonality Assumption* **Epist**
- SMITH, Plínio Junqueira** (UNIFESP) – *Neo-Pyrrhonian Reflections on Perceptual Knowledge* **Epist**
- SMITH, Plínio Junqueira** (UNIFESP) – *Oswaldo Porchat, Neopyrrhonism, and Analytical Philosophy* **Hist**
- SOARES, Daniela M.** (IFMG) – *Resisting explanatory indispensability arguments: an analysis of some nominalistic approaches* **Met**
- SOUTIF, Ludovic** (PUC-RJ) – *Collective Singular Thoughts* **Men**
- SOUZA FILHO, Sergio F. de** (King's College) – *The dual proposal for the minimal conditions of intentionality* **Men**
- SOUZA, Pedro Bravo de** (c/Marcos Antonio Alves) (UNESP) – *Pode o problema da indução ser resolvido por alguma proposta bayesiana?* **Epist**
- SPICA, Marciano Adilio** (UECO) – *É o pluralismo possível?* **Hist**
- STEIN, Sofia Inês Albornoz** (UNISINOS) – *Sense-data, Sensations and Physical Properties* **Men**
- TEIXEIRA, Célia** (UFRJ) – *Experience and the a priori: an externalist account* **Epist**
- TERZIAN, Giulia** (c/María Inés Corbalán) (UNICAMP) – *Simplicity of what? Linguistics and truth compare notes* **Ling**
- THORPE, Joshua Rowan** (UNICAMP) – *Who's afraid of the contingent a priori; a response to the Mckinsey Paradox* **Epist**
- TOOMING, Uku** (Harvard University) – *Desire's Own Reasons* **Men**
- VEBER, Michael** (East Carolina University) – *Précis to Tell me Something I Don't Know* **Epist**
- VENTURI, Giorgio** (UNICAMP) – *[título a definir]* **Ling**



- VERGARA, Camilo** (PUC-RJ) – *Existe realmente uma categoria semântica que comporte os expressivos?* **Ling**
- VIDEIRA, Leonardo Gomes de S.** (UNICAMP) – *The arguments of Della Rocca and Jeshion on the debate over Principle of Identity of Indiscernibles: an analysis of strategies and conceptual apparatus* **Met**
- VIEIRA, Rafael Albiero** (UNICAMP) – *Contingência superficial* **Epist**
- VOGELMANN, Rafael Graebin** (UFRGS) – *Strong Externalism About Reasons* **Etic**
- VRECH, Santiago Alejandro** (Universidad Nacional de Córdoba) – *El emotivismo de Ayer ¿verificacionista? Una nueva interpretación del emotivismo* **Etic**
- ZARDINI, Elia** (Universidade de Lisboa) – *Generalised Tarski's Thesis Hits Substructure* **Ló**





Editora  
UFPel

DISSERTATIO  
FILOSOFIA